

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**USOS DO PASSADO EM TITO LÍVIO: A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA
ROMANA À ÉPOCA DE AUGUSTO (SÉCULO I a.C.)**

SUIANY BUENO SILVA

GOIÂNIA 2015

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ **Dissertação** ☐ **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Suiany Bueno Silva				
E-mail:	suianybs@hotmail.com				
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? ☒ Sim ☐ Não					
Vínculo empregatício do autor	Não				
Agência de fomento:	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico			Sigla:	CNPq
País:	Brasil	UF:	DF	CNPJ:	33.654.831/0001-36
Título:	USOS DO PASSADO EM TITO LÍVIO: A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA ROMANA À ÉPOCA DE AUGUSTO (SÉCULO I a.C.)				
Palavras-chave:	Memória; História; Poder; <i>Exempla</i> e Roma.				
Título em outra língua:	THE USES OF THE PAST IN TITUS LIVIUS (LIVY): THE COSTRUCTION OF A ROMAN MEMORY AT THE TIME OF AUGUSTUS (I B.C.)				
Palavras-chave em outra língua:	Memory; History; Power; <i>Exempla</i> and Rome				
Área de concentração:	Culturas, Fronteiras e Identidades				
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	12/02/2015				
Programa de Pós-Graduação:	História				
Orientador (a):	Dra. Luciane Munhoz de Omena				
E-mail:	lucianemunhoz34@gmail.com				
Co-orientador (a):*					
E-mail:					

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Assinatura do (a) autor (a)

Data: ____ / ____ / ____

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

SUIANY BUENO SILVA

**USOS DO PASSADO EM TITO LÍVIO: A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA
ROMANA À ÉPOCA DE AUGUSTO (SÉCULO I a.C.)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal de Goiás como requisito
para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades

Linha de Pesquisa: História, Memória e Imaginários
Sociais

Orientadora: Professora Dra. Luciane Munhoz de Omena

GOIÂNIA
2015

Ficha catalográfica elaborada
automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Silva, Suiany Bueno
USOS DO PASSADO EM TITO LÍVIO: A CONSTRUÇÃO DE UMA
MEMÓRIA ROMANA À ÉPOCA DE AUGUSTO (SÉCULO I a.C.)
[manuscrito] / Suiany Bueno Silva. - 2015.
CLVII, 157 f.

Orientador: Profa. Luciane Munhoz de Omena.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade
de História (FH) , Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2015.
Bibliografia.

1. Memória. 2. História. 3. Poder. 4. Exempla . 5. Roma. I. Omena,
Luciane Munhoz de , orient. II. Título.

Dedico este trabalho a minha amada avó Laudicea Silva (***In Memoriam***) e a meu bisavô José Roque (***In Memoriam***), meu eterno agradecimento por me darem às bases do conhecimento e amor, uma imensa saudade e a certeza de que nunca serão esquecidos e sempre serão amados por tudo que significam em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me concedido força e amparo espiritual durante este processo de leitura, aprendizado e escrita.

Agradeço a minha querida e estimada orientadora Luciane Munhoz de Omena, que me acompanha durante 6 anos de pesquisa, formação, amizade e companheirismo, a ela minha gratidão pela paciência e pelo carinho em compartilhar comigo suas maravilhosas ideias e perspectivas. Posso afirmar com toda certeza que, ela tem sido minha inspiração para ser uma pesquisadora, pois sua determinação, conhecimento e generosidade me estimularam a construir minha pesquisa. A ela todo meu agradecimento por me dar o incentivo, me defender e me conceder preciosas sugestões de seu grande conhecimento, as quais me possibilitaram concluir este trabalho e iniciar com afinho outros futuros.

O meu mais afetuoso agradecimento aos meus amados pais que são a razão para que eu busque o meu melhor. Eles que me deram todo amor necessário para nunca estar só e, sempre me sentir confortada e resguardada pelos seus mais sinceros sentimentos. Solange Silva de Souza Bueno e Nilton Bueno a vocês dedico tudo que sou, e o meu eterno amor e ternura por serem os melhores pais e incentivadores dos meus estudos. Vocês são minha inspiração e o meu mais precioso tesouro.

Um agradecimento todo especial a minha irmã e companheira Ádelle Bueno pelas conversas, pela companhia até horas e horas da noite em estudos e risadas que muito me auxiliaram. Você é uma pessoa incrível, obrigada por me escutar e por de modo tão carinhoso escutar as ideias de minha pesquisa. Agradeço a ti pelo amparo fraternal em todos os momentos e por nunca me deixar sentir só, pois sua presença de irmã amiga sempre foi e será um dos meus maiores presentes. Agradeço também aos meus companheirinhos Aika Bueno e Symon Bueno pela sua ternura e fiel amizade.

Este trabalho não teria sido possível sem o auxílio do meu caro noivo Erick Messias Costa Otto Gomes, o qual, mais do que ninguém, passou comigo pelas angústias, alegrias, ansiedades e preocupações. Agradeço-te por tudo mesmo, sou extremamente sortuda por dividir contigo minhas experiências e expectativas; muito obrigada por ser meu melhor amigo e me proporcionar a maior das virtudes, o amor. Você é parte fundamental da conclusão deste trabalho e de todo o meu percurso acadêmico por dividir comigo seus objetivos e perspectivas de pesquisa, já que tivemos a oportunidade de sermos pesquisadores em História Antiga e por sermos companheiros dessa jornada da vida. Obrigada por toda a sua ajuda, por compreender minha

ausência, por me incientivar e me ajudar nos debates, leituras e apontamentos críticos, mas, sobretudo, agradeço por sua paciência e sabedoria e, claro por me dar incentivos futuros. Meu caro, terei uma enorme dívida de gratidão, consideração e amor contigo.

Agradeço aos professores componentes da banca professora Doutora Érica Cristhyane Moraes da Silva (UFES), professora Doutora Heloísa Selma Fernandes Capel (UFG), professora Doutora Renata Cristina de Sousa Nascimento (PUC-GO) e professora Doutora Ana Carolina Eiras Coelho Soares (UFG), que aceitaram prontamente participar do meu exame de qualificação e da banca de defesa desta dissertação, agradeço também a suas leituras e caras orientações para concluir este trabalho. Muito obrigada também à professora Doutora Ana Teresa Marques Gonçalves (UFG) pelas suas sugestões e apontamentos tidos ao longo dos congressos e encontros acadêmicos.

Expresso aqui um agradecimento especial a minha grande e amiga Andressa Ramos de Araújo, companheira de todo o percurso escolar e parceira de aprendizado e sabedoria sobre a vida. A ti agradeço por podermos crescer juntas. Agradeço e muito à estimada Angela de Aquino Veloso pela cumplicidade e por me escutar em diversos momentos deste trabalho. A elas minha mais singela amizade e carinho, pois me deram incentivo, força e distração sempre que possível. Minhas grandes companheiras de jornada. Agradeço também a torcida e palavras de conforto de Andreia Cristina Fonseca e de Romilda Godoy.

Agradeço aos meus companheiros de universidade Gustavo Goés e Mariana Carrijo por dividirmos materiais, ideias, incentivos e risadas. Obrigada a vocês dois por estes momentos de amizade. Agradeço também a Macsuelber de Cássio Barros pela indicação de leituras e materiais que muito contribuíram para minhas perspectivas.

Agradeço a atenção do funcionário Marco Aurélio do Programa de Pós – Graduação da Faculdade de História pela atenção e compromisso em fornecer informações essenciais à confecção deste trabalho.

Enfim, agradeço ao CNPQ pelo financiamento deste trabalho através da concessão da bolsa de pesquisa.

Meu muito obrigado a todos que me auxiliaram na confecção desta dissertação e no incentivo à continuação da pesquisa acadêmica.

RESUMO

Discutiremos o papel da escrita da História em Tito Lívio e como a mesma define e consolida uma identidade romana, o ser romano. Trata-se de observar como a estrutura da narrativa aponta para a compreensão de uma História concebida como “mestra da vida” (*magistra vitae*), ou seja, a utilidade dos exemplos; olhar para o passado é extrair dele exemplos de comportamento. O valor do estudo da história, em outras palavras, não reside apenas em lições específicas, mas também no exercício de como e o que se olhar desse passado. Neste sentido, ao retomar uma historiografia antiga e aplicá-la em sua escrita, Tito Lívio pretende realizar um trabalho historiográfico que realce a dignidade de seu povo, um aspecto que permite a definição dos comportamentos cívicos romanos, bem como a definição de uma latinidade romana associada às inquietações do contexto presente de Lívio à época de Augusto, durante o século I a.C. - I d.C. Compreenderemos como o discurso histórico de Lívio expressa as demandas políticas de sua contemporaneidade, a partir da relação entre discurso, memória, poder e identidade.

PALAVRAS-CHAVE: Memória; História; Poder; *Exempla* e Roma.

ABSTRACT.

We will discuss the role of the writing of History in Titus Livius (Livy) and how it defines and consolidates a Roman memory. We have to observe how the narrative structure leads to the understanding of a History conceived as “the master of life” (*magistra vitae*), that is, the use of the examples; to look at the past is to take from it the examples of behavior. In other words, the importance of studying History is not only in specific lessons, but also in the practice of how and what to look at in this past. In this sense, when he reuses an old historiography and apply it to his writings, Livy aims to develop a historiographic work that reaches his people’s dignity, an aspect that allows the definition of civic Roman behaviors, as well as a definition of a Roman latinity, linked to the troubles of his contemporary context at the time of Augustus, during centuries I B.C to I A.D. We will understand how Livy’s historical speech expresses the political demands of his time, from the relationship among discourse, rethorics, memory, power.

KEY-WORDS: Memory; History; Power; *Exempla* and Rome

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	6
RESUMO.....	8
ABSTRACT.....	9
INTRODUÇÃO.....	11

CAPÍTULO I: TITO LÍVIO E A HISTORIOGRAFIA LATINA

1.1 - Vida e Obra de Tito Lívio.....	21
1.2 - Tito Lívio em diálogo: os predecessores analistas, Salústio e Cícero.....	27
1.3 - Os dispositivos retóricos na narrativa de Lívio.....	40
1.4 - Memória e escrita em <i>Ab Vrbe Condita</i>	50

CAPÍTULO II: AUGUSTO E A RESSIGNIFICAÇÃO DAS VIRTUDES CÍVICAS

2.1 - Consolidação da imagem pública de Otávio: de 44 a.C. à vitória em Ácio 31 a.C.....	65
2.1.1 - O passado reivindicado: a legitimação e consolidação do governo de Augusto.....	74
2.2 - Um diálogo sobre a construção da <i>auctoritas</i> de Augusto.....	88
2.3 - Tito Lívio e Augusto.....	93

CAPÍTULO III: TITO LÍVIO E A DEFINIÇÃO DE UMA MEMÓRIA ROMANA

3.1 - Os <i>exempla</i> em <i>Ab Vrbe Condita</i> : a construção dos comportamentos cívicos.....	104
3.2 - Entre vícios e virtudes: representações femininas a partir de Lucrecia e Virgínia.....	115
3.3 - O espaço do sagrado: as práticas ritualísticas em <i>Ab Vrbe Condita</i>	128

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
---------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	142
---------------------------------	-----

INTRODUÇÃO

Estudar a forma como os antigos concebiam e trabalhavam o passado é peculiar e significativo, à medida que nos permite compreender suas representações, discursos, conflitos, valores e comportamentos a partir do ideal de comunidade cívica; logo, o estudo da historiografia latina nos possibilita fazer uma reflexão crítica sobre a relação entre os usos do passado e a produção literária. Por este ponto de vista, consideramos que na Antiguidade Clássica houve uma preocupação em transmitir um modelo de comportamento social que expressaria, sobretudo, a *uirtus* de uma comunidade cívica, pois, como propõe Heródoto, os resultados de sua pesquisa seriam imprescindíveis à construção das ações e aos feitos dos homens, já que sua narrativa não deveria ser submetida ao esquecimento (Heródoto, *Historiai*, I). Manteria, assim, a lembrança viva e cintilante da reputação (*kleos*) dos homens e das virtudes cívicas para a manutenção da identidade da comunidade grega (GAGNEBIN, 2006, p. 45). Da mesma maneira, reconhecemos tais evidências no discurso de Tito Lívio, já que o historiador aludia à relevância da rememoração, associando-a, de fato, ao louvor do poeta, que, graças a sua narrativa, manteria a memória dos monarcas e de seus comportamentos virtuosos. Partimos do pressuposto de que sua narrativa produziu uma relação que, a nosso ver, tornava-se inseparável da produção de memória (passado ressignificado), da escrita (retórica) e do poder (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita, libri I*)¹. Isso nos leva a crer que a produção de memória cria um passado exemplar, à medida que singulariza e reconhece os espaços identitários por meio da escrita a serviço da legitimação do “ser romano”. Visto desse modo, acreditamos que a escrita de Lívio definiu uma latinidade romana. Ao explicitar as virtudes (*e.g. clementia, iusticia, pietas, auctoritas, militare, pudicitia*), Tito Lívio indica que sua narrativa deveria conduzir os comportamentos sociais, sobretudo dos agentes do poder, uma vez que suas ações e condutas deveriam refletir a *Res Publica*. Isso nos leva a crer que o historiador paduano propõe uma relação essencial entre o registro de práticas e condutas sociais, que se transformam em instituições civis e religiosas, bem como em expectativas quanto à (re) afirmação e (re) definição de uma memória social romana (ASSMANN, 2011, p. 145).

¹ Realizamos a tradução da documentação a partir da tradução inglesa - LIVY. *The History of Rome I, II, IV, V. Books I-II; Books III-IV; Books VIII-X; Books XXI-XXII*. B. O. Foster (Tr.). Loeb Classical Library. Harvard University Press, 1919; e consultamos a versão em português da tradução: LÍVIO, Tito. *História de Roma- livro I: a monarquia (Ab Vrbe Condita (bilíngue))*. Tradução Mônica Vitorino; introdução e notas Júlio Cesar Vitorino. Belo Horizonte: Crisálida, 2008. Contudo, para verificar o sentido da tradução e dos termos traduzidos do latim, consultamos a documentação no original já que as edições utilizadas são bilíngues.

Assim, o conceito de memória torna-se um suporte teórico para compreendermos os usos do passado em Lívio. Sabemos, pois, que a memória é sempre uma criação fluida, individual e coletiva, do presente sobre o passado. Esse passado não é algo objetivo, uma realidade externa e intacta, mas o resultado inevitável de diferentes subjetividades e interpretações. Neste sentido, acreditamos que a *Ab Vrbe Condita* veicula uma determinada memória, compreendida enquanto construção social, a qual atribui significado às ações realizadas e sofridas no tempo, produzida pelos processos de socialização e comunicação em uma dada comunidade cívica (Cf. ASSMANN, 2011). Os atos de preservar e comunicar a memória lhe dão permanência social. Produzir memórias é uma ação que envolve questões relacionadas à sociedade, bem como às construções políticas (GOWING, 2005, p. 2); isto porque aquilo que é recordado se constitui em símbolos sociais, os quais procuram ser divulgados, cantados, perpetuados em monumentos e registrados em documentos (ASSMANN, 2011). Em nossa percepção, a narrativa liviana produziu estratégias de criação e manutenção da memória, que, parafraseando Valerie Hope (2003, p. 113-120), pode ser definida como uma lembrança textual; portanto, está presente nos vários gêneros textuais, que permitem imortalizar as ações de um personagem público. Logo, pela memória textual, conecta-se passado ao presente, de modo que os espaços do lembrar articulam a produção de uma memória social em torno de um passado comum. De acordo com estas perspectivas, a memória pode ser compreendida como “um suporte da lembrança, um suporte do passado que, em outras palavras, designa a construção de imagens de um passado” (FUNARI; OMENA, 2012, p. 164) sob a insígnia de uma memória manipulada e ressignificada pelo trabalho da escrita (Cf. RICOEUR, 2007).

A memória construída pelos diversos meios, como já demos a entender, transformaram-se em discursos de poder destinados a produzir efeitos, graças a todo um sistema de símbolos e de emblemas que garantem as articulações sociais. O poder é uma forma de comunicação que se manifesta em diversos meios da sociedade, a fim de constituir identidades sociais (GONÇALVES, 2002, p. 56). Consideramos que os discursos são historicamente construídos e incorporam os campos das práticas sociais, à medida que a narrativa liviana explora a produção de um passado glorioso.²

² Importante mencionarmos que, embora realizemos uma análise sobre as representações de Lívio acerca da Roma arcaica, a partir das necessidades de seu contexto presente — I a.C. —, relacionando, assim, passado e presente, reconhecemos que nosso documento nos possibilita também o estudo e a compreensão do período monárquico, ou seja, a *Ab Vrbe Condita libe I* de Lívio é uma obra que permite uma leitura das instituições civis, religiosas, políticas e militares da Roma arcaica (GRANDAZZI, 2010). Ainda que não nos debruçemos em estudos da cultura material, reconhecemos seus imperativos para uma compreensão da civilização lacial, isto é,

De fato, compreendemos que a narrativa de Lívio não se interessou apenas em preservar e comunicar a memória de Roma, mas escolher e selecionar as representações³ do passado, dos valores constituintes do *mos maiorum*⁴, os quais deveriam ser transmitidos aos leitores ouvintes (LOWENTHAL, 1998, p. 306). Compartilham desta perspectiva Miles (1995) e Feldherr (1998) ao argumentarem que o empreendimento liviano seria o resultado de uma monumentalização do passado, um modo de o historiador conferir autoridade à obra, já que a mesma era vista como um objeto de contemplação pública, dirigida aos integrantes da aristocracia, ao *princeps* e à sua *aula* imperial (Cf. WALLACE-HADRIL, 1996).

Os discursos que compõem *Ab Vrbe Condita* são dispositivos de poder e de autopropagação dos ancestrais e da *urbs*⁵, pois transmitem a memória do passado, da ancestralidade de Roma, como modelos que garantiriam, em termos gerais, a ordem social.

uma leitura tanto dos textos literários quanto da arqueologia nos permite compreender as interações culturais existentes no Lácio à época arcaica. Assim, o que antes compunha os mitos e as fábulas, atualmente, com as pesquisas multidisciplinares entre registro textual e material, passa a ser considerado como história, como um tempo cultural distante com seus próprios ritmos, desejos, celebrações e inquietudes. Logo, nosso documento torna-se relevante para um estudo da Roma Arcaica situada no contexto de estruturação e formação da *urbs* romana (Cf. GRANDAZZI, 2010; CARANDINI, 2011; ASTIN & OGILVIE, 2008).

³ O conceito de representação pode ser compreendido como a manifestação presente de um objeto ausente, ou seja, por um lado, a representação manifesta uma ausência, o que supõe uma clara distinção do que representa e do que é representado; por outro lado, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença (GINZBURG, 2001, p. 85; CHARTIER, 1990, p. 74). As representações não são espelhos fiéis da realidade, pois nelas os agentes sociais investem seus interesses e sua bagagem cultural e, dessa forma, são sempre alteradas, transformadas. Sendo assim, as representações têm relações com os acontecimentos vivenciados pelos agentes sociais, já que permitem aos indivíduos a possibilidade de darem sentido ao seu mundo, traduzindo, dessa forma, posições e interesses sociais (CHARTIER, 1990, p. 19). As representações são mecanismos criados pelos grupos com o objetivo de impor sua concepção de mundo e seus valores.

⁴ Quando nos referimos ao *mos maiorum* estamos, de fato, refletindo-o como um conjunto de valores e práticas sociais, que, estabelecidas temporalmente, são articuladas e transmitidas a uma dada comunidade cívica. Como afirma Cícero em *Da República* (V, 1), a glória de Roma está relacionada à observância dos costumes ancestrais — o *mos maiorum* romano. Neste sentido, “o *mos maiorum* pode ser compreendido como um conjunto de regras de conduta, morais e políticas, não sistematizado, transmitido no seio da aristocracia senatorial tradicional” (LEMONS, 2013, p. 2). Conforme Pereira (2002, p. 359-360), o *mos maiorum* jamais foi um código de leis escritas, mas constituiu-se num conjunto de valores que legitimavam e orientavam as ações e práticas políticas, religiosas, civis e militares. Desse modo, consideramos que o conjunto de virtudes ancestrais (*fides*, *pietas*, *auctoritas*, *clementia*, *iustitia*) tornou-se, de fato, um dispositivo de poder ressignificado à política augustiana, tendo em vista que o *mos maiorum* deve ser historicizado e refletido em cada contexto histórico. Para uma discussão mais detalhada ler o tópico 2.1.2 “O passado reivindicado: a legitimação e consolidação do governo de Augusto”, contido no capítulo II desta dissertação.

⁵ Compreendemos que o espaço da *urbs* representava e expressava as interações sociais. O mesmo indicava as manifestações de sociabilidade pelos diversos instrumentos de comunicações que o compunham: numismática, monumentos arquitetônicos e funerários, procissões mortuárias, os templos. Trata-se de compreender a *urbs* em seus aspectos estruturais, mas não dissociada da *ciuitas*. Além disso, também simbolizava os valores romanos, uma vez que a própria cidade expressava, produzia e transmitia o *mos maiorum*. Logo, Roma configurou-se enquanto um espaço social, o qual produziu negociações por meio das interações e comunicações na comunidade cívica, expressando, de fato, relações de poder (TRUMPER, 2012, p. 302). Assim, quando nos referirmos à *urbs* estamos refletindo sobre um espaço simbólico e espacial que apresentava uma função pública, pois frequentemente, promovia uma memória seletiva, que inscrevia no tempo as experiências do passado e do presente (HOPE, 2011, p. 177).

Visto desse modo, compreendemos que o discurso de Lívio, diante de sua associação com a comunidade política, produziu imagens de comportamentos mediados pelas virtudes, os quais influenciavam a esfera pública. Posto isto, interessa-nos ressaltar, como o historiador transmitiu o passado veiculando seus *exempla* e vícios, de modo a projetar um futuro associado às produções de memória e de poder. Partindo dessa premissa, lançamos a seguinte indagação: qual é o papel do passado no discurso liviano? Compreendemos que os usos do passado em Lívio estiveram relacionados à necessidade de criar e definir uma latinidade romana, em função da “dissolução dos costumes” (*desidentis primo mores*) (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita. Prefácio*. I) advindos dos conflitos políticos e sociais da guerra civil (31 a.C.). Logo, percebemos que o discurso de Lívio apresenta uma dimensão política ao se inserir nos debates identitários da *urbs*, a fim de se legitimar em torno das produções literárias do contexto imperial.

Ora, compreendemos que a narrativa de Lívio se inseriu em ambientes de conflitos, pois sua elaboração esteve relacionada a três eixos: o primeiro referia-se ao momento das guerras-civis com os conflitos sociais e políticos entre as aristocracias,⁶ os senadores; o segundo atribuía-se ao esforço de a escrita ser parte das preocupações de seu contexto, num direcionamento à *urbs*, ao processo de legitimação de Augusto; e o terceiro eixo tratava da própria competição de Lívio com os outros escritores (Virgílio (70 a.C. – 19 d.C.); Horácio (65 a.C. – 8 a.C.); Propércio (43 a.C. – 17 d.C.); Ovídio (43 a.C. – 17 ou 18 d.C.) da *domus* de Augusto. Assim sendo, a produção do texto histórico latino, além de ressaltar a *uirtus* romana, também denotava os conflitos intrínsecos a sua construção, pois os cidadãos da *urbs*, em especial, as aristocracias, as magistraturas civis e militares e a ordem senatorial dialogavam, reivindicavam e disputavam espaços de atuação. Nesse sentido, a *urbs* romana expressou as negociações em torno das práticas de poder, à medida que o campo da política caracterizou-se por ser o espaço de diálogos, de debates e de conflitos desenvolvidos no cenário social (Cf. TALBERT, 1984; HALES, 2009).

⁶ Em nossas análises, compreendemos que a aristocracia romana compunha-se pela interação entre casas aristocráticas em torno da *domus Augusta*. Os indivíduos que constituíam essa aristocracia imperial foram os equestres, os literatos e os cidadãos de proeminência social, os quais interagiam com as dinâmicas de poder, dispostas na *urbs*, e com o próprio Mecenas, aristocrata e amigo de Augusto, patrono de muitos literatos da chamada *aula* imperial augustiana. A aristocracia que se estabeleceu à época de Augusto sofreu algumas mudanças, pois havia aqueles indivíduos que estavam inseridos na política desde o âmbito republicano, mas houve uma redefinição desta aristocracia que também passou a ser representada pela aristocracia provincial da Península Itálica. Isto ocorreu em função das articulações e negociações de poder e apoio em torno da “figura de Otávio, durante o contexto da guerra civil, e das proscrições que eliminaram parte da aristocracia republicana” (SILVA, 2014, p. 27).

Desse modo, acreditamos que esses três eixos citados refletiram os ambientes da prática historiográfica latina, uma vez que as produções discursivas vinculavam-se às redes de relações estabelecidas na arena política de Roma; isto é, as elites senatoriais e os *amicitia* do *princeps* (e.g Mecenaz, patrono dos literatos, Agripa, genro e estrategista militar, os membros da família imperial e seus libertos imperiais) (WALLACE-HADRIL, 1996, p. 283) constituíam os grupos que auxiliavam na legitimação, manutenção e consolidação do poder imperial. Em razão disto, compreendemos que junto à *domus* imperial desenvolviam-se os espaços de conflitos e hierarquias sociais, visto que esses grupos tencionavam e negociavam manter suas posições e privilégios ante a comunidade política de Roma (WALLACE-HADRIL, 1996, p. 299).

Partindo dessas premissas, consideramos que a definição de uma latinidade romana foi parte de um discurso político e social para viabilizar, de modo efetivo, a promoção da imagem pública da *urbs* a partir do comprometimento de Augusto com a *potestas* e a *auctoritas* romana. Criou-se, deste modo, um discurso de defesa da *uirtus* romana contra os possíveis elementos geradores da fragilidade de Roma e do seu corpo cívico, a exemplo do discurso de “orientalização” do império por Marco Antônio, enfatizado nas assembleias senatoriais (Cf. GURVAL, 1995).

Em vista destes apontamentos, compreendemos que Tito Lívio (59 a.C. - 17 d.C.) encontrava-se inserido nestas dinâmicas de competição, ao elaborar um discurso sobre as representações do passado com o intuito de redefinir os comportamentos formadores da identidade romana. Lívio demarcava seu espaço de atuação política pela escrita da história: ao enfatizar os singulares momentos de fundação da *urbs* romana, recriava as imagens do passado de modo a orientar e renovar os comportamentos sociais (ASSMANN, 2011, p. 32). Como argumenta Roger Chartier (1990, p.19), as representações do mundo social são determinadas pelos interesses e concepções de mundo dos indivíduos inseridos em um determinado tempo-espaço cultural. É dessa forma que consideramos a narrativa de Lívio como um dispositivo de poder destinado a produzir e promover efeitos em sua contemporaneidade, uma vez que seus discursos exemplares encontravam-se associados às demandas e às expectativas da comunidade política de Roma. De acordo com essas perspectivas, desenvolvemos nosso objeto⁷ com o intuito de compreender os usos do passado

⁷ Nossos objetivos estão diretamente ligados às questões e preocupações identitárias da *urbs* romana. Neste sentido, procuramos nos inserir em um debate historiográfico (OMENA & FUNARI, 2012; MATTINGLY, 2011; CARVALHO & FUNARI, 2010; HINGLEY, 2010; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007; RICOEUR, 2007; HARTOG, 2003; CONNOLLY, 2009; HOPE, 2011; MILES, 1995; JAEGER, 2000; ROLLER, 2009; BLOM, 2010; ASSMANN, 2011; FELDHERR, 2009) que, a partir de novos olhares, historicize os campos dos saberes,

por Lívio, bem como a construção de uma memória romana pelas vias de um discurso institucional que influenciava a esfera pública. Isso nos leva a crer que a obra liviana teve por função constituir-se em um *exemplum*, ou seja, a construção de seus discursos retóricos e performativos se associavam com o propósito de promover o *mos maiorum* em benefício à *Res Publica*. Partimos da hipótese de que a elaboração da *Ab Vrbe Condita libri I* estava relacionada às condições sociais e políticas do contexto imperial e, portanto, inseriu-se nas dinâmicas da produção literária, as quais, em nosso entender, mantinham estreitos vínculos com as medidas de renovação e ressignificação⁸ do passado por Augusto. Defendemos que Lívio reativa a intensidade da recordação (LOWENTHAL, 1998, p. 363) do passado romano, conduzindo-nos a uma percepção da renovação dos laços da comunidade política em Roma, pela leitura e apreensão de sua obra, pois, assim como compreendemos, a prática de leitura submetia a escrita ao espaço público (DUPONT, 1998, p. 237) e, dessa forma, o autor poderia ser legitimado e reconhecido em um ambiente competitivo.

A partir da compreensão destas discussões, é imprescindível que nos aprofundemos nas peculiaridades narrativas de Tito Lívio. Para tal intento, a presente dissertação foi dividida em três capítulos. Vejamos: no primeiro capítulo intitulado “*Tito Lívio e a historiografia latina*” dialogaremos com a mais especializada historiografia contemporânea, buscando discutir o contexto de vida e de produção da obra do historiador Lívio, bem como o seu diálogo com a historiografia precedente, e, dessa forma, compreender os pontos de ruptura e continuidades que culminaram na elaboração de um discurso retórico-temático, o qual visava à manutenção e à produção de uma memória do passado. Vale dizer, na retomada de um passado selecionado e modelado, apresentado como determinante à aristocracia de Roma. Desse modo, no capítulo I também trataremos da construção retórica dos discursos de Lívio, compreendendo como o historiador elaborou as considerações sobre

para uma compreensão destes usos do passado e destes espaços de recordação construídos por Lívio como elementos de poder e de manutenção identitária.

⁸ Compreendemos o conceito de ressignificação como aquele que atribui significado às coisas. É culturalmente definido e articulado conforme as necessidades do contexto o qual é empregado. Ressignificar pressupõe remodelar, estabelecer mudanças a partir de símbolos previamente estabelecidos que, ressignificados, promovem e constroem discursos, desejos e intenções investidos de emoção compartilhada pela sociedade. O conceito de ressignificação pressupõe uma forma de comunicação social entre comunidade e poder, uma vez que o indivíduo que detém o poder sempre o faz através de algo já estabelecido que é rearticulado, recebe outras significações, as quais serão compartilhadas pela comunidade cívica, dando sentido de unidade e pertencimento a um dado lugar social (GUARINELLO, 2005, p. 21-22). Diante disto, consideramos que o uso do conceito ressignificação, para pensar a contemporaneidade de Lívio e em específico as medidas e práticas adotadas por Augusto, torna-se significativo, à medida que nos permite historicizar os símbolos e significados atribuídos e construídos por uma sociedade em seu mundo social. O uso do conceito ressignificar pressupõe um diálogo e, em nosso caso, o diálogo é estabelecido entre passado e presente, isto é, o passado exemplar de Roma é ressignificado, ganha um novo sentido quando articulado às necessidades do contexto político de Lívio (I a.C.).

as virtudes cívicas em relação aos comportamentos dos monarcas. Portanto, compreenderemos como “a visão romana de história e memória levava, inevitavelmente, a uma remodelação de sentido do passado, exigindo dos autores o significado do presente, e decidir não só o que se lembrar, mas como ele devia ser lembrado” (GOWING, 2005, p. 10).

No capítulo II nomeado “*Augusto e a ressignificação das virtudes cívicas*” abordaremos alguns elementos singulares dessa análise, ou seja, o modo como Augusto construiu sua *auctoritas*, produzindo uma imagem vinculada a um passado glorioso, utilizando, assim, “a linguagem da figura de si para veicular determinadas intenções programáticas dentro de sua política” (Cf. LACEY, 1996). Em razão disso, buscaremos refletir para além da construção da legitimação de Augusto, a relação do mesmo com Tito Lívio, considerando que, em ambos, há um esforço de readaptação e remodelação de um passado remoto, o qual se ajustava ao presente (LOWENTHAL, 1998, p. 79). No capítulo III intitulado “*Tito Lívio e a definição das virtudes cívicas romanas*” nos dedicaremos à compreensão dos elementos do *mos maiorum* romano, essenciais à escrita historiográfica de Tito Lívio, à medida que acentuava a latinidade de Roma. Examinaremos os momentos de fundação da *urbs* em seus aspectos cívicos, religiosos e militares, evidenciando, a partir destes, os comportamentos virtuosos e aqueles guiados pelos vícios em prejuízo à *Res Publica* – a comunidade cívica. Veremos, por isso, como o discurso da *uirtus* consolidava e legitimava os espaços identitários na Roma de Lívio.

Em função destes aspectos, detivemo-nos na leitura e análise da obra de Lívio com a intenção de perceber e discutir os processos de seleção e, conseqüentemente, de silenciamento em sua narrativa. Para alcançarmos nosso objetivo, reconhecemos que a nós, historiadores contemporâneos, é imprescindível o conhecimento e reconhecimento (RICOEUR, 2007, p. 437) de alguns pressupostos teóricos que nos permitam dirigir aos vestígios do passado. Em razão disso, lembremos que ao realizar a “atualização” do passado, o historiador, construtor da narrativa histórica, independentemente dos motivos e interesses que o levam a tal ação, tem como ponto de partida o seu presente. Essa é outra característica fundadora da prática histórica – sua relação com o tempo. Como propõe March Bloch (2001), já nos prenunciava que a fórmula mais correta para uma definição da prática historiadora seria “a ciência dos homens no tempo”, uma vez que a história nos apresenta a dimensão das ações humanas. Neste sentido, cabe compreendermos o fluxo de uma relação estabelecida entre o passado e o presente, por meio do trabalho historiográfico de Tito Lívio, o qual atualiza, ressignifica a memória de outrora. Logo, nossos estudos também vão ao encontro de ações de outros homens, a outras histórias, produzindo representações, resgatando as heterogeneidades

sociais e o caráter conflituoso de outras sociedades. Passamos a desenhar e conectar imagens de um passado que se legitima em nossas elaborações narrativas. É esse o nosso trabalho, reconectar as imagens do passado histórico a um presente, na exata compreensão de que “cada época fabrica mentalmente a sua representação do passado histórico” (LE GOFF, 1990, p. 26), e esse fabricar é consciente, passa por escolhas, por eleições e rejeições, pelo desejo. O passado existe, mas a sua problematização e a consequente (re) articulação dos fatos ali ocorridos dependem da nossa intencionalidade enquanto historiadores (MITRAUD, 2007, p. 18-20).

Diante destas questões tão essenciais e singulares à percepção do historiador, propomos, nesta dissertação, compreender a memória — os usos do passado a partir de uma perspectiva histórica que considere o lugar específico de uma cultura histórica. Em razão disso, construir este trabalho implicou uma reflexão profunda sobre o nosso ofício, enquanto pesquisadores, sobre o objeto de pesquisa e as historiografias pertinentes ao tema (SILVA, 2012, p. 67-68). Deste modo, nos capítulos que se seguem é possível contemplar como se estabeleceu o (re) pensar, a construção e a (re) invenção do passado de Roma por Tito Lívio, numa significativa intersecção entre a memória, sua narrativa e os elementos retóricos, que, ao se configurarem em um tempo e espaço cultural específicos, definiram e representaram uma memória cívica — a da cidade de Roma.

CAPÍTULO I

TITO LÍVIO E A HISTORIOGRAFIA LATINA.

“Erigi um monumento mais perene do que o bronze e mais alto do que a real construção das pirâmides, que nem as chuvas erosivas, nem o forte Aquilão, nem a série inumerável dos anos, nem a dos tempos corrido poderão, algum dia, derruir. Não morrerei, de todo; parte minha à própria morte não será sujeita: eu, sempre jovem, crescerei, enquanto, com virgem silenciosa, o Capitólio suba o pontífice. Dir-se-á que, grande de origem humilde, a fiz, primeiro, a voz latina ao metro grego, onde ressoa o Áufido impetuoso e onde o Dáunio agreste, de poucas águas, reinou sobre os povos rústicos”- Horácio.

A autora Aleida Assmann em seu livro — “*Espaços da recordação*” (2011) — apresenta profícuas discussões sobre memória, à medida que a escrita seria um desses espaços de trabalho e de configuração de uma memória produzida, que pretende, em verdade, comunicar, revelar e transmitir valores. Sendo assim, importa-nos compreender a escrita como espaço de produção de memória, já que se torna interativa, colocando em evidência alguns aspectos e silenciando outros; dito de outro modo, a escrita estimula a produção de memória e esquecimento (ASSMANN, 2011, p. 205). Não inferimos que a escrita seja o único rastro privilegiado, existem, sim, outras formas de transmissão da existência humana (e.g. monumentos arquitetônicos e funerários, moedas, pinturas parietais, bustos, epigrafia entre outros). Com isto, partimos do pressuposto, tal como propõem Omena e Funari (2012, p. 02), de que o passado é interpretado sob a ótica das condições e das circunstâncias históricas do presente, sendo os usos do passado referências imprescindíveis para a ressignificação do presente. Em nosso entender, a escrita histórica latina torna-se um “lugar de memória” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 94), à medida que a *Ab Vrbe Condita* de Tito Lívio transformou-se em um veículo transmissor de ideias e de memórias passadas com o objetivo de criar virtudes cívicas romanas, que, no entender de Lívio, caíram em desuso na época das guerras civis.

Os *exempla* construídos sob recursos retóricos podem ser compreendidos na obra liviana como instrumentos de orientação e remodelação dos comportamentos sociais aristocráticos. Transformaram-se em um veículo educativo — *paideia* — em que se construía o ideal de homem virtuoso comprometido com o direcionamento político da *Res Publica*, ou mesmo o *exemplum* de cidadãos, tal como Tarquínio, o soberbo, que, tomando o poder para si, colocava em risco o *populus romanus* (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. XLIX- LX). Podemos também afirmar que esses *exempla* pretendiam convencer, sendo, portanto, discursos ornamentados, preocupados em dar uma forma estética às suas narrativas; posto que essas produções inseriam-se em ambientes de competição literária, e de disputas e conflitos políticos por parte das elites. Nesse sentido, nossas discussões sobre os *exempla* serão compreendidas e analisadas pela intrínseca relação entre textos e seus autores inseridos no ambiente social, cultural e material, a partir dos quais a produção literária tenha sido possível (Cf. ROLLER, 2009).

Pelo dito acima, entendemos que o contexto histórico de Lívio torna-se um dos elementos essenciais para se compreender os dispositivos retóricos acerca das imagens do passado, pois, como assevera Nicole Loraux (2006, p. 61), “[devemos adentrar] ao passado

com questionamentos do presente e depois retornar ao tempo atual com o lastro do que compreendemos sobre o passado”. Consequentemente, discutiremos nos subtópicos seguintes a definição, composição e contextualização do livro⁹ I – *A Monarquia* – para analisarmos a construção de uma latinidade romana que, em nosso entender, girava em torno das virtudes cívicas religiosas, militares e civis ressignificadas à época de Augusto (I a.C. – I d. C.).

1.1 - VIDA E OBRA DE TITO LÍVIO.

Tito Lívio nasceu e morreu (59 a.C. e 17 d.C.) em *Patavium*, atual Pádua, localizada na região norte da Itália, onde viveu a maior parte de sua vida. O ambiente paduano contribuiu para forjar na personalidade do historiador seu estilo independente e conservador. Apesar de seu relativo isolamento, Pádua era uma cidade próspera e culta, distinguia-se pela respeitosa maneira de lidar com a preservação dos costumes e das tradições morais, em consonância com o tão celebrado *mos maiorum*, princípio fundamental da educação dos jovens. A cidade, ao longo de sua história, soube se defender de inimigos – os etruscos, os gauleses e os gregos – e somente com o advento da guerra civil, em 174 a.C., passou a ver com bons olhos a aceitação da autoridade de Roma. Sob o domínio romano, os paduanos conservaram ainda relativa independência e, em 49 a.C., com a “declaração da cidade como município, seus habitantes passaram a gozar de plenos direitos de cidadania romana, tendo sua população sido inscrita na *gens Fábia*” (SIERRA, 1997, p. 17, *apud* MITRAUD, 2007, p. 32).

⁹ Quando nos referimos a livros na Antiguidade, a representação que temos é sua estruturação em livro-rolô, caracterizado como o *uolumen*, utilizado por mais tempo no mundo antigo. O *uolumen* era uma longa faixa, normalmente de papiro, mas também podendo ser feita de pergaminho (Cf. CAVALLO, 2002, p. 71-92). “Ainda que se considere, de uma forma geral, que a história do objeto livro na Antiguidade caminhe partindo do rolo de papiro e chegando ao códice de pergaminho como principal meio material de registro da obra literária, não há qualquer evidência de que a substituição do material tenha influenciado a substituição do formato ou vice-versa” (LEITE, 2008, p. 23-24). Ou seja, “a passagem do rolo ao códice ocorreu ao mesmo tempo, embora não de forma totalmente coincidente, com a substituição do papiro pelo pergaminho ou *uellus*” (LEITE, 2008, p. 24). Devemos ter em mente que o aparecimento do *codex* – o livro caderno com páginas – foi importante, pois permitia uma maior aproximação do material com o seu leitor (CAVALLO, 2002, p. 90). Contudo, não há conexão essencial entre formato e material – era possível ter códices com páginas feitas de papiro ou rolos de pergaminho. A leitura em voz alta e a palavra escrita eram relacionáveis. Segundo Leni R. Leite (2008, p. 27-28), “havia outros formatos e materiais para a escrita na Roma antiga, tais como: os *lintei* (tiras de tecido de linho) e as tábuas de madeira (*tabellae*), cobertas ou não por uma camada de cera”. Nesse sentido, inferimos que o termo que mais livremente significava “livro” em Latim, a palavra *liber*, significava originalmente “casca de árvore”. “Daí, seu sentido expandiu-se, passando a ter três acepções: a) um *uolumen* ou *codex*, o objeto propriamente dito; b) uma obra literária fisicamente considerada, isto é, um conjunto de rolos que contêm uma só obra; c) uma obra literária, em qualquer formato, considerada pelo seu conteúdo” (LEITE, 2008, p. 28).

Patavium ofereceu a Tito Lívio oportunidades para a sua formação cultural, boa educação e condições para estudos filosóficos, históricos e retóricos. “Na sua cidade natal, Lívio encontrou ainda possibilidades para se dedicar a literatura, pois nesse ambiente teve contato com as obras dos autores (*e.g.* Fábio Pictor (216 a.C.); Valerio Antias (cronista I a.C.); Licínio Macro (analista século I a.C.); Claudio Quadrigário (historiador romano I a.C.); Catão (234-130 a.C.) que seriam a base para o seu futuro trabalho como historiador” (SIERRA, 1997, p. 22, *apud* MITRAUD, 2007, p. 32). Após a sua primeira infância, Lívio mudou-se para Roma e, em seguida, passou a escrever a *História de Roma*. Em função de suas ocupações, não se dedicou às magistraturas militar e civil. Diferente de escritores como Horácio, Virgílio, Ovídio e Propércio, Lívio não se manteve circunscrito aos círculos literários associados à política; entretanto, em nosso entender, o historiador, a partir dos recursos retóricos, produziu reflexões sociais de sua contemporaneidade, levando-o às origens lendárias de Roma e, assim, à produção de imagens de uma conjuntura política composta, em sua percepção, por comportamentos sociais degenerados (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. XLIX-LX/ XLVI-XLVII-XLVIII). Lívio explorou, portanto, a necessidade de criar modelos que implementassem mudanças sociais vinculadas ao *mos maiorum* (costumes dos ancestrais). É nesse sentido que, mesmo sem possuir experiência nas atividades políticas, a obra liviana não deixou de centrar-se nessas esferas que constituíam a ação romana (Cf. SEBASTIANI, 2002).

A escrita liviana foi produzida entre 27 a.C. e 25 a.C., compreendendo 142 livros dos quais 35 livros foram conservados. Nosso recorte é o livro I, que apresenta as origens troianas e albanas dos fundadores da cidade. A narrativa engloba a fundação de Roma até o final da monarquia (753- 510 a.C.) com a morte voluntária de Lucrecia (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I, 57-59), que provocou, dessa forma, a derrocada de Tarquínio, o soberbo, e a eleição dos primeiros cônsules.¹⁰ No prefácio de seu primeiro livro, o historiador paduano

¹⁰ O segundo livro corresponde aos 120 primeiros anos da República (509- 390 a.C.), com guerras e dissensões internas, até o assalto, saque e incêndio de Roma pelos gauleses (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. Livro V). Os cinco livros seguintes (Tito Lívio. *Ab Urbe Condita*. Livros VI-X) abarcam os anos 389-293 a.C. e seu tema é o processo de recuperação interior e exterior de Roma; nos livros XI-XV discute-se a guerra contra Pirro; já nos livros XVI- XX (264-219 a.C.) uma descrição etnográfica e histórica sobre Cartago é exposta; em seguida, os livros XXI-XXX apresentam discussões acerca da segunda guerra púnica, no momento em que Aníbal vence Roma (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. Livros XXI-XXV), bem como quando, em represália, Roma vence Aníbal (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. Livros XXVI-XXX); nos livros XXXI-XLV, encontramos os relatos de guerras contra o oriente (guerra contra Felipo) (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. XXXI-XXXV), a guerra contra Antíoco (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. Livro XXXVI-XL), o combate contra Perseo (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. Livro XLI-XLV) e a submissão final da Grécia e da Ásia (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. Livro XLVI-L); nos livros LI-LX, Lívio discorre sobre os assuntos internos, desde a caída de Cartago à legislação de Graco; nos livros LXI-LXX, considera os trinta anos, de Graco a M. Lívio Druso (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. LXI-LXX); nos livros LXXI-LXXX (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. LXXI-LXXX), narra as guerras civis até a morte de Mário; enquanto nos livros LXXXI-XC, o historiador discorre sobre as guerras civis até a morte de Sila; o período entre a ascensão de Pompeu até 66 a.C. é descrito nos livros XCI-C e CI-CX (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. XCI-C e CI-

propõe a relevância da prática da *uirtus* e, frente a esta *argumentatio*, apresenta aos seus leitores-ouvintes a dissolução dos costumes e do afrouxamento da disciplina moral na sociedade romana (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita. Prefácio. I*). Logo, Lívio nos retrata as tensões e reivindicações dos grupos sociais à *Res Publica*, pois, ao situar sua narrativa na transição da monarquia para a República, expressa, de fato, um momento crucial na educação, orientação e renovação dos comportamentos dos cidadãos diante da comunidade política organizada em torno do *princeps* (FELDHERR, 1997, p. 141). É nesse sentido, e a partir dos dispositivos retóricos, que Lívio justifica a importância da remodelação dos comportamentos sociais, uma vez que a integridade moral dos cidadãos teria se esvaziado mediante ao desleixo com a disciplina de conduta cívica.¹¹ Temos assim um conjunto de narrativas que se desenvolveu numa tentativa de definir o que é o “ser romano”, à medida que os livros I até L enfatizam o nascimento e a grandeza do poder romano, graças à integridade política e moral. Nas décadas que se seguem à destruição de Cartago (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita. LI-LX*), Roma, estando sem inimigos, perde o vínculo mais forte de coesão social, qual seja: a *Res Publica* passa a ser assolada por agitações internas encabeçadas pelos Gracos. Sendo esta a primeira fase em que Lívio caracteriza a “dissolução dos costumes” romanos (*desidentis primo mores*) (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita. Prefácio. I*). Nos trinta anos compreendidos entre os livros LXI ao LXX, o historiador constrói imagens de disputas e rivalidades entre os senadores e a indisciplina dos generais. Tal momento de degradação teria se estendido com o colapso político e moral da sociedade romana marcada pelas guerras civis entre: Mario e Sila (91 - 88 a.C.); César e Pompeu (49 a.C.- 45 a.C.); Otávio e Marco Antônio (83 a.C. – 31 a.C.) (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita. Livros LXXI-CXXXIII*) (SIERRA, 1990, p. 44-45).

A documentação de Tito Lívio caracterizou-se, em especial, nos primeiros livros por conjuntos temáticos, que indicavam a divisão estruturada da *Ab Vrbe Condita*. É o que se observa, por exemplo, no Livro I (753-509) e nos livros II-V (509-390), os quais apresentam narrativas da formação da *Res Publica* até os conflitos com os gauleses, que incendiaram e saquearam Roma. No que diz respeito ao final da composição da obra, não temos informações concisas. Podemos inferir que a pretensão de Lívio era concluir a obra com a morte de Cícero (106 - 43 a.C.) e totalizá-la com 120 livros. Todavia, segundo Kraus & Woodman (1997, p.54) e Mellor (1999, p.55), a sua estratégia de escrita teria sido modificada para acrescentar o

CX); por fim, a guerra civil, desde a morte de Pompeu até o falecimento de Cícero em 43 a.C., é apresentada por Lívio nos livros CXI-CXX (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita. CXI-CXX*).

¹¹ Importante mencionarmos que os comportamentos cívicos construídos, em termos retóricos, serão analisados nas discussões do subtópico 1.4 deste primeiro capítulo, e melhor compreendidos no terceiro capítulo, quando inserirmos o debate acerca das virtudes romanas a partir da ótica liviana.

triunfo do governo de Augusto até a sua morte (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. Livros CXXI-CXLII).

É interessante mencionar que, ademais desta estrutura temática, a escrita de Lívio também se organizou na composição por episódios, a qual tencionou a se consolidar em torno de um núcleo central. No episódio de Lucrecia¹² (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I, LVII- LIX), por exemplo, a narrativa se concentra à volta de uma personagem, que tem a função de criar um *exemplum*, ou seja, a construção artística e estilística se relaciona com o propósito moralizante. Em outros momentos da narrativa observa-se a construção de frases expressivas e breves, algumas mais concisas, além da utilização de palavras e períodos sintáticos que evidenciam o estilo do historiador, sua maleabilidade e variedade na ordenação dos seus discursos. Vejamos, nestes excertos abaixo, a elaboração retórica e estilística do discurso de Lívio:

É bastante conhecido, já desde o início, que, estando Tróia dominada, os troianos sobreviventes foram submetidos a maus tratos e que os gregos isentaram apenas dois deles, Enéias e Antenor, de todas as leis de guerra, devido a uma longa hospitalidade, e porque sempre tinham defendido a paz e a restituição de Helena. Enéias, banido de sua pátria por igual desgraça, mas conduzido pelo destino a dar início a uma nação mais importante, veio em primeiro lugar à Macedônia. Depois, à procura de novas moradas, foi levado à Sicília, e daí, com as suas embarcações, atingiu o território laurentino” [...]. Mas estavam, como penso, predeterminados pelo destino a fundação de tão importante cidade e o início do império que é o mais poderoso depois dos deuses. [...] Realizados esses seus atos imortais, [...] desabou de repente uma tempestade com intensa trovoadas que cobriu o rei com uma nuvem tão densa que o ocultou aos olhos da multidão; e depois disso Rômulo nunca mais foi visto. [...] Rômulo disse: “Vai, anuncia aos romanos que é desejo dos deuses celestes que a minha Roma seja o centro do mundo; assim, valorizem a arte da guerra e ensinem aos seus descendentes que nenhuma força humana poderá resistir às armas romanas”” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I, I - XVI).¹³

Compreendemos, pela leitura da passagem acima, como um discurso é organizado de modo objetivo; Lívio não prossegue a narrativa com muitos dados, mas sim com

¹² A narrativa da personagem Lucrecia será analisada no capítulo terceiro desta dissertação.

¹³ “Iam primum omnium satis constat Troia capta in ceteros saevitum esse Troiano, duobus, Aeneae Antenorique, et uetusti iure hospitii et quia pacis reddendaeque Helenae semper auctores fuerant, omne ius belli Achiuos abstinuisse. [...] Aeneam ab simili clade domo profugum, sed ad maiora rerum initia ducentibus fati, primo in Macedoniam uenisse, inde in Sicilian quarentem sedes delatum, ab Sicilia classe ad Laurentem agrum tenuisse” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I). - “His Immortalibus editis operibus [...] súbito coorta tempestas cum magno fragore tonitribusque Tam denso regem operuit nimbo ut conspectum eius contioni abstulerit; nec deinde in terris Romulus fuit “ [...] Abia, nuntia, inquit. Romanis, caelestes ita uelle ut mea Roma caput orbis terrarum sit; proinde rem militarem colant sciantque et ita posteris tradant nullas opes humanas armis Romanis resistere posse” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I. XVI).

suposições e afirmações objetivas e precisas naquilo que pretende comunicar. O personagem Enéias é associado às conquistas de terras e à fusão entre os povos troianos e nativos, denominando ambos de povos latinos. Vê-se por este episódio, pelas ações iniciais de Enéias o que mais a frente com Ascânio, seu filho, seria a formação do território de Alba Longa, onde nasceriam os gêmeos Rômulo e Remo. Em nosso entendimento, neste excerto, pela demarcação da fala direta de Rômulo a uma defesa da latinidade romana, evidenciam-se as qualidades e virtudes que definem o romano. Logo, Lívio, pela articulação de um discurso retórico, nos evidencia a fala de Rômulo ao associa-la à fundação e identidade de Roma. Desse modo, a leitura da obra de Lívio possibilita compreender a formulação das suas histórias em um ritmo alternado, entre acontecimentos internos e externos, dando unidade a sua narrativa e, por isso, uma dimensão literária e histórica pelo uso estético e retórico (VITORINO, 2008, p. 16).

Pelo dito acima, afirmamos que a apresentação da obra liviana é, por conseguinte, parte da constituição narrativa, isto é, a obra está em uma relação com o público-alvo, pretende dirigir-se a uma comunidade, mediante a identificação do conteúdo narrativo. Desse modo, compreendemos que a relevância comunicativa torna-se para estes autores latinos determinante na elaboração, argumentação e veiculação de suas produções. Portanto, um discurso elaborado e organizado estilisticamente fundamentava a pretensão de convencimento; ora, não significava apenas produzir uma obra com temas essenciais e relevantes, tornava-se imprescindível a apresentação de discursos históricos sob os aspectos estéticos (ornamentação). Dito de outro modo, o recurso estético¹⁴ produz e exprime a força interpeladora do discurso. Neste sentido, acreditamos que o discurso de Lívio tornou-se pelas vias estéticas, retóricas e pedagógicas (*paideia*) essencial à relação social da comunidade política. Tais manifestações discursivas se expressavam e se produziam nos conflitos sociais, nas competições literárias e, portanto, na defesa de uma latinidade romana (Cf. VASALY, 1993; MC DONALD, 2009; WALSH, 2009; ROLLER, 2009).

Amparado pelos dispositivos ressaltados, compreendemos que a obra de Lívio inseriu-se em um contexto de produção que corroborou para a ênfase da escrita do historiador, pois, como argumenta Bloch (2001), os homens estão inscritos no tempo, são influenciados pelas perspectivas e pelas carências de sua contemporaneidade. Consideramos, assim, que o ambiente social de Tito Lívio passou, em termos efetivos, pela confrontação e diálogo com

¹⁴ O que pretendemos afirmar e discutir em nosso trabalho é a importância dos instrumentos retóricos como parte constituinte da elaboração narrativa de Lívio; para tanto, cabe-nos uma discussão pormenorizada sobre o discurso retórico de Tito Lívio a ser feita em nosso subtópico 1.3.

seu presente. De fato, torna-se pertinente, neste espaço da discussão, colocar em evidência um dos problemas, os quais nortearam nossa pesquisa: qual a importância dos usos do passado no contexto político em que Tito Lívio escreveu o livro I? O desdobrar desta problemática nos direciona à seguinte reflexão: Tito Lívio escreveu a história de Roma no início do principado de Augusto, à medida que “o tema da identidade romana e de suas raízes no tempo tornaram-se, particularmente intenso” (GUARINELLO, 2006, p. 285). O momento contemporâneo de Lívio apresentou significativas mudanças no âmbito político-social, como a ideia de refundação de Roma por Augusto, o reestabelecimento da *Res Publica* e a ressignificação dos princípios dos valores dos ancestrais (*e.g. auctoritas* (autoridade), *pietas* (piedade), *fides* (fidelidade) e *iustia* (justiça) (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I,V/XVI-XVII/XXI-XXXII/XXXV-XLII/XLVIII)), os quais se tornaram elementos essenciais nas reformas promovidas pelo imperador (Cf. GALINSKY, 2005, 1996; SHOTTER, 1991; POTTER, 2006).

Diante destas discussões, inferimos que nosso estudo busca compreender uma relação entre Tito Lívio e Augusto (discutida no segundo capítulo), aludindo que Lívio estaria inserido no ambiente de produção literária que veiculava um discurso em consonância com o momento de reivindicação da *Res Publica* romana pela política augustiana. Trata-se de compreender em Lívio e em Augusto momentos de fundação e refundação, à medida que o passado ressignificado orienta, articula e negocia para produzir uma nova Roma, legitimando e consolidando a memória romana (DAVIES, 2005, p. 25). Por tais aspectos, Tito Lívio concentrou-se em produzir uma leitura do passado sob as estratégias retóricas que permitiriam, a partir de uma elaboração textual, comunicar a narrativa com uma função social (Cf. FOX, 2007). Parece-nos possível inferir que o discurso histórico de Lívio foi uma expressão escrita desse esforço de construir a memória de Roma pelos elementos retóricos, os quais auxiliavam a ratificar a *laus* do povo romano. Ora, compreendemos que o discurso liviano não é imparcial, tampouco isento de interesses. Quaisquer que sejam a sua natureza, os discursos estão permeados pelos interesses do grupo social do qual são produtos. São apreensões e interpretações da realidade, que imporão sua forma de compreender o mundo e, assim sendo, incorrerão em práticas sociais (CHARTIER, 1990, p. 17). Em outras palavras, devemos compreender a estrutura, a forma como se organizou a obra, os objetivos e as inquietações que levaram Lívio a se manifestar pela escrita, bem como o público a que este autor se dirigiu. Trata-se de conhecer a audiência de nosso autor e igualmente os acontecimentos que desencadearam a produção de *Ab Vrbe Condita*. Portanto, o processo de desenvolvimento da pesquisa histórica, que se fundamenta em conhecer a documentação e

suas características, leva-nos a discutir no próximo tópico o diálogo da obra liviana com os seus predecessores analistas, Salústio e Cícero, pois, em nossa compreensão, tais autores apresentaram as bases temáticas e retóricas que foram remodeladas em *Ab Vrbe Condita*.

1.2 - TITO LÍVIO EM DIÁLOGO: OS PREDECESSORES ANALISTAS, SALÚSTIO E CÍCERO.

As origens da historiografia romana remontam à época da II Guerra Púnica, e não por acaso, já que estão intimamente ligadas ao processo de interação cultural de Roma com os demais povos do Mediterrâneo. Fábio Píctor foi o primeiro a escrever história sobre os romanos e a redigiu reconstruindo a História Romana desde as origens da cidade. Seu público era grego. Ao escrever a história romana, Fábio criou um *modus operandi* para a atividade historiográfica, à proporção que as narrativas passaram a destacar temas associados à *urbs* que se interligavam à cidade de Roma ou à sua fundação (Cf. MARINCOLA, 1999). Consequentemente, a elaboração da escrita pretendia comunicar as origens e o destino de Roma, com o objetivo de exaltá-la e, sobretudo, criar narrativas de uma identidade cívica do *populus romanus*. Inferimos que ao escrever em grego, Píctor contribui para divulgar a memória de Roma a outros povos, enfatizando, deste modo, aos seus leitores-ouvintes as virtudes romanas, a construção de uma Roma gloriosa e a grandiosidade vinculada à *uirtus* militar, em especial, ao vencer a guerra contra Aníbal (218 a.C. – 201 a.C.) (SIERRA, 1990, p. 50).

Diante desta escrita identitária, Marco Porcio Catão (234-130 a.C.) destacou-se como o primeiro autor a escrever em latim, o que nos denota sua peculiar preocupação com o enaltecimento da imagem de sua cidade, reforçando, assim, a identidade cívica de Roma pela escrita da língua latina (SIERRA, 1990, p. 50-51). De sua origem só nos restam fragmentos. Além disso, foi também quem mudou a concepção de História, pois, até então, prevaleciam narrativas sobre a vida de comandantes, genealogias que exaltavam as glórias das grandes famílias; com suas opções discursivas, a escrita passa a referir-se a outras comunidades da Itália (RICH, 2009, p. 134). Neste sentido, Catão, que não descendia de linhagem nobre, lançou luz sobre o povo romano, a quem julgava como protagonista da história de Roma. Nas percepções de Catão, “a visão hegemônica da cidade de Roma passou a integrar toda a Itália” (MITRAUD, 2007, p. 27), estabelecendo, deste modo, uma “nova cronologia analítica para a historiografia romana” (MITRAUD, 2007, p. 27). Isto é, a partir de Catão os anais tomaram

nova forma (MOMIGLIANO, 2004, p. 139), uma vez que as primeiras gerações foram compostas por homens de experiência política; sendo assim, escreveram a um reduzido público, defendendo uma postura circunscrita aos círculos aristocráticos (SIERRA, 1990, p. 51). Com um posicionamento renovador, Catão pretendia reforçar a identidade de sua *urbs* para além dessa aristocrática sociedade, incorporando a defesa do *mos maiorum* e o tratamento da comunidade itálica.

Esse debate indica-nos que a forma da escrita analítica baseou-se em conteúdos cronológicos inscritos nos calendários de eventos, os quais continham as principais referências sobre o passado da *urbs*; integravam-se ao *mos maiorum*, a fim de assegurarem a perpetuação das instituições romanas (JAL, 1997, p. 28). Para tanto, os analistas (*e.g.* Cláudio Quadrigario; Fábio Píctor, Licínio Calpurnio Pisão; Cincio Alimento e Valério Antias) utilizavam-se de outros testemunhos: desde as atas do Senado (*actas senatus*), os tratados diplomáticos, as leis ratificadas por *senatus consultum* até as genealogias particulares das famílias eminentes, que continham os feitos dos ancestrais (Cf. OLGIVIE, 1965). Como podemos observar, a narrativa histórica latina é reforçada pela influência dos anais pontificiais, como também pelas tradições particulares das famílias aristocráticas, enfatizando, dessa maneira, o caráter romano de valorização dos seus ancestrais e do *mos maiorum* (Cf. MARQUES, 2007). Parece-nos possível inferir que, a partir da República, a historiografia latina passa a se caracterizar, em definitivo, pela forma analítica (Cf. JAL, 1997; RICH, 2009), em virtude de sua característica, qual seja: utiliza um escopo cronológico claramente demonstrável e familiar ao público, enfatizando, deste modo, o engrandecimento de Roma e a perpetuação de suas instituições (JAL, 1997, p. 28).

Em um momento posterior a configuração analítica, por volta de finais do período republicano, surge uma nova modalidade na historiografia romana - uma escrita monográfica, ressaltando acontecimentos singulares ou breves períodos de tempo, considerados importantes (MITRAUD, 2007, p 28). Neste grupo encontramos, em especial, César (100-144 a.C.), autor dos *Comentários*, dos quais se conservam *De Bello Gallico* e *De Bello Civili* e Salústio Crisipo (86-35 a.C.), historiador de monografias que redigiu *Bellum Catilinae* e *Bellum Jugurthinum*. Para suas composições monográficas, Salústio recorre a Tucídides, historiador grego.¹⁵ Deste modo, Salústio procurou explicar os acontecimentos e fazer com que seus

¹⁵ Tucídides justificou seus relatos, seja pela confiabilidade das fontes, seja na proeminência dada aos eventos contemporâneos. Estabeleceu critérios na utilização das evidências, defendendo a participação direta do próprio historiador nos acontecimentos reportados. A narrativa tucidiana primava pelo discurso objetivo, focando as grandes guerras recentes e as transformações políticas que ocasionavam (Cf. MOMIGLIANO, 2004). Por intermédio de sua própria interpretação pessoal, Tucídides apresentou a história humana como um discurso

relatos fossem legítimos, à medida que expressavam o ideal central fundamentado na prática da *uirtus*: a responsável pela grandeza de Roma e, ao mesmo tempo, pela perda da *uirtus* traria a debilidade e a imoralidade para a *res publica* (Cf. Salústio. *De Coniuratione Catilinae*. IV).

Como percebemos, Salústio (86-35 a.C.) encontrava-se inserido em um longo período de desenvolvimento do pensamento histórico romano e do espaço de expressão literária, perpassando a escrita em *anais*, o gênero biográfico (e.g. Cornélio Nepote – *De Illustribus Viris*; Suetônio – *Vita Diui Augusti*; Tácito – *De uita Iulii Agricola*) e as primeiras monografias com expressões literárias. De fato, podemos observar que tanto em Salústio como em Lívio, por serem contemporâneos à guerra civil em Roma, as preocupações narrativas tendem a ser tratadas em termos mais singulares do que a historiografia precedente, se pensarmos a questão do desgaste moral na *urbs* (MUSTI, 2010, p. 212). Assim, mais do que um relato sobre a conspiração de Catilina ou os eventos do consulado de Cícero, o *De Coniuratione Catilinae* trata, em linhas gerais, do declínio moral e institucional de Roma, pois na escrita de Salústio acontecimentos e palavras se consubstanciam para produzir a História.

Logo, o historiador antigo construirá o seu verossímil argumentativo a partir de seu talento retórico, o qual lhe atribui credibilidade, autoridade e confiança perante seus leitores. Não podemos, desse modo, julgar com os olhos dos historiadores/críticos modernos o que Cícero teorizou e Salústio empreendeu como narrativa histórica. Existe, portanto, um vínculo entre o fazer literário e o contexto histórico de um autor, “cuja literatura reflete, por presença ou ausência, a realidade histórica” (TANNUS, 1986, *apud* SILVEIRA, 2003, p. 19).

racionalmente compreensível, um *logos* que, por sua natureza imanente, se diferenciava das *fabulae*, destinadas a exaltar os feitos dos heróis (GAGNEBIN, 1992, p. 21). Neste sentido, Tucídides reflete o estilo racionalista do período em que viveu e demonstra que a História deveria ter utilidade com seus discursos, exprimindo, dessa forma, a verdade; tendo como razão de ser e exigência dizer como as coisas realmente aconteceram (BARNABÉ, 2006, p. 37-38-39). De acordo com Marinalva V. Lima e Michelly P. Cordão (2010, p. 281), a obra de Tucídides possui uma “dimensão poética no sentido de narrar por vezes, o verossímil (o *eikós*), na medida em que assegura produzir uma escrita essencialmente pragmática, termo que advém em grego de *pragmatos* (fato, coisa, prático)”.

Cabe aqui observar uma grande diferença no tratamento do passado – consequência da intencionalidade na produção historiográfica – por parte dos gregos e dos romanos. Vejamos: Na Grécia, em função da vivência democrática, a qual proporcionava sempre “um amplo debate em assembleias abertas a todos os participantes”, era possível revisar uma passagem histórica, geralmente eternizada por um determinado autor. O usual não era a citação da própria fonte – documento ou obra –, mas sim a apresentação do debate que se dava em torno de uma tese diversa, gerada por sua interpretação (MORA, 1999, p. 22). Já em Roma a conjuntura política e cultural também concorria para a produção histórica. O constante reforço da heterogeneidade dos grupos sociais (aristocráticos), da importância da tradição familiar e da distinção aristocrática levavam os historiadores a uma fusão da tradição familiar, nobiliárquica, com a tradição mítica religiosa. Na Grécia o herói, fosse humano ou divino, era um patrimônio da cidade e de seus cidadãos – parte da *laus* da cidade. Em Roma, o mundo divino, associado ao mundo dos ritos, constituía parte da identidade e da memória da *urbs* e, portanto, das práticas sociais.

Interessa-nos compreender os espaços de produção textual em Roma, o modo como veicularam, transmitiram memórias, uma vez que os discursos sejam eles em prosa, poesia ou em *imagos* estavam associados à capacidade da *inventio*, a qual atribui uma ornamentação à obra de modo a exprimir uma mensagem; isto porque a escrita da história foi antes de tudo “uma arte e uma técnica no mundo antigo que se perfazia num eterno fazer e refazer de cunho literário” (GONÇALVES, 2014, p. 2). Nesse sentido, compreendemos que no mundo antigo tudo o que é escrito e/ou falado deve ser feito seguindo-se as “normas da *peithós*, da persuasão, do convencimento, e que, para atingi-la, o orador/e [ou historiador] deve se preocupar principalmente com a linguagem, com a disposição das palavras, suas diversas combinações possíveis, as estruturas das orações e o ritmo” (GONÇALVES, 2014, p. 2); tais características são definidas como harmonia do discurso. Assim, inferimos que as produções antigas vinculavam História e Literatura, já que foram saberes absolutamente relacionados (GONÇALVES, 2014, 2-14).

Deste modo, compreendemos que os romanos concebiam a história e a literatura como pertencentes à mesma fonte de saber: a vida humana com suas experiências e expectativas. Conforme Ana Teresa M. Gonçalves (2014, p. 14), as ações sociais do homem sempre foram e continuarão sendo entendidas como “o objeto e o sujeito da produção histórica e literária antiga”. Composto por narrativas que buscavam transmitir uma *publica memoria* (Cf. GOWING, 2005), a partir da promoção dos *exempla*, das condutas cívicas que deveriam nortear a vida social dos indivíduos, o gênero histórico, na verdade, se formou a partir da necessidade dos indivíduos de interpretar, entender e projetar a sua existência (Cf. GONÇALVES, 2014). Para tal intento, os homens lançaram mão de todo potencial comunicativo e social de que dispunham à época, ornando-o por meio da *imitatio* criadora, de modo que obtivessem uma *narratio* retoricamente persuasiva — a exemplo da *Ab Vrbe Condita*.

Vale dizer que a Literatura e a História como disciplinas separadas e estanques são frutos da modernidade. Entretanto, entre os gregos e romanos da Antiguidade, a História era considerada gênero literário e, como tal, a História possuía características bem claras que a associavam aos eventos ocorridos, à narração, ao conhecimento do mundo e dos homens que compunham o meio social (MARTINS, 2009, p. 144). Gonçalves (2014, p.4), acerca deste fato, observa que

o gênero histórico, como qualquer outra forma de relato que deveria atender às prerrogativas da arte de escrever, teria de buscar a beleza e o agrado na

forma e no conteúdo. Atendo-se à verossimilhança, ao possível de ter ocorrido, ao captável pela imaginação, a história partiria do particular para o geral. Relataria casos específicos, visando modelar *exempla*.

De acordo com Cavallo (2002, p. 76- 90), os autores antigos, tais como Lívio, preocupavam-se em construir um vínculo social entre suas obras, as recitações, a leitura e os leitores. Portanto, a *Ab Vrbe Condita* esteve inserida nestes espaços de produção textual, os quais tornaram-se, de fato, uma prática agregadora e social, uma atividade ritualizada pelas relações sociais de competição e amizade, estabelecidas entre os autores que compõem estes ambientes da produção literária em Roma. Assim, consideramos que o texto no mundo antigo estava submetido e supunha formas de leitura, espaços, posicionamentos, objetivos e gestos, isto porque a composição e estruturação de uma obra encontravam-se inseridas em um contexto caracterizado pelas tensões do próprio campo literário; ou seja, elaborar uma obra e realizar sua posterior leitura eram situações profundamente vinculadas ao mundo das representações, que distinguiam e, ao mesmo tempo, proporcionavam o estabelecimento de relações entre os grupos sociais (CAVALLO, 2002, p. 77).

A produção textual não pode ser analisada à parte das relações entre os três elementos da leitura; portanto, é preciso compreender o livro, o leitor e o autor naquele momento específico. O autor antigo, com seus discursos organizados em prosa, pretendia conduzir sua obra à leitura, já que “esta prática no mundo antigo configurou-se enquanto um fenômeno social – uma construção relacionada ao mundo social em que foi concebida” (LEITE, 2008, p. 23). Nas sociedades antigas, as práticas da escrita e da leitura possuíam uma finalidade bastante diversa da fornecida a elas pelo mundo moderno. “Hoje, se escreve para esquecer; no passado, grafava-se para recordar” (GONÇALVES, 2014, p. 8). Como bem nos lembra Gagnebin (2006, p. 46), “no mundo antigo escrevia-se para lembrar, para inserir um feito na memória social, enquanto na sociedade contemporânea exerce-se a escrita para se olvidar”. O ato da escrita na Antiguidade possibilitava a construção e reorganização da memória e da identidade de uma dada comunidade cívica, como também propiciava a transmissão de valores e mensagens; logo, escrita, autor e seu público estabeleciam um diálogo constante.

Acrescenta-se a essas discussões Raymond Starr (1991, p. 215), ao apontar que a essa tríade esteve diretamente relacionada ao processo de circulação dos livros em Roma e, por isso, profundamente ligada às redes de relações sociais entre os escritores; vale dizer, a produção textual e o ato de leitura configuravam-se enquanto mecanismos de poder e de

amizade; integravam-se aos espaços domésticos e públicos da cidade. Em razão disso, na sociedade romana a circularidade destas obras tomava uma dimensão múltipla, uma vez que ao endereçar uma cópia a um amigo, este poderia indicá-la a outro, possibilitando o surgimento, daí em diante, de outros exemplares. Vale lembrar ainda que alguns exemplares eram deixados nas bibliotecas para consulta pública (STARR, 1991, p. 216). Por esses meios de disseminação do texto, compreendemos que os escritores romanos estavam circunscritos em ambientes de produção e interação entre a escrita e a leitura, o que sem dúvida permitiu o estabelecimento de relações sociais, não somente entre os escritores e seus leitores, mas também entre escritores e seus mestres, amigos, patronos e esferas de poder. Muitas destas escritas se dirigiam em tons de crítica, laudações e elogios (STARR, 1987, p. 223).

Em razão destas questões, concordamos com as considerações de Chartier ao identificar “os modos de circulação e de apropriação de obras e de gêneros literários, cujo *status*, funções e usos não eram aqueles sugeridos nem pelo texto impresso nem pelos hábitos de leitura silenciosa e solitária” (CHARTIER, 1990, p. 13). Isto porque, o gênero historiográfico latino incorporava discursos elaborados e organizados estilisticamente, de modo a fundamentar a pretensão de convencimento; “atendo-se à verossimilhança, ao possível de ter ocorrido, ao captável pela imaginação, a história partiria do particular para o geral. Relataria casos específicos, visando modelar *exempla*” (GONÇALVES, 2014, p. 4). Ora, não satisfazia apenas produzir uma obra que demonstrasse a veracidade dos fatos; a estes autores da Antiguidade interessava mais a beleza persuasiva do texto, pois a partir destes aspectos estéticos (ornamentação) a mensagem da obra poderia cumprir sua função social de orientar e renovar condutas cívicas.

Compreendemos, dessa maneira, que esse fazer e produzir literário criava imagens a partir de um discurso que encantasse o público, ou seja, existia uma mediação entre a produção de um texto e o seu contexto. Tal mediação era construída pelos instrumentos retóricos [*elonquentia* (eloquência); *inventio* (invenção); *dispositio* (disposição); *pronunciatio* (pronúnciação)] e pela estética (*ornata*) da obra e de seus discursos. Logo, a eficácia deste fazer literário envolvia uma relação entre palavra e imagem, à medida que ambas – palavra e imagem – deveriam expressar significado, beleza e persuasão, porque, assim como entendemos, tornavam-se elementos imprescindíveis à arte de convencimento. Tratava-se de iluminar a compreensão, agradar a audiência e influir na vontade de mobilizar alguma ação (ALEXANDRE JUNIOR, 2008, p. 3). Tal como percebemos, ao orientarem seus cidadãos-leitores, os discursos precisavam, antes de tudo, convencer, e para tanto os aspectos estilísticos eram indispensáveis à elucidação das narrativas históricas. Tito Lívio

instrumentalizou o passado romano a partir dos usos retóricos, de modo a evidenciar a importância das virtudes e das condutas passadas à sua contemporaneidade.

Pelo dito acima, inferimos que o florescimento da historiografia romana devia a um panorama literário suas primeiras manifestações teórico-retóricas e até mesmo seu florescimento enquanto gênero. No contexto do classicismo da Literatura Latina, Cícero estabeleceu as bases para a prosa historiográfica romana, moldando-a segundo o “imperativo da *historia ornata*” (ESTEVES, 2013, p. 77); sua concepção da história¹⁶ e da maneira como esta deveria ser escrita influenciou os historiadores precedentes, tal como Tito Lívio. Seguindo este raciocínio, Cícero inseriu-se em um contexto marcado pelas guerras civis do fim da *Res Publica* e, por consequência, o espaço literário caracterizava-se, por um lado, pela utilização de modelos gregos (*exemplaria graeca*) e, por outro, pela tentativa de superá-los (*emulatio*). Roma, estando em posição de destaque no Mediterrâneo, em função do processo expansionista, desejava destacar e, ao mesmo tempo, definir o espaço para a literatura romana à altura de seus antecessores gregos (ESTEVES, 2013, p. 78), com o incentivo a novos especialistas versados nas artes, na poesia e na escrita da história.

Nesse sentido, o espaço literário romano se relacionava a dois eixos argumentativos: 1) a partir da história seria possível promover a manutenção de toda estrutura social e 2) ressignificar os exemplos de conduta moral que os romanos, principalmente, os líderes, deveriam seguir (MELLOR, 1999, p. 3). Em função disto, compreendemos que a História representaria a *res gestae*, em outras palavras, não se tratava apenas de uma coleta de fatos à moda dos *annales maximi*, mas, segundo a argumentação de Cícero (*De oratore*, I), da recriação, permitida pelo historiador antigo, da cena, do personagem e do evento histórico na sua narrativa, articulando-os de modo a evidenciar *docere* (ensinar), *mouere* (convencer),

¹⁶ Importante mencionar neste espaço da discussão a figura de Quintiliano (35 d.C. – 95 d.C.), orador e professor de retórica romana, tendo como a mais famosa obra a *Institutio Oratoria*. Quintiliano apresenta sua concepção histórica diversa de Cícero, no momento em que alerta os oradores a evitarem a maior parte das qualidades da história, pois, em sua percepção, a história “(...) está muito próxima dos poetas, é uma espécie de poema em prosa, escreve-se para narrar, não para provar – e a totalidade da obra é composta não para a realização de algo ou para um combate presente, mas para a memória da posteridade e a fama do talento” (QUINTILIANO *apud* HARTOG, 2001, p. 165). Mesmo que haja essa divergência quanto ao conceito de história entre Quintiliano e Cícero, os dois revelavam o incontestável esforço em fazer do orador um *sapiens*, ou seja, não se poderia fazer do orador apenas alguém versado em uma instrução técnica, mas um cidadão com comportamento cívico direcionado à *Res Publica* (VASCONCELOS, 2002, p. 207). Logo, Quintiliano atribuiu valor moral ao comportamento do orador, de modo que pelas suas próprias atitudes o mesmo pudesse promover uma resposta emocional em seu público (VASALY, 1993, p. 96). Tem-se a impressão de que, para Cícero e Quintiliano, o orador de sucesso nunca poderia ser comovido pela emoção, já que observava a si mesmo, de maneira constante, deveria preocupar-se sobre o efeito que teria em seu público. Entendemos que existia um debate sobre o controle exercido pelo orador, tendo em vista que, através do exercício consciente da imaginação, criava-se a visão em sua mente, sendo capaz de transmiti-la em palavras a seus ouvintes. Portanto, a arena do orador era a sua audiência, transmitia a essência e, dessa forma, devolvia em *ars oratorum* (VASALY, 1993, p. 97).

delectare (agradar) e *inventio* (invenção). Assim posto, Cícero elaborou elementos imprescindíveis à historiografia romana, à medida que aplicava os três principais elementos do corpo retórico: forense (o modo de lidar com as decisões jurídicas); deliberativo (tratamento direcionado às políticas públicas) e o epidítico (dedicado às ocasiões em que os indivíduos seriam elogiados ou culpados). Logo, os deveres ou funções de um orador e historiador, desde que apropriasse tais elementos à sua escrita, seriam, sobretudo, a invenção, a disposição, o estilo, a memória e a ressignificação de um passado necessário, selecionado e nobre em *uirtus* (VASALY, 1993, p. 4).

Para os antigos, principalmente após Cícero, a produção de uma lição de *uirtus* pelo leitor-ouvinte do relato histórico era o ponto crucial. Buscava-se construir efeitos persuasivos junto aos leitores-ouvintes, pois, desse modo, o relato seria incapaz de fornecer lições adequadas. Como o próprio Cícero argumenta em *De Oratore* (II, 36), a definição de história deveria ser a testemunha dos séculos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira do passado. Isto quer dizer que a história tornava-se contributo à formação do cidadão romano, atuando, de fato, como um instrumento de manutenção de uma ordem social fundamentada em comportamentos cívicos destinados à *Res Publica*. “Os historiadores da tradição romana não poderiam, portanto, construí-la de maneira inconsistente” (BARNABÉ, 2006, p. 55). Há que se verificar que estavam inseridos em ambientes de conflitos sociais que consubstanciavam as suas produções, no que tangia à argumentação, à escolha do tema e ao público destinado.

Esses conflitos, sejam por parte das aristocracias, sejam pelos círculos literários em torno da *domus* de Augusto, expressavam hierarquias e lutas políticas em um espaço competitivo; isto é, os membros dessas casas aristocráticas dirigiam seus esforços ao engrandecimento de sua *domus* e de sua cidade. Compreendemos a relação intrínseca entre a escrita da história e a vida pública, dado que, centrando seu enfoque sobre a *urbs* romana, os discursos, tais como o de Lívio, salientavam as disputas por honra e competição social, os quais sustentavam a dinâmica das relações de poder dos grupos aristocráticos e literários (ANTIQUERA, 2008, p. 26).

Diante destas discussões, propomos que a obra liviana se caracterizou enquanto discurso de poder, exercendo um diálogo entre os grupos sociais de sua contemporaneidade. Sendo assim, sua narrativa parte dos valores e virtudes cívicas cultivadas pelos círculos socialmente mais elevados, em especial aqueles referentes à preservação da *Res Publica*; porém, não somente no sentido de legitimar as ações de Augusto, que no momento da composição de sua obra ascendia, mas sim em razão de legitimar-se em torno das produções

literárias vinculadas ao passado romano, cujos pontos de referência seriam cruciais à identificação coletiva, à consolidação de uma comunidade política de Roma. Desta forma, a história de Lívio foi produzida num tempo e espaço específicos, tendo como destinatário um grupo de cidadãos que constituíam a aristocracia; vemos, diante do exposto, que a produção literária esteve intimamente conectada às relações sociais de seus destinatários,¹⁷ caracterizando-se por sua finalidade educativa, utilitária e competitiva, que refletia os conflitos e embates sociais da guerra civil (31 a.C.) e do início do governo augustiano (MARINCOLA, 2007).

Pelo exposto acima, lançamos algumas questões, que antes de tudo constituem as reflexões realizadas neste percurso: o elemento persuasivo dependia do efeito, da audiência e do ambiente em que o discurso fosse realizado? Se tal efeito existe, como que o orador, os historiadores e mesmo os poetas faziam uso dele? Que papel a representação de lugares e/ou de destinatário e de público pode exercer na elaboração, ordenação e argumentação da oratória? (VASALY, 1993, p. 7). Em nossa opinião, as respostas a estas assertivas nos encaminham à compreensão de que a elaboração da narrativa histórica deve ser conduzida de modo que o historiador reelabore a realidade social, persuadindo seus leitores, movendo seu expectador para o entendimento de que o conteúdo da história se estabelece no campo do compreensível e do memorável. Cabia ao escritor, portanto, realizar “a mediação entre a realidade material e fatural e a linguagem disponível” (GONÇALVES, 2014, p. 8). Isto é, a construção da história para além da ornamentação deveria também se preocupar com o que é dito - expressado, com aquilo que seria lido e retomado por seus contemporâneos e pelos pósteros.

Assim, parece-nos possível deduzir que a obra de Lívio dialoga com o *topos ciceroniano*, a história concebida como *magistra vitae*, a narrativa de grandes feitos, de exemplos. Em razão disto, Tito Lívio, desde o prefácio do primeiro livro, aponta para a importância do passado aos seus contemporâneos, os quais podiam, a partir dos *exempla* da História, imitar e exaltar o *mos maiorum*. Nas suas palavras,

¹⁷ Em nosso trabalho, utilizamos o termo *destinatário* para nos referirmos àqueles indivíduos ou grupos sociais aos quais Tito Lívio endereçava sua obra. O termo *destinatário* refere-se à designação do indivíduo a quem destina-se algo, alguma coisa; já a expressão *público leitor* em contrapartida refere-se àqueles que de fato liam a obra, ou seja, aqueles que sem serem, em específico, seus destinatários também tinham acesso à obra pelo advento de circulação da mesma; contudo, não podemos identificar com maior precisão quem foi o público leitor de Lívio, mas conseguimos compreender que a aristocracia, o *princeps* e os próprios literatos de seu período correspondiam a seus destinatários, ao mesmo tempo em que realizavam a leitura de sua obra (Cf. STARR, 1987; PARKER, 2009).

O que é produtivo e salutar no conhecimento dos fatos é considerar atentamente os ensinamentos de todos os exemplos presentes em tão célebre tradição. Daí, para si mesmo e para [a *Res Publica*]¹⁸, pode-se apreender o que imitar, daí poderia ser evitado o que é vergonhoso; tanto em sua origem quanto em seu desfecho (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita. Prefácio. I*).¹⁹

Logo, nas primeiras linhas do prefácio, Lívio demonstra sua habilidade retórica, com especial referência aos pressupostos ciceronianos (ornamentação e argumentação), ao apresentar as técnicas e metodologias de narração (MCDONALD, 2009, p. 222). Por tais influências, Tito Lívio se propõe a empregar a tática de atrair a simpatia (*captatio benevolentiae*) do leitor, procurando convencê-lo a se interessar pela sua obra, explicitando a grandeza do assunto.²⁰ Roma e sua história passam a ser o centro de discussão do prefácio. O historiador de Pádua busca comunicar e convencer o leitor da validade de lembrar a história. Citemos *in extenso*:

O assunto requer um trabalho imenso, porque retrocede a setecentos anos e porque, de um frágil começo, cresceu a tal ponto que as remotas origens e os fatos mais próximos a elas causariam menos satisfação aos muitos leitores que, impacientes, anseiam pelos fatos recentes com os quais há muito tempo o próprio poder vem se aniquilando. Eu, ao contrário, procurarei também nisso uma recompensa ao meu esforço, ou seja, hei de me afastar do exame dos males que nossa geração presencia há tantos anos; enquanto, com certeza, durante esse longo tempo, em meu pensamento, recupero totalmente aquele passado, livre de toda preocupação que, embora não possa desviar da verdade a conduta de um escritor, poderia contudo perturbá-lo (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita, Prefácio. I*).²¹

¹⁸ Em nossa dissertação optamos por utilizar o termo *Res Publica*, advindo da documentação em latim, ao invés do termo – Estado, presente nas seguintes traduções utilizadas neste trabalho: LIVY. *The History of Rome I. Books I-II*. B. O. Foster (Tr.). Loeb Classical Library. Harvard University Press, 1919; LÍVIO, Tito. *História de Roma*- livro I: a monarquia (*Ab Vrbe Condita*), (bilingue). Tradução Mônica Vitorino; introdução e notas Júlio Cesar Vitorino. Belo Horizonte: Crisálida, 2008. Adotamos, assim, o conceito de *Res Publica*, tendo em vista seu uso nos vestígios documentais antigos e em *Ab Vrbe Condita*. O termo Estado nos indica uma conceitualização moderna, embora *Res Publica* apareça no dicionário latino (Dicionário latino português por Francisco Torrinha, 1942, p. 749) com o sentido de coisa pública e o Estado.

¹⁹ “Hoc illud est praecipue in cognitione rerum salubre ac frugiferum, omnis te exempli documenta in inlustri posita monumento intueri; inde tibi tuaeque rei publicae quod imitere capias, inde foedum inceptu foedum exitu quod uites” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita. Prefácio. I*).

²⁰ Esse reconhecimento da grandeza do assunto a ser explorado e do labor a ser despendido na elaboração da obra encontravam-se presente desde Políbio (203 a.C. - 120 a.C.). A autoridade do historiador na Grécia, portanto, foi construída à medida que promovia um exercício fatigoso de investigação e de vinculação com o passado. Políbio compreende que a História tem a função de educar os generais e os estadistas, e, assim como Lívio, reconhece, de fato, o valor utilitário da História, a partir da analogia entre os acontecimentos passados e presentes. Logo, o passado pela estrutura narrativa poderia, então, ser reconstruído (MILES, 1995, p. 13).

²¹ “Res est praeterea et immensi operis, ut quae supra septingentesimum annum repetatur et quae ab exiguis profecta initiis eo creuerit ut iam magnitudine labore sua, et legentium plerisque haud dubito quin primae origines proximaque ariginibus minus praebitura uoluptatis sint, festinantibus ad haec noua quibus iam pridem praeualentis populi uires se ipsae conficiunt: malorum quae nostra tot per annos uidit aetas, tantisper certe dum prisca illa tota mente repeto, auertam, omnis expers curae quae scribentis animum, etsi non flectere a uero, sollicitum tamen efficere posset” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita. Prefácio. I*).

Pela leitura do excerto acima, verificamos que uma das estratégias da escrita liviana é a tendência a se afastar do presente, refugiando-se no passado. Tal posição evidencia que o historiador, mais do que tratar da História de Roma, pretendia estabelecer um diálogo com seus leitores, denotando uma preocupação em ornamentar a escrita, tal como Cícero – *expositio rerum gestarum* (*De Oratore* II. 35-36). Neste sentido, a narrativa liviana, ao contrário de Heródoto, Tucídides e Políbio,²² fundamentou-se nas origens de Roma, assim como as narrativas de Salústio, à medida que tratavam de eventos distantes daqueles vivenciados pelo seu autor. Tal como aparece na descrição salustiana acerca da Guerra de Jugurta, ocorrida ao final do século II a. C. (SEBASTIANI, 2007, p. 80). Além disso, a narrativa liviana acentua seu espaço de legitimidade e posicionamento em relação aos seus predecessores, fato notório nas palavras de Lívio:

Se hei de obter bons resultados relatando toda a história do povo romano desde os seus primórdios, nem sei muito bem, nem ousaria dizê-lo se soubesse. [...] E, se na grande multidão de escritores o meu talento cair no obscurantismo, que eu me conforte com a notoriedade e grandeza daqueles que farão sombra ao meu nome (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*, Prefácio. I).²³

Segundo Sebastiani (2002, p. 24), “Tito Lívio utilizou dos mecanismos retóricos denominados *diminutio* e *amplificatio*, objetivando dar ao texto uma aparência de “rebaixamento” diante de suas próprias habilidades em comparação com outros historiadores”; demonstrando, desse modo, o esforço a ser empreendido na elaboração de sua *Ab Vrbe Condita*. Diante destas discussões, parece-nos possível inferir que um dos objetivos de Lívio era despertar o interesse de seus leitores (daí a importância da audiência), concentrando a atenção de seus espectadores nos aspectos psicológicos de seus personagens,

²² Esses três historiadores gregos escreveram sobre acontecimentos próximos às suas experiências pessoais; muitas vezes, dialogavam com seus testemunhos, ou mesmo consideravam observações pessoais dos acontecimentos e fatos. A julgar pelas perspectivas dos três grandes nomes do gênero historiográfico da Antiguidade, acreditamos que conferiam autoridade às suas obras por meio de dois critérios específicos: 1) A autoridade dava-se pela utilização das evidências consultadas; 2) De outro modo, a autoridade ocorria em razão de suas próprias experiências pessoais, seja como intérpretes dos testemunhos, seja como políticos ou participantes diretos dos eventos que descreviam. Assim, Heródoto nasceu, provavelmente, em 484 a. C. e narrou as Guerras Médicas (Greco-pérsicas) do início do século V a. C. (Cf. HARTOG, 2001, p. 45); Tucídides nasceu entre 460 e 455 a. c., escreveu sobre a Guerra do Peloponeso que ocorreu ao final do mesmo século, na qual atuou militarmente em favor de Atenas (MOMIGLIANO, 2004, p. 67); “Políbio, por sua vez, interpretou os fatos em torno das Guerras Púnicas e Macedônicas, tendo atuado, na última, em 169 a. c., como hiparco (comandante da cavalaria da confederação Aquea), ao lado das forças romanas contra as falanges macedônicas” (COLLARES, 2010, p. 99).

²³ “Factvrvsne operae pretium sim si a primordio Vrbs res populi Romani perscripserim nec satis scio nec, si sciam, dicere ausim. [...] et si in tanta scriptorum turba meâ fama in obscuro sit, nobilitate AC magnitudine eorum me qui nomini officient meo consoler” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. Prefácio).

numa descrição dos comportamentos cívicos e daqueles contrários a *Res Publica*, portanto, em prejuízo a *urbs* (WALSH, 2009, p. 202). Como argumenta Walsh (2009, p. 205), Lívio trabalha em sua narrativa com as emoções humanas, afetando, em razão disso, a sua audiência, esteja esta presente em meio a cidadãos, conselhos ou discussões nas assembleias. Para criar tal efeito em seus leitores, Tito Lívio utilizou certos dispositivos estruturais para organizar seus diálogos, numa relação intertextual entre discursos e sessões de argumentação. Tal como podemos visualizar no seguinte excerto:

Mas estavam, como suponho, predeterminados pelo destino de tão grande cidade e o início do império que é o mais poderoso depois do poder dos deuses. [...] Concluídas as cerimônias religiosas de acordo com os ritos e convocada para uma assembleia toda a multidão que, de alguma forma, poderia se constituir em um único povo, exceto por meio de leis, Rômulo apresentou uma legislação (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I, IV-VIII).²⁴

O excerto acima demonstra a interferência de Lívio na elaboração de seu discurso; logo, constrói sua *argumentatio* ao explicitar os elementos constitutivos da identidade romana. Sendo assim, as argumentações do historiador são elaboradas através de um discurso indireto que, conecta a história mítica e a interpretação dos fatos segundo a leitura de Lívio.

Outro método, comumente usado por Tito Lívio, foi chamado “dispositivo *silentium*”, criando, desta feita, um silêncio dramático em seções descritivas da *Ab Vrbe Condita* (WALSH, 2009, p. 208).²⁵ Tal dispositivo pode ser visualizado na narrativa de Camilo, quando o ditador pela força de seu discurso convence o povo de Roma a não abandonar sua cidade, em suas palavras:

o que estava em jogo efetivamente era que a pátria se mantivesse sobre sua base, não que eu estivesse em minha pátria a todo custo. Pois para que a conquistamos das mãos do inimigo que a almejava, se, uma vez recuperada, nos mesmos a abandonamos? [...]. Todos estes objetos sagrados, tão antigos como Roma, anteriores alguns a fundação de Roma, parece bem abandoná-los em lugar profano? (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. V, LI -LII).²⁶

²⁴ Sed debebatur, ut opinor, fatis tantae origo urbis maximique secundum deorum opes imperii principium [...]. Rebus diuinis rite perpetratis uocataque ad concilium multitudine quae coalescere in populi unius corpus nulla re praeterquam legibus poterat (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I, IV-VIII).

²⁵ Cícero utilizou tal dispositivo em seus diálogos no *De Or.* 3.35.143.

²⁶ Nec nunc me ut redirem mea voluntas mutata sed vestra fortuna perpulit; quippe ut in sua sede maneret patria, id agebatur, non ut ego utique in patria essem. Et nunc quiescerem ac tacerem libenter nisi haec quoque pro patria dimicatio esset; cui deesse, quoad vita suppetat, aliis turpe, Camillo etiam nefas est. Quid enim repetiimus, quid obsessam ex hostium manibus eripuimus, si reciperatam ipsi deserimus?. [...] Haec omnia in profano deseri placet sacra, aequalia urbi, quaedam vetustiora origine urbis?.) (Tito Lívio, *Ab Vrbe Condita*. V, LI - LII).

O dispositivo *silentium* pode ser entendido como o espaço privilegiado na narrativa liviana para a fala de seus personagens; geralmente, trata-se daquela narrativa que tem função direta na interlocução interna e externa ao texto, traz em seu cerne os *exempla*, que se tornam o elemento que liga o discurso narrativo do passado à realidade social do presente. Assim, compreendemos que, ao empregar esses artifícios retóricos como aspecto metodológico de sua escrita, Tito Lívio mostrava-se ciente da historiografia antiga que o precedeu, definindo as rupturas e permanências neste espaço literário, rearticulando, ressignificando e potencializando a escrita do passado romano à sua realidade social (SEBASTIANI, 2002, p. 25).

Esses aspectos aqui discutidos são importantes e imprescindíveis aos nossos estudos, uma vez que singularizam a concepção historiográfica de Tito Lívio, ou seja, o modo como o historiador instrumentalizou o passado romano a partir de suas técnicas retóricas, literárias e de seu estilo. Argumentamos, portanto, que a historiografia analítica que precedeu Lívio “encontrava-se em perfeita ligação com a escrita aristocrática e sua relação visceral com a vida pública, pois que, centrando seu enfoque sobre os acontecimentos periódicos de Roma, salientava a disputa por honras e posição social que sustentavam a dinâmica da [aristocracia] romana” (ANTIQUERA, 2008, p. 26). Em nossa percepção, a competição — *ethos* — por excelência da comunidade política em Roma criou espaços de poder que se traduziam na prática historiográfica (ECK, 1984, p. 129, *apud* ANTIQUERA, 2008, p. 26).

Diante deste quadro, referente ao período tardo-republicano, compreendemos que a memória romana e a inovação se defrontam; sendo que tal natureza de inovação, confrontada à memória, produziu as seguintes transformações na historiografia romana: 1) Houve, portanto, um processo de mudança na função social da analítica, articulado ao deslocamento da autoridade social de Roma. Até então, a autoridade que a aristocracia exercia na comunidade política romana estava “ligada à capacidade dela em definir o ‘romano’” (WALLACE-HADRIL, 1997, p. 20-21). 2). Havia em torno destas aristocracias a necessidade de promover a manutenção do *mos maiorum* romano, pois a partir daí legitimariam suas imagens e identidades. Para tanto, inferimos que os grupos sociais compostos pela aristocracia senatorial e equestre, e até mesmo aquelas casas aristocráticas que não detinham nenhum cargo institucional, mas que por meio de seus recursos financeiros compunham os espaços de poder de Roma, articularam suas posições sociais por meio dos mecanismos de perpetuação e comunicação. Tal como Lívio que, associado às expectativas de

seu contexto imperial, elaborou um discurso no qual transmitiu as virtudes cívicas de Roma (WALLACE-HADRIL, 2008, p. 32).

Desse modo, postos em uma dinâmica social e alicerçados no *mos maiorum*, tais grupos sociais criavam estratégias de convencimento para a manutenção de seu poder e posições; logo, criavam estratégias de poder que contribuíam para a definição e condução da vida pública e dos traços constituintes da memória romana (ANTIQUEIRA, 2008, p. 76). Queremos ressaltar, sobretudo, que a dinâmica social entre a aristocracia senatorial e equestre, com relação às produções literárias e à *domus* imperial, intensificou as modificações dos discursos e acontecimentos históricos, assumindo discussões comprometidas com o realce da memória cívica dos romanos, por meio do trabalho de escrita e leitura do passado exemplar de Roma. Como propõe Antiqueira (2008, p. 29), “as transformações culturais [e políticas] do fim da República e a tessitura tradicional da escrita da história” resultaram, dessa forma, na elaboração, organização e composição da narrativa liviana, utilizando-se como aparato os elementos retóricos. Neste sentido, Tito Lívio responde de modo versado e original às novas condições nas quais o trabalho da escrita se torna possível, “mantendo, porém, o verniz aristocrático e conservador característico desta prática ao longo dos dois últimos séculos republicanos” (GABBA, 1984, p. 79, *apud* ANTIQUEIRA, 2008, p. 28). Assim como entendemos, a concepção histórica de Tito Lívio é moral, conecta o passado ao presente numa articulação que permitia, de fato, a construção, transmissão e reafirmação da memória social romana (Cf. JAEGER, 2000).

1.3 - OS DISPOSITIVOS RETÓRICOS NA NARRATIVA DE LÍVIO

“Tendo encontrado o que dizer e em que ordem, o mais importante é de que modo transmitir” (CÍCERO. *De Oratore*. 51)

Assim, como mencionado na epígrafe supracitada, o que nos interessa compreender é a maneira como Tito Lívio transmitiu e articulou o conteúdo da *Ab Vrbe Condita* em um processo que engloba, em termos efetivos, preservação, seleção e, por excelência, a relação intrínseca entre memória e esquecimento a partir de uma elaboração retórica. Com isso, Cícero nos oferece um bom ponto de partida para compreender a literatura, e em nosso caso a narrativa liviana, como um produto social que visava a orientar e redirecionar comportamentos, vinculando-os às imagens do passado e criando, dessa forma,

um ideal de unidade e consenso à política de Augusto (Cf. LOBUR, 2008). Consideramos pertinente o uso retórico no discurso de Lívio, articulado a uma produção de memória, que ressignifique o passado e oriente, a partir de ações exemplares, mudanças nos comportamentos sociais alicerçados pela *uirtus*.

Ora, entendemos que Lívio preocupava-se em atribuir à sua obra uma função social capaz de interferir e modificar a realidade social. O autor é, portanto, aquele que toma a iniciativa de uma ação, que utiliza os dispositivos retóricos vinculando-os à realidade/ação. Em função deste fato, estruturava-se, primeiramente, em sua *auctoritas* que lhe garantia reconhecimento público. O autor foi o responsável por sua existência, seu prestígio e posição social, os quais garantiriam repercussão à obra (DUPONT, 2004, p. 173). Nesse sentido, consideramos que Lívio e outros autores de seu tempo (*eg.* Virgílio, Horácio, Propércio, Ovídio) buscavam por um espaço de atuação que os conduziam à necessidade de planejar e criar estratégias de negociações, pois suas produções encontravam-se inseridas em ambientes complexos, que influenciavam suas escritas. Ao escrever a *Ab Vrbe Condita*, Lívio não só construía modelos de comportamentos, mas expressava e produzia os espaços institucionais de competição e disputas em torno de suas produções.

Com essa ressalva, inferimos que o discurso histórico de Lívio representava o *mos maiorum*, uma vez que, retoricamente, difundia e promovia as lições e as mensagens do passado; para tanto, o autor recorria à memória social (Cf. GUARINELLO, 1994), às experiências temporais dos homens de outrora. De acordo com essas perspectivas, inferimos que Tito Lívio concentrou-se em produzir uma leitura do passado sob as estratégias retóricas, que permitiriam, a partir de uma elaboração textual, comunicar e recriar imagens de condutas que, adjetivadas pelo caráter, poderiam ou não ruir a *Res Publica* (Cf. FOX, 2007). Nesse sentido, o uso da retórica na historiografia antiga definiu-se para além de uma arte persuasiva e, realmente, desempenhou um papel importante na definição de uma memória social, que marcasse, em efetivo, o desenvolvimento da literatura romana. Em outras palavras, a arte retórica foi um mecanismo utilizado na fala e na escrita, tendo um papel vital no espaço público, interferindo na vida social e política de Roma. Como pontua Matthew Fox (2007), a literatura foi uma expressão escrita desse esforço de definir o “ser romano”, a partir de circunstâncias conflituosas advindas das guerras-civis, em outras palavras, a construção de discursos retóricos que objetivavam transmitir uma unidade que representasse, em efetivo, a comunidade cívica de Roma, vale dizer, sua memória.

Em vista disso, ao lermos a *Ab Vrbe Condita*, compreendemos que Tito Lívio utilizou aparatos de convencimento como a forma, palavra latina que significa aparência, isto

é, estruturação e ordenação dos argumentos (FUNARI, 2011, p. 140). A argumentação retórica produz em seu ato de comunicação dois efeitos distintos, mas complementares: “os leitores/ouvintes são cognitivamente convencidos quando aceitam uma afirmação como verdadeira; e são (em seguida) persuadidos, se a sua conduta ou motivação é afetada” (JÚNIOR, 2008, p. 7). Isto porque, o texto com seu conteúdo elucidativo, permite ao leitor interpretar à luz do seu entendimento e de suas vivências o que está escrito, resignificando-o. Assim, ao escrever, o autor coloca as suas impressões na composição da obra (FOUCAULT, 1992, p. 119-122), autenticando o valor da obra, na medida em que esta se torna essencial à promoção da memória de uma dada comunidade.

Essa percepção pode ser vislumbrada no discurso de Lívio, já que utilizou instrumentos retóricos, tais como: a atração de seus leitores por meio de uma linguagem convidativa; o escapismo como modo de acentuar o seu interesse de abordagem; a afirmação do valor de seu trabalho sem mencionar seus predecessores e até mesmo o uso de digressões sobre o seu método de trabalho. Estes instrumentos podem ser visualizados no início e no fim de seu prefácio (Cf. Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita. Prefácio*). Nas palavras de Lívio:

obter bons resultados relatando toda a história do povo romano desde os seus primórdios, nem sei muito bem, nem ousaria dizê-lo se soubesse. [...]. [Iniciaremos] com votos e invocações aos deuses e deusas, suplicando para que concedessem resultados propícios à obra que ora se inicia (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita. Prefácio*).²⁷

Em nosso entender, a presença das divindades marca, em especial, a necessidade de garantir seu sucesso e, por consequência, a transmissão de sua narrativa, já que representaria uma ação ritualizada. Lívio incorpora a *pietas* e, em função disto, a sua narrativa histórica, alicerçada no *mos maiorum*, transformar-se-ia em um contributo, à medida que implementaria a *uirtus* nos comportamentos de seus concidadãos aristocráticos. O escritor, seu objeto e público eram partes indissociáveis da composição, pois, parafraseando Catherine Salles (2010, p. 48 e p. 238), a narrativa comportava dimensões sociais, já que grupos sociais estimulavam à escrita ou a fala do autor, que, ao escolher temas e estilos, poderia influenciar seu público. O que nos aproxima da perspectiva de que a escrita, seja histórica, épica, trágica, satírica, epistolar, transformava-se em “atos de preservação e comunicação da memória”, abrindo “espaço à permanência social” (MITRAUD, 2007, p. 17). Associa-se a esses

²⁷ “Factvrvsne operae pretium sim si a primordio Vrbis res populi Romani perscripserim nec satis scio nec, si sciam, dicere ausim.[...]. cum bonis potius omnibus uotis deorum dearumque, ut orsis tantum operis successus prosperos darent.” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita. Prefácio*).

elementos a seguinte afirmação referente ao modo como se deve constituir e transmitir as histórias de todos os gêneros da Antiguidade:

conhecer as palavras que se quer usar; saber como estas podem ser ajustadas para que destaquem a harmonia do que é dito; e julgar se é necessária alguma modificação, mediante adição, supressão e/ou variação do material empregado na composição. Desse modo, qualquer obra escrita deveria possuir duas finalidades básicas: a beleza e o prazer (GONÇALVES, 2014, p. 3).

Compreendemos, pela passagem acima, que a relevância comunicativa torna-se para estes autores latinos determinante na elaboração, argumentação e veiculação de suas produções; ao mesmo tempo em que a ornavam para torná-la agradável à leitura e ouvidos. Ora, as produções textuais na Antiguidade tinham a função de *paideia*, pretendendo transmitir uma memória que, no mundo antigo, permeava a essência dos relatos. Em nossa perspectiva de abordagem compreende-se que ser historiador era uma prática literária e que mantinha, em termos efetivos, uma estreita ligação com os eventos públicos. A narrativa histórica não se vinculava ao discurso de veracidade, tal como produzimos em nossa contemporaneidade, à medida que a história incorporava dispositivos míticos ou lendários (Cf. Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. Prefácio. I). As dimensões do passado romano deveriam remodelar as práticas e as condutas sociais de seus contemporâneos; desse modo, não se pretendia produzir uma reconstrução precisa e confiável dos fatos históricos, mas sim elaborar, em termos efetivos, uma *oratio* (discursos sobre o passado) a partir de uma verossimilhança.

Logo, as conexões entre a historiografia escrita e a realidade histórica eram, portanto, múltiplas e complexas: os acontecimentos do passado e todos os exemplos históricos advindos da observação das práticas virtuosas, como também dos vícios, permitiam uma autoridade ao texto (Cf. FELDHERR, 2009). Tornava-se imprescindível construir imagens associadas à produção de um passado para orientar o presente, pois, nas palavras de Lívio, “poderia para si mesmo e para a *Res Publica* apreender o que imitar, daí poderia ser evitado o que é vergonhoso tanto em sua origem como em seu desfecho” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*, Prefácio, I)²⁸. Neste sentido, a escrita de Lívio criou imagens de heróis romanos utilizadas como recurso retórico para produzir uma memória social relacionada à comunidade política imperial, que, em momentos de instabilidades, disputas e hierarquias sociais, projetava valores sociais que reafirmariam a latinidade romana. Voltar-se ao passado

²⁸ “Inde tibi tuaeque rei publicae quod imitere capias, inde foedum inceptu foedum exitu quod uites.” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*, Prefácio, I).

simbolizava, em termos efetivos, narrar o tempo passado para o seu presente e, com este dispositivo retórico, evitava-se escrever diretamente sobre a contemporaneidade augustiana (Cf. SYME, 1959; EDER, 2005; GALINSKY, 1996; CHAPLIN, 2000 e 2009 entre outros).

A partir destas discussões, entendemos que a arte retórica foi importante por dois pontos: em primeiro lugar, porque a expressão oral e escrita tornavam-se, deste modo, vitais à vida social e à política em Roma; em segundo lugar, era fundamental a familiaridade com o contexto, já que a prática de persuasão associava-se às carências da contemporaneidade do orador e do historiador (Cf. DAMON, 2007). A esta discussão acrescentamos a argumentação de François Hartog (2011) ao referir-se a Jean-Pierre Vernant; o autor propõe que o recurso da fala era o mesmo aplicado à escrita, à medida que possuíam uma dimensão social. De acordo com suas proposições, a palavra torna-se

instrumento político por excelência. [...] Ela já não é a palavra ritual, a fórmula exata, mas o debate contraditório, a discussão e a argumentação. Ela supõe um público ao qual se dirige como a um juiz que decide em última instância, com as mãos levantadas, entre as duas propostas que lhes são apresentadas; é essa escolha puramente humana que avalia a respectiva força de persuasão dos dois discursos (VERNANT, 1962, p. 45, *apud* HARTOG, 2011, p. 39).

Sendo assim, o vínculo estabelecido entre a cidade e a fala tornava-se essencial à prática política, bem como à de arte de convencimento. Como sugere Hartog (2011, p. 39), a importância reconhecida à fala (enquanto instrumento político) e à prática da escrita (pelo seu poder de objetivação) levaram a desencadear reflexões sobre o *logos*, sobre seus poderes e sobre a influência dos dispositivos retóricos. Neste sentido, torna-se relevante o seguinte questionamento: ao compor seus discursos, o historiador não deveria distinguir-se da arte oratória? Para Cícero, competia ao orador, e mesmo ao historiador, escrever a história concebida de fato como *opus oratorium maxime* (CÍCERO, *De legibus*, 1,2,5). Deste modo, não haveria fronteira entre o historiador e o orador, em outras palavras, entre a história e eloquência. O historiador transformava-se em um sujeito de enunciação que se construía e se reconhecia como o “eu” que escrevia; reivindicava-se, dessa forma, como escritor.

Preocupado com os mortos e senhor da imortalidade, seu desejo seria o de conservar tal prerrogativa, mas a imortalidade que ele proclama ou consigna já não é a dos heróis individuais, mas a da cidade [a de uma comunidade política, em que os heróis estão voltados à prática da *uirtus*, pelo bem coletivo, pela *Res Publica*] (HARTOG, 2011, p. 40).

O *histor*, ao dedicar-se ao seu ofício, acabava almejando, além do presente e de suas vicissitudes, uma sobrevida para sua obra e para si mesmo. Este esforço em ordenar e ornar a escrita histórica conduz-nos a afirmar que os historiadores eram portadores de eloquência, articulando os discursos fabricados no ato do narrar. Os *exempla* são, pois, um momento da argumentação, um expediente da persuasão, um singular e significativo “espaço do lembrar”. Frente a esta perspectiva, consideramos a escrita histórica como um dispositivo de poder e, por consequência, uma produção de memória, à medida que nos conduz às seguintes perguntas: Quais seriam os *logoi* na história e seus efeitos? Qual seria a função das palavras? Estas indagações são fundamentais, visto que “uma historiografia que não tivesse reservado espaço para os discursos teria sido inapropriada nesse mundo da palavra política, tal como era na cidade antiga” (HARTOG, 2011, p. 42). Neste quadro argumentativo, inserimos as palavras de Quintiliano:

a retórica é a ciência de bem dizer”, (*rhetoricem esse bene dicendi scientiam*), pois que compreende numa palavra todas as virtudes do discurso e ao mesmo tempo as qualidades do orador, pois que não se pode falar bem se não se for um homem bom. Também boa é a definição dada por Crísipo, tirada de Cleante, e que diz: “a ciência de falar com propriedade *scientia recte dicendi* (QUINTILIANO, *Institutio Oratoria*, II, 33).²⁹

Com isso, o *rhetor* colocou em evidência dois elementos relacionáveis: a natureza e a definição da retórica fundamentada em palavras elaboradas, estruturadas e ornamentadas pelo orador ou historiador, bem como a relevância das palavras, quando se comprometiam, em especial, com a construção dos comportamentos individuais. A escrita tornava-se, de fato, um produto social. Seguindo esta linha de raciocínio, Cícero considerava o assunto essencial, à medida que dava corpo ao relato histórico e à forma como tal relato seria construído (WOODMAN, 1988, p. 77). Tornavam-se essenciais, neste cenário discursivo, a *Res Gestae* e a *uita* dos personagens da obra e suas virtudes. Como compreendemos, tal proposta pode ser reconhecida em *Ab Vrbe Condita*, já que produziu, por meio de discurso presente desde a origem até a instauração da *Res Publica*, os *monumenta*, que, em outras palavras, representavam as coisas dignas de serem recordadas, rememoradas e ressignificadas. A

²⁹ “Nos autem ingressi formare perfectum oratorem, quem in primis esse uirum bonum uolumus, ad eos qui de hoc opere melius sentiunt reuertamur. Rhetoricen autem quidam eandem ciuilitatem esse iudicauerunt, Cicero scientiae ciuilis partem uocat (ciuilis autem scientia idem quod sapientia est), quidam eandem philosophiam, quorum est Isocrates. [34] Huic eius substantiae maxime conueniet finitio rhetoricen esse bene dicendi scientiam. Nam et orationis omnes uirtutes semel complectitur et protinus etiam mores oratoris, cum bene dicere non possit nisi bonus. Idem ualet Chrysippi finis [35] ille ductus a Cleanthe, 'scientia recte dicendi.'” (QUINTILIANO, *Institutio Oratoria*, II, 33).

narrativa tornava-se, assim, não apenas um conjunto de palavras e discursos que traduziriam comportamentos cívicos, mas, antes de tudo, a própria narrativa histórica era a *eloquentia*, *inventio*, *Res Gestae* e *ornata* (Cf. VASALY, 1993). Não se formava somente pelo conceito de *mos maiorum* romano, configurava-se em sua totalidade e materialidade como o próprio *mos maiorum* revertido de *uirtus* (e.g. *pietas*, *fides*, *auctoritas*, *iustitia*, *belli*, *castitas*, *pudicitia* (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. Prefácio. I, XVIII/XXXII/VII-XLII/XXXII/XXII/LVII-LVIII-LIX), pois, como argumenta Lívio, “o que é sobretudo salutar e produtivo no conhecimento dos fatos é considerar atentamente os ensinamentos de todos os exemplos em tão célebre tradição (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. Prefácio. I).³⁰

Como “texto monumento” (DUPONT, 1998, p. 36), oposto à “palavra evento” do *aedo*, empregamos aqui a expressão de Florence Dupont – registro utilitário da *Res Gestae populi romani* –, pois, em nosso entendimento, esperava-se que o discurso histórico cumprisse a função de orientar os homens. A narrativa liviana forneceria exemplos numerosos, condutas cívicas a serem imitadas ou condutas viciosas a serem rejeitadas. Os *exempla*, em sentido retórico, tornavam claro o que era obscuro, à medida que ajudavam na construção do verossímil. Além disso, deixavam a obra mais ornada e, por este fato, possibilitavam uma “efetiva presença, capaz de orientar inúmeras gerações” (TEIXEIRA, 2008, p. 567).

Diríamos, ao compartilhar dos pressupostos acima, que, ao narrar às intenções, as condutas cívicas, os eventos, o caráter e a vida dos personagens, Lívio remetia-se aos recursos da *narratio* (Cícero, *De inuentione*, I, 27). Em função deste recurso metodológico, os argumentos narrativos foram apresentados a partir da *inventio*, a qual expressava o momento de êxtase do discurso, bem como os meios de persuadir o público a aceitar o discurso do narrador. Deste modo, o *pathos* ou o momento da emoção discursiva são observados na escrita liviana pela relação de causa e efeito (KENNEDY, 1994, p. 4), em que as condutas e escolhas dos personagens constituem o clímax narrativo, tal como se observa no episódio de Lucrecia (Tito Lívio. *Ab Urbe Condita*, I, LVII\ LX).³¹

³⁰ “Hoc illud est praecipue in cognitione rerum salubre ac frugiferum, omnis te exempli documenta in inlustri posita monumento intueri” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*, Prefácio, I).

³¹ A narrativa de Lucrecia se desenvolve em torno da morte voluntária da matrona, ao sofrer um estupro. A personagem de Lívio representa o comportamento digno de uma *domina* comprometida com a preservação de sua *pudicitia*; logo, a causa do estupro de Lucrecia teria ocorrido em função de ações desmedidas de Tarquínio, o soberbo, que, em prejuízo à *Res Publica*, comprometeria, em termos simbólicos, a condução pública da mesma. Neste percurso, o efeito retórico acentua que a morte voluntária de Lucrecia restaurou a virtude de sua família e, ao mesmo tempo, a ação de Lucrecia tornava-se um *exemplum* para outras mulheres, visto que sua atitude extrapolou o espaço da *domus*, transformou-se em símbolo feminino a ser lembrado na comunidade política (MILNOR, 2009, p. 82).

Em nossa percepção, Tito Lívio pretendia preservar e criar uma memória dos eventos passados, expondo-os à apreciação/contemplação e emulação de seus leitores; logo, o *monumentum* liviano compartilharia, assim como os outros monumentos físicos dispostos no espaço da *urbs*, a apreciação social dos valores cívicos (MILES, 1995, p. 17). Em vista disso, seja por meio da escrita ou por meio das construções físicas, essas obras pretendiam perpetuar as *res gestae* romanas: tratava-se de uma compreensão singular da história enquanto "monumentalização do passado" (Cf. MILES, 1995), que atuaria, de modo efetivo, em ensinamentos para o tempo presente, bem como para demarcar posições, hierarquias e conflitos sociais. Tito Lívio aponta em sua escrita a relação tríade entre causa/ação/consequência; conforme se percebe no trecho a seguir:

Naquela época a justiça e o sentimento religioso de *Numa Pompílio* eram célebres. Ele, um homem extremamente versado em todas as leis divinas e humanas, (...) desejou que também os deuses fossem consultados a seu respeito, assim como Rômulo, que assumiu o poder após ter tomado os augúrios para a fundação da cidade (...). Assim, tendo assumido o reino, *Numa*, com base no direito, leis e costumes, prepara-se para reestruturar a jovem cidade (...). Roma apresentava tanto solidez quanto harmonia, não só devido às artes da guerra, como também da paz (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I. XVIII).³²

Reconhecemos, aqui, o emprego dos artifícios retóricos significativos à transmissão de uma memória respaldada num passado glorioso, já que a causa (período), a qual antecede o comportamento virtuoso de *Numa*, configurou-se pela necessidade de manter a *urbs* sob a *concordia* e a *harmonitas*. Se compararmos o período de Rômulo, demarcado pelo aspecto guerreiro do fundador de Roma, com ciclos de batalhas internas (*e.g.* Rapto das Sabinas) (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I. IX/X/XIII) e externas (*e.g.* guerras contra os ceninenses, antenates, crustumino) (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I. IX), as ações de *Numa* direcionavam-se à manutenção da paz, sem as sequelas da degradação moral. Buscava-se, em nosso entendimento, construir exemplos de virtudes cívicas que levassem em consideração o respeito pelas divindades, rituais, cerimônias, leis e costumes antigos. *Numa Pompílio* exercia assim a conduta cívica esperada de um governante, suas ações dirigiam-se à comunidade. O que nos permite observar os seguintes fatores: o engrandecimento da *urbs* por meio da paz, a

³² "Inclita iustitia religioque ea tempestate Numae Pompili erat. Consultissimus uir, ut in illa quisquam esse aetate poterat, omnis diuini atque humani iuris. (...). Accitus, sicut Romulus augurato urbe condenda regnum adeptus est, de se quoque deos consuli iussit. (...). Qui regno ita potitus urbem nouam conditam ui et armis, iure eam legibusque ac moribus de integro condere parat (...). Cum ualida Tum temperata et belli et pacis artibus erat ciuitas" (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I. XVIII/XIX/XXI).

pietas por parte dos deuses e a estruturação dos templos (no Aventino dedicou um templo a Júpiter). O que pretendemos enfatizar, neste espaço da dissertação, é que a *narratio* sob os meios retóricos propõe tornar os acontecimentos e exemplos modelos a serem rememorados e transmitidos na memória pública, criando, por esta razão, uma imagem de unidade (CONNOLLY, 2009, p. 189); dessa forma, como concebemos, a produção de memória social articula uma consciência de um passado comum (HOPE, 2011, p. 115).

Assim posto, resgatar a narrativa liviana significa compreender as dimensões do passado romano e, ao mesmo tempo, remodelar práticas e condutas sociais de seus contemporâneos, conforme as dimensões e acontecimentos passados foram elaborados a partir de uma tradição histórica existente, a qual não pretendia a reconstrução precisa e confiável dos fatos históricos,³³ mas, sim, elaborar uma *oratio* (discursos sobre o passado) a partir de uma verossimilhança. Logo, um discurso admissível se configurava como um registro que pode ser utilizado enquanto base para ressignificar a memória coletiva (MILES, 1995, p. 55). Neste sentido, o discurso de Lívio explicita um mundo, verbaliza uma realidade que se conecta ao seu presente. A produção de seu discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída pelos procedimentos retóricos que, de fato, reconectam passado e presente (FOUCAULT, 1996, p. 8-9). Deste modo, compreendemos o discurso como uma força criadora e produtiva, que possibilitava a materialização das identidades. O discurso significa, em outras palavras, exercício de *potestas*. Nas palavras de Foucault (1996, p. 10-11),

o discurso não é um elemento neutro, se revela bem direcionado ao desejo e ao poder. Ele não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mais aquilo, por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.

À vista disso, o discurso histórico de Lívio incorpora as dimensões do poder, em função do papel social de sua narrativa de construir e transmitir identidades e memórias, as quais constituiriam espaços institucionais de Roma (GOWING, 2005, p. 23). Dispostos à contemplação (*intueri*) dos leitores, os *exempla*, tais como *pietas*, *fides*, *auctoritas*, *iustitia*, *belli*, *castitas*, *pudicitia* (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita. Prefácio. I*, XVIII/XXXII/VII-XLII/XXXII/XXII/LVII-LVIII-LIX), configuravam-se em imagens norteadoras das condutas

³³ Verifiquemos estes aspectos pertinentes à reconstrução do passado de modo verossímil pelo trecho de nossa documentação: “Não tenho o propósito de assegurar nem de refutar os fatos que, anteriores à fundação de Roma ou mesmo à própria intenção de fundá-la, são transmitidos, ornados com elementos poéticos mais do que baseados em fontes fidedignas.” - “Quae ante conditam condendamue Urbem poeticis magis decora fabulis quam incorruptis rerum gestarum monumentis traduntur, ea Nec adfirmare Nec refellere in animo est” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita. Prefácio. I*).

individuais e coletivas da vida pública e doméstica, que, mediante a imitação ou o oposto (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*, Prefácio, I), interfeririam no equilíbrio e concórdia do *imperium romanus*. Sabemos, pois, que as representações literárias do passado romano, construídas na narrativa liviana, conduziriam os cidadãos romanos à incorporação dos *exempla* em suas vidas, bem como direcionariam suas ações em prol da *Res Publica*.

Como já demos a entender, a partir da reprodução e exposição dos *exempla* (ANTIQUERA, 2008, p. 50), somente um público entretido, ao contemplar as experiências de seus concidadãos no passado, poderia torná-las parte efetiva no presente. Deste modo, ser historiador em Roma era personificar a força e a integridade da *Res Publica*. Torna-se importante lembrar que o historiador é, antes de tudo, um cidadão, que ao narrar não está apenas imitando a realidade, mas, em especial, ressignificando-a, selecionando-a, moldando-a; diante desse fato, constrói, por excelência, um ideal de atuação cívica (CONNOLLY, 2009, p. 133).

Em função desse discurso elaborado e persuasivo, Lívio produziu imagens de que o cidadão virtuoso, ao buscar a concórdia e a harmonia, poderia contribuir para a manutenção do bem público e da memória de Roma, que se transformava, sobretudo, pelos discursos históricos constantemente reinventados (WALLACE-HADRIL, 2008, p. 217). Os antepassados eram invocados com o intuito de legitimarem as ações no presente, por sua autoridade definiam o ser romano (WALLACE-HADRIL, 2008, p. 218), à medida que se transformavam em instrumentos de poder dispostos à sociedade imperial. Posto isto, compreendemos que a retórica em Roma, mais do que fornecer elementos para a criação de um discurso, desempenhou um papel significativo na construção de uma memória cívica romana, *vir civilis* (Cf. CONNOLLY, 2009). Ora, a integridade da retórica enquanto prática pressupõe a atuação na audiência, que se torna ativa ao internalizar a mensagem pedagógica expressa no discurso do *rhetor*. Sendo assim, a narrativa liviana atinha-se à construção de emoções que incorporassem a *Res Publica*, o espaço coletivo, já que o recurso retórico tornava-se um dispositivo estratégico e eficaz, pois criava ideais de pertencimento, sobretudo em uma arena política composta por diversas hierarquias e grupos sociais conflitantes.

Nesse sentido, parece-nos pertinente inferir que a tarefa do historiador consistiria em fazer alguma coisa permanecer na lembrança dos homens no tempo, por meio da linguagem elaborada e ornada na escrita (GONÇALVES, 2014, p. 14), visto que

a História acolhe em sua memória aqueles mortais que, através de feitos e palavras, se provaram dignos da natureza, e sua fama eterna significa que

eles, em que pese sua mortalidade, podem permanecer na companhia das coisas que duram para sempre (ARENDT, 2003, p. 78).

A produção literária de Lívio permite-nos concluir que o estilo utilizado na composição de sua obra exprimiu força, valor, papel social dos eventos históricos, emprego e articulação de *dispositio, pronunciatio, memoria, elocutio e inventio* (LAIRD, 2009, p. 209). Tais elementos criaram condições à *auctoritas* e, portanto, a narrativa histórica liviana pode atingir e persuadir o leitor ouvinte, tornando-se um monumento literário, um espaço de memória (ANTIQUIRA, 2008, p. 31), pois, como argumenta Le Goff (1990, p. 535), “o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, [...]. O *monumentum* tem como característica o ligar-se ao poder da perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é assim, um legado à memória coletiva)”. Diante disso, compreendemos que, pelos dispositivos retóricos, Lívio criou os espaços de memória e recordação que transmitiriam o *mos maiorum* alicerçado nas teias do passado. É nesse sentido que passamos no próximo tópico ao estudo da vinculação entre memória e escrita em *Ab Vrbe Condita*, dado que, tal como compreendemos, a escrita liviana constrói identidades, compartilha símbolos que se inscrevem em uma memória social.

1.4 - MEMÓRIA E ESCRITA EM AB VRBE CONDITA

Em nosso entender, *Ab Vrbe Condita* de Tito Lívio transformou-se em um veículo transmissor de ideias e de memórias passadas com o objetivo de criar virtudes cívicas, que, conforme sua compreensão, caíram em desuso na época das guerras civis (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. Prefácio. I). Lívio recorda e confere imortalidade aos feitos dos homens do passado, uma vez que “a visão romana de memória levava, inevitavelmente, a uma remodelação de sentido do passado, exigindo dos autores o significado do presente, e decidir não só o que se lembrar, mas como ele devia ser lembrado” (GOWING, 2005, p. 10). Como também nos lembra Jeanne-Marie Gagnebin (2006, p. 11), no mundo antigo escrevia-se para lembrar, para inserir um feito na memória social; diante disso, as produções textuais na Antiguidade desejavam

perpetuar o vivo, mantendo sua lembrança para as gerações futuras, mas só pode salvá-lo quando o codifica e o fixa, transformando sua plasticidade em

rigidez, afirmando e confirmando sua ausência [...] A memória dos homens se constrói entre dois pólos: o da transmissão oral viva, mas frágil e efêmera, e o da conservação pela escrita, inscrição que talvez perdures por mais tempo, mas que desenha o vulto da ausência [...] O apelo do presente, da vida no presente, também exige que o pensamento saiba esquecer.

Nesse sentido, os feitos memoráveis, representados no discurso de Lívio, permitiriam, em função do papel social de sua narrativa, divulgar e construir uma memória de Roma pautada em comportamentos sociais direcionados à comunidade cívica. Consequentemente, a narrativa de Lívio possibilitou aos seus leitores, a partir do campo histórico, a inclusão na *Res Publica*. Participavam, em termos sociais, da comunidade cívica. Transformavam-se em narradores ativos ao mesmo tempo em que eram narrados, à medida que formavam as estruturas narrativas dominantes de seu tempo, pois, em nossa compreensão, as experiências tornar-se-iam significativas quando incorporadas à narrativa histórica e institucional. Como pontua Mary Jaeger (2000), a escrita liviana representou no momento de sua produção uma ressignificação dos valores romanos, uma vez que compreendamos que o prefácio de Lívio criou um espaço privilegiado de justificativa para escrita da obra. Citemos *in extenso*:

[...] Seja como for, será de meu interesse, segundo os meus próprios recursos, examinar a memória dos grandes feitos do povo mais poderoso do mundo. [...] Além disso, o assunto requer um trabalho imenso porque retrocede a setecentos anos [...] Porém, as queixas, que nem sequer hão de ser bem-vindas quando por acaso forem necessárias, mantenham-se afastadas do início de obra tão importante. [...] Depois, em meio ao paulatino afrouxar-se da disciplina, pôde-se acompanhar com espírito a dissolução dos costumes, o modo como esses decaíram mais e mais e começaram a se precipitar, até que se chegou nestes dias, nos quais não podemos suportar nem os vícios nem os remédios contra eles. O que é sobretudo salutar e produtivo no conhecimento dos fatos é considerar atentamente os ensinamentos de todos os exemplos presentes em tão célebre tradição (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita. Prefácio. I*).³⁴

Sendo assim, concordamos com os apontamentos de Kraus e Woodman (1997, p 52) ao sublinharem que “foi [a partir] do prefácio geral do livro primeiro que Lívio começou a tecer o relacionamento imprescindível entre os tempos recentes de crise com o passado

³⁴ “[...] Vt cumque erit, iuuabit tamen rerum gestarum memoriae principis terrarum populi pro uirili parte et ipsum consuluisse. [...] Res est praeterea et immensi operis, ut quae supra septingentesimum annum [...] Sed querellae, ne Tum quidem gratae futurae cum forsitan necessariae erunt, ab initio certe tantae ordiendae rei absint. [...] Labebe deinde paulatim disciplina uelut desidentis primo mores sequatur animo, deinde ut magis magisque lapsi sint, Tum ire coeperint praecipites, donec ad haec tempora quibus nec uitia nostra nec remedia pati possumus peruentum est. Hoc illud est praecipue in cognitione rerum salubre ac frugiferum, omnis te exempli documenta in inlustri posita monumento intueri” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita. Prefácio, I*).

remoto da *urbs*, utilizando-se dos exemplos pregressos para compor um prognóstico seguro ao império romano” (KRAUS & WOODMAN, 1997, p. 52). Visto desse modo, compreendemos que o estudo do prefácio permite fazermos duas reflexões críticas: 1) reconhecer a coerência e o poder de argumentação de Tito Lívio, bem como a sutileza da exposição de suas informações e da linguagem organizada em discurso direto e indireto; 2) compreender que o discurso elaborado no prefácio da obra é indicador de questões importantes trabalhadas pela historiografia precedente (*e.g.* Salústio e Cícero), tais como os discursos de desgastes e dissolução dos costumes (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita. Prefácio*, I). Logo, em nosso entender, esses discursos de degradação dos aspectos morais e cívicos constituíram-se como parte fundamental de um discurso retórico que pretendeu legitimar a imagem de Augusto (MOLES, 2009, p. 51).

Em nossa compreensão, o homem é fruto de seu tempo, incluindo suas posições, questionamentos e atitudes. Sendo assim, Tito Lívio inseriu-se no período das guerras-civis, momento em que se projetava, a partir de seus concidadãos aristocráticos (Manílio, Virgílio, Vitruvius, Horácio, Ovídio), o discurso de caos, desordem e menosprezo aos valores romanos. A narrativa histórica construía, efetivamente, um renascimento em função da *memoria* das *Res Gestae* (MOLES, 2009, p. 57). O historiador era um cidadão; em razão disso, preocupava-se em enaltecer a dignidade do seu povo, mantendo laços afetivos com o passado e, com seus ancestrais, criando e renovando a sustentabilidade do *populus romanus* (VITORINO, 2008, p. 12). Segundo Moles (2009, p. 71), Lívio tornava-se um cidadão virtuoso, uma vez que sua obra direcionava-se à *Res Publica* e, deste modo, estabelecia critérios de comportamento social aos seus concidadãos. Portanto, o passado, seus *exempla*, bem como a estratégia pedagógica da narrativa criaram descrições de monarcas; associando-os, a cada caso, à proximidade ou ao afastamento das práticas de virtudes que simbolizavam, em termos sociais, “atributos morais, cívicos e religiosos do povo romano” (MARQUES, 2007, p. 51).

Posto isto, torna-se imprescindível, nesse espaço da discussão, situarmos temporalmente a elaboração do prefácio e do livro I, à medida que a composição da narrativa encontrava-se relacionada às guerras civis da República Tardia; estando, dessa forma, o passado, mesmo o mais remoto, a servir de inspiração (GABBA, 1981, p. 52). Com isso, sua obra não se caracterizava por ser uma manifestação incontestada de um indivíduo anacrônico disposto a fugir das proscritões civis do último século da *Res Publica*, tal como sustentam os pesquisadores oitocentistas (MELLOR, 1999, p. 65). A *Ab Vrbe Condita* seria, também, fruto das inseguranças e incertezas de um indivíduo que vivenciou as guerras civis, uma

representação do passado a partir da qual poderia opor-se ao contexto de crise, que antecedeu a formação do principado (Cf. WOODMAN, 1988). Em vista disso, acreditamos que o pessimismo apresentado no prefácio geral refere-se às tribulações da guerra civil. Compartilham também desta suposição autores como Galinsky (1996), Chaplin (2009; 2000), Syme (1959) e Eder (2005), os quais reconhecem que a escrita de Lívio não poderia estar em desacordo com as medidas de renovação implementadas por Augusto, pois haveria uma contradição com o tom de otimismo do período (27 a.C. - 25 a.C.). Em razão disso, compreendemos que os vestígios de Lívio deveriam, portanto, perpetuar e transmitir, com distinção, a glória dos indivíduos em um processo repetitivo e, sobretudo, regularmente orientado à comunidade política (Cf. ROLLER, 2009; CONNOLY, 2009).

Desse modo, Lívio apresentou, em um primeiro momento, os deveres do historiador, a natureza do processo histórico e o benefício do conhecimento. Tais apontamentos singularizam sua *Ab Vrbe Condita* enquanto veículo de comunicação, à medida que estabelece uma relação direta, quase confidencial de Lívio com seus leitores, já que, como argumenta Sierra (1990, p. 46), o texto se baseia em uma construção narrativa ao ritmo de um diálogo entre o emissor da mensagem e seu público. Salientamos que a familiaridade com que Lívio se dirige ao seu cidadão-leitor pode ser compreendida como um recurso de *captatio benevolentiae* (SIERRA, 1990, p. 46-47), uma vez que o historiador constrói seus argumentos com aparente modéstia e neutralidade crítica frente à historicidade da tradição legendária e de sua clara contribuição para perpetuação da “memória dos grandes feitos do povo mais poderoso do mundo” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita. Prefácio*, I).³⁵ Tal recurso metodológico permite compreender o espaço da obra em relação à historiografia latina, demarcando, dessa maneira, os espaços de recordação (Cf. ASSMANN, 2011) e a comunicação das *memorias* significativas para reafirmar a *uirtus* romana. Considerando esta argumentação, inferimos que, ao tratar da fundação da cidade de Roma, a narrativa de Lívio atua como um laço renovador da comunidade (Cf. ROLLER, 2009; CONNOLY, 2009; OMENA & SILVA, 2013), seguindo o modelo de ressignificação de Augusto, que reivindicava a *urbs* e a *civitas* romana, mudanças morais e físicas, ainda que inseridas em um campo de conflitos sociais e políticos (GUARINELLO, 1994, p. 180-193). Por este raciocínio, entendemos que o trabalho de memória transforma-se em “uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do

³⁵ “Iuuabit tamen rerum gestarum memoriae principis terrarum populi pro uirili parte et ipsum consuluisse.” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita. Prefácio*, I).

que uma reconstituição fiel do mesmo” (CANDAU, 2011, p. 09). Como sustenta Régine Robin:

O passado não é livre. Nenhuma sociedade o deixa à própria sorte. Ele é regido, gerido, conservado, explicado, narrado, comemorado ou odiado. Seja celebrado ou ocultado, ele é um investimento fundamental do presente. Por causa desse passado frequentemente distante, mais ou menos imaginado, estamos prontos para lutar, estripar os vizinhos em nome da antiguidade de seus antepassados. Advém uma nova conjuntura, um novo horizonte de expectativas, a necessidade de novas bases, e nós o descartamos, esquecemos, colocamos à frente outros episódios, reencontramos, reescrevemos a história, inventamos antigas lendas em função de exigências do momento” (ROBIN, 2003 *apud* SILVA, 2012, p. 67).

Deste modo, a narrativa liviana produziu, em nosso entender, uma memória compartilhada não de todos os habitantes, mas de um coletivo diferenciado de indivíduos e grupos sociais, os quais ressignificavam os valores sociais romanos. Logo, a memória (*mnemê*) para os antigos configurou-se enquanto perpetuação da lembrança no monumento (*mnema*) – tal como a *Ab Vrbe Condita* –, uma representação textual que nos comunica as recordações e celebrações de um passado virtuoso, o qual se torna, na verdade, um espaço privilegiado de atuação e ritualização da memória (FUNARI, 2010, p. 10). Portanto, consideramos que Lívio configura a memória do passado romano selecionando-a tal como um dispositivo que expressa experiências de seu mundo, o contexto social, religioso e cultural são, em nosso documento, instrumentos de promoção da memória social (HOPE, 2011, p. 13).

A *Ab Vrbe Condita* se configurou como força legitimadora de posições e poderes dos sujeitos políticos que comunicam sua visão de mundo a um público (HOBSBAWN, 1997, p. 9-23). Neste sentido, o livro I visa à elaboração de uma historiografia exemplar, pressupondo, de fato, a utilização pragmática e pedagógica do passado representado como repositório das virtudes cívicas; tanto nas relações do indivíduo consigo (ética) quanto nas relações com outrem (política) (EHRHARDT, 2008, p. 83). Deste modo, os setes monarcas – Rômulo; Numa; Tulo Hostílio; Anco Márcio; Tarquínio Prisco; Sérvio Túlio; Lúcio Tarquínio - o soberbo –, representados na narrativa liviana, caracterizavam-se como fundadores de Roma, à medida que se tornavam ativos construtores do *mores*, evidenciado em seus modos de atuar (*artes*), e de seus comportamentos cívicos (SIERRA, 1990, p. 65). Ora, o processo de fundação simbólica, moral e mesmo física pretendia, em nossa argumentação, transmitir a *uirtus* romana e a latinidade romana sustentada pelos aspectos: religiosos (*sacra*, *pietas*, *fides*), legais (*iura*), militares (*vires*, *disciplina militaris*), políticos (*senatus*, *prudentia*)

e sociais (*iustitia, clementia, moderatio, pudicitia*).³⁶ Tratava-se de preservar a sagrada fundação sob os auspícios da *uirtus*, elemento essencial no discurso de Lívio, pois é a partir dele que se preservava a tradição e se comunicava a memória romana.

Em razão dessas discussões, consideramos que uma análise da narrativa liviana sugere a seguinte indagação: Qual o objetivo de criar um ideal de virtude, tendo em conta o momento das guerras civis? Ora, tornou-se necessário criar um ideal de latinidade romana, que transmitisse um discurso de unidade em torno das *uirtus* romana e do *imperium*, tendo em vista o período de crises sociais e instabilidade política. Diante dessas circunstâncias, compreendemos que um dos objetivos das produções literárias foi difundir o *mos maiorum*, uma vez que implicava, necessariamente, a manutenção da memória romana e a remodelação e reinvenção de novos comportamentos sociais essenciais às práticas de poder. Neste sentido, consideramos que analisar a narrativa liviana é estabelecer um diálogo que prima, sobretudo, pela produção de uma memória social a partir da elaboração das representações de comportamentos notáveis. Logo, os discursos de Lívio, amplia-nos a compreensão sobre a utilidade dos *exempla* históricos, como mecanismo legitimador e orientador de comportamentos mediados pela *harmonitas* e concórdia na *urbs* (Cf. CHAPLIN, 2000). Deste modo, a narrativa liviana alicerça-se ao *mos maiorum* e, representa, em especial, a construção dos personagens sob o viés das virtudes e vícios, numa relação dicotômica, mas complementar, dando uma dimensão didática à obra. Por estes elementos, consideramos

³⁶ Compreender a semântica das virtudes comentadas neste trabalho é essencial, uma vez que nos auxilia a refletir sobre suas significações associadas a um dado contexto histórico, qual seja, século I a.C., momento do governo augustiano. As virtudes mencionadas expressam, tanto em seu sentido semântico quanto na prática social, o significado atribuído aos homens em um dado período histórico. Assim, *uirtus* correspondia a uma gama de sentidos e não a um único vocábulo capaz de traduzi-los perfeitamente. Por um lado, podemos definir o vocábulo como “virtude” ou “valor”, exprimindo, neste caso, todos os valores ou virtudes romanas coletivamente. Por outro lado, “*uirtus* transmite uma noção mais restritiva de mérito ou coragem pessoal, intimamente relacionada à bravura militar, sendo assim uma “virtude” específica, a “virilidade”, aquilo que propriamente definiria o ser romano ideal” (ANTIQUEIRA, 2008, p. 2). Portanto, devemos repensar as virtudes e seus significados a partir do momento de articulação e de apropriação do termo enquanto signo de poder de um indivíduo e de sua posição social – tal é o caso de Augusto. Dessa forma, as virtudes, representam, “[...] uma mensagem específica acerca do que um determinado imperador queria que seus súditos dele pensassem” (ANTIQUEIRA, 2008, p. 2-4). Ou seja, as virtudes que mencionamos em nosso trabalho expressam a construção da imagem pública de Augusto (Cf. ANTIQUEIRA, 2008, p. 8; ZANKER, 1992, p. 121; WALLACE-HADRILL, 1996). Deste modo, *pietas, fides, prudentia* e *pudicitia* estão associadas ao comportamento diante dos deuses, da família, dos cidadãos e da comunidade cívica romana. A virtude da *clementia* e a *prudentia* indicam, sobretudo, a conduta superior diante de outros povos, refere-se à conduta ponderada em relação aos indivíduos. A virtude da *iustitia* representa no contexto augustiano a conduta do *princeps* relacionada àquilo que é considerado e avaliado justo; em função disso, garante, de fato, a ordem e o equilíbrio social na *urbs*. Tal como entendemos, as virtudes devem ser sempre localizadas no tempo e no espaço, para que possam ser compreendidas mediante sua apropriação e reivindicação pelas estruturas do poder.

pertinente uma discussão sobre a narrativa³⁷ mitológica de Rômulo,³⁸ à medida que o mesmo simbolizava a fundação identitária do povo romano.³⁹ Segundo Miles (1995), ao se manifestar sobre Rômulo, o discurso direto é assumido, tal como se a intenção do historiador fosse gerar credibilidade no leitor, por meio de sua autoridade; logo, a lenda do nascimento de Rômulo e Remo tinha um papel destacado na narrativa de Lívio, já que a história era relatada de modo simples em uma sequência que despertaria a atenção do leitor para o tempo da narrativa. Tito Lívio evitava discutir o fratricídio e desvanecia-se, assim, o conflito dubio entre o Rômulo fraticida e o Rômulo fundador da cidade (VITORINO, 2008, p. 20).

Tendo em vista esses elementos, compreendemos que o personagem Rômulo representava as origens da *urbs* e seus primeiros aspectos cívicos e identitários (STEM, 2007, p. 437), pois, tal como fica expresso no discurso de Tito Lívio, o nascimento dos gêmeos estava vinculado ao advento da estruturação física, moral, religiosa e militar de Roma, haja vista que: “estavam, como penso, predeterminado pelo destino a fundação de tão importante

³⁷ Neste espaço da nossa discussão, consideramos relevante mencionar que o detalhamento dos comportamentos dos monarcas presentes no livro I será analisado no terceiro capítulo desta dissertação. Por ora, discutiremos as características gerais que em conjunto formavam o cerne do objetivo da narrativa liviana, tais como: os aspectos de fundação física e moral da *urbs*, a importância das virtudes como definidoras do “ser romano”.

³⁸ As narrativas mitológicas na Antiguidade Clássica possuíam uma intrínseca relação com a história da pátria, pois se expressavam enquanto veículo de condutas e de práticas sociais, na medida em que se integravam à coletividade e aos espaços de memória; portanto, podem ser compreendidas como vestígios de um passado de uma dada sociedade. Sendo assim, consideramos que os mitos têm função educativa, pois, através deles, apreendiam-se os comportamentos, as condutas e as virtudes de uma dada comunidade cívica. O mito funda identidades, comunicadas e transmitidas pela memória. A memória é um aspecto fundamental para a compreensão da composição e da função do mito, por ela o mito torna-se instância normativa a ser utilizada pelos oradores e escritores na Antiguidade Clássica. Tal como entendemos, os mitos romanos vinculavam-se à cidade, religavam o presente ao passado, e passavam a canalizar as expectativas futuras pelos exemplos que emitiam, isto é, os mitos eram reconhecidos e aceitos socialmente por seus discursos didáticos, argumentativos e poéticos (EIRE, 2004, p. 339-340). Deste modo, em nossas análises, as narrativas mitológicas faziam parte de um passado compartilhado por uma comunidade cívica (JUNIOR, 2013, p. 124), pois, de fato, o mito tornava-se um discurso sagrado, vinculado ao tempo primordial; era reconhecido socialmente por sua instância criadora e fundadora (ELIADE, 2007, p. 11). Nesse contexto, os usos simbólicos dos mitos se davam por construções identitárias, ao fornecerem aos indivíduos discursos condensados de significados referentes a um passado que permitia à comunidade mirar um futuro, pois, como pontua Assman (2011), as sociedades e seus espaços institucionais necessitavam de uma origem; por isso, a aliança entre mito e recordação possibilitava as construções de espaços identitários.

³⁹ Outra obra literária que nos permite uma diferente leitura dos elementos fundadores e identitários da *urbs* romana é o poema épico latino Eneida, escrito por Virgílio no século I a.C., que retrata a saga de Eneias. Virgílio já havia escrito as *Bucólicas* (37 a.C.), poema pastoril, e *Geórgicas* (30 a.C.), poema agrícola. A composição do poema épico Eneida fora encomendada por Augusto, de forma a rememorar a glória e o poder de Roma, a partir de um discurso retórico que promoveu o *mos maiorum* romano. Logo, ao enaltecer a cidade de Roma, Virgílio pretendeu renovar os laços da comunidade cívica pela representação de heróis, que se transformavam em *exempla*, compondo a memória social de Roma. É importante mencionar a abordagem distinta do passado em Virgílio e Tito Lívio; as preocupações morais de Virgílio não eram tratadas sob pares dicotômicos, tais como em Lívio (virtudes cívicas e vícios); neste poeta, os valores do passado foram retratados sob o ponto de vista das motivações humanas, embora refletissem conflitos e disputas por lutas em campos de batalhas. Assim sendo, Tito Lívio e Virgílio, cada qual com suas perspectivas de ressignificar o passado romano, buscaram transmitir uma determinada imagem de Roma que, de fato, reforçasse a latinidade do povo romano. Há, portanto, um modo peculiar e múltiplo de trabalhar e ressignificar os usos do passado, a partir destas produções literárias.

cidade e o início do império que é o mais poderoso depois do poder dos deuses” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*, I, IV).⁴⁰ A narrativa trata da exemplaridade de Rômulo e liga-o ao divino, não refutando, nem afirmando a origem divina paterna por parte de Marte; contudo, mesmo este discurso não sendo dado de modo direto, inferimos que o mesmo se tornava significativo, à medida que sugeria aos leitores que os primórdios da cidade estavam, sim, misturados às ações humanas e ao divino (STEM, 2007, p. 442). Por este ponto de vista, Tito Lívio utilizou as imagens das divindades como elementos vitais para a manutenção da vida humana, bem como para a manutenção da *urbs* (STEM, 2007, p. 461). Explorava, com isso, a consciência e o respeito pelo espaço do sagrado, que permitiu, efetivamente, o estabelecimento da concórdia, numa relação de *fides* e *pietas*, garantindo a condição ideal de manutenção da ordem no interior da *urbs* (BROWN, 1995, p. 292).

Compreendemos a partir da narrativa de Lívio que Rômulo e Remo, desde jovens, quando criados por Faústulo e Larência, apresentavam em seus caracteres a virilidade e a ascendência divina, mostravam-se aptos às qualidades de governar; lançavam-se “contra os salteadores carregados de coisas roubadas, dividindo os frutos dos assaltos entre os pastores e, com estes, com os quais formavam um bando de jovens a cada dia, participavam das tarefas e divertimentos” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I. IV).⁴¹ Como já mencionado, o episódio do fratricídio tem um breve discurso na narrativa, sublinhado em dois pontos: 1) após consultar o augúrio para saber sobre quem governaria a nova cidade pelos gêmeos, ocorreu que o augúrio viu primeiro para Remo seis abutres, quando o dobro de aves se apresentou a Rômulo. Diante do fato, o povo aclamava um e outro como reis; contudo, a ambição se apoderou dos irmãos e enfrentando-se, sob o comando de suas iras, entregaram-se a morte⁴², sendo Remo ferido e morto (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*, I. VII); 2). Segundo a tradição, Remo teria desrespeitado

⁴⁰ “Sed debebatur, ut opinor, fati tanta origo urbis maximique secundum deorum opes imperii principium.” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*, I, IV).

⁴¹ “Hinc robore corporibus animisque sumpto iam non feras tantum subsistere, sed in latrone praeda onustos impetus facere pastoribusque rapta diuidere et cum his, crescente in dies grege iuuenum, seria ac iocos celebrare.” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I. IV).

⁴² A morte de Remo pode ser compreendida como um sacrifício de libação de sangue, em que o derramamento de sangue pela morte representa um posterior momento ritualizado de fundação por Rômulo. Como manda o ritual ctônico, o sangue apresenta-se completamente vertido no chão e a vítima é devotada às divindades infernais; vale lembrar que aqui não há lugar para o banquete, tão comum nos sacrifícios olímpicos (SCHEID, 2007, p. 265). Logo, compreendemos o sacrifício que culmina com a morte de Remo como um ato de comunhão social por meio do qual os homens reforçam sua condição de mortais (MOTA, 2011, p. 7).

a linha do *pomerium* estabelecida por Rômulo e, assim, enfurecido pela transposição, mata Remo (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*, I, VII).⁴³

Rômulo, então, sozinho se apoderou do poder e a cidade foi fundada a partir de seu nome, chamando-se Roma. Há que se verificar que o ato fundador era acompanhado pelo ato de violência como uma ação simbólica, caracterizada a partir de especificidades de cada espaço temporal – em nosso documento, situado no contexto augustiano, a violência pode ser compreendida como prática agregadora do processo de refundação; institui-se a partir de um espaço sagrado que funda, constrói e reconstrói, tal como veremos na narrativa do episódio de Lucrecia, ao final do livro I, bem como no episódio de Camilo, no livro V, após a derrota dos gauleses.⁴⁴ Nesse sentido, a violência pode ser compreendida como legitimadora do ato de

⁴³ Assim como entendemos, o *pomerium* representava um lugar ao qual circundavam as muralhas de ambos os lados. Vê-se, então, que, no momento de fundação da cidade, haveria um espaço para a consagração dos limites definidos; neste espaço, morar ou plantar era uma profanação. Com o advento do crescimento da cidade, as muralhas haveriam de expandir juntamente com aqueles limites considerados sagrados (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*, I, XLIV). Pela compreensão do significado de *pomerium*, inferimos que ainda sob o reinado de Sérvio houve uma expansão da cidade e de suas fronteiras na *urbs*, instaurando-se a exata correspondência entre a *fides* para com os deuses e a concórdia entre os cidadãos. Contudo, para todo momento de ordem e equilíbrio há o oposto demarcado pelo caos, desordem e ações desmedidas guiadas pela *ambitio* do homem sedento de poder. Esse momento é representado na história de Lívio pela figura de Tarquínio, o soberbo, e de sua esposa Túlia, filha do rei Sérvio, que, desejando apoderar-se do reino, instaurou o exercício do poder pela força, difundindo a intolerância e o medo na comunidade política. Tais pormenores destas narrativas serão analisados no capítulo III, cabe-nos compreender como os espaços e as divisões do *pomerium* transformavam-se em construções identitárias da cidade de Roma e dos valores e comportamentos que distinguiam o romano de outros povos. Em outras palavras, as representações militares, com ênfase na guerra e nas conquistas de Rômulo e Tulo Hostílio; a correta ligação ritualística entre homens e deuses (Numa Pompílio; Anco Márcio); os atos legais que levam em consideração as leis, os direitos, o povo; a organização e a estruturação da *urbs* em assembleias (Sérvio Tulio) e até mesmo a construção de obras públicas consolidavam o que denominamos de latinidade romana, marcada por momentos de constantes fundações físicas e morais da cidade de Roma.

⁴⁴ Verificamos, assim, momentos de fundação em outros livros da *Ab Vrbe Condita* de Lívio, tal como no livro V pela figura de Camilo. O ditador recuperou a cidade após a invasão gaulesa, devolveu o triunfo a Roma e os soldados o chamavam de Rômulo, pai da pátria (Título que será legado a Augusto em seu governo, 27 a.C. – 14 d.C.), o segundo fundador de Roma. Após salvar a pátria na guerra, buscou salvá-la na paz, impedindo a imigração dos veios (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*, V, L). Por conseguinte, Camilo se apresenta em assembleia seguida pelo Senado e pronuncia o seguinte discurso: "Os cidadãos de Roma: as lutas com os tribunos da plebe resultam assim incomôdo para mim, no profundo abatimento do meu exílio, a minha única consolação, foi enquanto durei minha estadia em Ardea, foi estar longe dos enfrentamentos, e por esta mesma razão não pensava regressar jamais, ainda que reclamasse minha volta mil vezes mediante um Senado ou a pedido do povo. Nos momentos atuais me dirijo a uma mudança não em minhas atitudes, mas em vossa sorte. O que estava em jogo, efetivamente, era que a pátria se mantivesse sobre sua base, não que eu estivesse em minha pátria a todo custo. E agora de bom grado me mantinha tranquilo e guardaria silêncio, se não fosse está também uma luta pela pátria; falhar enquanto há vida, para outros é uma vergonha, para Camilo é, ademais, uma impiedade. Pois para que a reconquistamos, para que a arrancamos das mãos do inimigo que a cercava, se, uma vez recuperada, nos mesmos a abandonamos? O Capitólio é a morada dos deuses, assim, parece justo abandonar todos estes objetos sagrados, tão antigos como Roma, anteriores alguns a sua fundação?". - "Adeo mihi acerbae sunt, Quirites, contentiones cum tribunis plebis, ut nec tristissimi exsilii solacium aliud habuerim, quoad Ardeae vixi, quam quod procul ab his certaminibus eram, et ob eadem haec non si miliens senatus consulto populiue iussu revocaretis, rediturus unquam fuerim. Nec nunc me ut redirem mea voluntas mutata sed vestra fortuna perpulit; quippe ut in sua sede maneret patria, id agebatur, non ut ego utique in patria essem. Et nunc quiescerem ac tacerem libenter nisi haec quoque pro patria dimicatio esset; cui deesse, quoad vita suppetat, aliis turpe, Camillo etiam nefas est. Quid enim repetiimus, quid obsessam ex hostium manibus eripuimus, si reciperatam ipsi

fundação, uma vez que a atitude de Rômulo instituiu uma comunidade cívica; logo, observamos que o primeiro livro — *A Monarquia* em *Ab Vrbe Condita* — retrata a violência como precedente dos grandes eventos políticos e momentos de fundação. Como destaca Ariete (1997, p 209, *apud* CANELA, 2012), a relação existente na literatura entre política e violência, tal como se verifica na narrativa de Rômulo, no episódio do rapto das sabinas (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*, I, IX/X/XIII), permite, de fato, o estabelecimento e a manutenção de uma cidade, ou mesmo o estupro de Virgínia (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*, III, XL), que provocou a dissolução do segundo decenvirato e o retorno da República.

Nesse sentido, a fundação e a violência encontram-se imbricadas na história do fundador de Roma, visto que Rômulo é apresentado como um líder eficaz e preparado para instituir uma comunidade (STEM, 2007, p. 443). Seus atos revestiram-se de um significado moral, à medida que construíam a *Res Publica*. Desta forma, o processo de fundação física, institucional e religiosa da cidade de Roma se desdobraria no discurso de Lívio como uma ação ativa, uma vez que Rômulo articulou o seu papel de líder. Assim, conforme nos transmite Lívio, Rômulo instituiu sacrifícios aos deuses, fortificou o palatino, criou uma legislação, nomeou doze lictores e cem senadores, suas ações encontravam-se socialmente ligadas à prática da *uirtus*. Compreendemos por estas discussões que o comportamento social de Rômulo auxiliava na definição das práticas e virtudes romanas, sendo, portanto, um dos personagens da narrativa liviana a demarcar por algumas características singulares da

deserimus? Et cum victoribus Gallis capta tota urbe Capitolium tamen atque arcem dique et homines Romani tenuerint, victoribus Romanis reciperata urbe arx quoque et Capitolium deseretur et plus vastitatis huic urbi secunda nostra fortuna faciet quam adversa fecit? Equidem si nobis cum urbe simul positae traditaeque per manus religiones nullae essent, tamen tam evidens numen hac tempestate rebus adfuit Romanis ut omnem negligentiam divini cultus exemptam hominibus putem. Intuemini enim horum deinceps annorum vel secundas res vel adversas; invenietis omnia prospera evenisse sequentibus deos, adversa spernentibus. Iam omnium primum, Veiens bellum—per quot annos, quanto labore gestum. —non ante cepit finem, quam monitu deorum aqua ex lacu Albano emissa de adventu Gallorum, quam gentium ius ab legatis nostris violatum, quam a nobis cum vindicari deberet eadem negligentia deorum praetermissum? Igitur victi captique ac redempti tantum poenarum dis hominibusque dedimus ut terrarum orbi documento essemus. Adversae deinde res admonuerunt religionum. Confugimus in Capitolium ad deos, ad sedem Iovis optimi maximi; sacra in ruina rerum nostrarum alia terra celavimus, alia avecta in finitimas urbes amovimus ab hostium oculis; deorum cultum deserti ab dis hominibusque tamen non intermisimus. Reddidere igitur patriam et victoriam et antiquum belli decus amissum, et in hostes qui caeci avaritia in pondere auri foedus ac fidem fefellerunt, verterunt terrorem fugamque et caedem. Haec omnia in profano deseri placet sacra, aequalia urbi, quaedam vetustiora origine urbis? (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*, V, LI-LII). Ditas estas palavras, o Senado e a plebe deram sua aprovação e, todos sem distinção, começaram a reconstruir a cidade (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*, V, L). Camilo será aquela figura que sobre todos os seus méritos e virtudes cívicas coincidirá com aqueles vistos na imagem de Augusto e em seu governo; Camilo ainda se destaca na narrativa liviana como detentor das virtudes cívicas, éticas e religiosas dos romanos, ou seja, Camilo renova os laços da comunidade, reestruturando a cidade pelos elementos que demarcam e expressam aquelas características típicas dos romanos: *religio* (cultos, templos e cerimônias), o exército e as leis representando os comportamentos cívicos em contributo à *Res Publica*. Portanto, há neste episódio do livro V o ato da fundação, depois de um momento de caos e violência.

memória de Roma. Em outras palavras, o objetivo de Lívio ao demarcar os espaços de fundação foi exatamente veicular aos seus leitores uma apropriação do passado, correlacionando fundação, passado e memória como elementos singulares e fundamentais para definir o ser romano e promover a manutenção vital entre passado e presente (MILES, 1995, p. 131-135).

Conforme esta linha de raciocínio, as virtudes cívicas, tanto no espaço da *urbs* quanto no espaço da *domus*, deveriam refletir, como acentua Lucien Jerphagnon (1985), a *harmonitas*, que representava, de fato, o pertencimento à cidade e a necessidade de corroborar com a *Res Publica*. Interessa-nos ressaltar que os atos de Rômulo no momento da fundação foram interpretados e construídos por Lívio de modo a evidenciar suas virtudes e, conseqüentemente, seus comportamentos dignos de serem considerados atos imortais (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I. XVI). Dessa forma, na sequência do reinado de Rômulo, governou Numa Pompílio, relacionado à virtude-símbolo da religiosidade; esta necessária à promoção e manutenção da *urbs* para com os deuses. Lembremos que o ato de fundação não se circunscrevia a um momento específico, mas a várias situações: quando se instituíam um templo, uma cerimônia, um sacrifício ou uma lei, destacavam-se novos marcos, novos comportamentos sociais que estavam, de maneira direta, associados às reestruturações e ressignificações no ato da fundação. Posto isto, acreditamos que as ações de Numa, como a dos outros monarcas, são construídas, interpretadas e reelaboradas por Lívio, com o intuito de transmitir os elementos cívicos de renovação, manutenção e fundação da cidade de Roma.

Diante disso, após o governo de Numa, instaurou-se um interregno e, logo em seguida, o povo sancionou como novo rei Tulo Hostílio, que a partir das representações de Lívio foi caracterizado por sua reputação militar. Com a morte de Tulo, o poder retornou ao Senado e, após realizada a eleição, o povo elegeu como rei Anco Márcio (neto do rei Numa Pompílio). Anco representava a virtude-símbolo da *harmonitas* e da *concordia*, assim também o discurso que o colocava como o estruturador da *urbs*, ligando-o às atitudes de seu avô em função da correta observação das práticas religiosas e de seus ritos públicos. Sendo, portanto, um comportamento político a ser lembrado, pois, segundo a argumentação de Lívio, mostrou-se exequível nas artes cívicas, militares e na glória interna e externa de Roma. O próximo monarca foi Tarquínio Prisco, representado no discurso de Lívio pela construção de obras públicas e pelo alicerce do templo de Júpiter. Neste sentido, salientamos que, a partir deste momento, a narrativa de Lívio mostra aos seus leitores ações guiadas pela *ambitio* do homem, mas que não deixaram de instaurar, mesmo que pelos vícios e excessos, momentos fundadores. Assim posto, subsequente ao reinado de Tarquínio Prisco, teremos Sêrvio Tulio.

Este rei não era filho de Tarquínio, mas dotado de grande estima para ser o próximo a governar; lembremos que Tarquínio Pisco assumiu o reinado sem seguir o direito de sucessão paterna do reinado de Anco Márcio; contudo, este ato não ficou esquecido pelos filhos de Anco, que, investidos pela vingança, mandaram assassinar o rei. Após este momento de conflito, assume o trono Sêrvio Túlio, o qual buscou solidificar seu poder, tanto nos arranjos públicos como particulares, evitando, por isso, que os filhos de Tarquínio nutrissem por ele o mesmo rancor que os filhos de Anco nutriram por Tarquínio. Compreendemos que, neste momento da narrativa, Lívio retratou retoricamente os comportamentos viciosos e desmedidos, que, em nossa concepção, colocavam em evidência conflitos políticos e sociais existentes na *urbs* romana. Por esta razão, partimos do pressuposto segundo o qual as imagens construídas e propagadas por Lívio tornavam-se ações representativas e, como produtos sociais, convertiam-se em símbolos de poder e de prestígio social aos espaços institucionais da comunidade cívica (WALLACE-HADRILL, 2008, p. 43).

Compreendemos que o processo de legitimidade de Roma no discurso liviano fundamentou-se na construção e na consolidação de uma identidade na *urbs*, à medida que o corpo cívico da cidade responsabilizava-se pela ressignificação das virtudes dos antepassados. Vê-se, então, que a manutenção desses valores relacionava-se diretamente à *auctoritas* do *mos maiorum* romano (BLOM, 2010, p. 15). As ações dos reis lendários, suas *Res Gestae*, foram representadas e transmitidas a partir do discurso retórico de Lívio como *exempla* históricos, demonstrando não só a ação virtuosa, mas aquelas condutas que colocariam em risco o *populus romanus*. Como propõe Blom (2010), os exemplos históricos estabelecem uma ligação crucial entre as virtudes dos ancestrais — *mos maiorum* — e a prática historiográfica; logo, a tarefa de Lívio, em retratar os monarcas e seus comportamentos, insere-se no objetivo maior que representava, em outras palavras, a valorização do passado romano, glorioso e majestoso, como formas de comunicação e produção social de memória, que contribuíam, de fato, com a construção da identidade cívica de Roma (BLOM, 2010, p. 15).

Por essas discussões, aludimos que o discurso exemplar de Lívio não era neutro ou objetivo, mas sim uma reinterpretação subjetiva do passado, articulado numa coerente ligação com a intenção historiadora. Assim, partilhamos da concepção de que os *exempla* históricos não eram estáticos, mas postos de forma dinâmica na narrativa liviana, podendo ser observados em palavras e comportamentos, representavam, pois, o *mos maiorum*, ao mesmo tempo que o reinventavam (BLOM, 2010, p. 87). Compartilha dessas proposições Matthew Roller (2009, p. 214), ao enfatizar que existiu em Roma uma percepção por parte de seus

cidadãos de um passado considerado celeiro de práticas sociais, orientador de condutas e valores; portanto, o passado caracterizava-se por seus atores (indivíduos) e suas ações, os quais poderiam ser representados como modelos cognitivos que singularizavam a memória de Roma e do indivíduo romano (ROLLER, 2009, p. 214). A exemplaridade era, dessa forma, um discurso, um sistema coerente de práticas sociais e de poder, composta, igualmente, por símbolos que selecionados e organizados representavam o passado romano, de modo a retratar a coletividade. Isso nos leva a crer que o discurso exemplar produzia e reproduzia os atores, ações, audiências, monumentos e condutas cívicas, os quais constituíam coletivamente a atualização do passado e sua relação com o presente (WALLACE-HADRILL, 2008, p. 227).

Propomos, por isso, neste capítulo, compreender a relevância de um passado exemplar construído a partir dos dispositivos retóricos por Lívio, com o objetivo de consolidar, legitimar e reivindicar a *auctoritas* e a *Laus* (honra e glória) da cidade de Roma e de seus cidadãos. Em vista disso, a narrativa liviana tem a função singular de ressignificar o passado pelas ações virtuosas, bem como pelas ações demarcadas pelas condutas viciosas que transformavam *Ab Vrbe Condita* em um monumento de produção de memória social (JAEGER, 2000). A narrativa histórica rememorava o passado, enquanto registro identitário de Roma (JAEGER, 2000), já que os discursos de moralidade em Roma estavam profundamente relacionados às estruturas do poder (EDWARDS, 2008, p. 140), ou seja, a estrutura narrativa de Lívio apresentou uma linguagem moral; por esta razão é considerada essencialmente social e política. Por conseguinte, ao escrever sua obra, Tito Lívio revelava representações aristocráticas que contemplavam, por excelência, a emulação das virtudes, pois, em outras palavras, o passado romano seria, deste modo, representado pelos constantes momentos de fundação – *conditores* – que garantiriam, em efetivo, a continuidade entre o passado e o presente (MILES, 1995, p. 122). Em função disto, salientamos que os usos do passado, em *Ab Vrbe Condita*, não eram construções meramente históricas, mas operações que englobavam “legitimação, justificação, reconciliação, mudanças, que se integravam em marcos funcionais cobertos pelos conceitos de memória, tradição, retórica e identidade” (ASSMANN, 2011, p. 65). Deste modo, passamos no capítulo que se segue a tratar com mais atenção de alguns elementos essenciais de nossas análises, como a construção da *auctoritas* de Augusto e o seu processo legitimador; buscando compreender as ações do *princeps* como *conditore* – um “refundador” da comunidade cívica e identitária da *urbs* romana; bem como discutiremos a relação entre a escrita de Tito Lívio e as medidas de articulação e manutenção da *Res Publica* por Augusto.

CAPÍTULO II

AUGUSTO E A RESSIGNIFICAÇÃO DAS VIRTUDES CÍVICAS

“Que as armas cedam à toga, o triunfo militar à glória cívica” – Cícero.

A narrativa de Tito Lívio reformula, seleciona e remodela a representação de um passado, pois, seguindo nossas hipóteses, tais representações tornaram-se referências à comunidade política romana. Ao lidar com o passado, Tito Lívio produz um discurso retórico-estético que, em nosso entender, pretende convencer o corpo cívico de Roma, qual seja, seus destinatários (*e.g.* aristocracia senatorial, a aristocracia provincial, os equestres e a *domus* imperial), sobre a existência de uma latinidade romana. Sendo assim, cabe-nos, neste momento, analisar a construção da *auctoritas* de Augusto e, por conseguinte, compreender “a relação entre Tito Lívio e Augusto, à medida que representa a posição do historiador na retomada de uma série de valores emblemáticos da identidade romana relacionados às medidas do imperador” (MARQUES, 2007, p. 39). Trata-se de entender a consolidação e a legitimação do governo de Augusto, no momento em que Lívio empreendia a tarefa de escrever a *história de Roma*, objetivando, na verdade, destacar a *ciuitas* de Roma (FELDHERR, 2009, p. 407).

Com isso, torna-se pertinente afirmamos que a função da escrita liviana foi desenvolver um sentido de coletividade em seus cidadãos leitores, um sentimento de pertencimento à comunidade, de (re) integração à *Res Publica* (FELDHERR, 2009, p. 410-411). Tal como entendemos, sua monumental obra constrói e consolida “instituições identitárias” que se refletem e se imbricam numa relação dual e necessária entre passado e presente, criando, dessa forma, em termos simbólicos, a integração do *populus romanus* (ASSMANN, 2011, p. 63). O discurso da *uirtus* em Lívio apresenta estreita vinculação com as demandas sociais da comunidade política, ao transmitir e fundamentar os comportamentos dos cidadãos no *mos maiorum* romano, que é, em nossa percepção, rearticulado à corte romana à época de Tito Lívio.

Sendo assim, entendemos que a narrativa histórica de Lívio transforma a dimensão política por meio de um discurso retórico, que constrói espaços de memória pelos usos do passado. Neste sentido, retornar às origens significaria projetar um futuro a partir das transmissões dos símbolos de virtude cívica, que se transformariam, de fato, em monumentos de recordação (ASSMANN, 2011, p. 72). Portanto, nosso eixo de discussão partirá do princípio segundo o qual o passado legitimava os espaços identitários em Roma, à medida que se materializava na narrativa de Lívio, pois, partilhamos dos pressupostos de Assmann (2011, p. 72), já que a narrativa passava a funcionar como um “motor de desenvolvimento”. É o fundamento da continuidade e da ruptura com a tradição, uma vez que as mesmas apresentam a capacidade de dar permanência social à tradição, como também de (re) inventá-la. Logo, as

obras de Lívio, Vitrúvio, Propércio, Horácio, Virgílio e Ovídio configuravam-se como uma *ars memoriae*, legitimando e consolidando a *auctoritas* de Augusto.

2.1 - CONSOLIDAÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA DE OTÁVIO: DE 44 a.C. À VITÓRIA DE 31 a.C.

O principado augustiano configurou-se por ser o palco de resignificação, remodelação e reivindicação da identidade de Roma, com o desenvolvimento da arquitetura,⁴⁵ religião e literatura; uma vez que, assim como entendemos, tais esferas tornaram-se mecanismos de comunicação de poder de Augusto e a cidade de Roma transformou-se, em termos discursivos, em modelo a ser seguido em todo o *imperium*. Karl Galinsky (1998) denomina cultura augustiana, à medida que Otávio Augusto empenhou-se em promover sua atuação política a partir dos monumentos arquitetônicos (FAVRO, 1996, p. 218-223) e dos monumentos de palavras, de numismática, de joias, entre outros, para explorar imagens de estabilidade e prosperidade da *urbs*.

Otávio empreendeu uma reestruturação política, remetendo-se aos valores do *mos maiorum* romano e atribuiu ao seu governo uma dimensão de poder vinculada à produção de memória e identidade. Portanto, podemos dizer que o poder augustiano baseou-se na concentração de poderes — o poder consular e tribunicio, a totalidade do comando militar, civil e religioso — nas mãos do *princeps*, fortaleceu a ideia de uma transformação política, ao mesmo tempo em que permitiu a comunicação de mensagens, as quais concretizaram uma série de funções, entre as quais: informar, constituir um *consensus*, persuadir ou convencer, comunicar acontecimentos, difundir atitudes e ações e construir identidades. “Os processos de comunicação serviram para controle social, em outras palavras, para garantir o poder e o exercício político” (GONÇALVES, 2004, p. 108).

Em função dos conflitos na arena romana, os atores políticos deveriam se reafirmar veiculando a “representação de si, certa “imagem de si”, que se configura em termos de atributos sociais reconhecidos” (BURKE, 1992, p. 152-53). Essa elaboração da imagem de Augusto, relacionada à ancestralidade, às virtudes cívicas romanas e ao fato do

⁴⁵ Para leituras sobre a temática, consultar : CUNHA, Macsuelber de Cássio Barros. *A construção do fórum de Augusto e do templo de Mars Vultor e a obra de Vitrúvio: repensando a aemulatio dos cânones arquitetônicos gregos no período augustano (Séc. I a.C./I d.C.)*. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2014. FAVRO, D. *The Urban Image of Augustan Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

mesmo ser entendido como protetor da *Res Publica*, conforme afirmamos, associava-se aos interesses das forças políticas em jogo; por isso, divulgar uma imagem se tornou na comunidade política romana parte integrante da elaboração de um discurso de *potestas*. Neste sentido, afirmamos que, como fundamento e manutenção de seu poder político, Augusto dialogou e flexibilizou as práticas de poder em torno de uma arena política — instituição senatorial que rearticulava com o *princeps* a atuação nos espaços institucionais de Roma, pois, em nosso entender, após a batalha do Ácio houve um deslocamento da autoridade do senado e das aristocracias para a figura de Otávio Augusto, o que explicaria a aceitação dos poderes centralizados de Otávio e a difusão do discurso de que a *Res Publica* havia sido reestruturada (Cf. WALLACE-HADRIL, 1996). Logo, tal como veremos, as representações do poder implicavam, sobretudo, a afirmação da competência em governar e manter-se no governo, pelo exato equilíbrio entre a renovação, a permanência e a reinvenção dos valores romanos restabelecidos.

Partindo dessas perspectivas, consideramos que o processo de consolidação da imagem pública de Otávio iniciou-se no ano do assassinato de César em 44 a.C., quando retornou à Itália para a leitura do testamento de seu tio, que o designou seu herdeiro e filho, passando daí em diante a ser nomeado Caio Júlio César Otaviano (Cf. GOODMAN, 1997). O advento do assassinato do ditador criou uma esfera de incertezas e instabilidades e gerou conflitos políticos entre as forças partidárias de César e de seus opositores. Na altura desses acontecimentos, Marco Antônio e Otávio rivalizam-se politicamente, à medida que o primeiro como cônsul mantinha prestígio, enquanto Otávio encontrava-se em sua formação militar e literária. Não havia assumido nenhum cargo público, nem controlava nenhum exército (Cf. GOODMAN, 1997). No fim de maio ou início de junho, Otávio exibiu, em termos solenes, o assento dourado que o senado outrora havia votado a César: era o primeiro ato em direção à apoteose de César. Não obtendo seguimento com o intento de divinizar⁴⁶ seu pai, Otávio, nos últimos dias de julho, celebrou os jogos da vitória de César, instituídos dois anos antes pelo ditador em honra a *Venus Genitrix*, antepassada mística e protetora de sua família, a *gens Iulia*.

Otaviano ganhou paulatinamente espaço na arena política, conseguiu ser proclamado Pró-Pretor, permitindo, dessa forma, legitimidade para ocupar um cargo

⁴⁶ Foi somente no ano de 42 a.C. que a divinização de César foi oficializada e, com isso, celebrou-se uma cerimônia religiosa de grande importância política, na qual os triúmviros declararam, sob juramento, que Júlio César havia se convertido em um *Diuus* e que todos os seus atos eram, portanto, sagrados. É interessante ressaltar que, durante a celebração, apareceu no céu um cometa, indicando o sinal da divindade de César, sendo interpretado como um bom presságio (Cf. GURVAL, 1995; Cf. MEIER, 1990).

constitucional. No início de 43 a.C., Otávio e os cônsules Hírcio e Pansa, por meio de um discurso de defesa da *Res Publica*, lançaram-se em campanhas contra Marco Antônio, o qual recorreu ao seu antigo aliado Lépido. Todavia, dos dois cônsules que o senado tinha enviado contra Antônio, apenas Otávio saiu ileso; com a morte de Hírcio e Pansa, Otaviano passou a controlar seus exércitos. Como afirma Grimal (1992, p. 24), Otávio, em Roma, intentando lograr um espaço de atuação pública, reivindicou o consulado, pois, em termos legais, não tinha direito a este cargo. Era jovem para assumir a suprema magistratura. Contudo, as três legiões que o senado tentou opor-lhe passaram ao seu lado, sem combate. Nas palavras de Grimal, “o povo de Roma, tão fiel quanto os soldados à memória de César, conduziu unanimemente o seu herdeiro ao consulado” (GRIMAL, 1992, p. 24).

Enquanto cônsul, Otávio promoveu a condenação dos assassinos de seu pai, declarou-se então vingador⁴⁷ de César. Ora, esse discurso de vingador de seu pai e, na prática, de seu continuador foi crucial para a sua integração à política. É por isso que, “contra a vontade dos seus companheiros de triunvirato, provoca em 42 a. C. guerra contra os assassinos de César, assumindo assim o papel do filho *pius* que vinga a morte do pai e procede à prossecução dos seus projetos políticos” (ALBERTO, 2004, p. 32).

Feito isto, partiu rumo ao norte para um encontro com Antônio; na mesma ocasião, Otávio junto a Lépido iniciaram o segundo triunvirato. Neste triunvirato, Antônio se encarregou da Gália, Lépido responsabilizou-se pela Gália Transalpina e as duas Hispânicas, enquanto Otávio governou a África, a Sicília e a Sardenha. Objetivando assegurar seus poderes e barrar uma possível ameaça advinda dos opositores de César, os triúmviros optaram por recorrer pelas proscricções,⁴⁸ isto é, cerca de 150 senadores, incluindo o nome de Cícero e de equestres, foram liquidados como opositores políticos.

Compreendemos que transformar o assassinato de César em uma conspiração e o mesmo em um *Diuus* (42 a.C.) foi uma elaboração política, um importante trunfo na mão de Otávio, permitindo, com isso, obtenção de prestígio frente ao povo romano e ao senado, pois, a partir deste momento, Otávio não era apenas um cidadão, mas um *Diuus filius* – filho de um deus (ALBERTO, 2004, p. 33; MEIER, 1990). Otávio, nesse processo de construção de

⁴⁷ Em sua *Res gestae*, Augusto constrói o seguinte discurso: “Por demandas legais expulsei para o exílio, tendo puido seu crime, os que haviam matado meu pai e, em seguida, venci-os duas vezes em combate ao declararem guerra à República” – “Qui parentem meum trucidauerunt, eos in expuli iudiciis ultus eorum facinus, et postea bellum inferentis rei publicae uici bis acie.” (*Res gestae Diui Augusti*, II).

⁴⁸ De acordo com Anthony Everitt (2008, p. 98), “a proscricção era um mecanismo oficial para liquidar os oponentes políticos e acumular grandes somas de dinheiro provenientes de seus bens confiscados, e havia sido utilizado pela primeira vez por Lúcio Cornélio Sila em 81 a.C.”.

sua posição frente à comunidade política romana, estabeleceu negociações com os grupos sociais dispersos na arena política da *urbs* romana, porque, em nosso entender, por mais que se pretendesse veicular e propagar uma Roma harmoniosa, existiam espaços e momentos de instabilidades, os quais Otávio disputava pela construção de um discurso de defesa da *Res Publica*.

Diante disso, inserindo-se nestes conflitos políticos, Otávio, ainda em 42 a.C., após a batalha contra Bruto e Cássio em Filipos, na Macedônia, obteve mais poder ao lado de Antônio, estabelecendo mais espaço de atuação na divisão de terras entre os triúmviros. Contudo, parecia que o império romano estava sendo dividido⁴⁹ apenas entre Antônio e Otávio, em prejuízo a Lépido. Decorrida essas divisões, Antônio chegou ao oriente e passou a associar-se à imagem de Dioniso,⁵⁰ o que de certo modo criou um descontentamento em Roma. Em sentido contrário, Otávio ligou-se à imagem do deus Apolo,⁵¹ colocando-o como seu protegido. Essa conexão com o deus Apolo foi parte de um dispositivo de poder pela promoção da imagem pública de Otávio em Roma (GURVAL, 1995, p. 89). Logo, associar-se às imagens religiosas expressavam as disputas e confrontos políticos pela representação dos valores sociais romanos. Isto quer dizer que, o discurso de divulgação de Augusto, a partir de autores como Tito Lívio (*Ab Vrbe Condita* I, XLIX), acerca da associação religiosa com os deuses e com a ancestralidade se confrontava, sobretudo, com a imagem de *ambitio* e *superbia* dos comportamentos sociais. Assim, a aproximação com os adornos orientalizantes, poderia afastá-lo publicamente do *mos maiorum*, pois, em nossa percepção, a *domus* imperial

⁴⁹ Nesta divisão, Otávio se manteve na Itália e com algumas províncias ocidentais e Marco Antônio ficou com as províncias orientais. Este responsabilizou-se pela reorganização da região leste do império e pelo preparo das campanhas contra os Partos. A Otávio coube a tarefa de redistribuição de terras aos veteranos, missão excessivamente trabalhosa, devido à carência de terras. Otávio teve de lidar com muitas insatisfações advindas dos veteranos pela perda de suas terras, como também pela falta de abastecimento de água, em decorrência do corte efetuado por Sexto Pompeu (filho de Pompeu, o grande).

⁵⁰ A prática religiosa do culto ao deus Baco chegou à Itália aparentemente desde o século III a.C.. O festejo consistia em reunir um grupo pelas noites para praticar suas cerimônias de iniciação ao culto; em função disso ocorriam determinados excessos como músicas e bebidas. O modo de celebração deste culto resultou suspeito às autoridades romanas. Uma denúncia acusou as bacantes de crime e libertinagem e o senado decidiu agir de imediato. De fato, a decisão do senado pretendia aplacar o caráter secreto das práticas. Nenhum culto devia se realizar fora do controle e do consentimento das autoridades romanas, e muito menos “cultos que implicassem reuniões orgiásticas e entusiasmos de grupos” (JUNQUEIRA, 2010, p. 342) (Cf. RAWSON, 1992, p. 16-17). Essas questões podem ser visualizadas no decreto do senado, do ano de 186 a.C., em uma inscrição sobre uma tábua de bronze (*senatus consultum de Bacchanalibus*) e na *Ab Vrbe Condita* de Lívio (XXXIX. XVIII).

⁵¹ Otávio associou-se ao deus Apolo num momento político intenso; por essa associação, construiu um templo e instituiu o culto à divindade, reconhecendo e respeitando-a como o protetora na vitória da batalha contra Antônio e Cleópatra (GURVAL, 1995, p. 89). Otávio já havia mostrado, anteriormente à batalha do Ácio, sua devoção pessoal a Apolo; logo, a construção do templo em homenagem ao deus evidenciou sua postura pública de *fides* para com a *pietas* do deus, em especial após a vitória no confronto naval. Com Apolo, Otaviano firmava seu comprometimento com as tradições ancestrais pela aplicação da disciplina, moral cívica e moderação.

não representava somente um espaço físico, mas também, em termos simbólicos, promovia a *Res Publica* e a *ciuitas*.

Diante desta arena política, as batalhas ainda não haviam terminado, após o enfrentamento com Bruto e Cássio (42 a.C.), no início de 40 a.C.; corriam notícias de que os Partos haviam iniciado uma invasão na Síria, obrigando Antônio a se direcionar para a Ásia Menor. Na Itália, Otaviano enfrentava momentos de instabilidades e turbulências, frente ao descontentamento popular e às oposições, tal como a de Lúcio Antônio (irmão de Antônio) e Fúlvia, mulher de Marco Antônio. Lúcio Antônio recrutou tropas e entrincheirou-se em Perúsia, onde travou batalhas com o exército de Otávio, comandado por Agripa, um estrategista militar. Depois de muitos embates e enfrentamentos, o exército de Otávio conseguiu a vitória, forçando Lúcio a se render em 40 a.C.. Sabendo da derrota de seu irmão, Antônio marchou para Itália, em direção a Brindisi, com suas tropas, para enfrentar Otávio; contudo, estando em Brindisi, Mecenas e Polião propuseram negociações entre os dois triúmviros. O primeiro representava Otávio e o segundo, Marco Antônio.

Deste modo, em 5 e 6 de outubro de 40 a.C., foi firmada a paz entre as duas forças, com a renovação do triunvirato por mais cinco anos; outro acordo estabelecido foi a união matrimonial de Antônio com Otávia, a irmã de Otávio, de modo a selar a união entre as duas famílias. Com o advento do tratado de Brindisi, deu-se a impressão de que a *harmonitas* havia se estabelecido na *urbs*. No entanto, existia ainda o bloqueio nos mares por Sexto Pompeu. Na tentativa de resolver o impasse, Marco Antônio e Otávio buscaram estabelecer um acordo (39 a.C.) com Sexto, nomeando-o governador da Sardenha, Córsega, Sicília e Peloponeso; além disso, atribuíram-lhe os seguintes direitos: tornar-se cônsul no ano seguinte (38 a.C.) e a restituição dos direitos civis aos seus exércitos. Esta aparente trégua não impediu que se formassem novos conflitos, como ocorreu na ocasião em que Otaviano se livrou do cerco de Sexto, 37 a.C. – 36 a.C., com o auxílio de Lépido e Antônio.

Diante desta conjuntura, consideramos que as relações sociais, os discursos e os conflitos transformavam-se em dispositivos, em mecanismos de poder (Cf. BALANDIER, 1982). Neste sentido, em 34 a.C. ao retornar ao Egito, após a batalha com Otávio contra Sexto, Marco Antônio preparou uma festa com o intento de comemorar sua vitória na invasão da Armênia.⁵² A festividade serviu para que Antônio se vinculasse à imagem do deus

⁵² Essa conquista foi estratégica para Roma, que reafirmava seu poder sobre os Partos, os quais ainda detinham os estandartes romanos. Seu enteado e futuro sucessor, Tibério, liderou as legiões; como o rei de Armênia já havia sido morto quando da chegada de Tibério e de suas legiões, coube a este a tarefa de coroar o novo rei Armênio. “Por esta ocasião ocorreu um acordo diplomático entre Roma e o reino parta, pois um pretendente ao trono parta havia sequestrado o filho do rei e fugido para Roma. Augusto enviou o filho de volta ao pai na

Dionísio. Tal episódio serviu de discurso contra Antônio na *urbs* romana, pois o mesmo celebrava sua conquista militar em Alexandria fugindo dos costumes ancestrais que prescreviam o respectivo ritual em Roma (FAVRO, 1996, p. 98; Cf. GURVAL, 1995). Acrescentou-se a esta situação os seguintes fatos: Antônio acumulou sob Cleópatra e seus filhos honras e territórios; além disso, mencionou em seu testamento o desejo de ver suas honras fúnebres e seu sepultamento se cumprirem em Alexandria (GURVAL, 1995, p. 19-32).⁵³ Este episódio refere-se aos *mandata*, em que o indivíduo manda escrever seus últimos desejos, entre eles a localização de seu túmulo em Alexandria; isto implicava, sobretudo, um debate identitário; à medida que o cidadão romano desejava ser enterrado em sua pátria. Assim, ao desejar seu túmulo em uma cidade do oriente, Antônio afastava-se do *mos maiorum*, logo não se identificava como um romano. A respeito dessas discussões, Ovídio, em sua obra *Tristium* (9 d.C. – 12 d.C.), escreve:

Ninguém haverá que me chore depois de morto? Nem um curto momento sobreviverá a minha alma com as lágrimas da minha esposa caindo em minhas faces? Não farei recomendações? A mão amiga não fechará com o último grito meus olhos esvaecidos? Pois bem a terra estrangeira cobrirá sem funerais, sem a homenagem de um túmulo, este corpo não pranteado? (Ovídio. *Tristium* III, III, 1, 2, 3).⁵⁴

condição de que o rei parta devolvesse os estandartes e os prisioneiros romanos que haviam sobrevivido.” Após os acontecimentos na Armênia, o rei parta resolveu aceitar o acordo e devolveu os estandartes romanos e seus prisioneiros. “Retornar com os estandartes a Roma, mesmo que não tenha sido por meio de uma conquista militar, significava uma grande vitória para o povo romano, pois, os Partos sempre representaram um obstáculo invencível. Essa conquista foi muitas vezes planejada e tentada por Antônio, mas efetivamente consolidada por Augusto. Nesse sentido, a vitória contra os Partos era a vitória contra o Oriente bárbaro” (CUNHA, 2014, p. 60).

⁵³ Em razão disso, Otaviano, ao saber desta intenção de Antônio, em 29 a.C., inicia a construção de seu mausoléu como forma de evidenciar sua intenção de ser enterrado em Roma. Neste sentido, seu Mausoléu era “um contraste agudo ao desejo de Antônio, uma afirmação arquitetural que garantia a presença contínua de Otaviano em Roma, após sua morte e declarava que a capital não poderia ser movida” (Cf. CUNHA, 2014, p. 37; FAVRO, 1996). Compreendemos que a construção de seu mausoléu promovia sua imagem e a de sua *domus* como espaço de integração política, pois as construções públicas em Roma demarcavam uma identidade romana a partir da exaltação da imagem de Augusto e de sua família (Cf. FAVRO, 1996), trata-se de garantir uma visibilidade pública da *Augusta domus*, como aquela acima das demais casas aristocráticas. Em função disso, o mausoléu de Augusto representava, em nossa percepção, o *locus* da memória do imperador e de sua família (Cf. HALES, 2009), uma criação identitária (Cf. HALES, 2009), que, em sentido explícito, o associava ao *mos maiorum* e indicava, ao mesmo tempo, a partir do discurso de ancestralidade, um meio de persuasão que se inseria em situações de conflitos e articulações de poder (WALLACE-HADRILL, 2008, p. 225).

⁵⁴ Haec mea si casu miraris epistula quare alterius digitis scripta sit, aeger eram. Aeger in extremis ignoti partibus orbis, incertusque meae paene salutis eram. Quem mihi nunc animum dira regione iacenti inter Sauromatas esse Getasque putes? Ergo ego sum dubius uitae, tu forsitan istic iucundum nostri nescia tempus agis? Non agis, adfirmo. Liqueat hoc, carissima, nobis, tempus agi sine me non nisi triste tibi. Si tamen inpleuit mea sors, quos debuit, annos, et mihi uiuendi tam cito finis adest, quantum erat, o magni, morituro parcere, diui, ut saltem patria contumularer humo? Vel poena in tempus mortis dilata fuisset, uel praecepisset mors properata fugam. Integer hanc potui nuper bene reddere lucem; exul ut occiderem, nunc mihi uita data est. Tam procul ignotis igitur moriemur in oris, et fient ipso tristia fata loco; nec mea consueto languescent corpora lecto, depositum nec me qui fleat, ullus erit; nec dominae lacrimis in nostra cadentibus ora accedent animae tempora parua meae; nec mandata dabo, nec cum clamore supremo labentes oculos condet amica manus; sed

Deste modo, além de não ser pranteado por sua esposa, a morte em terras estrangeiras, ou no caso de Ovídio o exílio, significava que nas comemorações, tal como parentália,⁵⁵ sua família não visitaria seu túmulo; em relação a Antônio, o túmulo identificava-se com a pátria; portanto, a pátria dele era Alexandria. Compreendemos que essas disposições possuíam uma dimensão política e identitária, pois foi diante desta conjuntura que se formou um discurso por parte de Otávio, aliado ao dos senadores e às casas aristocráticas, pela defesa de Roma em prol da manutenção dos ideais da *Res Publica*. Diante destas circunstâncias, a *domus otaviana* produziu imagens extravagantes de Antônio, relacionando-o ao desejo de governar Roma em parceria com Cleópatra.

Em oposição ao discurso de Antônio, criou-se também um discurso de poder a favor das condutas de Otaviano, associando-o aos valores e tradições republicanas, um cidadão comprometido com a preservação e manutenção da *Res Publica* pela instituição de reformas e construções (e.g. Restauração da via pública, o Campo de Marte e o teatro de Pompeu), as quais intentavam um melhoramento arquitetônico, uma reestruturação física e moral (*ciuitas*) de Roma.⁵⁶ Em 33 a.C., com o término do triunvirato, Otávio e seus aliados demonstravam comprometimento com a posição política e o engrandecimento de Roma. Esta

sine funeribus caput hoc, sin honore sepulcri indeploratum barbara terra teget. Etenim maiora libelli et diuturna magis sunt monimenta mihi, quos ego confido, quamuis nocuere, daturos nomen et auctori tempora longa suo. Tu tamen extincto feralia munera semper deque tuis lacrimis umida certa dato. Quamuis in cineres corpus mutauerit ignis sentiet officium maesta fauilla pium. Scribere plura libet: sed uox mihi fessa loquendo dictandi uires siccaque lingua negat. Accipe supremo dictum mihi forsitan ore, quod, tibi qui mittit, non habet ipse, "uale" (OVÍDIO, *Tristium* III, III, 1, 2, 3).

⁵⁵ A parentália foi um festival religioso realizado em Roma, consistia na honra e lembrança dos mortos. Desenrolava-se entre os dias 13 e 21 de Fevereiro. Durante estes dias (*dies parentales*), os templos encontravam-se fechados, era proibida a celebração de casamentos e os magistrados não utilizavam as insígnias dos seus cargos. As famílias visitavam os túmulos onde se encontravam sepultados os seus familiares e ali realizavam oferendas. O festival possuía um caráter público, uma vez que destacava o papel social dos mortos; torna-se, em nosso entender, relacionável à produção de memória e esquecimento, pois, como compreende Gowing (2005, p. 13), os romanos, embora criassem instâncias reguladoras para o mundo dos vivos e dos mortos, não os submetiam ao isolamento social, promoviam indivíduos e suas póstumas memórias. Tal era a função do festival: lembrar seus familiares; logo, expressava seu aspecto identitário em consonância com a promoção pública da imagem da família e de seu morto. Esta festividade incorporava a lembrança dos familiares, portanto, expressava seu aspecto identitário, em consonância com a promoção pública da imagem da família e de seu morto, ao conectar celebração e morte através dos ritos fúnebres e das performances nos cultos (ERKER, 2011, p. 55). Neste sentido, compreendemos que as representações transmitidas pela festa da parentália fomentavam a produção de uma memória social, digna de lembrança, que, de fato, criava um passado comum a ser incorporado à identidade romana (Cf. OMENA, 2012, 2013; HOPE, 2011).

⁵⁶ Para alcançar êxito nestas reformas, Otávio contou com o auxílio de Agripa, pois, este responsabilizou-se pela reorganização dos sistemas dos antigos aquedutos e construiu novos, como o *Aqua Iulia*, além de diversas fontes públicas; distribuiu, igualmente, azeite, sal e diversos espetáculos.

profusão de imagens entre Antônio e Otávio decorreu no conflito declarado em 32 a.C.. Sobre este período, Suetônio,⁵⁷ na obra *Vita Diui Augusti*, acrescenta que:

Finalmente rompeu a aliança sempre dúbia e incerta com M. Antônio, mal restabelecida por várias reconciliações, e, para que pudesse melhor provar que ele tinha degenerado dos padrões de comportamento civil, fez abrir e ler em público o testamento que ele deixara em Roma e que também nomeava os filhos de Cleópatra como seus herdeiros (SUETÔNIO, *Vita Diui Augusti*, XVII).⁵⁸

Compreendemos que a guerra entre os antigos triúnviros estava declarada. Em termos oficiais, a guerra não poderia ser declarada contra um romano — Antônio —, mas seria possível em oposição ao oriente e a sua influência política. Na ocasião deste conflito, criou-se um discurso de unidade, de um senso de comunidade cívica, pela produção de imagens de apoio político, tal como expressou anos depois em suas *Res Gestae*:

A Itália inteira fez, espontaneamente, um juramento de lealdade a mim e exigiu-me comandante da guerra que venci em Ácio. Juraram de modo idêntico as províncias das Gálias, as Espanhas, a África, a Sicília e a Sardenha. Houve então mais de setecentos senadores a combaterem sob minhas insígnias (*Res gestae Diui Augusti*, XXV).⁵⁹

Partindo desse contexto, compreendemos que a produção de imagens, pelas vias de um discurso político, fomentava a construção de uma memória seletiva, digna de lembrança, que, de fato, criava um passado comum a ser incorporado à comunidade política. Como se percebe, os discursos de exaltação da imagem de Otávio vinculavam-se ao espaço público pelo comprometimento com a *uirtus* romana, vale dizer, pela manutenção das práticas e das condutas ancestrais. Assim, consideramos que seu ideal de “*vir bonus* foi apropriado ao discurso contra Cleópatra e Marco Antônio, em 31 a.C., designando-o como protetor da *Res Publica* romana” (BELTRÃO, 2010, p. 56). O principado iniciado com Augusto esforçou-se,

⁵⁷ Suetônio produziu a biografia “*Vita Diui Augusti*” do século I a.C. para o II d.C. “A escrita biográfica ocupava-se com o individual, com a trajetória de um homem em sua sociedade, seus feitos, suas glórias, vitórias e derrotas” (JOSÉ, 2011, p. 45); consequentemente, logo seus discursos promoviam a imagem de Augusto como um modelo de governante, tendo suas ações direcionadas à comunidade política de Roma. (Cf. JOSÉ, 2011).

⁵⁸ “M. Antonii societatem semper dubiam et incertam reconciliationibusque uariis male focilatam abruptit tandem, et quo magis degenerasse eum a ciuili more approbaret, testamentum, quod is Romae etiam de Cleopatra liberis inter heredes nuncupatis reliquerat, aperiendum recitandumque pro contione curauit.” (SUETÔNIO, *Vita Diui Augusti*, XVII).

⁵⁹ “Iurauit in meâ uerba tota Italia sponte sua et me belli, quo uici ad Actium, ducem depoposcit. Iurauerunt in eadem uerba prouinciae Galliae, Hispaniae, Africa, Sicília, Sardinia. Qui sub signis meis tum militauerint fuerunt senatores plures quam DCC.” (*Res gestae Diui Augusti*, XXV)

contudo, por “salvar as aparências”. O senado, as aristocracias e a produção literária do período exaltaram a *uirtus*, a *iustitia*, a *clementia* e a *pietas* do *princeps* como elementos constituidores do *mos maiorum* e, portanto, definidores da memória de Roma.

Segundo Favro (2006), a guerra civil de 31 a.C. serviu para a difusão de uma imagem específica, por meio da qual Otávio passou a ser representado como o guardião do ocidente frente aos poderes do leste e das monarquias helenísticas, estas vinculadas cada vez mais a Antônio (FAVRO, 1996, p. 82). Acrescenta-se a esse debate as perspectivas de Gurval, em seu livro “*Actium and Augustus*” (1995), ao enfatizar que a singularidade do ano de 31 a.C. não esteve apenas associada à vitória em Ácio, mas sim à articulação política em torno de Roma, com o apoio das províncias e das figuras representativas da autoridade romana, tais como os senadores, cônsules, as casas aristocráticas e os sacerdotes. O autor sugere que celebração da vitória na batalha de Ácio não dizia respeito a um só cidadão, mas também a grupos sociais que compunham a arena política (GURVAL, 1995, p. 16).

A exaltação do nome de Otaviano e a sua vitória no Ácio contribuíram para o seu reconhecimento oficial, pois, de fato, a vitória em 31 a.C. foi parte do processo de consolidação e legitimação da imagem pública de Roma e daquele que viria a ser o seu *princeps* (GURVAL, 1995, p. 84). Diante desta conjuntura, compreendemos que o triunfo em *Actium* esteve associado à opinião pública, já que se tratava de uma reestruturação da cidade de Roma, após os embates civis. Como forma de consagração da vitória, celebraram-se em Roma três triunfos ou eventos comemorativos: uma procissão ritual, cerimônia pela conquista na guerra; um triunfo que representava a celebração da paz e da *harmonitas* na *urbs* e o fechamento das portas do templo de Jano, após o retorno a Roma – ocasião em que o senado decretou que se fechassem as portas como um ato simbólico e sagrado, pela conquista ocorrida na guerra e pela manutenção da paz e defesa da identidade romana (GURVAL, 1995, p. 33).

Em nossa percepção, justamente nesse contexto histórico e, sobretudo, a partir de 31 a.C., houve a preservação da centralidade de Roma e a garantia do elusivo fenômeno da identidade romana. Otaviano, o jovem herdeiro de César, que mais tarde seria nomeado Augusto, alinhou-se à cidade e a suas tradições. O discurso, construído e difundido por Otávio e seus grupos aliados, contrapôs-se às atitudes de seu oponente Antônio e da influente Cleópatra (HOPE, 2005, p. 72). Isto é, o discurso de Otávio ganhou um estatuto de verdade, graças à posição de poder alcançada por ele após a vitória sobre seus opositores. Otávio e seus partidários (*e.g.* Tito Lívio, Horácio, Virgílio entre outros) (WOOLF, 2009, p. 315)

difundiram imagens de protetores do *mos maiorum*; em função disto, transformavam os egípcios em inimigos públicos de Roma; assim, de maneira indireta, a proximidade entre Marco Antônio e Cleópatra não era aprovada (Cf. EDER, 2005; GALINSKY, 2005; ROWE, 2013). Deste modo, a produção literária fortaleceu o discurso de Otávio, tornou-se um relevante instrumento de construção de memória, que comunicava, disseminava e dissimulava os fatos (SILVA, 2014, p. 120). Logo, a conquista do Egito foi um momento ímpar, pois se tratava do maior e mais rico reino do Oriente, que além de ser fornecedor de trigo para Roma ainda possuía em seu território Alexandria, a segunda maior cidade do Mediterrâneo (CLÍMACO, 2012, p. 104). De fato, a vitória de Otávio não foi meramente bélica, mas também simbólica, uma vez que a partir de seus discursos criou-se uma imagem negativa de Antônio e Cleópatra; segundo Wallace-Hadrill (1998, p. 5), é tarefa difícil resgatar uma imagem positiva⁶⁰ de Antônio ou Cleópatra por conta da deterioração sofrida por eles com a propaganda de Otávio. Dessa forma, Otávio,

ao mesmo tempo em que criava uma imagem positiva sobre si para ser divulgada em público, tratou de depreciar seus rivais. Nas relações humanas e nas lutas pelo poder, sempre são fabricadas imagens negativas e positivas, que adquirem um estatuto de verdade a partir do momento em que alguém sai vitorioso e sua versão passa a ser tida como a única autorizada (SILVA, 2014, p. 173).

Nesse sentido, consideramos que a vitória no Ácio representou, em nosso entender, a renovação de Roma (HOPE, 2005, p. 73), dado que, a partir deste momento estratégico, Otávio recebeu o título de *princeps*, que, à posteriori, deu nome à nova forma de governo iniciada por ele – principado augustiano.

2.1.1 – O PASSADO REIVINDICADO: A LEGITIMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO GOVERNO DE AUGUSTO.

⁶⁰ A respeito de uma compreensão sobre uma imagem positiva de Cleópatra e Antônio, ressaltamos a importância da “numismática como fonte histórica, com o intuito de resgatar o discurso dos vencidos, cuja memória foi estigmatizada pelos vencedores” (SILVA, 2014, p. 120). Entendemos que “a imagem de Cleópatra e Antônio legada à posteridade é expressão do estigma sobre eles lançado” (SILVA, 2014, p. 120). Logo, devemos situar esse discurso de Otávio contra Antônio em seu contexto histórico, pois, assim, não corremos o risco de realizar juízo de valor e, portanto, de compreender que esse discurso do “vencido” foi elaborado em um momento de crise, o qual fomenta a proliferação de imagens negativas do dito “inimigo”.

Com a vitória na batalha de 31 a.C., Otávio por reconhecimento social recebeu diversas honrarias do senado (em 30 a.C. obteve os poderes de um tribuno; em 29 a.C., o título de *imperator* –comandante chefe das forças armadas–; em 28 a.C., o de *princeps senatus*; em 27 a.C., o senado atribuiu-lhe o título de Augusto e em 23 a.C., o de tribuno da plebe). Otávio, recém-saído do conflito civil, teve a tarefa de ressignificar as tradicionais virtudes romanas, estabelecendo, assim, uma relação entre passado e presente. Em nossa percepção, o poder estruturado e consolidado por Otávio em 31 a.C. foi pautado em um discurso das origens do passado romano. Na verdade, o período augustiano (27 a.C.) soube utilizar o passado, direcionando-o às expectativas do futuro, uma vez que os governantes construíram imagens para serem lembradas e transmitidas por meio de monumentos ou de registros documentais [e.g. *Res Gestae* (Augusto 63 a.C. – 14 d.C.); *Odes* (Horácio 65 a.C. – 8 a.C.); *Eneida* (Virgílio 70 a.C. – 19 d.C.) (Cf. ASSMANN, 2011, p. 68)]. Em razão disso, nossas leituras e análises seguintes partirão da compreensão dos discursos construídos para a promoção da imagem pública de Augusto, na medida em que os usos do passado se fundiram com o orgulho cívico no presente, de modo a comunicar e transmitir honras para uma memória futura (EDER, 2005, p. 17-18).

Compreendemos que Otaviano, nos primeiros anos (29 a.C. – 28 a.C.) após Ácio (31 a.C.), deu continuidade às expectativas de César, buscou transformar Roma em uma cidade digna de ser a capital de um vasto império territorial (CUNHA, 2014, p. 39). Entendemos que essa nova ordem rearticulada por Otávio foi fundamentada em conflitos e concordâncias, presentes na comunidade política romana, pela defesa dos ideais da *Res Publica*, os quais foram adaptados por vezes às novas realidades e demandas sociais e políticas. Neste sentido, em 28 a.C., Otávio, por meio de um discurso, vinculou sua imagem à *pietas*, evidenciando seu comprometimento com os valores do *mos maiorum* romano, que seriam ressignificados a essa nova conjuntura política com o intento de empreender a reconstrução de antigos templos localizados na *urbs*, desgastados pelas guerras civis. Esse intuito de atenção à esfera religiosa pode ser vislumbrado em nosso documento, no livro IV, quando Tito Lívio deixa entrever o papel de César Augusto como fundador de todos os templos (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. IV. XX.VII).⁶¹

Neste mesmo ano de 28 a.C., Otávio recebeu o título de *princeps*, uma designação de figura influente, um sinal de reconhecimento e autoridade (Cf. GRUEN, 2005). Torna-se

⁶¹ “César Augusto, que tem erguido e restaurado todos os templos” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita* IV, XX) - “Hoc ego cum Augustum Caesarem, templorum omnium conditorem aut restitutorem” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. IV, XX).

importante compreendermos que havia, sim, uma designação de *princeps* para Augusto, mas isso não indicava que a noção de *principatus*, tal como entendemos, tenha sido elaborada pelos romanos como denominação de um tipo de regime. Havia os poderes republicanos, não o Principado. Dessa forma, o *princeps* detinha os mecanismos de poder para promover a manutenção da *pax deorum*⁶² na *urbs*, bem como promover uma *publica memoria* ou, dito de outro modo, uma memória socialmente compartilhada (Cf. GOWING, 2005). Como parte de um discurso institucional romano, ressignificar as tradições republicanas foi preservar os símbolos de cidadania da comunidade política de Roma, à medida que se convertiam em discursos político e social, viabilizando, de modo efetivo, o exercício harmonioso da *potestas* e da *auctoritas* do cidadão, que, a partir de 27 a.C., passou a ser reconhecido socialmente por Augusto.

Em 27 a.C., já denominado Augusto, mudou de postura, pondo fim, assim, ao que Walter Eder (2005) chama de “Período Otaviânico”. Em 29 a.C., recebeu o título de *imperator* e realizou seu triplo triunfo, atuando na atenção aos deuses de Roma e na reforma física e institucional de Roma. De 28 a.C. a 27 a.C., Otávio afastou-se desta fase “otaviana” por uma maior aproximação às tradições republicanas; portanto, a partir de 27 a.C., sua postura política se direciona à legitimação de sua imagem pela produção de memória social (Cf. CONNOLLY, 2009) vinculada à comunidade política.

Em razão destas discussões, compreendemos que Eder (2005, p. 15-20) assume uma postura segundo a qual o poder do *princeps* se baseava tanto no exército quanto em sua *auctoritas* (Cf. GALINSKY, 1996, 2005). Logo, devemos salientar que o poder do imperador se constituiu a partir de aspectos militares e das instituições e tradições republicanas; construiu-se, de fato, uma integração social em torno da comunidade política (WINTERLING, 2009, p. 29). Consideramos, por isso, que o contexto augustiano articulou as instituições civis, militares e religiosas da *Res Publica* à nova configuração política, uma vez que “nenhum regime político é capaz de se sustentar se não forem criados valores que possam tornar a ação dos agentes do poder constituído, algo perfeitamente admissível, legítimo e até mesmo desejável” pela comunidade política (SILVA, 2001, p. 33).

⁶² A manutenção da *pax deorum* estava diretamente ligada à prática da religião romana, enquanto prática cívica, na qual os membros da sociedade buscavam desempenhar suas funções religiosas, de modo a manter sua ligação com os deuses. Segundo Claudia Beltrão (2008, p. 16), “a religião romana era essencialmente uma religião pública e estava profundamente arraigada na vida política romana em todos os períodos”. Deuses, deusas e rituais estavam intimamente ligados a todas as atividades de guerra e paz; e os interesses divinos se voltavam à promoção da estabilidade da *urbs* e da *ciuitas* romana, tendo um papel ativo nesta, em cooperação com os homens (Cf. SCHEID, 2009; FEENEY, 1988).

De acordo com esses argumentos, compreendemos que a exaltação de Otávio, por ser herdeiro do ditador assassinado e por ter tal exaltação sido potencializada pelo acirramento das guerras civis, constituiu parte dos discursos e das práticas em torno de sua legitimidade política (SILVA, 2001, p. 35), em função da mescla de tradição, continuidade e ruptura. Tal como entendemos, Augusto criou estratégias em torno das mudanças e permanências das instituições republicanas, isto é, foi capaz de representar as discontinuidades e as continuidades com o passado romano, ou seja, conseguiu simbolizar as virtudes que outrora fizeram de Roma uma grande comunidade cívica e política (BEVENS, 2010, p. 94). Assim, Augusto assumiu o discurso de quem reivindica a República e pretende resguardar os valores do *mos maiorum*; evidentemente, há que se ressaltar que tais valores e virtudes romanas não podem ser compreendidos como fechados, imutáveis, uma vez que são socialmente construídos e que variam de acordo com as demandas, conflitos, relações e articulações de poder (SILVA, 2014, p. 48).

Diante destas perspectivas, consideramos que Augusto, mesmo antes de receber tal título, propagou imagem de si, obtendo reconhecimento social, pois, de fato, suas ações representativas tornaram-se produtos sociais, os quais se converteram em símbolos de seu poder; vale dizer, suas condutas de defensor da *Res Publica* funcionaram como catalisador dos anseios da sociedade da República Tardia. Diante desta conjuntura, consideramos que uma das formas de propagar essas representações entre a comunidade cívica de Roma foi a da literatura,⁶³ a qual transmitiu um discurso de *consensus* (o que não excluí a existência de conflitos e discordâncias) com o intuito de criar uma unidade cívica pela promoção de imagens, legitimando, em nosso caso, as virtudes e comportamentos sociais essenciais às ações políticas do governante. Segundo Gilvan Ventura, essas virtudes cívicas constituir-se-iam, após 27 a.C., em símbolos que passariam a identificar Augusto, conferindo-lhe, aos olhos dos seus contemporâneos, a autoridade necessária para empreender a tarefa de reivindicar e reestruturar a *Res Publica* (SILVA, 2001, p. 39). Em razão destas discussões, a partir de 27 a.C., Otávio passou a ser reconhecido oficialmente como *Imperator Caesar Augustus* (TALBERT, 1984, p. 354-371). Nas palavras de Suetônio, Otávio

assumiu o cognome de “Caio César” e ainda o de Augusto, um por legado do tio mais velho, outro por resolução de Munácio Planco: julgando alguns convir que fosse chamado Rômulo, como se ele próprio fosse também o fundador da cidade, prevaleceu que seria preferivelmente chamado de

⁶³ Tal como a *Ab Vrbe Condita* de Lívio, a qual analisaremos em nosso subtópico 2.3 intitulado “Tito Lívio e Augusto”.

Augusto, com um cognome não apenas novo, mas também mais grandioso, pois tanto os locais santos como aquilo que neles é consagrado por augúrio são chamados “augustos” (SUETÔNIO, *Vita Diui Augusti*, VII).⁶⁴

Nesse sentido, a associação de Augusto com o primeiro fundador de Roma, Rômulo, propõe que o *princeps* fosse considerado um segundo fundador da *urbs*, portanto, tal associação não seria interessante para Augusto, pois o nome de Rômulo ligava-se à monarquia. Por essa circunstância, “o cognome de Augusto foi mais apropriado e, assim como Rômulo, indicava que seu portador era protegido pelos deuses para a manutenção e [harmonitas] de Roma” (CUNHA, 2014, p. 52). Compreendemos, por isso, que, no contexto da política augustiana, o episódio de refundação refletiu, como a história de Rômulo, conflitos sociais marcados pelo ato da violência direcionada à fundação física e simbólica da *urbs*, uma vez que esta se tornou condição *sine qua non* da política augustiana (HARRIS, 2012, p. 41). Esta visão torna-se lícita caso sejam considerados o fratricídio ocorrido na fundação do lendário Rômulo e Remo (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I. VII)⁶⁵ e o advento da guerra civil de 31 a.C. entre Otávio e Antônio. De fato, a participação de Augusto nas guerras civis foi parte essencial para a construção e a consolidação de sua imagem em torno da manutenção de uma identidade romana (HARRIS, 2012, p. 44-46). Assim, consideramos que o advento da violência, como precedente aos episódios de fundação, esteve presente em diversos episódios da história romana (Cf. Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I. II/VII/LVIII).

O período que denominamos daqui em diante de “augustiano” (27 a.C. – 14 d.C.) foi parte de um esforço de articulação entre Augusto, as ordens senatorias, as casas aristocráticas (RAAFLAUB & SAMONS, 1990, p. 436) e os literatos, tais como Lívio, Virgílio, Horácio, Ovídio e Propércio, presentes nesta conexão ao associarem-se às ações e feitos do governante com uma perspectiva de ressignificação do *mos maiorum*, uma vez que esses conceitos romanos foram estabelecidos pelo fluxo das práticas sociais, sendo, portanto,

⁶⁴ “Postea Gai Caesaris et deinde Augusti cognomen assumpsit, alterum testamento maioris auunculi, alterum Munati Planci sententia, cum quibusdam censentibus Romulum appellari oportere quae et ipsum conditorem urbis, praeuallisset, ut Augustus potius uocaretur, non tantum nouo sed etiam ampliore cognomine, quod loca quoque religiosa et in quibus augurato quid consecratur augusta dicantur” (SUETÔNIO, *Vita Diui Augusti*, VII).

⁶⁵ Coloco em destaque as palavras de Tito Lívio: “Contam que o augúrio veio primeiro para o Remo: seis abutres; e já tinha sido anunciado este augúrio, quando o dobro de aves se apresentou a Rômulo. O povo aclamou um e outro como rei: uns se arrogavam o direito ao reino por causa da precedência; outros por causa do número de aves. Enfrentando-se com altercações, com a exasperação de suas iras, entregaram-se a uma luta de morte. Nesse momento Remo morreu, ferido em meio à multidão” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I. VII). “Priori Remo augurium uenisse fertur, sex uoltures; iamque nuntiato augúrio cum duplex numerus Romulo se ostendisset, utrumque regem sua multitudo consalutauerat: tempore illi praecepto, at hi numero auium regnum trahebant. Inde cum altercatione congressi certamine irarum ad caedem uertuntur; ibi in turba ictus Remus cecidit.”.

culturalmente definidos e articulados, de modo que, em algumas passagens da *Res gestae*,⁶⁶ Augusto deixa entrever seu interesse em reivindicar tais práticas, tal como fica expresso na parte VIII, quando afirma:

Promulgadas novas leis de minha autoria, reintroduzi muitos parâmetros ancestrais, que já vinham caindo em desuso em nossa época, e eu mesmo deixei aos pósteros parâmetros a imitar (*Res gestae Diui Augusti*. VIII).⁶⁷

De acordo com Zvi Yavetz (1990), por meio dos discursos de poder, Augusto ressignificou as virtudes romanas, por isso seu empenho em construir imagens e torná-las públicas, fazê-las conhecidas. Logo, a ideia de reivindicar os costumes dos antepassados era uma constante em sua política. Trata-se de compreender como ocorreu o uso e a seleção do passado romano, à medida que estes se tornam necessários às ações políticas do governante. Aos olhos de seus contemporâneos (literatos, aristocracia, aristocracia senatorial e comunidade cívica), Augusto foi identificado como sendo a autoridade necessária para empreender a tarefa de reestruturar a República (SILVA, 2001, p. 39). Posto isto, acreditamos que o passado ressignificado e rearticulado por Augusto contribuiu para a construção de sua *auctoritas*⁶⁸ (Cf. ROWE, 2013; SHOTTER, 1991; MORA, 2000), auxiliando na legitimação da sua posição política.

Assim, por esta postura de atenção e cuidado com o *mos maiorum* romano, consideramos que a *pietas* (piedade) passou a ser uma das principais virtudes ligadas à pessoa de Augusto. A *pietas* tornou-se prática da política augustiana e esteve diretamente relacionada à importância dada pelos romanos ao relacionamento com o plano divino, uma vez que a comunicação adequada com os deuses permeava todas as instâncias da vida cotidiana (MARQUES, 2007, p. 86). Neste sentido, a *pietas* tange ao comportamento apropriado diante dos deuses, da família e da comunidade cívica romana (ANTIQUERA, 2008, p. 10). Ora, recordemos que a atitude própria do romano virtuoso é sempre estar em sintonia com a vontade dos deuses, fazendo sua parte corretamente nos rituais e agindo com reverência e respeito; tal postura fundamentou-se no passado coletivo, reconhecido e elaborado em torno

⁶⁶ A *Res gestae*, publicada no período de Tibério, enteadado de Augusto, 14 d.C. – 37 d.C., (Cf. ROWE, 2013), é considerada um documento autobiográfico, escrito em 13 d.C. por Augusto. Nela estão expressos os acontecimentos anteriores a 44 a.C. até 13 d.C., quando Augusto havia desempenhado pela décima terceira vez o consulado. O discurso da *Res gestae* registra seus feitos e honras, concedidas pelo senado e pelo povo romano em reconhecimento a seu governo e postura cívica.

⁶⁷ “Legibus nouis me auctore latis multa exempla maiorum exolescentia iam ex nostro saeculo reduxi et ipse multarum rerum exempla imitanda posteris tradidi” (*Res gestae Diui Augusti*. VIII).

⁶⁸ Discutiremos sobre a construção da *auctoritas* de Augusto em nosso tópico 2.2

dos costumes antigos, promovendo sua legitimação política. Essas argumentações ficam expressas na passagem VI da *Res Gestae*, quando Augusto alude que não havia aceitado “nenhum cargo concedido contrariamente ao costume dos antepassados” (*Res gestae Diui Augusti*. VI).⁶⁹ Isto representa que o *princeps* se integrou à política romana pelas demandas legais e institucionais da ordem senatorial, de modo que, em 28 a.C., Augusto declarou inválidos todos os atos inconstitucionais de seu período como triúnviro, seu intento foi comunicar a ideia e a prática de uma *Res Publica* governada por leis (*ius*) e interesses (*cura*) pelo bem coletivo (Cf. GALINSKY, 1996, 2005).

A partir dessas discussões, compreendemos que a fase do governo de Augusto, iniciada em 27 a.C., caracterizou-se enquanto ressignificação dos valores cívicos; essa perspectiva será trabalhada por autores como Galinsky (1996) e de Gruen (2005), os quais afirmam que Augusto não utilizou a expressão *Res Publica restituta* ou *reddita*, pois, embora estivesse relacionada à cidade de Roma e sua comunidade política, o termo era definido sob o ponto de vista moral, de modo que sua “restauração” estaria relacionada à ressignificação dos costumes estabelecidos pelos antigos. Seguindo esta argumentação, entendemos que a reivindicação da *Res Publica* passava por uma substancial renovação dos valores cívicos dos ancestrais. A essência das mudanças que Augusto levou a efeito não representa “a constituição augustiana”, mas o recordar do antigo espírito e de valores da *Res publica* que fizeram dela uma comunidade (GALINSKY, 1996, p. 63-64).

Por meio de seus discursos, Augusto se representou como digno de honrarias (*e.g.* os louros colocados nos umbrais de sua casa e a coroa cívica colocada sobre a porta de sua casa); divulgou, assim, os símbolos de seu poder pelo Império por meio de diversos dispositivos, tais como: moedas, altares, frisos e culto imperial.⁷⁰ Outra importante referência de respeito para com Augusto foi o escudo de ouro, ou escudo das virtudes (*clupeus uirtutis*), posto na Cúria Júlia, transmitindo à comunidade política a seguinte mensagem: a virtude, a

⁶⁹ “nullum magistratum contra morem maiorum delatum recepi” (*Res gestae Diui Augusti*. VI).

⁷⁰ O culto imperial compreendeu uma expansão da religião romana a partir de seu reorganizador, Augusto. Apresentou como objetivo reposicionar a religião romana; logo, as ações de Augusto constituem uma ressignificação da *religio* e esta pode ser entendida com o desenvolvimento do culto à sua família. Os rituais e cultos dentro da comunidade romana traduzem-se pela comunicação entre homens e deuses. Compreendemos, assim, que o culto imperial significou uma complexidade de formas e elementos da religião e da política romana; tais aspectos, entendidos como parte de uma ordenação divina, estariam vinculados à religião imperial e poderiam ser vistos no momento do ritual. Neste sentido, o culto imperial compreendia, sobretudo, o culto ao *genius* de Augusto, um reconhecimento das suas ações perante a comunidade cívica. O culto ao *genius* de Augusto indicava a *domus* como elemento de integração política, revelava a articulação de honras em torno da família imperial (SEVERY, 2003, p. 122). “O culto não era padronizado e recebia elementos das culturas locais. Deste modo, o que vemos são variações locais e interações de cultura que não permitem uma organização unilateral do culto” (BELTRÃO, 2006, p. 149).

clemência, a justiça e a piedade de Augusto para com os deuses e a pátria.⁷¹ Inferimos, a partir disso, que as imagens e os símbolos divulgados foram construídos segundo as necessidades do poder presente (Cf. BALANDIER, 1982). Diante desta perspectiva, Maurice Agulhon acrescenta que

um poder político, com efeito, não é somente composto de homens que instauram e que manobram certas ideias e procedem a certas ações. Ele visa a fazer-se reconhecer, identificar e, se possível, ser favoravelmente apreciado, graças a todo um sistema de [símbolos] e de emblemas (AGULHON, s/d. p. 283-284 *apud* GONÇALVES, 2002, p. 55).

O ator político precisava reafirmar-se constante e periodicamente. O “acesso ao poder político é tanto o acesso à força das instituições quanto à força dos símbolos e das imagens” (GONÇALVES, 2002, p. 57). Consequentemente, as quatro virtudes acima mencionadas traduzir-se-iam como comportamentos cívicos direcionados à comunidade política. Neste sentido, *Virtus* “tange às qualidades inatas de um indivíduo ou [àquelas] obtidas através de suas próprias ações, especialmente ilustradas por conquistas militares” (ANTIQUERA, 2008, p. 8). A *Virtus* deriva de *uir*, uma virtude essencialmente masculina, que se direcionava ao valor no campo de batalha, estando, assim, conectada à *uictoria*, significando conhecimento. Pode-se dizer que a *Virtus* foi o resultado do esforço moral de grandes homens na República, ao buscarem a preeminência pessoal pela glória dos feitos realizados por Roma. Em função disso, tal ideia possuía estreita ligação com a comunidade cívica, por salvar a *urbs* romana e seus cidadãos dos desgastes civis (Cf. GALINSKY, 1996, 2005). Deste modo, em nosso entender, a boa condução das práticas políticas seja na *domus* ou nos espaços institucionais dependeria, sobretudo, da prática da *uirtus*.

Diante desta premissa, consideramos que os discursos de unidade, referentes à promoção da imagem de Augusto e da comunidade política de Roma, expressaram, sobretudo, a prática da *clementia*, que na época augustiana possuía dois sentidos: o primeiro esteve ligado ao campo de batalha, estando direcionado aos serviços militares; o segundo estava relacionado ao modo de agir, ao comportamento cívico do indivíduo para com sua comunidade política e para com os inimigos de guerra (Cf. GALINSKY, 1996, 2005).⁷² Nesse

⁷¹ Esta mensagem pode ser visualizada em uma cópia de mármore que chegou a nossos dias, lê-se então: SENATVS POPVLVSQVE ROMANVS IMP. CAESARI DIVI F. AVGVSTO CONS. VIII DEDIT CLVPEVM VIRTVTIS CLEMENTIAE IVSTITIAE PIETATIS ERGA DEOS PATRIAMQVE.

⁷² Em sua *Res Gestae* Augusto constrói o discurso em que menciona ter agido com clemência para com os vencidos de guerra: “Muitas vezes fiz guerras, civis e externas, na terra e no mar por todo o mundo, e, vencedor, poupei todos os cidadãos que pediam clemência. Preferi conservar a destruir os povos estrangeiros a que se pôde,

sentido, a prática da *clementia* se baseou no conhecimento das dimensões sociais da política, uma vez que esta regularia as relações entre o governante e seu *populus* (Cf. OMENA, 2011); logo, a *clementia* singularizou as relações na comunidade cívica pela prática da moderação, uma vez que promoveria a manutenção das relações sociais pela boa condução da *auctoritas* e da prática da *potestas* (GALINSKY, 1996, p. 84 - 85). Deste modo, ressignificada no contexto augustiano, a *clementia* (clemência) esteve relacionada à misericórdia expressa (ou expressada, você decide) para com os inimigos. Particularmente, foi colocada em prática no contexto posterior à batalha do Ácio “quando, ao anular as medidas adotadas durante a era triunviral, Otaviano provavelmente teria concedido anistia àqueles que ainda não haviam sido perdoados e excluídos das listas de proscritos” (ANTIQUEIRA, 2008, p. 9).

Nesse sentido, outra virtude essencial ao bom governante e à boa funcionalidade da *Res Publica* foi a *iustitia*, a qual sinalizava a *harmonitas* e a integridade civil da *urbs* pela aplicabilidade das leis à comunidade, em conformidade com aquilo que é reconhecido como justo; relaciona-se, deste modo, às medidas e posturas equilibradas que seriam tomadas pelo governante em favor do discurso do bem coletivo (GALINSKY, 1996, p. 86). A *pietas*, tal como mencionamos acima, foi uma virtude bem veiculada pelo comportamento de Augusto, uma vez que esteve direcionada aos cuidados familiares, à pátria e à manutenção das relações com os deuses (GALINSKY, 1996, p. 87-88). Uma virtude associada à *pietas* é a *fides*, que teve grande relevância no contexto augustiano, na medida em que *fides* relacionada a Augusto ressaltava a observância religiosa a ser preservada pela coletividade para a manutenção das relações sociais, religiosas e de poder; sendo assim, “reunidos, congregados e organizados como sociedade através de juramentos realizados diante da *fides*, os romanos teriam a obrigação de manter uma unidade de valores que se traduziria também em ações” (PITA, 2010, p. 30). Tal como entendemos, essas virtudes representavam, por excelência, os elementos cívicos de Roma, que, de fato, expressavam um passado comum a ser incorporado à memória social.

Visto desse modo, consideramos que Augusto promoveu sua imagem pela aproximação com essas virtudes constituintes do *mos maiorum* (GALINSKY, 1996, p. 82), pois os seus comportamentos expressavam um discurso de consenso frente a associação à *Res Publica*. Queremos enfatizar, portanto, que a vinculação de tradicionais virtudes romanas à *persona* de Augusto indicou como o *princeps* soube apropriá-las de modo a personificá-las

com a devida segurança, perdoar” - “Bella terra et mari civilia externaque Toto in orbe terrarum saepe gessi, uictorque omnibus ueniam petentibus ciuibus. Externas gentes, quibus tuto ignosci potuit, conseruare quam excidere malui” (*Res gestae Diui Augusti*, III).

em sua pessoa (ANTIQUERA, 2008, p. 7). As virtudes representam “[...] uma mensagem específica acerca do que um determinado imperador queria que seus súditos dele pensassem” (NOREÑA, 2001, *apud* ANTIQUERA, 2008, p. 8). De modo similar, Paul Zanker (1992, p. 121) acrescenta que estas virtudes cívicas seriam adequadas a um governante tal como esboçado pelo Senado e “como as concebia o próprio homenageado na consciência que tinha de si mesmo”.

Retornando ao percurso do governo de Augusto, uma data essencial a essas discussões é o ano de 24 a.C., quando o imperador, após ter realizado campanhas militares nas províncias romanas, volta a Roma com “a saúde debilitada, chamando à sua *domus* os senadores para inteirá-los do papel importante em sua sucessão” (COLLARES, 2010, p. 55). Contudo, Augusto se recupera e recebe outra prerrogativa do senado: a *tribunicia potestas*, que denotava a garantia de sua capacidade de legislar, convocar o conselho dos *patres* e as assembleias populares, ou seja, o direito de veto sobre os atos dos magistrados (EDER, 2005, p. 26). Isto quer dizer que Otávio Augusto abstivera-se de dois importantes mecanismos limitadores das magistraturas oficiais: sua colegialidade e anualidade. Logo, sem ser um tribuno da plebe, todas as leis propostas por ele estavam livres de quaisquer vetos dos tribunos, o que o excluía de qualquer imposição de limite para o exercício de seus poderes (GRUEN, 2005, p. 40), podendo legislar na *urbs* sem nenhum tipo de impedimento.

Diante desta arena política de ressignificação dos valores romanos, no ano de 18 a.C., Augusto propôs um conjunto de leis com o objetivo de promover os valores familiares, incentivando, por exemplo, a consagração do matrimônio com a *Lex Julia*⁷³ em 18 a.C.. O objetivo era reestruturar a unidade familiar com os valores tradicionais, apresentando a divisão dos papéis entre o *pater familias* e a matrona; além disso, outro propósito era

⁷³ Importante destacarmos que neste contexto de estruturação das instituições caras aos romanos – como a família –, a *Lex Julia* desempenhou um papel relevante junto aos seguintes princípios norteadores das condutas cívicas: A *lex Julia de maritandis ordinibus* tinha como pretensão regulamentar os casamentos para homens entre as idades de vinte e cinco a sessenta anos, e para as mulheres entre vinte e cinquenta anos. No que se refere às mulheres divorciadas e viúvas, havia a obrigatoriedade de contrair um novo casamento dentro de seis meses a um ano. Nestas circunstâncias de incentivar o matrimônio e, por conseguinte, gerar herdeiros, o casamento foi liberado entre os romanos homens e mulheres livres. Contudo, havia restrição aos membros das ordens senatoriais em contrair união pelas vias mencionadas acima; vemos aqui que, para as famílias aristocráticas, os valores matrimoniais estavam duplamente inseridos nos aspectos sociais e políticos, assim como o conceito de cidadão romano (GALINSKY, 1996, p. 130). A *Lex Julia de adulteriis coercendis* visava ao controle das possíveis relações extraconjugais. O adultério da esposa, se descoberto pelo marido, não poderia ser tolerado. As sanções para tais atos estavam bem rígidas e articuladas, variando até ao banimento. Ao mesmo tempo, a facilidade do divórcio, sob o pretexto de adultério, tornou-se mais difícil e, para os homens casados, a distinção entre se envolver em *adulterium* e *stuprum* foi apagada. Da mesma forma, as mulheres casadas foram protegidas contra *stuprum*, por não serem consideradas culpadas de adultério, em aparente contraste com o tratamento anterior, quando a jurisdição pertencia ao *pater familias*. O governo, por meio das leis e fiscalizações morais, resguardava a instituição familiar contra quaisquer envolvimento que pudessem subvertê-la (GALINSKY, 1996, p. 130).

estimular a taxa de natalidade e reforçar, sobretudo, a *pudicitia* nos comportamentos femininos (BAUMAN, 1992).⁷⁴ Nesse percurso, as leis matrimoniais constituíam parte integrante das reformas civis, ao representar a responsabilidade pela ordem social identificava-se com a responsabilidade familiar (GALINSKY, 1996, p. 130). A família romana inseria-se no espaço da *domus* e, ao mesmo tempo, refletia e interferia no espaço público, construindo e reinventando papéis sociais. Em outras palavras, as relações familiares corroboravam a criação de modelos que, ordenados socialmente, vinculavam-se às condutas cívicas para a manutenção da unidade familiar e, por consequência, para a preservação da unidade na *Res Publica*, em torno da *auctoritas* do *pater familias* e da *castitas* da domina (Cf. GEORGE, 2005). Nesse sentido, a construção moral e social que se projetava na política de Augusto, com a tarefa de reivindicar a República (SILVA, 2001, p. 39), trazia à tona um passado resignificado e reinventado, que legitimava, dessa forma, a *auctoritas* do imperador, por meio de um florescimento dos valores da antiga Roma dentro do contexto imperial.

Em razão disto, compreendemos que, para além do comprometimento em reivindicar o *mos maiorum*, Augusto preocupava-se em fazer de sua imagem um exemplo a ser seguido pelas gerações futuras, de modo que este aspecto liga-se não só à educação das novas gerações, mas à definição de uma latinidade romana a ser incorporada à memória social da *urbs*. Em nossa percepção,

o uso ideológico da memória era promover o que foi considerado digno de lembrança. A vida pública romana estava enraizada nas memórias do passado. Decidir quem ou o que seria lembrado, e como, foi um aspecto de poder e autoridade, o presente poderia ser definido e justificado por referência e controle do passado (HOPE, 2003, p. 115).

Diante desta premissa, torna-se importante compreender a associação entre memória, poder e os comportamentos sociais remodelados por Augusto. Ora, a memória estava a serviço das instâncias políticas em Roma, estas coadjuvavam na construção de espaços do lembrar pela produção de discursos e imagens, que criavam uma impressão de unidade fundamental à prática da *potestas* (Cf. OMENA, 2011).

Nesse contexto imperial, a formação de memória social dava-se a partir das representações e dos dispositivos de poder vinculados aos processos de recriação no presente de imagens sobre o passado, pois, tal como entende Roller (2009, p. 214-227), as imagens

⁷⁴ Importante mencionarmos que no III capítulo desta dissertação analisaremos com mais detalhes os comportamentos femininos representados na narrativa de Tito Lívio, buscando compreender sua *pudicitia* e os valores da família e sua *domus*.

associam-se à produção de um passado que orienta o presente a partir da criação dos *exempla*. Dito de outro modo, Augusto esteve relacionado à imagem de *exemplum* de cidadão, por seu modo de falar, vestir e de se portar perante a comunidade cívica. Essas imagens foram tanto divulgadas pelas próprias condutas do *princeps* como pelos discursos literários, esculturais, monumentais e festivos (ZANKER, 1992, p. 193-216). As imagens dizem respeito a uma projeção de valores que, convertidos em práticas e comportamentos, se interagem com a comunidade cívica. Tratava-se, dessa forma, de produzir imagens que criassem efeitos em seu observador; para tanto, foram utilizados diversos suportes visuais e textuais (ZANKER, 1992, p. 20-21). As imagens são, portanto, discursos elaborados, os quais, por meio de suas simbologias, legitimavam e justificavam o sistema de poder, bem como criavam sentido e consenso à memória e à unidade da comunidade.

Nestes termos, inferimos que, nesta arena política, Augusto fundamentou-se em uma rearticulação do passado e dos valores romanos, por meio de ações e estratégias políticas que conseguiram redefinir o espaço público e a *ciuitas* romana, ao mesmo tempo em que reafirmou uma memória romana que colocava em evidência virtudes próprias do “ser romano”. Consideramos, assim, que o *princeps* demonstrou, por seus atos e suas qualidades, que estava acima de todos os outros homens, governando segundo os princípios da virtude, pois o poder deveria estar nas mãos de um homem virtuoso. Isto quer dizer que Augusto foi associado à função de guardião da continuidade. Conseguiu, por isso, “estabelecer uma imagem de permanência, de ordem gerada pela continuidade” (GONÇALVES, 2002, p. 64), mas também pela reinvenção e remodelação das virtudes passadas, que, em nosso entender, se tornavam dispositivos para a atuação da sua *potestas*.

Diante desta conjuntura, no ano de 17 a.C., ocorreram os jogos seculares (*Ludi Saeculares*), uma relevante celebração, que possuía estreita relação com aspectos religiosos e morais, pela valorização do passado e de características da cultura helênica, bem como pela ligação entre presente e passado. Pela ocasião dos jogos, a cidade foi ornamentada tentando divulgar, por suas festas e imagens dispostas na *urbs*, o esplendoroso palco de feitos e ações do *princeps*. Deste modo, os jogos seculares marcaram de modo preciso a chegada de uma “Nova Era de paz e prosperidade interna, uma espécie de renascimento de Roma” (CUNHA, 2014, p. 62), por seu refundador – Augusto.

Considerados tais acontecimentos, cabe-nos ainda frisar o ano de 12 a.C. quando Augusto assumiu o cargo de *Pontifex Maximus*, após a morte de Lépido. O *pontifex maximus* comandava o *collegium pontificum*; representava o chefe supremo da religião romana, aquele que presidia todos os rituais expiatórios; assegurava a consulta aos livros do destino, junto aos

decênviros, mediante pedido formal do senado; apontava a lista dos sacerdotes; abria oficialmente os templos,⁷⁵ os santuários, e decretava os feriados públicos (SHEID, 2005, p. 191). Logo, tal magistratura expressou a relação da religião como aspecto cívico inseparável da vida pública de Roma (Cf. BOWERSOCK, 1990, p. 380-394). A fundação do colégio dos pontífices é atribuída ao segundo rei de Roma, Numa Pompílio, o qual designou ao pontífice todos os ritos sagrados transcritos e pormenorizados com os sacrifícios, as datas, bem como os templos adequados às suas realizações (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I. XX). Submeteu todas as cerimônias públicas ou privadas às deliberações do pontífice para que houvesse uma autoridade a qual o povo romano pudesse recorrer (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I. XX).⁷⁶ Diante deste fato, compreendemos que Augusto, ao ser nomeado pontífice máximo, mais uma vez, recriava e reivindicava à sua imagem um tipo de comportamento cívico relacionado à ancestralidade de Roma, em particular, ao reinado de Numa Pompílio pela prática da *pietas*, ou seja, pela manutenção da relação entre os homens e os deuses.

Compreendemos, assim, que a atenção ao espaço religioso, com a regulamentação do calendário ritual, os dias festivos e a construção dos templos aos deuses permitiram ao *princeps* ser reconhecido pela comunidade como o guardião, o *pater patriae*, aquele que possui *fides* para com os deuses; logo, Roma estaria protegida pela bonança divina (SEVERY, 2003, p. 96). A associação de Augusto com o espaço religioso expressou, sobretudo, o estabelecimento da *pax deorum* na comunidade cívica romana (SEVERY, 2003, p. 99). De acordo com nossas percepções, ao direcionar suas preocupações às virtudes romanas, em especial ao campo religioso, Augusto transmitiu de modo efetivo seu comprometimento com a *potestas* e a *auctoritas* romanas.

A imagem de Augusto, realmente, passou a representar os valores romanos, tornando-se, desta maneira, um sujeito moral, reconhecido e legitimado socialmente pela comunidade cívica romana, tal como podemos perceber na atribuição de “Pai da Pátria” (*Patrem patriae*) (*Res gestae Diui Augusti*, XXXV). Essa prerrogativa representa, em nossas análises, a construção de um discurso institucional em torno da figura de Augusto, o qual o apresenta como portador de valor moral, da clemência, da justiça e do senso de dever

⁷⁵ Sobre a construção dos templos, coloco em destaque as palavras do próprio Augusto em sua *Res gestae*: “Reformei oitenta e dois templos dos deuses da *urbs* em meu sexto consulado e pela autoridade senatorial, nada negligenciando do que era, então, preciso reformar” – “Duo et octoginta templa deum in urbe cōsul sextum ex auctoritate senatus refeci nullo praetermisso quod o tempore refici debebat” (*Res gestae Diui Augusti*, XX).

⁷⁶ “Pontificem deinde Numam Marcium Marci filium ex patribus legit eique sacra omnia exscripta exsignataque attribuit, quibus hostiis, quibus diebus, ad quae templa sacra fierent, atque unde in eos sumptus pecunia erogaretur. Cetera quoque omnia publica priuataque sacra pontificis scitis subiecit, ut esset quo consultum plebes ueniret” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I. XX).

cumprido para com a *Res Publica*. Deste modo, compreendemos que o percurso político de Augusto até 14 d.C.⁷⁷ esteve diretamente relacionado ao seu compromisso com a *Res Publica*, pela elaboração de um discurso que visou criar um *ethos* ordenador, que mantivesse equilíbrio e estabilidade na *urbs* a partir da promoção do *mos maiorum* romano.

Em nosso entender, estas inteirações políticas demarcavam os valores sociais e as concepções de mundo social em uma conjuntura política específica – o contexto imperial. Neste sentido, consideramos que a ordem senatorial “teve um papel primordial na promoção da imagem imperial, servindo como principal veículo de exaltação da figura pública dos césares e de seus familiares” (COLLARES, 2010, p. 61). Nessa mesma linha interpretativa, Talbert (1984, p. 304) argumenta que, sob o principado, continuaram as práticas de publicação do *senatus consultum*, o que explicitava a relação entre Augusto e as instituições republicanas, neste momento articuladas às demandas do imperador.

No entanto, é necessário mencionar que, diante desta arena política, houve também manifestações de oposição à política imperial, expressas, por exemplo, pela figura de Asínio Pollio, um estadista e historiador romano que se opôs às novas configurações da política augustiana (RAAFLAUB & SAMONS, 1990, p. 436). Outros membros do senado também demarcaram suas oposições por meio de três circunstâncias: contra as expulsões perpetradas pelo *imperator*; em oposição à adoção de cargos extraordinários e em contradição com a legislação que afetou alguns membros na manutenção de seus privilégios e posições (RAAFLAUB & SAMONS, 1990, p. 433). Em razão destes aspectos, consideramos que as relações políticas na *urbs* se expressaram pela confluência de interesses, oposições e negociações em torno da figura do *princeps*; ora, as oposições, bem como as articulações de poder em apoio à política augustiana (RAAFLAUB & SAMONS, 1990, p. 447) tornavam-se, por assim dizer, parte do discurso institucional romano, o qual tinha por intenção transmitir imagens de consentimento e apoio, para, com isso, criar uma impressão de unidade fundamental à prática da *potestas* (Cf. WALLACE-HADRILL, 2008).

Com este viés interpretativo, inferimos que reivindicar os valores da *Res Publica*, a partir das cerimônias públicas, da arquitetura, dos comportamentos cívicos e da literatura, tal como a de Tito Lívio, vinculava-se às formas de comunicação social e política. Estes mecanismos do poder traduziam-se em símbolos sociais (GUARINELLO, 2001; OMENA, 2013), convertiam-se em mecanismos de manipulação da opinião pública, por meio de imagens a legitimar a política augustiana, disposta igualmente em conflitos e hierarquias

⁷⁷ Ano de sua morte, sendo sucedido por Tibério seu enteado.

sociais. Ora, é relevante dizer que, pelos diversos dispositivos acima mencionados, Augusto objetivou ressignificar uma memória romana e revitalizar o *imperium romanus* sob a regência da *uirtus*. Tratava-se de refundar Roma, não somente pelas grandes construções, mas, sobretudo, sob a baliza do *mos maiorum*, responsável pela construção de unidade e de ordenamento do *populus romanus* (OMENA, 2011, p. 265). Diante dessas discussões, passamos no tópico seguinte a tratar da articulação entre a prática da *auctoritas* e da *potestas*, bem como da construção de um *consensus* que visou, sobretudo, articular e reafirmar uma latinidade romana, pautada em modelos de comportamentos cívicos em torno de um *ethos* aristocrático a ser transmitido à comunidade política romana (GLENDINNING, 2011, p. 75).

2.2 – UM DIÁLOGO SOBRE A CONSTRUÇÃO DA AUCTORITAS DE AUGUSTO.

Discutir o conceito de *auctoritas* é imprescindível em nosso trabalho, pois o compreendemos como um dispositivo de poder destinado a legitimar e consolidar a construção de uma memória romana. Logo, discutir o conceito de *auctoritas* é refletir os valores, interesses e necessidades dos indivíduos; em nosso caso, as aspirações de Augusto ao promover sua imagem (em estátuas, em edifícios públicos e domésticos, em moedas, e em narrativas textuais), de modo que essa projeção, com ênfase às virtudes cívicas e seus méritos, tornava-se, em nossa percepção, aceita e compartilhada socialmente. Posto isto, interessa-nos ressaltar que a prática da *auctoritas* tornou-se parte das articulações de posições e de autoridade social, que, na verdade, consolidaram as ações e práticas sociais direcionadas à comunidade cívica de Roma.

O conceito de *auctoritas* estará identificado com prestígio, reputação, superioridade moral/cívica e dignidade, já que tal concepção não pode ser compreendida apenas como uma qualidade, mas sim como reconhecimento público, relacionado às dinâmicas sociais. A *auctoritas* torna-se, em nosso entender, um dispositivo de poder articulado às práticas discursivas de modo a promover a imagem pública de Augusto. A partir de uma leitura e compreensão do conceito de *auctoritas*, propomos uma relação entre a mesma e a prática da *potestas*, na medida em que o poder derivado da aceitação social, por meio da *auctoritas* e da *potestas*, era estabelecido pelas leis e normas sociais; não sendo, à vista disso, absoluto e físico (FUNARI, 2001, p. 117-118). Consideramos que, no governo de Augusto, houve uma relação entre a prática da *auctoritas* e da *potestas*, o *princeps* obteve

aceitação social e, a partir deste reconhecimento, instituiu medidas civis e legais, destacando nestes momentos sua *potestas*. Neste sentido, praticar as virtudes cívicas e divulgar esta prática se transformava em importantes ações comunicativas, as quais auxiliavam a dar coesão ao sentimento público, a criar um discurso *consensus universorum* (GONÇALVES, 2002, p. 63).

Diante destas perspectivas, podemos compreender o processo de construção do prestígio e da autoridade de Augusto, que, inserido em torno das competições aristocráticas, buscou conquistar seu espaço de cidadão na *Res Publica* por meio da elaboração e difusão de discursos. Por exemplo, Augusto fez a seguinte alusão:

Em meu sexto e sétimo consulados, depois de extinguir as guerras civis e, por consenso de todos, senhor de tudo, passei a república de meu poder para o arbítrio do senado e do povo romano. Por esse mérito pessoal fui chamado de “Augusto” por decreto do senado; os umbrais de minha casa foram publicamente cobertos com louros, uma coroa cívica foi afixada acima de minha porta e um escudo de ouro posto na cúria Júlia. Atestava a inscrição do escudo que o senado e o povo romano o davam a mim pelo valor, pela clemência, pela justiça e pelo senso do dever. Depois disso, vi-me à frente de todos pela autoridade [...] (*Res gestae Diui Augusti*. XXXIV).⁷⁸

Logo, compreendemos, pela passagem acima, que no período do governo de Augusto (27 a.C. – 14 d.C.) houve uma intrínseca relação entre o poder do imperador (*potestas*), sua autoridade social (*auctoritas*) e a construção do *consensus* para incorporar o povo, o senado e a aristocracia em torno das medidas empreendidas pela figura do governante. Compreendemos, assim, que a *auctoritas* encontrava-se relacionada à *potestas* como fator social, fundamento e singularidade da organização e da concepção política-cívica do cidadão romano (MORA, 2000, p. 18). Existiu em Roma o ideal de comunidade como parte integrante da *Res Publica*, à medida que estas concepções fundamentavam a noção de coletividade e de *ciuitas*; por isso, um *ethos* romano baseava-se no cumprimento das práticas sociais, religiosas e civis, o que permitiria a manutenção e comunicação do *mos maiorum*, por conseguinte, a promoção e consolidação de uma memória romana.

⁷⁸ “In consulatu sexto et septimo, postquam bella ciuilia exstinxeram, per consensum uniuersorum potitus rerum omnium, rem publicam ex mea potestate in senatus populique Romani arbitrium transtuli. Quo pro mérito meo senatus consulto Augustus appellatus sum et lauréis postes aedium mearum uestiti publice coronaque ciuica super ianuam meam fixa est atque clupeus aureus in curia Iulia positus, quem mihi senatum populumque Romanum dare uirtutis clementiaeque et iustitiae et pietatis caussa testatum est per eius clupeae inscriptionem. Post id tempus auctoritate omnibus praestiti, potestatis autem nihilo amplius habui quam ceteri qui quoque in magistratu conlegae fuerunt” (Augusto. *Res gestae Diui Augusti*. XXXIV).

Nossas perspectivas se identificam com as discussões de Gregory Rowe (2013) ao enfatizar a importância da *auctoritas* no principado de Augusto e, sobretudo, sua aproximação com a prática da *potestas*. Para o autor, a *auctoritas* atribuída a Augusto devia ser situada em momentos específicos da consolidação de sua política. Posto isto, Rowe (2013, p. 15) considera que a *Res Gestae Diui Augusti* apresentava três fases cronológicas e singulares, com as quais podemos visualizar e compreender a prática da *auctoritas* – *potestas* – sob o senado romano, os cidadãos e os magistrados:

1) A primeira fase refere-se ao momento posterior das guerras civis (31-30 aC), o qual Otávio obteve, por consentimento do *populus romanus* e do senado, decretos honoríficos. Tornou-se cônsul em 43 a. C.; adquiriu a autoridade tribunícia em 23 a.C.; foi nomeado *princeps senatus* em 28 a.C.; pontífice máximo em 12 a.C.; instituiu medidas; reorganizou a *Res Publica* e, em termos estratégicos, não aceitou nenhum cargo ou título que fosse contrário ao costumes dos antepassados (Augusto. *Res Gestae Diui Augusti*. I/IV/VI/VII).⁷⁹ Estes momentos constituíram o processo de reconhecimento da política augustiana, isto é, Augusto utilizou de sua *potestas* para reorganizar as instituições civis e produzir um discurso de autoridade diante da comunidade cívica (Augusto. *Res Gestae Diui Augusti*. XXXIV).

2) Neste cenário político, Augusto imbuíu-se de reconhecida *auctoritas*, a qual foi construída por meio do acúmulo de cargos e títulos (Cf. ROWE, 2013). Posto isto, compreendemos pelas próprias palavras de Augusto que tendo passado todo um percurso de seu governo viu-se à frente de todos pela autoridade (*Post id tempus auctoritate omnibus praestiti*) (Augusto. *Res gestae Diui Augusti*. XXXIV).

3) Na terceira fase, Rowe (2013) considera que, após o sexto e sétimo consulado (*Res gestae Diui Augusti*. XXXV), Augusto já não possuía sua *potestas* separada de sua *auctoritas*. Isto quer dizer que sua *auctoritas* esteve diretamente relacionada ao seu prestígio e influência social, adquiridos em meio aos conflitos e disputas na *urbs*. Neste sentido, devemos pensá-la como um discurso construído em contextos específicos, a fim de legitimar as ações de Augusto em torno da comunidade política de Roma. Sendo assim, apresentamos uma postura mediada sobre a *auctoritas* de Augusto, compreendendo-a como uma soma de poderes, um discurso construído, adquirido e conquistado ao longo do contexto imperial. O fato de

⁷⁹“nullum magistratum contra morem maiorum delatum recepi” (*Res gestae Diui Augusti*. VI).

Augusto (*Res Gestae Diui Augusti*. XXXIV) escrever que foi superior a todos por autoridade, que não teve poder maior do que tiveram aqueles que foram seus colegas em magistratura, demonstra o aspecto legalista de suas ações. Além disso, essa passagem é importante porque Augusto distingue sua *auctoritas* da *potestas*. Sobre o assunto, Maria Helena R Pereira (2002, p. 362-3) afirma: *auctoritas* é um conceito tipicamente romano de um poder que não se exerce pela força, é intrínseco ao indivíduo que demonstra superioridade e virtude em ações, exercendo também sua *potestas*, tendo em vista o funcionamento das leis e normas na cidade.

Consideramos a partir dessas discussões, que a denominação “principado augustiano” baseia-se na articulação entre a prática de *potestas* e de *auctoritas*, pois foi pela relação entre ambas que o governo de Augusto configurou-se enquanto *exemplum*. O poder exercido por Augusto incorporava-se à *Res Publica* e a *ciuitas*, tendo em vista o interesse coletivo; portanto, o *imperator* se representou por meio da construção de um discurso que veiculava a imagem do romano ideal, ao conciliar seu poder e autoridade ao *mos maiorum* romano (CROOK, 1996, p. 120). Dessa maneira, cabia ao homem público saber instituir, em meio aos conflitos sociais e às disputas políticas, sua honra, sua *auctoritas* e sua *potestas*, já que o exercício do poder e das funções públicas estavam, de maneira direta, relacionados à mediação destes dispositivos.

Compartilha dessas proposições David Shotter (1991, p. 40) ao afirmar que a *auctoritas* e a *potestas* foram mecanismos de poder, os quais tinham como *locus* de atuação o centro cívico da *urbs* romana. Diante deste cenário, Augusto soube lidar com os conflitos e disputas políticas de fins da República, articulando em torno de si, por meio de suas condutas, a honra, palavra chave na cultura romana, a qual expressou “o reconhecimento público e a obtenção de cargos e ofícios” (GONÇALVES, 2010, p. 107-108). Logo, o homem político retira a sua força política da confiança que um grupo põe nele. E assim consegue legitimidade e autoridade para governar (GONÇALVES, 2002, p. 67). A autoridade é frequentemente confundida com a legitimidade, esses dispositivos devem ser compreendidos,

na sua relação com o poder, a autoridade e a legitimidade estão entrelaçadas complexamente. A aceitação do poder passa a ser, por vezes, o critério central da autoridade, enquanto o sucesso serviria muitas vezes como uma das fontes da legitimidade. A relação da legitimidade com a autoridade é indissociável, já que só quando os governantes possuem autoridade, no sentido de deterem capacidade de elaboração de resoluções para os problemas surgidos, é que podem alcançar legitimidade, no sentido do governo ser visto e aceito como justo e legítimo pelos governados. A autoridade conseguida pelo governante ajuda a legitimar o poder e o governo (GONÇALVES, 2002, p. 68-69).

O processo de legitimidade e consolidação política de Augusto, dessa forma, estava associado à sua honra e *uirtus* frente a uma comunidade cívica; visto que é pela “expressão pública da *uirtus* que se conquista a *honra*” e a legitimidade em governar (GONÇALVES, 2010, p. 107). Estes valores tiveram sua importância por se vincularem a *dignitas* e *auctoritas* adquiridas por Augusto, na medida em que, ao demonstrar ser um cidadão de *honos*, Augusto obteve do senado, do povo e do magistrados a *fides* e o *consensus* social para empreender sua tarefa de reorganizar a *Res Publica*. A honra, a *auctoritas*, o *consensus* e a *potestas* foram formas de poder que passaram a integrar a memória e a identidade romana (GONÇALVES, 2010, p. 109).

Por estas discussões, inferimos que no contexto da vida política em Roma houve uma confluência entre as manifestações das práticas de *potestas* e *auctoritas*, ambas se estabeleceram numa relação de complementaridade ao dirigirem-se à comunidade política e garantirem a legitimidade do *princeps*. Enquanto práticas de poder, a *auctoritas* e a *potestas* refletiram a construção de um discurso de *consensus* público, com ênfase na manutenção e no equilíbrio social da *urbs* pelas seguintes medidas: reformas civis e sociais, debates nas assembleias senatoriais e na *domus* imperial, esta compreendida enquanto espaço de atuação, negociação e articulação política (Cf. BOURDIEU, 1989).

A ritualização do poder permitiu materializar o discurso de *consensus*, pois, segundo Alexander Lobur (2008), o principado singularizou a manifestação do *consensus* social por meio da vinculação da expressão política às tradicionais normas e valores republicanos. De acordo com Lobur (2008), o consenso social pode ser compreendido como força de integração, unanimidade e conformidade na ação, ingrediente essencial na viabilização da concórdia diante da prática da *auctoritas* – *potestas*. Contudo, é importante mencionarmos que a prática da *auctoritas* e a conquista do *consensus* público não foram algo aleatório, necessitavam de um espaço apropriado para seu exercício, tornando-se reveladores dos mecanismos de manipulação, legitimidade político-social e habilidades utilizadas pelos governantes (LOBUR, 2008, p. 60).

A partir dessas perspectivas, compreendemos que os conceitos acima mencionados inseriam-se em dinâmicas sociais e de poder, vinculavam-se às interações políticas em Roma (LOBUR, 2008, p. 61). O período augustiano refletiu bem essas interações, construiu uma esfera de carisma e de legitimidade social, a qual permitiu a (re) afirmação da memória e dos valores romanos. Logo, esse debate indica-nos que a construção

da *auctoritas* de Augusto permitiu o estabelecimento da *pax* na *urbs* romana, ao organizar os interesses dos grupos sociais dispersos pela cidade. Augusto foi reconhecido como guardião da memória e dos acontecimentos públicos, representou, por meio de sua autoridade e legitimidade social, o corpo de cidadãos; segundo Lobur, a correspondência entre *auctoritas-potestas* e *consensus* público caracteriza-se como o principal fórum político do contexto imperial (LOBUR, 2008, p. 62).

Em razão desses aspectos, a prática da *auctoritas* foi concebida como elemento necessário para a própria estabilidade da *Res Publica*, um fundamento da constituição cívica romana, um *ethos* político, o qual permitiu o equilíbrio (*temperatio iuris*) entre o exercício da *auctoritas* e da *potestas*, permitindo, com isso, a manutenção do *status civitatis* romano (MORA, 2000, p. 36). Diante dessas discussões, passaremos no próximo tópico a discutir sobre a narrativa histórica como um dos dispositivos de poder utilizados por Augusto, os quais se tornavam instrumentos de legitimidade e defesa do “ser romano” (Cf. CONNOLLY, 2009). Compreenderemos como os discursos históricos de Lívio expressavam as medidas políticas de um governante, tal como as condutas de Augusto ao elaborar um trabalho de memória, de reconhecimento e ressignificação dos atos coletivos (GUARINELLO, 1994, p. 180-193), já que entendemos o poder como um ato de comunicação que permite àqueles que o utilizam a conquista da autoridade pelo desempenho nas dimensões sociais e pela influência nos vários segmentos da sociedade. Nossas percepções partem do ponto de vista segundo o qual os discursos retóricos de Lívio, sobre os comportamentos cívicos e a sua associação com a comunidade política, deveriam ser mediados pelas virtudes, pois, dada a sua posição social, influenciavam a esfera pública.

2.3 - TITO LÍVIO E AUGUSTO.

Nesse tópico, compreenderemos como os discursos de Lívio constituíram-se em “instrumentos de composição de poder e de transformação da realidade,” uma vez que possibilitaram o exercício do poder, em função da localização de tais discursos no “espaço social de Roma” (GONÇALVES, 2004, p. 130) e pela forma retórica e estética da narrativa. Visto deste modo, os discursos de Lívio, mediante sua associação com a comunidade política, conduzem-nos à percepção das variabilidades e pluralidades de imagens, pois, em nosso entender, a produção literária em meio às hierarquias e às disputas sociais transmitiriam

mensagens vinculadas ao passado, que comunicavam as condutas e os valores que seriam compartilhados pela comunidade de seu tempo; logo, os discursos históricos estavam conectados ao contexto social, político e cultural (Cf. GONÇALVES, 2002), informando a existência e a condução da prática de poder, já que se transformavam em construções identitárias. Assim, alguns reis lendários, reconhecidos por sua *auctoritas*, apareciam na narrativa liviana como sendo virtuosos. Comunicavam aos leitores-ouvintes, deste modo, realizações e feitos dos reis, vinculando-os aos modelos cívicos.

Partindo dessas premissas, entendemos que as representações do passado, presentes na narrativa do historiador paduano, dirigiam-se à esfera pública, à medida que as condutas dos governantes tornavam-se símbolos cívicos. Por conseguinte, tal estratégia narrativa visava à construção dos elementos da memória social, que definiam, dessa forma, a latinidade romana. Consideramos, assim, que os comportamentos dos monarcas de Tito Lívio representavam as ações virtuosas do *mos maiorum*; logo, expressam as crenças, os valores e as disputas de uma comunidade cívica.

Em razão destas conclusões, consideramos a *Ab Vrbe Condita* de Lívio como uma instância do poder, pois seus discursos transmitiam uma “coesão sócio-política como forma de legitimar o poder” (GONÇALVES, 2002, p. 70). Como entendemos, a narrativa liviana difundiu mensagens positivas da atuação de Augusto, articulando, com isso, em torno de si, imagens vinculadas aos comportamentos sociais dos ancestrais. O discurso histórico tornou-se, portanto, um dos requisitos fundamentais para a manutenção do *imperium*, à medida que glorificava os feitos do *princeps* e, por seu intermédio, a própria *Res Publica* e a *uirtus* romana.

Em *Ab Vrbe Condita* tem-se, então, a produção de memória social associada, por excelência, aos dispositivos de poder, isto é, a prática discursiva tornou-se um veículo seletivo (Cf. FOUCAULT, 1998) realizado por Tito Lívio, de modo a direcioná-la à comunidade cívica, divulgando modelos de comportamentos sociais, políticos e culturais. Dessa maneira, a intenção de Lívio em mostrar Roma, desde as suas origens, foi essencial ao espaço literário da *urbs*, já que expressou a relação entre passado e presente, bem como a *uirtus* romana, que definia, sobretudo, os romanos. Por tais recursos estratégicos, consideramos que o pessimismo, apontado no prefácio do livro I, estava ligado ao momento das guerras civis. Deste modo, construir, a partir de sua narrativa, representações sobre o passado monárquico de Roma, em um momento de intensos conflitos, produziria, segundo suas palavras,

a dissolução dos costumes, o modo como esses decaíram mais e mais e começaram a se precipitar, até que chegou nestes dias, nos quais não podemos suportar nem os vícios nem os remédios contra eles. O que é, sobretudo, salutar e produtivo no conhecimento dos fatos é considerar atentamente os ensinamentos de todos os exemplos presentes em tão célebre tradição. Daí, para si mesmo e para o seu [*Res Publica*], pode-se apreender o que imitar, daí poderia ser evitado o que é vergonhoso tanto em sua origem como em seu desfecho (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita. Prefácio. I*).⁸⁰

Analisar a passagem acima nos leva à seguinte questão: quais eram os vícios e os remédios? A historiografia moderna se encarregou de buscar uma resposta para essa questão, tendo como ponto de partida o estabelecimento das relações entre Lívio e Augusto, ou seja, a relação entre o passado, construído e representado por Lívio em sua obra, e o presente — contexto augustiano. Logo, passado e presente se dialogam por meio de “um compartilhamento dos ideais e mecanismos que permitiriam uma renovação de Roma” (BARNÁBE, 2006, p. 96).

Em nossas percepções, os vícios apontados na documentação (*e.g.* Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita. XLIX- LX*) também se constituíam em *exempla*, mesmo que estivessem relacionados aos conflitos e às disputas pelo poder em Roma, que se configuravam desde a época de César; por conseguinte, Lívio, mesmo tendo escrito sua obra entre 27 a.C. – 25 a.C., refletiu, segundo nossas hipóteses, momentos e situações que precederam a consagração de Otávio ao poder. Lembremos que, entre 31 a.C. a 27 a.C., existiam circunstâncias de instabilidades e embates políticos entre os diversos grupos na *urbs*, à medida que as facções políticas, representadas pelos membros senatoriais, dividiam-se entre os que apoiavam Otávio Augusto e aqueles contrários às suas medidas de restauração e reivindicação da *Res Publica*. Em razão destas discussões, consideramos que as magistraturas civis, militares, a ordem senatorial e os literatos, entre eles Lívio e o círculo de Mecenas (Horácio, Virgílio, Propércio e Ovídio), partilhavam dos ambientes políticos da comunidade de Roma; consequentemente, articulavam em torno das práticas de poder (Cf. WALLACE-HADRIL, 1996). Tais grupos políticos organizavam suas posições, pois a crise de legitimidade das instituições republicanas forçou o deslocamento e a negociação de suas autoridades em torno da figura do *princeps*.

Nesse contexto, as produções literárias refletiam os conflitos sociais e, assim, construía, em termos retóricos, discursos de comportamentos cívicos que deveriam compor

⁸⁰ “Labebte deinde paulatim disciplina uelut desidentis primo mores sequatur animo, deinde ut magis magisque lapsi sint, Tum ire coeperint praecipites, donec ad haec tempora quibus nec uitia nostra nec remedia pati possumus peruentum est. Hoc illud est praecipue in cognitione rerum salubre ac frugiferum, omnis te exempli documenta in inlustri posita monumento intueri; inde tibi tuaeque rei publicae quod imitere capias, inde foedum inceptu foedum exitu quod uites” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita. Prefácio. I*).

os espaços institucionais de Roma. Visto desse modo, compreendemos que o contexto augustiano expressou e articulou essas condutas cívicas à produção e à promoção de sua imagem, criando, dessa forma, um discurso de *consensus* social, que, em outras palavras, expressava disputas e oposições na arena política de Roma. Lembremos que as condutas dos ancestrais são à “base da ordem social romana, e é na lealdade aos costumes que o romano encontra a mais importante justificativa para a sua ação no presente” (GONÇALVES, 2010, p. 101).

Em razão disso, o discurso de Lívio promoveu não somente a memória cívica de Roma, mas expressou também o papel dos historiadores, dos oradores e dos poetas em se mostrarem como cidadãos ativos, pois, ao reviverem e selecionarem lembranças e elementos do passado romano, se vinculavam às condições sociais e políticas do contexto histórico. Assim, em nosso entender, as imagens da ancestralidade de Roma constituíam um discurso retórico que se transformou em dispositivo de poder. A *uirtus* presente no discurso de Lívio⁸¹ associava-se às discussões que ocorriam em torno da imagem de Augusto e expressava o comprometimento que os indivíduos dotados de poder deveriam ter com a *potestas* romana (Cf. MATTINGLY, 2011).

A partir destas discussões, consideramos que nossas análises dialogam com as perspectivas de Luce (1965), ao afirmar que a historiografia liviana estava inteirada com as questões políticas da *Res Publica*, logo, com as reformas morais e civis de Augusto (CHAPLIN & KRAUS, 2009, p. 10; LUCE, 2009, p. 48). Neste sentido, os estudos de Luce (1965; 2009) deram especial atenção à datação dos cinco primeiros livros de *Ab Vrbe Condita*, à medida que uma análise da passagem referente ao segundo fechamento das portas do templo de Jano (Cf. Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I. XIX) indica-nos, de fato, que a obra liviana poderia ter sido escrita entre 25-27 a.C.. Contudo, alguns estudiosos, tais como Bayet (LUCE, 2009, p. 18), sugerem que as menções a Augusto foram feitas à posteriori, em reedições. Contrário aos pressupostos de Bayet, Syme (1959) defende a ideia segundo a qual essas adições posteriores não permitiriam refletir a relação de Lívio com os conflitos sociais de sua contemporaneidade, na medida em que, para o autor, o conjunto do prefácio e do livro I representaram reflexões de um período advindo da guerra-civil.

Nas percepções de Luce (2009), parece significativo relacionar as virtudes cívicas dos monarcas de Lívio ao programa de renovação e refundação religiosa, civil e moral de

⁸¹ Trataremos com detalhes as virtudes presentes na narrativa do livro I no tópico 3.1 do III capítulo desta dissertação.

Augusto. Em razão deste fato, Luce propõe que deveríamos investigar até que ponto a política de Augusto foi influenciada pelos conceitos expressos nos discursos de Lívio, isto é, em que medida os usos do passado foram lidos, ressignificados e reordenados por Augusto a partir das dinâmicas do poder em Roma (LUCE, 2009, p. 47).

Em concordância com Luce (2009), Miles (1995), C. Kraus (1997) e A. Woodman (1988) afirmam que Lívio manteve-se independente da rede de autoridade política que o *princeps* manejou, tal como o círculo de Mecenas. Segundo estes autores, Lívio, mesmo sem fazer parte do círculo literário em torno da *domus* augustiana, estava associado às reflexões políticas de sua época. Logo, ao evidenciar os elementos da latinidade romana, seu discurso passou a *integrar-se* à comunidade política da *urbs*. De acordo com Miles, as ações representativas dos monarcas de Lívio formariam os discursos de unidade elaborados pelo cenário da corte augustiana; de fato, pretendiam transmitir a ideia de um *consensus* social vinculado à *Res Publica* (MILES, 1995, p. 74). Tal como argumenta Miles (1995, p. 135), a narrativa de Lívio se estrutura pelos momentos de fundação apontados em sete episódios, cada qual associado a um monarca, a uma conduta cívica que se tornou símbolo e dispositivo de poder no contexto imperial. Há, portanto, no discurso histórico de Lívio e na política augustiana uma conexão entre o passado de Roma e o seu presente; assim, em nosso entender, tanto a narrativa liviana quanto o *princeps* representaram os momentos de *conditores* ao renovarem, pelas vias de um discurso de poder, as estruturas da política imperial. Neste sentido, a ideia de fundação em Tito Lívio foi abordada por meio de um discurso retórico e estético que, na verdade, transmitiu as representações construídas pelo historiador sobre os valores do passado romano, vinculando-os aos elementos da latinidade romana. A estas discussões, Funari (2003, p. 16) acrescenta-nos que Lívio projetou uma narrativa histórica associada aos *mores* e, com isso, produziu exemplos de um passado segundo anseios, demandas e expectativas de uma comunidade política representada pelos magistrados civis, militares e o *princeps*. De acordo com Funari (2003, p.16), “o historiador romano descreveu os eventos de outrora segundo a subjetividade inevitável do relato histórico”. Contudo, expressando seu vínculo com as reflexões políticas, “Lívio teria realizado um empreendimento narrativo ainda mais elevado do que a simples descrição de eventos circunscritos às tradições ancestrais, pois explicou o passado, em vez de apenas relatá-lo” (FUNARI, 2003, p.17). Deste modo, Lívio ao construir sua *Ab Vrbe Condita* soube articular à escrita os usos do passado, demarcando os espaços de memória e os comportamentos cívicos que definiriam o romano dos demais povos (MILES, 1995, p. 110).

Cada monarca mencionado no discurso de Lívio era, em nosso entender, um *conditore*, um fundador da comunidade de Roma. Tornavam-se, conseqüentemente, portadores de uma virtude-símbolo do *mos maiorum* romano (MILES, 1995, p. 113), que se associava ao programa de renovação de Augusto. Por exemplo, os dois momentos da fundação nas narrativas de Rômulo (Cf. Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I. IV/VII/VIII/IX/XV/XVI) e Camilo (Cf. Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. V, L), em associação ao período augustiano – como representações de renovação, tanto física, da cidade de Roma, quanto simbólica de uma memória romana –, são cruciais, em nosso entendimento, para o desenvolvimento e a consolidação da *potestas* de Augusto. Como sugere Serres (1991), há na tradição da origem da cidade de Roma a necessidade de um padrão de violência, destruição e reconstrução sucessiva de cidades até o seu estabelecimento, tal como nos aponta o prefácio do livro VI de Tito Lívio:

A história dos romanos, desde a fundação da cidade de Roma até a sua captura, primeiro sob os reis, depois sob os cônsules, ditadores, decênviro e tribunos consulares, guerras no exterior, sedições internas, desenvolvi em cinco livros. (...) A partir de agora será exposto com mais clareza e segurança a história civil e militar da cidade, renascida a partir de sua segunda fundação, assim como de raízes, mais vigorosa e fecunda (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. VI, I-III).⁸²

Compreendemos, em razão disso, o papel relevante dos momentos de refundação da *urbs*, à medida que podemos vislumbrar os três personagens – Rômulo, Camilo e Augusto – como pontos cruciais na vida da cidade. “Rômulo era o responsável pela fundação física e religiosa, já que se associava ao elemento divino e legitimador da fundação de uma cidade” (CARANDINI, 2003 *apud* MARQUES, 2007, p. 55), pois seria descendente direto dos deuses, filho de Marte. As ações de Rômulo foram determinantes para a formação e o futuro de Roma, conquistaram o poder, estabeleceram-se e se legitimaram por meio da própria *auctoritas*; este foi um valor-chave para Augusto, já que o *princeps* construiu sua *auctoritas* de modo a consagrar-se na política após o *Ácio*; no entanto, sem dissolver os cargos e instituições oficiais da *Res Publica*. Camilo, por sua vez, “refundou” Roma quando expulsou os gauleses e impediu o abandono da cidade por uma nova ocupação de Veios, em um aspecto não só físico como também moral/simbólico, já que, ao manifestar sua *pietas*, conservou o

⁸² “Quae ab condita urbe Roma ad captam eandem Romani sub regibus primum, consulibus deinde ac dictatoribus decemvirisque ac tribunis consularibus gessere, foris bella, domi seditiones, quinque libris exposui. (...) clariora deinceps certioraque ab secunda origine uelut ab stirpibus laetius feraciusque renatae urbis gesta domi militiaeque exponuntur.” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. VI, 1).

culto aos deuses; em outras palavras, o abandono das divindades representaria, em termos simbólicos, relegar a própria Roma, tendo em vista que a presença dos deuses e de seu culto na *urbs* seria elemento mantenedor da *harmonitas* na comunidade cívica.

Logo, o discurso liviano nos mostra a importância da *pietas* e da *fides* como elementos de definição da memória romana (EDWARDS, 2008, p. 44-48) (MILES, 1995, p. 89). “Roma não deve ser abandonada porque é a morada dos deuses, através dos templos no Capitólio” (MARQUES, 2007, p. 58). Foi exatamente a manutenção do culto aos deuses que, em última instância, permitiu a vitória sobre os gauleses:

Abandonados pelos deuses e pelos homens, ainda assim não interrompemos os cultos divinos. Por isso eles nos recobram a pátria, a vitória e a glória na guerra, que tínhamos perdido. E sobre os inimigos, que, cegos pela cobiça e pelo peso do ouro, romperam o tratado e o juramento, verteram o terror, a debandada e a morte (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. V).⁸³

Compreendemos que viver em Roma era, antes de tudo, praticar os cultos e as cerimônias religiosas, pois as mesmas eram necessárias à vida política e social da *urbs*. É nesse sentido que concebemos a promoção da imagem de Augusto, dado que o *princeps* “refunda Roma tanto fisicamente, quanto pelos aspectos civis e morais a partir das reformas institucionais e religiosas” (Cf. MARQUES, 2007, p. 53-54 (MILES, 1995, p. 126)). Ora, houve no contexto imperial um esforço em demonstrar à comunidade política que Augusto era o cidadão a empreender a renovação de Roma nos dispositivos urbanísticos, literários e religiosos. Dito de outro modo, a nova ordem política seria persuasiva e estável somente se estivesse como uma alternativa política ao momento de incertezas e instabilidades (SILVA, 2014, p. 47). Portanto, a base para a alternativa proposta por Augusto pautava-se em se portar como o único capaz de estabelecer a *pax* em Roma (MEIER, 1990, p. 63).

Visto desse modo, as narrativas de Lívio representam momentos de fundação e refundação da *urbs* romana; percebemos, por isso, que, nestes episódios, os indivíduos se apresentam como *restitutor* (refundadores) e *conditores* (fundadores) da *urbs* romana, assegurando sua continuidade civil, religiosa e militar (MILES, 1995, p. 126). Nestas circunstâncias, a história liviana foi elaborada com o intuito de fornecer aos seus leitores-ouvintes os exemplos e o modo de conduzi-los, bem como de praticá-los na comunidade civil e política (MEHL, 2014, p. 264). Segundo Mehl (2014, p. 269-270), os usos do passado na

⁸³ "deorum cultum deserti ab dis hominibusque tamen non intermisimus. reddidere igitur patriam et uictoriam et antiquum belli decus amissum, et in hostes qui caeci auaritia in pondere auri foedus ac fidem fefellerunt, uerterunt terrorem fugamque et caedem." (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*, V).

produção literária da Antiguidade foi um dos mecanismos mais eficientes para a compreensão do pensamento histórico romano, pois abordar a história romana implicou a definição dos *exempla*, que constituiriam os discursos identitários da *urbs*. Partindo desta premissa, entendemos que os exemplos históricos expressavam autoridade, conduziam a *harmonitas* na *urbs* e promoviam a remodelação de determinados comportamentos sociais que estivessem em prejuízo à *Res Publica*.

Cada comportamento exemplar representou uma virtude cívica romana (MEHL, 2014, p. 265), porque, como podemos observar, a narrativa de Lívio indicava as condutas esperadas de um governante, tendo em vista que suas ações eram direcionadas ao bem coletivo. A estas discussões, Kraus e Chaplin (Cf. 2009) acrescentam que a narrativa liviana destacou não somente os processos de refundação espacial da cidade de Roma, mas também suas constantes restaurações simbólicas e morais, advindas dos comportamentos de seus monarcas. Na opinião das pesquisadoras, por intermédio da articulação de representações sobre os primeiros tempos da cidade, “Lívio colocou em causa a essência daquilo que significava ser romano em seu próprio tempo, redefinindo, por intermédio da história narrada, a identidade dos integrantes da *urbs*” (KRAUS, 2009, p. 1-5). De acordo com Chaplin (2000, p. 27-28), a possibilidade de renovação e de definição de uma memória social decorreria da contemplação e emulação dos modelos antigos de conduta virtuosa. Olhar para o passado era extrair os *exempla*, por isso, a perspectiva da história liviana teria sido concebida como a “mestra da vida” (*magistra vitae*), já que, na percepção de Lívio, os exemplos históricos orientariam os comportamentos de seus contemporâneos. A natureza humana era vista como contínua, repetitiva, sendo as experiências transmissíveis. O futuro se reunia ao passado, a espera da experiência, em continuidades (REIS, 2006, p. 192).

Compartilhamos dos pressupostos de Chaplin, à medida que consideramos que o discurso de Lívio não representou apenas a intenção de instruir, mas, sobretudo, de elaborar, selecionar e promover as imagens de um passado romano. A essência da narrativa histórica, em outras palavras, não residia apenas em produzir lições específicas, tinha por objetivo, na verdade, o exercício de como e o que se olhar desse passado (CHAPLIN, 2000, p. 105 - 121).

Nesse sentido, o imperador Augusto, na argumentação de Chaplin, olhou para esse passado como uma fonte de legitimação e de autoridade para o seu exercício político. Augusto e Tito Lívio reconheciam os *exempla* não como pontos fixos, mas sujeitos a diferentes usos ao longo do tempo (CHAPLIN, 2000, p. 195-196). Os *exempla* apresentavam duas instâncias de perspectivas: o passado que podia ser ressignificado e aplicado ao presente, e o presente que passava a ser visto como uma fonte de modelo de *paideia* para o futuro. De

acordo com Chaplin (2000), tanto Lívio como Augusto souberam utilizar as instâncias dos *exempla*. Augusto se baseou em precedentes republicanos para empreender as inovações nos espaços institucionais de Roma. Ora, o principado augustiano estava vinculado aos aspectos legais que compunham “o sistema republicano tradicional: magistraturas, senado e assembleias populares” (SILVA, 2001, p.31). Por estas instâncias de poder, o *princeps* obtinha amparo constitucional, jurídico e religioso decorrente da retenção de títulos e das prerrogativas republicanas, promovendo, a partir destas, a manutenção e refundação de Roma (SILVA, 2001, p.32). Do mesmo modo, “Lívio empregou em seu discurso os *exempla* como meio de transmitir uma história monumental” (COLLARES, 2010, p. 80), trabalhou as virtudes ancestrais com o objetivo de rearticular aspectos essenciais da memória romana.

Sendo assim, esse debate aponta, a nosso ver, para uma confluência de interesses entre Tito Lívio e Augusto. De fato, os elementos e conceitos da história romana eram expressos e fundamentais na narrativa de Lívio, como *pietas*, *fides*, *auctoritas*, *clementia*, *iustitia*; ao mesmo tempo, as reformas de Augusto acentuavam estas mesmas virtudes. Augusto fez uso do passado, promoveu uma imagem de si vinculada aos valores romanos como meio de legitimar seu poder, à medida que a *potestas* fundamentava-se no *mos maiorum* por meio de “reformas institucionais, religiosas, urbanísticas, artísticas” e, especialmente, pela influência da produção literária (MARQUES, 2007, p. 42). De acordo com estas perspectivas, acreditamos que, por meio dos mecanismos retóricos, Lívio recriou as imagens do passado a partir de um discurso exemplar, um sistema coerente de símbolos, que organizou e representou o passado de maneira a integrá-lo às concepções identitárias e cívicas do principado (Cf. CONNOLLY, 2009; CHAPLIN, 2000).

Diante destas premissas, torna-se importante compreendermos a associação entre os usos do passado, da escrita e da memória — latinidade e Augusto —, pois estes elementos eram indissociáveis em nossas análises, uma vez que constituíam os dispositivos de poder destinados ao reconhecimento da comunidade cívica de Roma. Por tais ressalvas, consideramos o discurso de Tito Lívio produto de memória, enquanto resignificava pela escrita a memória dos ancestrais e dos valores romanos. Isso nos leva a crer que os discursos de Lívio foram remodelados de forma a atender questões de sua própria época e influenciar os comportamentos políticos da *urbs*. Tal como acentua Gilvan V. Silva (2001, p.33), a comunidade política de Roma, “para além do controle dos efetivos militares, respaldou seu poder na divulgação de imagens”, como as produzidas nas obras literárias, com o intento de criar um discurso de consenso e reconhecimento social frente às demandas do contexto

imperial. Seguindo esta argumentação, Noberto Guarinello e Fábio Joly (2001, p.137) pontuam que “o poder imperial se expressou através de linguagens políticas fundadas no discurso do *Senatus Populusque Romanus* e, com isso, obtinha a manutenção de sua *potestas* e legitimava sua *auctoritas*.”

Nesse contexto imperial buscamos compreender a relação das produções literárias com as ações do *imperator*, considerando que tais monumentos se fundamentavam em conflitos, tensões e disputas perceptíveis na elaboração de obras, fossem estas poéticas, épicas ou em prosa. Neste sentido, acentuamos que o discurso retórico (Cf. CONNOLLY, 2009) de Tito Lívio constituía estes ambientes de competição e de promoção da imagem pública de Augusto, pois houve competição na divulgação, nos conteúdos e na ornamentação destas produções. Nestes termos, essas produções históricas simbolizavam a *auctoritas*, um discurso institucional associado à necessidade de criar um *ethos* ordenador, que mantivesse equilíbrio e estabilidade no poder a partir da promoção do *mos maiorum* das virtudes cívicas romanas (Cf. OMENA, 2011; 2013). Segundo Galinsky (1996, p. 280), Lívio compartilhou do *ethos* cultural de Augusto ao elaborar uma narrativa que retratasse a *uirtus* romana como dispositivos a legitimar e justificar o poder imperial, já que nesta arena política houve a necessidade de criar, dar sentido e consenso à memória e à unidade da comunidade cívica de Roma.

Em razão destas discussões, acreditamos que os *remedia* mencionados no prefácio (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita. Prefácio*. I) de Tito Lívio são indicativos das reformas promovidas por Augusto (GALINSKY, 1996, p. 282-285). Desta maneira, o pessimismo exposto no prefácio pode ser visto como indicação do sentimento que acompanhava a comunidade romana no momento das guerras civis. Logo, as razões que conduziram Roma a dobrar-se diante da sua grandeza preocupavam o historiador, e sua intenção foi esclarecer aos leitores que a observação da história da fundação da *urbs* romana serviria de *paideia* (BARNÁBE, 2006, p. 96). Sendo assim, procuramos demarcar, em nossas análises, a perspectiva segundo a qual a narrativa de Lívio posicionou-se, de fato, diante dos debates da *domus* augustiana em uma arena política representada por hierarquias, competições e conflitos sociais, que, em termos efetivos, transmitiram uma memória social vinculada à promoção da identidade cívica de Roma. Posto isto, passaremos, no próximo capítulo, a discutir as representações do poder pela análise dos comportamentos sociais dos monarcas de Lívio, bem como os comportamentos femininos diante da instituição matrimonial e os aspectos institucionais das práticas ritualísticas como elementos fundadores da comunidade e da latinidade romana.

CAPÍTULO III

TITO LÍVIO E A DEFINIÇÃO DE UMA MEMÓRIA ROMANA.

“As coisas valem pelas ideias que nos sugerem.” – Machado de Assis.

3.1 – OS *EXEMPLA* EM *AB VRBE CONDITA*: A CONSTRUÇÃO DOS COMPORTAMENTOS CÍVICOS.

Embora haja desaparecido a lembrança [memória] de nossos costumes civis e religiosos, pela preferência outorgada aos costumes novos e estrangeiros sem detrimento das velhas instituições ancestrais, julguei que não me afastaria do tema de minha obra ao mencionar essas tradições nos próprios termos em que nos foram transmitidas e enunciadas (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*, VIII, XI).⁸⁴

De acordo com a passagem acima, compreendemos o quão relevante foi a observância do passado e de seus *exempla* para os autores antigos, pois, por meio de sua escrita, construíam e transmitiam uma memória pública que colocava em evidência os valores e comportamentos cívicos, os quais promoveriam a *laus* da cidade de Roma. Diante disso, nosso diálogo se desenvolverá a partir dos seguintes questionamentos: Quais são os conjuntos de virtudes cívicas mencionadas por Lívio? De que modo essas virtudes foram ressignificadas e interpretadas por Lívio? Como historicizá-las tendo em vista o contexto histórico do autor? A partir destes questionamentos entenderemos, em efetivo, os usos do passado por Lívio como eixo de orientação para a *ciuitas* de seu tempo, à medida que pela rememoração dos *exempla* construía-se a memória de Roma. Trata-se, sobretudo, de um passado atualizado no presente, já que os personagens de Lívio orientam-se por valores eminentemente romanos, os quais são contemporâneos ao contexto augustiano, tais como: a *auctoritas*, a *pietas*, a *fides*, a *deuotio*, a *iustitia*, a *clementia* (PEREIRA, 2002, p. 262).

Sendo assim, Tito Lívio organizou seu primeiro livro — *A monarquia*—, no intento de construir e ressignificar as virtudes formadoras da latinidade romana. Tais atributos, convertidos em condutas, tornavam-se essenciais à manutenção da comunidade cívica. Lívio associou cada monarca a uma virtude-símbolo e, a partir daí, destacou aqueles comportamentos que estavam em acordo com a *Res Publica*. Portanto, tal como veremos, as virtudes serão representadas por Tito Lívio a partir das condutas e práticas cívicas.

⁸⁴ “Haec, etsi omnis divini humanique moris memoria abolevit nova peregrinaque omnia priscis ac patriis praeferendo, baud ab re duxi verbis quoque ipsis. ut tradita nuncij atque sunt, referre.” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*, VIII, XI).

Nosso diálogo inicia-se com a primeira narrativa do livro I – o episódio dos fundadores de Roma, Rômulo e Remo.⁸⁵ Nesta narrativa, Tito Lívio constrói, com base nos dispositivos retóricos, a virtude da *auctoritas*, que, associada ao comportamento de Rômulo, cria uma impressão de unidade fundamental à formação da cidade de Roma e, por assim dizer, do início do império mais poderoso depois do poder dos deuses (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I, IV).⁸⁶ De acordo com Miles (1995, p. 140), as qualidades atribuídas à Rômulo reconfirmariam a atribuição de descendência divina por parte de seu pai – Marte –, pois, de fato, esta suposição, mencionada por Tito Lívio, reitera que o destino da comunidade romana seria guiado pela providência divina (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I, IV- XV). É pela exaltação da ação divina que, relacionada à *uirtus* do homem, promoveria a grandeza e a prosperidade da cidade (PEREIRA, 2002, p. 413). Isso nos leva a crer que a argumentação de Tito Lívio associa a manutenção da *uirtus* à *gloria* de Roma. Podemos, deste modo, considerar que a atribuição de *auctoritas* de Rômulo produziu, de acordo com as representações de Lívio, a aceitação e o reconhecimento social da comunidade cívica. Tal como se percebe no excerto abaixo:

Rômulo fora arrebatado para o alto pela tempestade, ficaram abalados, como amedrontados pela perda do seu pai, e por algum tempo mantiveram um triste silêncio. No início, poucos, depois todos, começaram a saudar Rômulo como um deus nascido de um deus, rei e pai da cidade de Roma; imploravam-lhe a paz com súplicas para que ele protegesse com benevolência a sua progênie (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I, XVI).⁸⁷

Compreendemos, pela passagem acima, que a *auctoritas* atribuída ao personagem Rômulo é obtida a partir das condutas e ações do monarca para com a comunidade; trata-se de uma representação exemplar construída por Lívio, em que o fundador é apresentado como um rei valoroso, devoto e também possuidor de astúcia. A Rômulo é atribuída a criação de várias instituições que promoveriam a organização da *urbs*, tais como: a criação dos *lictors*, o senado, a divisão da população entre patrícios e plebeus e a criação de cultos à Júpiter Ferétrio, no Capitólio, e Júpiter Stator, na entrada do Palatino (OLGIVIE, 1965, p. 63-70).

⁸⁵ Para uma compreensão detalhada das narrativas dos monarcas, consultar o capítulo I desta dissertação páginas 44 a 55.

⁸⁶ “Sed debebatur, ut opinor, fatis tantae origo urbis maximique secundum deorum opes imperii principium” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I, IV).

⁸⁷ “His immitionem in ortalibus editis operibus, cum ad exercitum recensendum contionem in campo ad Caprae [...]. Deinde, a paucis intio facto, ‘deum deo natum, regem parentemque urbis Romanae saluere’ uniuersi Romulum iubent; pacem precibus exposcunt, ‘uti uolens propitius suam semper sospitet progeniem’” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I, XVI).

Em nosso entender, Tito Lívio associa a imagem de Rômulo ao de fundador em todos os âmbitos: militar, religioso e social (GRANDAZZI, 2010, p. 22). Neste sentido, refletir sobre a construção da *auctoritas* no discurso de Lívio é, antes de tudo, compreender que a obtenção e manutenção da *uirtus* ocorrem mediante práticas sociais que dialogam e compartilham as coisas comuns da comunidade cívica (MILES, 1995, p. 154-159). Assim como ocorre na narrativa de Rômulo, suas atitudes o legitimam e a comunidade cívica concede ao monarca espaço de atuação no poder pelo prestígio conquistado; o que não excluiu o uso da força militar, quando necessário, à medida que

[estando todos] satisfeitos com essas forças [...]. [A *Res Publica* romana] já era tão forte que poderia se equiparar, em força, a qualquer uma das cidades vizinhas; mas a sua grandeza, por causa da escassez de mulheres, haveria de durar apenas uma geração, pois não havia na pátria a esperança de uma descendência ou a possibilidade de matrimônio com os vizinhos. Então, a partir da deliberação dos senadores, Rômulo enviou embaixadores às nações vizinhas para que procurassem obter uma aliança ou casamentos para o novo povo. [Não sendo aceito os pedidos], a juventude romana ofendida, sem hesitações, começou a procurar uma solução pela violência. Rômulo, dissimulando seu ressentimento, prepara propositadamente jogos solenes em honra de Netuno Equestre [...]. Os sabinos vieram todos, acompanhados por filhos e esposas. Quando o momento do espetáculo chegou, a esse se voltaram as atenções e olhares. Começou então o ataque como tinha sido combinado e, dado um sinal, a juventude romana acorreu de todos os lados para arrebatar, à força, as jovens [Sabinas]. (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I, IX).⁸⁸

O rapto das Sabinas em que Rômulo utiliza sua força para a obtenção do matrimônio reflete a *auctoritas* e o *imperium* (poder por imposição). Portanto, a ação do monarca é aceita pela sua comunidade; depois do êxito de sua ação, Rômulo utiliza-se do seu poder sobre os vizinhos Sabinos e rapta suas mulheres. No discurso de Lívio, o primeiro monarca é associado à virtude e à prática da autoridade por meio de seus comportamentos. O historiador paduano nos fornece a definição do que seriam as virtudes *auctoritas* e *bellator* (relacionadas às conquistas militares nas guerras) ao destacar que, sob o reinado de Rômulo, foram essas as virtudes praticadas tanto na guerra como na paz. Segundo Tito Lívio, Rômulo

⁸⁸ “Cum iam virium haud [...]. Iam res Romana adeo erat valida ut cuilibet finitimarum civitatum bello par esset; sed penuria mulierum hominis aetatem duratura magnitudo erat, quippe quibus nec domi spes prolis nec cum finitimis conubia essent. Tum ex consilio patrum Romulus legatos circa vicinas gentes misit qui societatem conubiumque novo populo peterent: urbes quoque, ut cetera, ex infimo nasci. Aegre id Romana pubes passa et haud dubie ad vim spectare res coepit. Cui tempus locumque aptum ut daret Romulus aegritudinem animi dissimulans ludos ex industria parat Neptuno equestri sollemnes [...]. iam Sabinorum omnis multitudo cum liberis ac coniugibus venit. Ubi spectaculi tempus venit deditaeque eo mentes cum oculis erant, tum ex composito orta vis signoque dato iuventus Romana ad rapiendas virgines discurrit. Magna pars forte in quem quaeque inciderat raptae” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I, IX).

considerava que, a partir do desenvolvimento da arte militar e da devoção aos deuses, Roma seria o centro do mundo, uma potência na qual nenhuma força humana poderia resistir às suas armas (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I, XVI). A partir desta referência, consideramos que as imagens de comportamentos sociais, construídas ao longo do discurso liviano, partem de um eixo central: deveriam constituir-se em virtudes cívicas, as quais seriam necessárias à promoção da memória de Roma e, por conseguinte, à reivindicação da *Res Publica* romana.

Nesse sentido, em *Ab Vrbe Condita* há a narrativa do rei Tulo Hostílio e do rei Tarquínio Prisco que, assim como Rômulo, estiveram relacionados às conquistas na guerra e na estruturação da cidade. Mencionamos esses monarcas neste espaço da discussão por compreendermos que representam no discurso liviano a virtude relacionada à *disciplina militaris*: são responsáveis, entre os sete monarcas mencionados por Tito Lívio, pela expansão territorial e fundação dos aspectos bélicos e estruturais que promoveram o ordenamento social na *urbs*, tais como: construção de templos, expansão territorial, instituição dos jogos e construção de obras públicas (rede de esgotos, sistema de drenagem de água) (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I, XXII- XXXV).

As representações de Tito Lívio sobre esses dois monarcas vinculam-se ao uso da força e à constituição dos exércitos romanos, os quais foram cruciais para o crescimento de Roma. Por meio da narrativa de Tulo Hostílio (terceiro monarca) vemos o advento da guerra contra os albanos, pois o rei estava sempre a procurar um pretexto para iniciar uma guerra (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I, XXII). Segundo Tito Lívio, o discurso de Tulo Hostílio foi marcado pela seguinte declaração:

Ó romanos, se existiu até hoje, em alguma guerra, uma situação em que primeiro devêsseis agradecer aos deuses imortais e, só depois, à vossa própria coragem, esta foi a batalha de ontem. Não vos iludais: sem o meu consentimento, os albanos subiram os montes; não foi essa minha ordem; o que ouvistes foi a simulação estratégica de uma ordem [...]. Foi o próprio Mécio o responsável por aquela manobra [...]. Mécio que rompeu o tratado entre albanos e romanos. Que um outro ouse repetir tal coisa, se eu não fizer desse homem um exemplo insigne para todos os mortais. Mécio Fufécio, se tu próprio pudesses aprender a respeitar a lealdade e os tratados, a ti vivo, esse ensinamento seria por mim mostrado; agora, como teu caráter é incorrigível, ensina à raça humana através do teu castigo a venerabilidade dessas coisas que foram violadas por ti (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I, XXVIII).⁸⁹

⁸⁹ "Romani, si unquam ante alias ullo in bello fuit quod primum dis immortalibus gratias ageretis, deinde vestrae ipsorum virtuti, hesternum id proelium fuit. Dimicatum est enim non magis cum hostibus quam, quae dimicatio maior atque periculosior est, cum prodicione ac perfidia sociorum. Nam ne vos falsa opinio teneat, iniussu meo Albani subire ad montes, nec imperium illud meum sed consilium et imperii simulatio fuit [...]. Nec ea culpa quam arguo omnium Albanorum est: ducem secuti sunt, ut et vos, si quo ego inde agmen declinare voluissem, fecissetis. Mettius ille est ductor itineris huius, Mettius idem huius machinator belli, Mettius foederis Romani

Decorridas estas palavras, Tito Lívio menciona que, sentindo-se traído, Tulo Hostílio aplicou um castigo em Mécio: “Foram trazidas duas quadrigas, e Mécio, distendido, foi a elas amarrado. Os cavalos, impelidos violentamente em direções diversas, arrastavam depois as partes do corpo dilacerado”⁹⁰ (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I, XXVIII). De acordo com Tito Lívio, entre os romanos foi a primeira e a última punição desvinculada do exemplo das leis civilizadas. Logo, na *argumentatio* do historiador latino, o terceiro rei Tulo Hostílio é associado à força, às armas, de modo que seu comportamento transformava-se em um *exempla* de rei guerreiro, o qual conquista a cidade de Alba Longa. Nesta mesma perspectiva, é construída a representação do comportamento do penúltimo rei de Roma, Tarquínio Prisco (filho de pai etrusco), o qual se distingue dos demais reis por construir um discurso que justificava sua intenção em ser eleito como o rei de Roma, já que não se tratava de uma sucessão hereditária, tendo em vista que os filhos de Anco Márcio (quarto monarca romano) estavam vivos e tinham direito sucessório ao trono do rei. Diante desta conjuntura, ao ser reconhecido pelo Senado como o novo rei, Tarquínio estabeleceu seu poder, segundo Tito Lívio, por meio de uma política ativa, conduzida por conquistas militares contra os latinos, os sabinos e os etruscos (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I, XXXVI- XXXVII), e por medidas de aperfeiçoamento da estrutura interna da cidade, como a construção de um muro de pedras entorno da cidade e a construção do circo máximo – local onde se realizavam os espetáculos e os jogos romanos.

Segundo esta linha de raciocínio, entendemos que as virtudes trabalhadas por Tito Lívio, tal como a *uirtus* guerreira, referem-se às qualidades inatas de um indivíduo e àquelas obtidas por intermédio de suas próprias ações, especialmente ilustradas por conquistas militares. Logo, as condutas levadas a cabo por Tulo Hostílio e Tarquínio representavam a prática da *potestas* como elemento de coesão e ordenamento social. Suas virtudes guerreiras e militares deveriam, de acordo com Tito Lívio, associar-se à coletividade, de modo a projetar o engrandecimento de Roma e a promoção das virtudes que constituiriam a *aula* romana.

A partir dessas discussões, compreendemos que a construção das virtudes cívicas constituintes do *mos maiorum* romano são parte dos discursos elaborados pelos autores

Albanique ruptor. Audeat deinde talia alius, nisi in hunc insigne iam documentum mortalibus dederō." [...]. Metti Fufeti inquit, si ipse discere posses fidem ac foedera servare, vivo tibi ea disciplina a me adhibita esset; nunc quoniam tuum insanabile ingenium est, at tu tuo supplicio doce humanum genus ea sancta credere quae a te violata sunt." (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I, XXVIII).

⁹⁰ “Exinde duabus admotis quadrigis, in currus earum distentum inligat Mettium; deinde in diversum iter equi concitati, lacerum in utroque curru corpus, qua inhaeserant vinculis membra, portantes.” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I, XXVIII).

antigos (e.g. Tito Lívio; Suetônio; Ovídio; Virgílio; Horácio) , tendo em vista a definição de uma memória social vinculada ao seu próprio contexto. Sendo assim, a partir de sua escrita, Lívio cria estratégias para a promoção dos comportamentos cívicos essenciais à manutenção da *Res Publica*. Em nosso entender, construir essas virtudes, a partir da ação de seus personagens, colocava em evidência os valores que seriam ressignificados em sua contemporaneidade, à medida que a literatura era uma projeção social que articulava as representações de seu mundo social (Cf. CHARTIER, 1990). Neste sentido, Lívio, ao escrever *Ab Vrbe Condita*, enfatizaria a importância dos valores romanos, os quais deveriam ser rememorados e praticados, pois lembrar o passado tornava-se, de fato, um processo de consolidação da latinidade romana (GOWING, 2005, p. 23).

De acordo com essas proposições, consideramos que outra virtude singular ao contexto social de Tito Lívio e reivindicada em sua escrita é a *pietas*. A virtude *pietas* é representada no livro I a partir dos comportamentos cívicos dos monarcas Numa Pompílio e Anco Márcio. Diante de nossas leituras, compreendemos que a *pietas* em Tito Lívio encontra-se associada àqueles comportamentos que levam em consideração a observância religiosa e a fidelidade à sua comunidade cívica. Segundo a *argumentatio* de Lívio:

Naquela época a equidade e o sentimento religioso de Numa Pompílio eram célebres. Ele foi um homem extremamente versado em todas as leis divinas e humanas [...]. Convocado, Numa desejou que também os deuses fossem consultados a seu respeito, assim como Rômulo, que assumiu o poder após ter tomado os augúrios para a fundação da cidade. Assim, tendo assumido o reino, Numa, com base no direito, leis e costumes, prepara-se para reestruturar a jovem cidade criada por meio da força e das armas. Da violência das armas, voltaram-se todos para consulta e cumprimento desses prodígios, tornando-se essa a principal ocupação. A dedicação constante ao culto dos deuses, pois a vontade divina parecia-lhe intervir nas coisas humanas, tinha imbuído os corações de todos com esse sentimento religioso, de modo que a confiança e o respeito aos juramentos passaram a governar a cidade em lugar do temor das leis e dos castigos (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I, XIX, XX).⁹¹

A representação da *pietas* em Tito Lívio associa-se à prática da *religio*, ao modo como a comunidade cívica estabeleceria sua relação para com os deuses e a cidade. Durante o

⁹¹ “Inclita iustitia religioque ea tempestate Numae Pompili erat. [...] consultissimus vir, ut in illa quisquam esse aetate poterat, omnis divini atque humani iuris. Accitus, sicut Romulus augurato urbe condenda regnum adeptus est, de se quoque deos consuli iussit [...]. Qui regno ita potitus urbem novam conditam vi et armis, iure eam legibusque ac moribus de integro condere parat. Ad haec consultanda procurandaque multitudine omni a vi et armis conversa, et animi aliquid agendo occupati erant, et deorum adsidua insidens cura, cum interesse rebus humanis caeleste numen videretur, ea pietate omnium pectora imbuerat ut fides ac ius iurandum [proximo] legum ac poenarum metu civitatem regerent.” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I, XIX, XX).

reinado de Numa Pompílio, Tito Lívio aponta que a maior de todas as suas virtudes e feitos foi instituir a *pax*, mais importante que a soberania (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I, XXI). Um dos episódios representativos da prática da *pietas* em Tito Lívio é o fechamento do Templo de Jano, ainda no reinado de Numa. O templo é um indicador da paz e da guerra, apresenta um importante significado político, já que é associado ao ideal de *pax* concernente à política augustiana (OLGIVIE, 1965, p. 94). Augusto anuncia nas *Res Gestae* sua intenção de mantê-las fechadas “enquanto as vitórias assegurarem a paz, por terra e mar, em todo o Império do Povo Romano” (Augusto. *Res gestae Diui Augusti*. XIII).⁹²

Compreendemos, assim, que a *pietas* apresentada por Lívio associa-se às medidas de Augusto, isto é, tal como apresentada pelo historiador a virtude é ressignificada em seu contexto político. Augusto, tanto quanto Numa, não é apenas o reestruturador da religião romana, mas o restaurador da *pax*. Deste modo, a construção da *pietas* no discurso liviano está vinculada ao comportamento de Numa Pompílio, mas também se direciona à sua contemporaneidade, à medida que associa a virtude às condutas adotadas e praticadas por Augusto no campo religioso e na manutenção da concórdia na *urbs* (BEVENS, 2010, p. 100). Isto quer dizer que as imagens virtuosas construídas por Tito Lívio trazem à tona um passado ressignificado e reinventado, o qual legitima a *auctoritas* de Augusto.

Do mesmo modo que o rei Numa Pompílio, Anco Márcio, seu neto e o quarto monarca mencionado em *Ab Vrbe Condita* Livre I, encontra-se relacionado à *pietas*. Assim como seu ancestral, Anco Márcio instituiu cultos relativos à paz e à guerra (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I, XXXII), pois acreditava que as guerras não deveriam ser apenas geradas, mas também, como meio de obter auxílio dos deuses, deveriam ser declaradas e justificadas por ritos próprios – denominados *bellicae caerimoniae*⁹³ (OLGIVIE, 1965, p. 129). O reinado de Anco Márcio fora marcado pela realização dos ritos religiosos, da expansão das fronteiras e da anexação de territórios, junto a essa expansão tinha-se o advento da população conquistada, fator para que Tito Lívio apresentasse em seu discurso outra virtude essencial ao seu contexto político – a *clementia*. No contexto augustiano, a *clementia* esteve vinculada à esfera militar e, por isso, Tito Lívio a representa pelo comportamento de Anco Márcio perante

⁹² “cum per totum imperium populi Romani terra marique esset parta uictoriis pax” (Augusto. *Res gestae Diui Augusti*. XIII).

⁹³ Os *bellicae caerimoniae* referiam-se aos ritos de guerra; assim, a declaração da guerra seria realizada perante os deuses, mediante a necessidade de pedir proteção. Trata-se de um modo de tornar a guerra uma ação social, militar, política e religiosa, uma vez que estas esferas no mundo antigo não se dissociam. Segundo a argumentação de Arthur Nock (1952, p. 192-193), antes de iniciar a guerra, os comandantes dos exércitos consultavam os augúrios e ofereciam sacrifícios e oferendas aos deuses.

a conquista na guerra e o modo como o monarca lidava com a população conquistada. Segundo as palavras de Tito Lívio:

Anco, num esforço conjunto de todas as tropas, venceu sua primeira guerra. Em posse de um grande despojo retornou a Roma. Nesta ocasião também foram aceitos muitos milhares de latinos como cidadãos, aos quais, para que se juntasse o Aventino ao Palatino, foram oferecidos assentamentos próximos ao templo de Múrcia. Com este rei, não somente a cidade se estendeu, mas também o território e as fronteiras (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I, XXXIII).⁹⁴

Pela passagem acima, compreendemos que a clemência presente no comportamento de Anco Márcio manifesta-se por meio de uma perspectiva de conduta do ponto de vista cívico, visto que, ao conquistar outros povos, agiu com clemência, cedendo-lhes oportunidade de constituírem moradias em outro lugar; o discurso de Tito Lívio quer mostrar os predicados morais dos romanos diante das comunidades conquistadas e suas populações, isto é, o modo como é conduzida a guerra e a conquista definem os valores de um romano.

Neste conjunto de virtudes elaboradas retoricamente por Tito Lívio, a *iustitia* torna-se relevante a partir do comportamento cívico do sexto monarca Sêrvio Túlio. Neste episódio, ressalta-se, sobretudo, a atenção às leis civis e à prática do poder aceito socialmente, pois de acordo com Lívio:

Sêrvio, embora tivesse já se apoderado do reino pelo exercício incontestável [...] [e] [assegurado] a estima da plebe com a distribuição a cada homem das terras tomadas aos inimigos, ousou perguntar ao povo se desejariam e consentiriam que ele reinasse. Tendo obtido um consenso maior do que o de todos os antecessores, foi declarado rei (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I, XLVI).⁹⁵

Compreendemos, assim, que a passagem acima promove não somente o comportamento de Sêrvio, mas também o papel de um governo justo perante sua comunidade cívica. A virtude da *iustitia* é a principal prática que deve constar na interação da política, interna ou externa. Logo, a justiça no governo de Sêrvio Túlio manifesta-se também nas ações da política interna com a anexação à cidade de Roma da colina do Virminal e Quirinal (Tito

⁹⁴ “Ad ultimum omnibus copiis conisus Ancus acie primum vincit; inde ingenti praeda potens Romam redit, tum quoque multis milibus Latinorum in civitatem acceptis, quibus, ut iungeretur Palatio Aventinum, ad Murciae datae sedes. [...]. Nec urbs tantum hoc rege crevit sed etiam ager finesque.” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I, XXXIII).

⁹⁵ “Servius quamquam iam usu haud dubie regnum possederat [...]. conciliata prius voluntate plebis agro capto ex hostibus viritim diviso, ausus est ferre ad populum vellent iuberentne se regnare; tantoque consensu quanto haud quisquam alius ante rex est declaratus.” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I, XLVI).

Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I, XLV); há a preocupação em estabelecer na *urbs* a divisão de quatro tribos, e a partir daí, segundo Lívio, haveria uma eficiente distribuição civil, uma vez que os encargos civis e militares foram distribuídos de acordo com a condição financeira. Durante o reinado de Sêrvio houve a organização social da comunidade romana (OLGIVIE, 1965, p. 156), com o estabelecimento do censo, o qual inscreveu as classes e as centúrias numa divisão conveniente à paz e à guerra, de modo que,

aumentada a população com a expansão da cidade, tudo organizado na pátria para a gestão civil e militar, para que nem sempre o poder fosse obtido através das armas, empenhou-se em aumentar o seu prestígio [pela manutenção] da moderação e, ao mesmo tempo, acrescentar algum ornamento à cidade. Sêrvio [...], louvava com admiração a comunhão dos deuses e a concórdia (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I, XLV).⁹⁶

Por essas palavras, entendemos que a prática de um governo guiado pela *iustitia* promoveria, de fato, a *concordia* na comunidade romana, uma vez que as instâncias civis, militares e religiosas estariam relacionadas aos discursos de poder, àquilo que é avaliado como justo e promove a manutenção da harmonia social. A *iustitia* presente em Tito Lívio, a partir do comportamento de Sêrvio Túlio, é ressignificada à época de Augusto, nas medidas e posturas legais instituídas pelo *princeps*; podemos notar tal intento no discurso mencionado em sua *res gestae* ao inferir que: “transferei o poder para o Senado e para o povo” (Augusto. *Res gestae Diui Augusti*, XXXIV).⁹⁷ A partir desta passagem, notamos que Augusto procurou salientar um dos pontos majoritários de sua prática política, qual seja: a observância das leis e dos costumes, os quais deveriam guiar a comunidade cívica romana, sinalizando, assim, que não devia governar à maneira dos tiranos, pois que estes norteavam “sua política a partir de seus desejos pessoais” (ANTIQUEIRA, 2010, p. 10).

Nosso interesse foi ressaltar, até este momento de nossas discussões, os comportamentos sociais construídos por Tito Lívio, os quais representam, em nosso entender, virtudes e valores associados à manutenção e promoção da *ciuitas* romana (BEVENS, 2010, p. 94). Queremos, com isso, enfatizar a importância da construção das virtudes cívicas na escrita liviana, de modo a evidenciar uma narrativa que, associada às demandas e perspectivas de seu contexto, nos fornece inúmeros exemplos virtuosos, que contribuiriam para o

⁹⁶ “Aucta civitate magnitudine urbis, formatis omnibus domi et ad belli et ad pacis usus, ne semper armis opes acquirerentur, consilio augere imperium conatus est, simul et aliquod addere urbi decus. [...] Eum consensum deosque consociatos laudare mire.” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I, XLV).

⁹⁷ “per consensum universorum potitus rerum omnium, rem publicam ex mea potestate in senatus populi que Romani arbitrium transtuli.” (Augusto. *Res gestae Diui Augusti*, XXXIV).

engrandecimento moral e físico de Roma (BEVENS, 2010, p. 97). Contudo, é essencial levarmos em consideração os *exempla* afastados das condutas cívicas, aqueles comportamentos que não levam em consideração a coletividade. A esse respeito, Tito Lívio menciona como exemplo o último monarca de Roma — Lúcio Tarquínio, o soberbo. O reinado de Tarquínio foi marcado pelo uso da força, como aliada ao exercício do poder, o que induziu ao engrandecimento de Roma diante das demais cidades.

Segundo a narrativa de Lívio, Tarquínio soberbo (filho do rei Tarquínio Prisco) reivindicou o trono de forma ilegal, uma vez que o mesmo e sua esposa Túlia assassinaram o rei Sêrvio Túlio; instaura-se, portanto, no poder de modo ambicioso. De acordo com Tito Lívio:

Sêrvio Túlio reinou durante quarenta e quatro anos, de tal maneira que uma equiparação seria difícil mesmo para um sucessor bom e moderado; aliás, isso também o encaminhou para a glória, porque junto com ele findaram os reinados justos e legítimos. Começou a reinar Lúcio Tarquínio cujas ações lhe atribuíram o cognome Soberbo. Na verdade, não tinha nada, exceto a força, como aliada ao exercício do poder, já que reinava sem a escolha do povo e sem a ratificação dos senadores. Acrescentava-se a isso a necessidade de defender o trono através da difusão do terror, visto que não tinha nenhuma esperança de ser estimado pelos cidadãos (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I, XLVIII-XLIX).⁹⁸

Consideramos que a representação de Tarquínio construída por Lívio é peculiar ao seu contexto, pois esse tipo de comportamento deveria ser evitado por um governante, posto que se desvinculava dos *mos maiorum* romano, estando, por este fato, em prejuízo à *Res Publica*. Para Tito Lívio, o abandono dos costumes dos ancestrais explicava, em parte, os problemas e as incertezas vividas no período tardo-republicano; assim, como podemos notar, a observância do *mos maiorum* e das práticas religiosas e civis são ações sociais que promovem a grandeza de Roma (ANTIQUEIRA, 2010, p. 59). No decorrer destas análises, compreendemos que, embora Tito Lívio relacione a cada monarca uma virtude, de modo geral, seus monarcas associam-se à *pietas*, à *constantia* e à *religio*, porque, em nosso entender, a expansão e o crescimento da cidade de Roma estava, desde sua fundação, vinculada ao estabelecimento das relações com os deuses; logo, no discurso de Lívio há

⁹⁸ “Ser. Tullius regnavit annos quattuor et quadraginta ita ut bono etiam moderatoque succedenti regi difficilis aemulatio esset; ceterum id quoque ad gloriam accessit quod cum illo simul iusta ac legitima regna occiderunt. [...]. Inde L. Tarquinius regnare occepit, cui Superbo cognomen [...]. neque enim ad ius regni quicquam praeter vim habebat ut qui neque populi iussu neque auctoribus patribus regnaret. Eo accedebat ut in caritate civium nihil spei reponenti metu regnum tutandum esset.” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I, XLVIII-XLIX).

menções ao advento religioso como prática essencial para a manutenção e mesmo a existência da *urbs* (OLGIVIE, 1965, p. 147).

Em razão disso, consideramos que o bom cidadão para Lívio é aquele que promove a *concordia* na comunidade, comporta-se de acordo com sua dignidade (com justiça, lealdade, generosidade e temperança), busca garantir a *harmonitas* na *urbs*, sendo guiado pela modéstia, sem ostentação (*frugalitas*) (LEMOS, 2010, p. 47). Neste sentido, o historiador paduano compreendia que pertencer e participar da sociedade implicaria, efetivamente, em normatizar os comportamentos sociais diante da comunidade política. O discurso de Tito Lívio produz, dessa forma, imagens de governantes ideais – Rômulo, Numa Pompílio, Tulo Hostílio, Anco Márcio, Tarquínio Prisco e Sêrvio Túlio –, como também indica aquele comportamento excessivo, destituído de virtudes cívica, o qual colocava em prejuízo a estabilidade e o equilíbrio social da *urbs*, pois o afastava da participação, vale dizer, da vida em coletividade, tal como o governo de Tarquínio – o soberbo.

Diante destas discussões, compreendemos que a escrita de Tito Lívio ressignificou as virtudes cívicas dos romanos a partir dos comportamentos dos monarcas e construiu, de fato, símbolos de virtudes, as quais se associavam ao *mores* e à promoção de memória social (WALLACE-HADRIL, 2008, p. 225). A temática do *corpus* liviano permite compreender uma multiplicidade de representações cívicas: práticas religiosas, relações familiares e matrimoniais, práticas e disputas de poder. Essas representações evidenciam a preocupação do historiador em contemplar as experiências cívicas que constituiriam o ambiente social de seu contexto histórico (LIMA & CORDÃO, 2009, p. 605). Temos, portanto, em *Ab Vrbe Condita*, um discurso moralizante, o qual se relacionava com as estruturas do poder, ou seja, as virtudes fundamentariam as ações públicas do *princeps*, de acordo com os preceitos do *mos maiorum* (ANTIQUEIRA, 2010, p. 12). Com este viés interpretativo, as virtudes construídas por Tito Lívio transformavam-se em modelos – *exempla* – que se traduziriam em símbolos sociais a constituir e definir uma latinidade romana à época de Augusto.

Entendemos, assim, que o discurso da ancestralidade foi a base da ordem social romana, visto que é na “lealdade aos costumes que o romano encontra a mais importante justificativa para a sua ação no presente” (GONÇALVES, 2010, p. 101). Daí justifica-se a importância social da literatura, à medida que a escrita divulgava os feitos passados e auxiliava na manutenção e transmissão da *ciuitas* de Roma e de seus cidadãos (LIMA & CORDÃO, 2009, p. 615). Em razão disso, compreendemos que o objetivo de Tito Lívio foi

reativar, por meio da escrita, os elementos cívicos que constituíam o “ser romano”; por isso, defendemos que a *Ab Vrbe Condita* é uma obra que promoveu a memória do *mos maiorum* romano.

Sabemos, à vista disso, que a escrita, sendo um monumento, foi projetada para resistir e para perpetuar a memória social de sua comunidade cívica, por meio de um processo de reformulação do passado de modo a atender as necessidades da vida (HOPE, 2003, p. 119). A este respeito, o poeta Horácio, contemporâneo de Tito Lívio, alude sobre a importância de revitalizar o passado pelo trabalho da escrita, pois, assim, tanto os poetas quanto os historiadores poderiam reconhecer sua função social e, portanto, resguardar a memória dos feitos passados e conduzir as novas gerações. Segundo as palavras de Horácio,

ainda que sem vigor e sem coragem no trato com as armas, o poeta [e historiador] é útil à cidade, se tu concordas que as pequenas coisas podem ajudar as grandes. O poeta molda a boca tenra e gaguejante das crianças [...]. Ele narra às belas canções, supre de exemplos ilustres as gerações que chegam [...] (Horácio, *Epístola*. II, I).⁹⁹

Compreendemos, dessa maneira, que a escrita, seja poética ou em prosa, moldava crenças e comportamentos (HABINEK, 1998, p. 62), reforçava os valores e anseios de uma comunidade política (SILVA, 2014, p. 50). Ora, a escrita era um ato de refundação, que reivindicava a rememoração das virtudes essenciais à formação dos pilares cívicos de uma comunidade. Consideramos, em função disso, que as produções textuais e, em nosso caso, a *Ab Vrbe Condita* refletiam as demandas de um discurso institucional; representavam, em nosso entender, um espaço de memória e, deste modo, um espaço de transmissão de *exempla*. É neste sentido, que passaremos no próximo tópico a discutir os *exempla* de comportamentos femininos construídos por Tito Lívio, de modo a destacar o papel social da matrona romana em uma conjuntura específica – o contexto augustiano.

3.2 - ENTRE VÍCIOS E VIRTUDES: REPRESENTAÇÕES FEMININAS A PARTIR DE LUCRÉCIA E VIRGÍNIA.

⁹⁹ “militae quamquam piger et malus, utilis urbi, si das hoc, paruis quoque rebus magna iuuari. Os tenerum pueri balbumque poeta figurat, torquet ab obscenis iam nunc sermonibus aurem, mox etiam pectus praeceptis format amicis, asperitatis et inuidiae corrector et irae, recte facta referet, orientia tempora notis instruit exemplis, inopem solatur et aegrum” (Horati. *Epistolarum*. 2, 1).

Objetivamos refletir, a partir das representações do feminino no discurso histórico de Tito Lívio, o papel social das matronas romanas, tais como Lucrecia e Virgínia, visto que estas personagens encarnam as virtudes essenciais para a manutenção do matrimônio como um espaço cívico de atuação e relações de poderes.

A personagem Lucrecia, esposa de Colatino, incorpora-se à narrativa quando o cônjuge, presente na cidade de Ardeia, e os príncipes organizam um banquete na casa de Sexto Tarquínio; durante a realização do evento, o assunto recai sobre mulheres. Cada um elogiava mais que o outro os dotes de suas esposas. A discussão tornava-se acalorada, quando Colatino declarou que não valia a pena discutir. Dentro de algumas horas poderiam ter certeza da superioridade de suas esposas. Assim, pegaram seus respectivos cavalos e foram pessoalmente observar o comportamento de suas mulheres. Cada um diria em que se ocupava a esposa. Dirigiram-se a Colácia, onde encontraram Lucrecia em atitude bem diferente das noras do rei. Estas, para ocupar o tempo, participavam com as amigas de um suntuoso banquete. A matrona, ao contrário, estava no interior de sua casa, sentada junto às suas servas e fiava lã, apesar da hora avançada. A comparação com as outras mulheres terminou por exaltar a figura de Lucrecia, que acolheu amavelmente seu marido e os Tarquínios, jovens príncipes convidados pelo vencedor a permanecerem em sua casa. A beleza e a virtude de Lucrecia seduziram Sexto Tarquínio, que, dias mais tarde, às ocultas de Colatino, voltou a Colácia. Quando lhe pareceu que todos dormiam e não corria perigo, tomou a espada e ardendo em desejo aproximou-se de Lucrecia adormecida. Pondo-lhe com força a mão esquerda sobre o peito disse:

Silêncio, Lucrecia, eu sou Sexto Tarquínio e tenho a espada na mão, se disseres uma palavra, morrerás. Tarquínio confessou-lhe seu amor, dirigiu-lhe súplicas, misturou ameaças às súplicas, lutando para perturbar os sentimentos daquela mulher. Diante de sua firmeza que não cedia nem pelo temor da morte, acrescentou ao medo a ameaça da desonra. Assim, quando ela resiste, ele ameaça matá-la. Com essa ameaça, a paixão criminoso de Tarquínio triunfou da obstinada virtude, e ele partiu contente por ter destruído a honra de uma mulher (Tito Lívio. *Ab Urbe Condita*, I. LVII-LVIII).¹⁰⁰

¹⁰⁰ "Tace, Lucretia" inquit; "Sex. Tarquinius sum; ferrum in manu est; moriere, si emisieris vocem." Cum pavida ex somno mulier nullam opem, prope mortem imminentem videret, tum Tarquinius fateri amorem, orare, miscere precibus minas, versare in omnes partes muliebrem animum. [...] Quo terrore cum vicisset obstinatam pudicitiam velut vi victrix libido, profectusque inde Tarquinius ferox expugnato decore muliebri esset" (Tito Lívio. *Ab Urbe Condita*, I. LVIII).

Abatida por tão grande infortúnio, Lucrecia enviou um mensageiro a Roma e à Ardeia para pedir ao pai e ao marido que viessem imediatamente. Era necessária e urgente a presença de ambos. Chegaram juntos, pai e marido, e encontraram Lucrecia acabrunhada e vertida em lágrimas. Completamente desolada, a virtuosa mulher anunciou o estupro cometido por Sexto Tarquínio. Após obter a garantia que não a deixariam sem vingança, Lucrecia pronunciou que, mesmo isenta de culpa, não se sentia livre do castigo. Assim sendo, cravou no peito o punhal que havia escondido em suas vestes e tombou agonizante em meio aos gritos do pai e do marido (Tito Lívio. *Ab Urbe Condita*, I. LVII-LVIII).

Em vista disso, é como um modelo de *uirtus* feminina que Lucrecia aparece na história de Tito Lívio, já que é vencedora do concurso de virtudes femininas e é por permanecer virtuosa que a matrona insiste na necessidade de sua morte e se recusa a permanecer viva. Escolhe ser vista como um precedente para outras mulheres (MATTHES, 1964) e decide o que é apropriado para si; suas ações foram dirigidas à comunidade cívica.

Como se percebe, a narrativa de Lucrecia abrange duas virtudes femininas – *castitas* e *pudicitia* – as quais caracterizavam modelos de comportamentos em torno de um *ethos* aristocrático a ser transmitido aos seus contemporâneos (GLENDINNING, 2011, p. 75). Tito Lívio utilizava recursos retóricos para inserir Lucrecia no espaço doméstico – *domus* – e criava, com isso, um ideal de matrona, pois, como acentua Beryl Rawson, esta deveria responsabilizar-se pela criação dos filhos para, assim, adquirir, de fato, poder e prestígio social perante seus familiares e a sociedade em geral (RAWSON, 1992, p. 18), visto que a família romana representava uma unidade social e política (cf. DIXON, 1992; SALLER, 1994; GEORGE, 2005).

Tal como a narrativa da personagem Lucrecia, há no livro III de Tito Lívio a personagem Virgínia, a qual incorpora, a partir do discurso de Lívio, a virtude da *pudicitia*, preservando por seu comportamento exemplar sua honra e de sua família. Virgínia, assim como Lucrecia, morre em função de atitudes desmedidas cometidas em decorrência do desejo de violação sexual, ato que atentava contra a instituição do matrimônio e dos valores familiares. A jovem Virgínia é seduzida pelos desejos de Ápio Cláudio, que comandava o poder (segundo decenvirato) com tirania; o decênviro romano, guiado “pelo desejo de violar uma virgem plebeia”¹⁰¹ (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*, III, XLIV), promoveu o crime de violação à família e ao *mos maiorum*. De acordo com as palavras de Tito Lívio:

¹⁰¹ “Ap. Claudium virginis plebeiae stuprandae libido cepit.” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*, III, XLIV).

Se sucede em Roma um novo crime, nascido da luxúria, com consequências como aquele da violação e morte de Lucrecia, que culminou na expulsão dos Tarquínios do reinado e de Roma, de forma que, não só teve o decênviro o mesmo fim que o rei, como também a mesma causa os levaram a perderem o poder (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*, III, XLIV).¹⁰²

Por estas palavras, compreendemos as similitudes entre as narrativas de Lucrecia e Virgínia, construídas por Tito Lívio com o intuito de representarem os valores associados às matronas romanas. Conforme pontua Suzanne Dixon (2001, p. 41), as mortes destas duas personagens representam um símbolo político, à medida que a morte de Lucrecia e a de Virgínia foram ações dignas de uma futura *domina* comprometida com a preservação de sua *pudicitia*. A violência de Sexto Tarquínio, obrigando Lucrecia a praticar o coito, submeteu-a, contra a sua vontade, à prática do adultério (cf. BAUMAN, 1992; GALINSKY, 1996), levando-a a tirar a própria vida¹⁰³ (Tito Lívio. *Ab Urbe Condita*, I, LVIII). O mesmo ocorre com Virgínia ao ser exposta à comunidade romana em decorrência do abuso de poder de Ápio Cláudio, que não consegue realizar seu desejo tirânico pela interferência de Lúcio Virgínio, pai de Virgínia. Virgínio, no momento da violação à honra de sua filha, encontrava-se em exercício militar e, logo que soube dos acontecimentos sórdidos realizados por Ápio, intervém pela honra de Virgínia e de sua família, utilizando do poder de *patria potestas* ao proferir a seguinte justificativa:

A Icilio, Apio, não a ti, eu prometi minha filha, tenho a educado para o matrimônio, não para ser desonrada. Parece-te certo entrega-la a sedução de forma indiscriminada, ao estilo das feras? [...] [Virgínio disse] filha, te dou a liberdade da única forma que posso. Seguido as palavras, lhe atravessa no peito (Tito Lívio. *Ab Urbe Condita*, III. XLVII-XLVIII).¹⁰⁴

¹⁰² “Sequitur aliud in urbe nefas, ab libidine ortum, haud minus foedo eventu quam quod per stuprum caedemque Lucretiae urbe regnoque Tarquinius expulerat, ut non finis solum idem decemviris qui regibus sed causa etiam eadem imperii amittendi esset.” (Tito Lívio. *Ab Urbe Condita*, III. XLIV).

¹⁰³ Como pontua Eva Cantarella (1996, p. 133), o suicídio entre os romanos ocorria em decorrência de suas relações com a comunidade política, e a justificativa de seu suicídio dependeria do modo como havia buscado e obtido a morte voluntária. Ron M. Brown acrescenta que a morte voluntária seria o resultado de um ato valoroso, estando direcionada à *Res Publica*, ou de um ato excessivo, que, por meio de sua vicissitude, corromperia o corpo físico e o corpo social, não representando, por esta razão, uma função didática exemplar. Assim, o papel social da morte, neste segundo ato, se desvaneceria (BROWN, 2001, p. 48). Na argumentação do autor, a oposição, positivo e negativo, criaria uma hierarquia para o suicídio, à medida que a morte voluntária poderia ser considerada ativa e passiva. Desta forma, a morte de Lucrecia se desdobraria no discurso de Lívio como uma ação ativa, uma vez que a personagem articulou e decidiu, racionalmente, colocar fim a sua vida, pois privilegiou a família. Ademais, a sua ação extrapolou o espaço doméstico, tornando-se, no discurso do historiador, uma virtude cívica (Tito Lívio. *Ab Urbe Condita*, Prefácio, I).

¹⁰⁴ “Verginius intentans in Appium manus, 'Icilio' inquit, 'Appi, non tibi filiam despondi et ad nuptias, non ad stuprum educavi. Placet pecudum ferarumque ritu promisce in concubitus ruere? 'hoc te uno quo possum' ait, 'modo, filia, in libertatem vindico.' Pectus deinde puellae transfigit.” (Tito Lívio. *Ab Urbe Condita*, III. XLVII-XLVIII).

Compreendemos, assim, que as narrativas produzem a imagem de uma *mors opportuna* em função do comportamento de Lucrecia e de Virgínia, que, com suas mortes, restauram a virtude de suas famílias e tornam-se *exemplum*¹⁰⁵ para outras mulheres (POEL, 2009, p. 344), pois, ao que tudo indica, Tito Lívio parece preocupar-se com o papel feminino na construção da *Res Publica*. As ações das personagens extrapolam o espaço da *domus* e sua coragem torna-se um símbolo feminino a ser lembrado na comunidade política (MILNOR, 2009, p. 82).

Como argumenta Kristina Milnor (2009), Lucrecia representa o modelo de feminilidade doméstica romana e ainda é, diretamente, responsável pela mudança política que se refere à passagem da monarquia para a República. Assim como Virgínia, que pela sua ação casta e pela atitude de defesa de seu pai provoca uma rebelião popular, destituindo, em razão

¹⁰⁵ Assim como existiu *exemplum* de comportamento feminino em *Ab Vrbe Condita*, há, igualmente, aquele comportamento afastado das virtudes essenciais aos romanos, como, por exemplo, Túlia, esposa do último monarca de Roma, Tarquínio, o soberbo. O casamento com Lúcio Tarquínio não foi o único ato de Túlia para alcançar o poder: “pois de um crime a mulher já vislumbrava um outro. Nem durante a noite, nem durante o dia, deixava o marido sossegado, para que não fossem gratuitas as mortes anteriores. Dizia que não lhe faltara um homem do qual fosse dita esposa, nem um com o qual silenciosa se submetesse; faltara-lhe um homem que se julgasse digno do reino, que se lembrasse que era filho de Tarquínio Prisco, que preferisse ter o reino a aspirar por ele: “Se tu és aquele com quem julgo estar casada, não só te chamo de marido, mas também de rei. Se a situação foi pouco alterada, pior agora, porque nesse momento junto à inação existe o crime. Por não te armares? Não tens necessidade de te esforçar por reinos estrangeiros, como teu pai proveniente de Corinto ou de Tarquínios. Os deuses Penates e [pátrios], a imagem do teu pai, o palácio e o trono real que nele se encontra e o próprio nome Tarquínio te fazem rei e assim te chamam. Mas se tens pouca disposição para isso, por que enganas a cidade? Por que consentes em chamar a atenção como um herdeiro? Vai-te embora daqui para Tarquínios ou Corinto; recuar para a tua estirpe, mais semelhante ao irmão do que ao pai” (Tito Lívio, *Ab Vrbe Condita*. I, XLVI-XLVIII) – “Si tu is es cui nuptam esse me arbitror, et virum et regem appello; sin minus, eo nunc peius mutata res est quod istic cum ignavia est scelus. Quin accingeris? Non tibi ab Corintho nec ab Tarquiniis, ut patri tuo, peregrina regna moliri necesse est: di te penates patriique et patris imago et domus regia et in domo regale solium et nomen Tarquinium creat vocatque regem. Aut si ad haec parum est animi, quid frustraris civitatem? Quid te ut regium iuvenem conspici sinis? Facesse hinc Tarquínios aut Corinthum; devolvere retro ad stirpem, fratri similior quam patri.” (Tito Lívio, *Ab Vrbe Condita*. I, XLVI-XLVIII).

A fúria de Túlia somava-se à inveja, incomodava-a o fato de Tanaquil, a mãe de Lúcio, uma mulher estrangeira, ter conseguido levar dois homens ao trono de Roma consecutivamente, o marido Tarquínio Prisco e Sêrvio Túlio. O ódio de Túlia estava acima do seu amor pela família, pois Tanaquil era avó tanto dela como de Lúcio, seu esposo, e o rei de quem desejava tomar o poder era seu pai e sogro de seu marido. Por fim, Lúcio invadiu o Senado e tomou, pela força, o lugar de Sêrvio. O rei foi assassinado pelos homens de Lúcio Tarquínio. Segundo Lívio, tal crime foi ideia de Túlia. Logo, após o assassinato de Sêrvio ela chegou ao Foro em uma carruagem, mandou Lúcio vir do Senado e chamou-o de rei. O marido ordenou-lhe que saísse daquele tumulto e que voltasse para a *domus*. No caminho de volta, o condutor da carruagem se deteve apavorado, freou e mostrou à Túlia seu pai Sêrvio que jazia trucidado. Como exemplo de uma mulher fria, sem limites, envolta em ambição política, tão carente da *pietas* filial, ela ordena que passe a carruagem por cima do corpo de seu pai, uma vez que se encontrava na rua (MITRAUD, 2007). Compreendemos, assim, que a personagem Túlia, ao contrário de Lucrecia e de Virgínia, não representa o comportamento ideal da matrona romana e ainda é guiada pela *ambitio* e *superbia*. Segundo Trumper (2012, p. 379), a representação de Túlia construída por Tito Lívio associa-se à participação da mulher na esfera doméstica e pública, mas essas ações, nesta narrativa, são guiadas por comportamentos desprovidos de virtude, direcionados aos desejos pessoais que se afastam dos valores familiares como a *gloria maiorum*.

disso, Ápio Cláudio do poder. Nestes dois episódios, a *Res Publica* estava ameaçada pelas necessidades e desejos corporais, um comportamento contrário àquele esperado do homem público romano, visto que tanto Tarquínio como Ápio Cláudio não levaram em consideração os interesses da coletividade, agiram desmedidamente e, portanto, afastaram-se dos valores do *mos maiorum*.

Tal como sustenta Ellen Snyder (2011), ao representar o ideal de matrona romana e ter sua *pudicitia* violada pelo estupro, a narrativa de Lucrecia marca o declínio dos costumes romanos. A partir da leitura de Lívio compreendemos que a história da matrona articula a relação entre violência sexual¹⁰⁶ e fundação. Importante mencionar que a morte voluntária acometida por Lucrecia, além de ser um ato contra sua violação moral e corporal, é entendida como o meio pelo qual a matrona corrompe a possibilidade de gerar um filho de uma linhagem etrusca e tirânica. Sendo assim, o corpo de Lucrecia controla o desdobramento da narrativa (MATTHES, 1964) e, com sua morte, sucedem simultaneamente o caos e o retorno à ordem. A narrativa de Virgínia segue o mesmo percurso, pois, em decorrência de uma possível violação sexual, a morte foi um modo de preservar a *pudicitia* e garantir a liberdade de Virgínia.

Dessa forma, a violação do corpo destas personagens representa, a partir da leitura de Tito Lívio, a possibilidade para compreender as transformações políticas, uma vez que motiva os cidadãos romanos contra o poder despótico e incita modelos de comportamentos virtuosos para as mulheres republicanas. Lucrecia e Virgínia exemplificam a virtude feminina sem ser uma ameaça à masculinidade; porém, são as duas personagens femininas que criam

¹⁰⁶ As violências sexuais sofridas por Lucrecia e por Virgínia representaram uma agressão à *domus* e à família das personagens, significaram uma agressão, um desregramento afastado das práticas de virtudes cívicas. Além disso, cabe lembrar que o estupro era uma relevante forma de atuação durante o período de guerras. Interessante lembrar que, em 387 a.C., quando Roma foi conquistada pelos gauleses e várias mulheres romanas correram o risco de serem vítimas desses invasores, os romanos criaram o estratagema de enviar numerosas escravas ao acampamento dos inimigos (WEEBER, 2003, p. 431 *apud* CANELA, 2012, p. 15-20). Ainda no que tange à guerra, é possível fazer referência, a partir da leitura de nosso documento, do legendário início de Roma, com o rapto das sabinas (Tito Lívio, *Ab Vrbe Condita*. I, IX -X-XI), classificado como violência sexual, legitimado, desta feita, por um contexto militar caracterizado como “medida de emergência” de Roma, em razão da carência de mulheres. O rapto foi essencial para assegurar a continuidade da população da nova cidade (CANELA, 2012, p.16). Em vista destes aspectos, observamos que o primeiro livro da *Ab Vrbe Condita* de Tito Lívio trata da violência sexual, precedendo a maior parte dos grandes eventos políticos; como exemplo disto, tem-se o caso do estupro da Virgem Vestal Rea Sílvia por Marte, gerando Rômulo, o fundador de Roma. Ariete (1997, p.209 *apud* CANELA, 2012) destaca a relevante relação existente, na literatura, entre política e estupro. A violência contra Lucrecia derrubou a monarquia e estabeleceu a República. O rapto das sabinas permitiu o estabelecimento e a manutenção de uma cidade; embora estas histórias nos mostrem que o estupro, como marco para a ocorrência de transformações políticas, certamente também demarca um aspecto de aversão pela sua prática, repulsa que se desdobrava no indivíduo sofredor da violação, e pelos próprios familiares, uma vez que violava o *mos maiorum*, a *domus* dos membros familiares. Tal característica nos parece relevante ao percebemos como Brutus recebe apoio da plebe rumo à vingança e expulsão dos Tarquínios de Roma. E mesmo Virgínio que conduz, por meio de seu discurso, o povo a reivindicar justiça perante os desmandos de Ápio Cláudio.

condições para a construção do homem virtuoso (MATTHES, 1964). No funeral de Lucrecia, o corpo da matrona foi levado para o fórum; em nosso entender, a própria exibição simbólica de seu corpo, após a morte voluntária, deveria motivar os cidadãos romanos contra monarcas despóticos e, em igual proporção, incitar comportamentos femininos à prática da *uirtus*. Vê-se, então, a virtude feminina em consonância com a masculina, de modo que, tal como entendemos, a representação de Lucrecia criava condições para a atuação virtuosa de Lúcio Bruto. Em seu funeral, quando seu corpo seguia em procissão ao Fórum, já que se tratava de uma aristocrata, Lúcio Bruto jurou vingar-se de Tarquínio e de sua prole. De acordo com suas palavras:

por este sangue castíssimo antes da ofensa do filho do rei, eu juro, e vos tomo, oh! deuses, como testemunha, que, a partir de agora, ei de perseguir Lúcio Tarquínio, o soberbo juntamente com a sua esposa criminoso e toda a descendência de seus filhos com a espada, o fogo ou qualquer outro meio de coerção possível, pois não ei de permitir que eles, ou qualquer outro, possam reinar em Roma (Tito Lívio. *Ab Urbe Condita*, I, LIX).¹⁰⁷

Tal como supõe a passagem acima, o discurso de Brutus, juntamente com o corpo da matrona sendo levado ao fórum, indica quão necessária é a prática das virtudes para a promoção da memória social da família. Não havia espaço para lágrimas, porque Lucrecia em função de sua *uirtus* merecia ações que a vingassem, à medida que o sangue e o punhal de seu suicídio tornaram-se as ferramentas que restauraram a força, a masculinidade de Brutus. Neste episódio da narrativa, compreendemos a relevância do cerimonial funerário, posto que a partir dele os enlutados propagariam sua reputação com *laudatio funebris*, os rituais e os monumentos funerários, objetivando veicular uma memória familiar (HOPE, 2003, p.115). Portanto, a procissão funerária¹⁰⁸ de Lucrecia é parte deste momento, demonstrando o capital

¹⁰⁷ "Per hunc" inquit "castissimum ante regiam iniuriam sanguinem iuro, vosque, di, testes facio me L. Tarquinium Superbum cum scelerata coniuge et omni liberorum stirpe ferro igni quacumque dehinc vi possim exsecuturum, nec illos nec alium quemquam regnare Romae passurum." (Tito Lívio. *Ab Urbe Condita*, I, LIX).

¹⁰⁸ Esse momento ritualístico fundamenta-se na agregação e celebração dos mortos destinados à produção de uma memória social (HUSKINSON, 2007; ERKER, 2011; HOPE, 2011). A morte tem uma função social, o ritual, o monumento ao morto e as inscrições funerárias pretendem comunicar a memória do morto. Neste sentido, Erker nos acrescenta que os costumes funerários permitiam, desta feita, lembrar os mortos e os próprios cidadãos de práticas comuns na sociedade (ERKER, 2011, p. 40). Trata-se de verificar, como bem acentuou Hope (2003), que as práticas funerárias são antes de mais nada uma manutenção da memória no mundo romano (HOPE, 2003). A autora propõe que as formas de manutenção da memória com os valores intrínsecos ao *mos maiorum* romano estavam relacionadas com o modo de perpetuação dos rituais, o modo como os textos e discursos seriam articulados e proferidos, demarcando também a manutenção dessa memória. Hope (2003) parte da perspectiva de que a memória funerária romana tinha seu papel no espaço coletivo e individual, estabelecendo a comunicação com os vivos que compartilhavam o momento funerário na intenção de preservar e comunicar a

simbólico familiar e garantindo a manutenção da sociabilidade do morto pelo discurso proferido em sua homenagem, pelos retratos e pelas máscaras. O momento funerário¹⁰⁹ era relevante para o morto e para a sua família, na medida em que possuía um caráter funcional e simbólico para a família do morto.

Entendemos, assim, que a morte no discurso liviano transformava-se em uma “lembrança ritual” (HOPE, 2003, p. 115); logo, a morte e mesmo a vingança supõem, tanto na narrativa de Lucrecia e como na de Virgínia, a produção social de memória. Assim como salienta Tito Lívio, o episódio de Virgínia é também peculiar para compreendermos a representação do ato de vingança, à medida que o pai (Virgínio) mata a própria filha para libertá-la de uma violência desonrosa. A dor de Virgínio transforma-se em um ato de vingança, pois promovia a morte justificada de sua filha; dessa forma, segundo suas palavras,

Ápio, por este sangue amaldiçoa a ti e a tua cabeça. [...] Tendo as mãos para o alto e dirigindo-se a seus camaradas, lhes pedia que não deixassem de imputar o crime de que era responsável Ápio Cláudio, nem lhe voltassem a espada como autor do parricídio de sua filha; a vida de sua filha havia sido mais querida que a sua própria vida; podia viver livre e pura, mas ao ver que seria arrebatada como escrava para ser desonrada, lhe parecia [a Virgínio] perder a filha pela morte antes que pela desonra, e por piedade se lhe condenavam por crueldade, [Virgínio] não havia sobrevivido a morte de sua filha se não porque tinha a esperança de vingar sua morte com a ajuda de seus companheiros de armas (Tito Lívio. *Ab Urbe Condita*, III. L).¹¹⁰

Há, conseqüentemente, nas narrativas de Lucrecia e Virgínia, uma relação de complementaridade entre a exibição do corpo de uma mulher e os efeitos das palavras de um homem. É preciso que se ressalte que o sentimento de dor, o grito e a lamentação vão contra

memória do morto para seus familiares. A memória era um elemento essencial que estava ligado a um dos castigos públicos, a *damnatio memoriae*, na qual a memória do indivíduo estaria comprometida e condenada. Vê-se que as disposições de praticar a memória auxiliavam a perpetuação dos comportamentos dos cidadãos e, por conseguinte, de sua *domus* e família, já que no mundo romano a família preservava, redefinia e estruturava os papéis de condutas cívicas direcionadas à comunidade; portanto, dignas de serem lembradas pelas práticas de manutenção da memória (HOPE, 2003).

¹⁰⁹ Referências de estudos sobre o ritual funerário: FUNARI, 2008; HOPE, 2011, 2005; REIS, 1991; LORAUX, 1994; PLASS, 1995; RAWSON, 1992; VERNANT, 2001; BROWN, 2001; ARIÈS, 2001; ELIAS, 2001; ECKARDT & WILLIAMS, 2003; CARROL, 2006, 2011; HUSKINSON, 2007; IRIARTE, 2007; STERN, 2008; WALLACE-HADRILL 2008 e 2008; FUNARI, 2008; ELSNER & HUSKINSON, 2011; ERKER, 2011.

¹¹⁰ “Appi, tuumque caput sanguine hoc consecro. Supinas deinde tendens manus, commilitones appellans orabat ne quod scelus Ap. Claudii esset sibi attribuerent neu se ut parricidam liberum aversarentur. Sibi vitam filiae suae cariorum fuisse, si liberae ac pudicae vivere licitum fuisset: cum velut servam ad stuprum rapi videret, morte amitti melius ratum quam contumelia liberos, misericordia se in speciem crudelitatis lapsam; nec superstitem filiae futurum fuisse, nisi spem ulciscendae mortis eius in auxilio commilitonum habuisset.” (Tito Lívio. *Ab Urbe Condita*, III. L).

os ideais romanos de masculinidade e autocontrole do cidadão, uma vez que essas “emoções fortes” tornavam-se incompatíveis aos princípios de uma vida equilibrada e dos valores romanos (ERKER, 2011, p. 49). Segundo Maureen Carrol (2006, p. 16), era a família a maior interessada em perpetuar a memória do morto. Logo, tendo suas ações direcionadas à comunidade cívica, tanto Brutus quanto Virgínio, cada qual em seu contexto, partem para cumprirem o ato merecido por Lucrecia e Virgínia — a vingança¹¹¹ — ao invés de lamentarem-se.

Nesse sentido, a morte destas personagens revelava-se não apenas como uma retórica mortuária, mas exprimia-se como um produto social, anunciador de conflitos e tensões ocorridos nas esferas de poder. Consideramos, assim, que os discursos de vingança proferidos por Brutus e por Virgínio incitam a comunidade cívica à ação, pela preservação da memória destas mulheres que foram exemplos de virtude no trato do corpo feminino e do corpo social, em que estavam inseridas (JOSHEL, 2009). Em vista disto, Milnor (2009) argumenta que mulheres como Lucrecia e Virgínia são úteis para os historiadores romanos, como forma de caracterizar os homens ao seu redor e, nestes episódios da narrativa de Tito Lívio, as atitudes da matrona e da plebeia se refletem em sua *domus* e nos atos de seus familiares. Sendo assim, verificamos que a presença das mulheres na vida pública foi utilizada na historiografia romana para representar tanto a degeneração dos valores sociais tradicionais como também as representações das práticas de virtudes cívicas no ambiente doméstico e no espaço público. Em outras palavras, a Lucrecia de Lívio mantém a virtude feminina conservando-se casta, mesmo após o estupro, já que faz a opção pela morte voluntária, e Virgínia, juntamente a seu pai, prefere a morte a ser desonrada antes da consagração do matrimônio.

Assim, tornam-se modelos de feminilidade doméstica e também pública. Suas mortes transformam-se em um precedente para outras mulheres, pois, ao que tudo indica, o discurso de Tito Lívio parece preocupar-se com o papel feminino na manutenção da *Res Publica* (MILNOR, 2009, p. 282-283), à medida que suas ações extrapolam o espaço da

¹¹¹ Segundo Eva Cantarella, o instinto e a prática da vingança era um ato pertencente na cultura romana, isto é, a vingança possuía um papel importante, considerada em algumas situações uma prática nobre— como a vingança praticada por Brutus a Sexto Tarquínio e a de Virgínio contra Ápio Cláudio, em decorrência do estupro de Lucrecia e da tentativa de violação de Virgínia; logo, em nossa análise, a vingança efetuada pelos personagens Brutus e Virgínio pune os violadores de Lucrecia e de Virgínia, ambos os atos corruptíveis são levados a público e pela coletividade Brutus e Virgínio, em contextualizações diferentes, assumem o papel de vingadores. Lembremos que a vingança, sob algo acometido a um ente querido, era destinada à família pelo próprio Senado, pois o crime cometido contaminava toda a família, então, a esta resguardava-se o direito de limpar sua honra (CANTARELLA, 1996, p. 288-293).

domus. Força e coragem tornam-se símbolos de feminilidade a serem lembradas na comunidade política (MILNOR, 2009, p. 282- 283).

Nesse ponto, as contribuições de Tom Stevenson (2011) são relevantes ao demonstrar como Tito Lívio utilizou personagens femininas como expressões de papéis sociais nas “representações de mulheres que não medem esforços, em nome de suas famílias, para a estabilidade – ou a salvação – de Roma” (STEVENSON, 2011, *apud* BELTRÃO, 2013, p. 118). As mulheres estavam engajadas e interferiam na vida religiosa,¹¹² política e social da *urbs* – e não apenas de suas famílias (BELTRÃO, 2013, p. 119).

De acordo com essas perspectivas, consideramos que ao estudar Tito Lívio estabelece-se um propósito de compreender a utilidade dos exemplos, das virtudes essenciais aos romanos, como a *fides*, a *pudicitia* e a *castitas* (Tito Lívio. *Ab Urbe Condita*, I, XV; XVIII\XIX\XXI), cruciais aos comportamentos femininos (Cf. MARQUES, 2007; BAUMAN, 1992; CHAPLIN, 2000; EDER, 2005; SNYDER, 2011; OLGIVIE, 1965; DAVIES, 2004). Acrescenta-se a essas discussões a leitura de Francesca Cenerini (2002, p. 28), ao pontuar que a narrativa liviana preocupou-se em transmitir os modelos de comportamentos esperados em uma matrona. Essas mulheres, idealizadas por Lívio e representadas nas personagens de Lucrecia e de Virgínia, se ocupavam da estruturação e manutenção de sua *domus*; no entanto, também influenciavam e participavam da vida pública, não só por representarem a virtude cívica associada às matronas romanas – *castitas* –, mas, sobretudo, por promoverem o discurso institucional romano. Isto é, por suas condutas preservavam a descendência legítima e os comportamentos sociais que promoveriam e garantiriam o matrimônio como espaço de atuação cívica (CENERINI, 2002, p. 29).

As ações de Lucrecia e de Virgínia – representadas por seus autocontroles em função da violação e, por conseguinte, de suas mortes – deviam ser lembradas como a imagem de *castitas*, *pudicitia* e *pudore* (CENERINI, 2002, p.29); um excelente recurso retórico que explorava, de fato, a prática da *uirtus* feminina em consonância com os *mos*

¹¹² A participação ativa das mulheres na manutenção da *Res Publica* pode ser percebida em vários episódios de *Ab Vrbe Condita*. Por exemplo, na esfera religiosa há referência ao episódio da *Fortuna Muliebris* (Tito Lívio, *Ab Vrbe Condita* II, 39-40). Tito Lívio, a partir deste episódio relata a intervenção das matronas romanas na guerra entre romanos e volscos; no contexto do episódio do Coriolano (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*, II, XXXIX-XL), a *supplicatio* das matronas e o êxito ao evitar o conflito entre os exércitos permitem-lhes a fundação do templo e a instituição do culto e do festival à *Fortuna Muliebris*. Trata-se de uma narrativa que demonstra o valor exemplar da “excepcionalidade” da intervenção feminina no espaço público, visando à paz e à salvação de Roma, pois, embora não pudessem “defender Roma pelas armas (*armis*), as matronas a defenderam com suas preces e suas lágrimas” (*precibus lacrimisque*) (BELTRÃO, 2013, p. 112). Compreendemos que este episódio, descrito por Lívio, assim como as narrativas de Lucrecia e Virgínia são significativos para a análise do papel das matronas na Roma augustiana.

maiorum. Interessante observarmos que tanto Lucrécia quanto Virgínia defendem, por meio de seus comportamentos, a instituição do matrimônio, questão peculiar, já que as reformas e reivindicações da política augustiana deram especial atenção à regulamentação do matrimônio, destacando, assim, a família e sua memória como elementos de composição do espaço público (WALLACE-HADRILL, 2008, p. 47), logo do *mores* romano. É neste sentido que a narrativa de Tito Lívio associou-se às perspectivas de ressignificação por parte da política de Augusto. Ora, Lívio transmitiu, por meio de suas personagens, aquelas virtudes esperadas de uma matrona, dando destaque para a constituição do casamento como instituição direcionada à promoção da *Res Publica*. Em nossa percepção, Tito Lívio destaca o papel central das mulheres na manutenção do matrimônio; ao historiador interessa salientar a conduta de Lucrécia e Virgínia como exemplos e símbolos de feminilidade a serem lembradas na comunidade política (HALLETT, 2012, p. 380).

Diante destas discussões, compreendemos que o matrimônio¹¹³ à época de Augusto teve especial atenção, uma vez que a instituição matrimonial representou poder e prestígio social para a comunidade cívica (RAWSON, 1992, p. 18). Constituir o casamento foi, de fato, estabelecer a divisão dos papéis, isto é, a esposa incorporava a reputação de guardiã da sua família e, portanto, da legitimidade de seu esposo — *pater familia* — à medida que a família romana representava uma unidade social, política e identitária. Tal como pontua Judith Hallett (2012, p. 377), a legislação matrimonial, implementada por Augusto, fez-se sintomática como elemento de destaque cívico, uma vez que pelo advento do casamento se estabeleceriam relações políticas, sociais e também a dimensão do afetivo, visto que a harmonia da relação conjugal e o estabelecimento dos papéis resultariam, em diversos aspectos, no respeito entre o *pater familia* e a matrona. Neste sentido, consideramos que o casamento serviu como uma forma de promoção social (OMENA, 2009, p. 8), de estabelecimento de relações que contribuiriam ou não para a *Res Publica*. Percebemos que a regulamentação do matrimônio à época de Augusto inseria-se na ressignificação das condutas (ZANKER, 1992, p. 190) que, no âmbito familiar, pudessem se traduzir em *exempla*; tendo em vista a reformulação da sociedade diante dos conflitos e incertezas advindos do período das guerras civis. Esta perspectiva pode ser lida no seguinte excerto do poema de Horácio:

Em guerras civis absortas, a nossa *urbs* quase destruíram [...]. Gerações em culpa fecundas primeiro poluíram as núpcias, a família, as casas; desta fonte

¹¹³ Para uma compreensão das leis matrimoniais instituídas por Augusto, consultar páginas 85 e 86 do capítulo II.

correu a desgraça, que se espalhou pela pátria e pelo povo. Regozija-se a madura virgem ao aprender os movimentos das danças jônias, agora já treinada na artimanha, desde a tenra infância planeando devassos amores. Em breve, enquanto bebe vinho o marido, já ela procura amantes mais jovens: e não será nem à pressa nem ao acaso, que, de luzes apagadas, suas proibidas delícias há de oferecer (Horácio, *Odes*. III, VI).¹¹⁴

Pelo discurso Horaciano, compreendemos que a instituição matrimonial e as relações no seio familiar encontravam-se desvinculadas dos valores e princípios do *mores* romano; as condutas desregradas, guiadas pelo excesso e pelo contentamento pessoal colocavam em prejuízo a existência da *concordia* na *urbs*. Diante desta conjuntura, Augusto passou a incorporar os discursos morais e sociais (e.g. Horácio e Tito Lívio) como dispositivos para legitimar suas medidas civis, tais como as que regulariam as relações no casamento, de modo a acentuar a relevância dos laços familiares, a promoção dos cônjuges e, em algumas circunstâncias, a família como a *gloria maiorum*. Logo, o advento do matrimônio defendido por Augusto e divulgado por suas medidas cívicas e pela literatura (Tito Lívio, Horácio, Ovídio) foi aquele vinculado à promoção da família e da comunidade cívica. Como observamos, tanto no discurso de Tito Lívio quanto no de Horácio há a valorização das virtudes que deveriam regular o casamento e daquelas inerentes às boas matronas romanas, como o consentimento dos pais para o casamento, a manutenção da descendência legítima, a confiança e a obediência aos conselhos do marido, o cuidado para não se precipitar no divórcio (o qual era mal visto pela moral tradicional) e a repulsão de desejos destrutivos, como a inveja, a astúcia excessiva a ambição e a luxúria. Assim, os papéis no casamento não representavam a submissão, mas o diálogo e as articulações de poder, de forma a garantir a estabilidade política, visto que afirmava as uniões entre as famílias e, ao mesmo tempo, garantia sua continuação segundo os valores do *mos maiorum*.

Interessa-nos observar como a honra do *pater familias* e da matrona legitimavam sua família¹¹⁵ e sua *domus* a partir de comportamentos que estivessem em consonância com o *mos maiorum*. Na *domus* estabeleciam-se articulações e negociações, pois, como lembra

¹¹⁴ “Fecunda culpa saecula nuptias primum inquinauere et genus et domos: hoc fonte deriuata clades in patriam populumque fluxit. Motus doceri gaudet Ionica matura uirgo et fingitur artibus, iam nunc et incestos amores de tenero meditatur ungui. Mox iuniores quaerit adulteros inter mariti uina, neque eligit cui donet inpermissa raptim gaudia luminibus remotis.” (Horace. *Odes*. III, VI).

¹¹⁵ A família romana agrupava pessoas sujeitas ao poder (*potestas*) de um membro masculino do grupo, o *pater familias*, ou seja, mulher, filhos, escravos, etc. Não significava que eram efetivamente parentes, embora fosse possível coincidir, como ocorria nas famílias pobres que não tinham escravos. A *domus* simbolizava a casa, mas era usada também para se referir à unidade familiar básica – pai, mãe e filhos – que representava a linhagem e o parentesco.

Richard Saller, a *domus* indicava poder e conduzia a uma vida pública ativa (SALLER, 1984, p. 352-355). Fatores religiosos, políticos e sociais contribuíam para o valor da *domus* como um símbolo para os romanos, à medida que a casa romana possuía uma aura sagrada em função dos cultos familiares (SALLER, 1984, p. 350).

Nesse sentido, consideramos que Tito Lívio construiu a reputação da *domus* de Augusto indicando, em especial, a valorização de Lucrecia e Virgínia ao associá-las à imagem masculina de *vir* (homens) com a *uirtus* (TAKÁCS, 2009, p. 05); com isso, incorporou a coragem e a glória eterna em função de suas mortes. Em nossa percepção, a morte valorosa das personagens de Tito Lívio transformou-se em uma ação retórica, à medida que suas ações revestiram-se de um significado moral. Por estas vias, o historiador paduano conduziu seus leitores ouvintes a um ideal de matrona romana, que, em função de sua família e honra, preferiram a morte.

Sendo assim, os membros que estavam inseridos no espaço matrimonial, como as mulheres, contribuíam para a posição social e promoção de sua família. Partimos da premissa de que a família e sua *domus* superavam a ideia de uma estrutura física, representavam, assim, um espaço de compartilhamento de condutas cívicas a serem incorporadas à *Res Publica* – tal como vislumbramos na narrativa de Lucrecia e na de Virgínia. Compreendemos, acerca disso, que o passado tinha um peso legitimador para as ações no presente e Tito Lívio, inserido na época do governo de Augusto, demonstra, por meio de suas narrativas, as ações desmedidas de Sexto Tarquínio e de Ápio Cláudio. Temos, portanto, um discurso moral implícito nestas narrativas, as quais produzem imagens de uma sociedade excessiva e corruptível. Deste modo, Tito Lívio construiu representações femininas associadas às virtudes – força e coragem–; visto desse modo, a retomada discursiva de Lívio sobre as condutas femininas encontra-se associadas à comunidade política, pois, dadas às suas posições sociais, influenciavam a esfera pública.

Isso nos leva a crer que a *Ab Vrbe Condita* de Tito Lívio representa um espaço privilegiado para discutir as condutas sociais femininas direcionadas à manutenção das relações familiares e à preservação da instituição matrimonial. Portanto, a escrita teve uma função social, ao veicularem comportamentos cívicos que se associavam às perspectivas de reivindicação e renovações sociais de seu tempo (Cf. EHRHARDT, 2008). Como acrescenta Joy Connolly (2009, p. 181-184), a narrativa historiográfica latina é moldada pela sua relação com a memória e seu papel didático na instrução e formação para a prática política e social. Neste sentido, o historiador latino compreendia que pertencer e participar da sociedade

implicaria, efetivamente, a normatização dos comportamentos sociais – diante da política, da família, das práticas religiosas e, em especial, das relações matrimoniais. A narrativa de Lívio produz, dessa forma, modelos de comportamentos que acentuam a ação social em torno da prática da *uirtus*; condutas estas essenciais à manutenção e *harmonitas* da *Res Publica* – tal como as ações e práticas religiosas que discutiremos no próximo tópico. Sendo assim, consideramos que a composição da *Ab Vrbe Condita* atuou como um laço renovador da comunidade, seguindo o modelo de refundação de Augusto (cf. MATTHES, 1964; ROLLER, 2009; CONNOLLY, 2009). Como argumenta Alain M. Gowing, Tito Lívio:

além de demonstrar, nitidamente, a ligação quase palpável entre texto, monumento, memória, lança luz sobre os motivos pelos quais a *Res Publica* devia ser lembrada. A memória transmitida por sua História prepara o leitor com o senso de certo e errado, conforme determinado ou exemplificado pelas ações dos antecessores, mas também nos conduz o que devia ser correto no presente. Sua história tem como objetivo olhar sobre os bustos de seus ancestrais (GOWING, 2005, p. 23).

3.3 - O ESPAÇO DO SAGRADO: AS PRÁTICAS RITUALÍSTICAS EM *AB VRBE CONDITA*.

Naquela época a equidade e o sentimento religioso de *Numa Pompílio* eram célebres. Ele, um homem extremamente versado em todas as leis divinas e humanas [...] desejou que também os deuses fossem consultados a seu respeito, assim como Rômulo, que assumiu o poder após ter tomado os augúrios para a fundação da cidade (Tito Lívio. *Ab Urbe Condita*, I, XVIII).¹¹⁶

A epígrafe supracitada sugere a relevância das práticas religiosas representadas em *Ab Vrbe Condita*, pois a observância dos augúrios e auspícios, tal como é notado no comportamento de *Numa Pompílio* (Tito Lívio. *Ab Urbe Condita*, I, XVIII), coloca em evidência a associação das manifestações religiosas no discurso institucional romano. Assim sendo, o monarca *Numa* incorpora a *pietas* a partir da obediência aos rituais – *relegere* –,

¹¹⁶ “Inclita iustitia religioque ea tempestate Numae Pompili erat. Curibus Sabinis habitabat, consultissimus vir, ut in illa quisquam esse aetate poterat, omnis divini atque humani iuris. [...] ccitus, sicut Romulus augurato urbe condenda regnum adeptus est, de se quoque deos consuli iussit” (Tito Lívio. *Ab Urbe Condita*, I, XVIII).

reestabelece a vinculação com as divindades pela comemoração e ritualização dos laços entre homens e deuses, bem como representa o ideal de comportamento social que expressava, em termos efetivos, a *uirtus* de uma comunidade cívica em função da manutenção de suas relações com os deuses por meio da prática ritualística. Nesse sentido, o discurso liviano apresenta a *religio* como um espaço privilegiado para a construção de condutas cívicas que reverenciam a vinculação da comunidade com as divindades, não apenas pela obrigatoriedade, mas pela dimensão de afetividade e respeito para com os deuses. Logo, o estudo das práticas religiosas nos possibilita compreender a relação entre as crenças e as formas ritualísticas, como elementos essenciais para a promoção da *concordia* na *urbs* e, por consequência, o ordenamento social na comunidade cívica.

A partir dessas premissas, traçaremos algumas reflexões sobre a relevância dos ritos religiosos (*sacra publica*), presentes no discurso de Tito Lívio (e.g. Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*, XXII, IV-IX; V, XV) como uma ação social, uma vez que os mesmos conduziam toda a vida cotidiana da *urbs*. Em nossa percepção, as práticas ritualísticas vinculavam a coletividade com as potencialidades divinas e, portanto, promoviam o ordenamento na *Res Publica*. Segundo Valerie Hope (2011, p. 177), os espaços da religiosidade possuíam uma importante função pública com seus templos, monumentos, inscrições e as imagens fúnebres, que, de fato, promoviam uma memória seletiva ao escreverem no tempo as experiências do passado e do presente. Com este viés interpretativo, acreditamos que a *argumentatio* de Tito Lívio indica as manifestações ritualísticas como espaço de interações sociais, já que se associavam às formas de comunicação social e política inscritas à época augustiana. Nosso objetivo com essas discussões é refletir o papel social dos ritos em Tito Lívio; para tanto, analisaremos as práticas rituais presentes no livro XXII e no livro V, em especial, aquelas concernentes à expiação e às *supplicationes* como um modo de aplacar a *ira deorum*.¹¹⁷

O episódio do livro XXII refere-se ao período do governo de Quinto Fábio Máximo, o qual, assim que fora nomeado pelo senado como ditador, institui como primeira medida a dedicação aos ritos religiosos, visto que a negligência das cerimônias e dos auspícios havia acarretado para os romanos a derrota na batalha do lago Trasimeno (217 a.C) (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*, XXII, IV-IX). Neste sentido, Quinto Fábio Máximo, como

¹¹⁷ Embora tenhamos privilegiado em nossas análises os ritos de expiação mencionados por Tito Lívio, consideramos relevante destacar que *Ab Vrbe Condita* é uma obra repleta de referências religiosas, como as notícias de fundações de templos (e.g. Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I. X-XIX) – (*Fortuna Muliebris* – Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*, II. LX), os rituais, as festividades (e.g. *uius fetialis* – Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I. XXXV) – (e.g. *Bacanalias*. Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*, XXXIX. VII/IX) e os registros de prodígios (e.g. Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I. VII).

meio de aplacar a cólera dos deuses, desejou que os mesmos fossem consultados a seu respeito, pois a guerra dos romanos com Aníbal teria ocorrido em decorrência do não cumprimento dos votos feitos ao deus Marte. Assim, segundo as palavras de Tito Lívio:

Na conformidade dos ritos e com maior amplitude impunha-se votar a Júpiter grandes jogos, um templo a Vênus Ericina e à Inteligência; proceder a suplicações, a um lectisternio, e dedicar uma primavera sagrada¹¹⁸ para o caso de se obter a vitória ou da [*Res Publica*] permanecer tal qual era antes da guerra. [...] Proclamados esses votos segundo os ritos, ordenaram-se preces. [...] Em seguida, os decênviros encarregados dos [ritos] celebraram um lectistérnio de três dias (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*, XXII, X).¹¹⁹

A narrativa de Tito Lívio acentua o episódio do ritual do *lectisternium* como um *remedium* à inobservância dos ritos aos deuses em meados da guerra contra Aníbal. Diante desta situação, Quinto Fábio Máximo delegou ao senado a organização das coisas ditas sagradas (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*, XXII, IX), de modo a evitar o caos e a desordem na *urbs*. Neste sentido, consideramos que o discurso de Lívio expressa o *lectisternium* como um ritual expiatório, que objetivava a *placatio deorum*, uma ação excepcional, um modo de reconexão com o espaço sagrado, o qual atingia toda a comunidade cívica. Tal como supõe o discurso liviano, a prática ritualística regia as relações entre seres humanos e o divino, pela comemoração das “[cerimônias] aos deuses [...] [como] forma de se aplacar os manes e decidir quais prodígios enviados pelos raios ou por outros fenômenos [que] deveriam ser reconhecidos e expiados” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*, I, XX).¹²⁰ A perspectiva de Tito Lívio revela-nos o papel das práticas de *piacula* (apaziguar), em que a ação ritual transforma-se em

uma ação coletiva, que se dá num tempo e lugar definidos e especiais, implicando a concentração de afetos e emoções em torno de um objeto que é

¹¹⁸ A primavera sagrada consistia em dedicar aos deuses determinados oferendas e sacrifícios, tais como os animais. Segundo Tito Lívio, com o objetivo de obter vitória em algum episódio da cidade, a comunidade romana dedica aos deuses uma “primavera sagrada”, a qual representa um modo de conexão com o sagrado pelo advento de cerimônias, oferendas, súplicas e construção de templos. O sacrifício indica um modo de religar, reconectar o homem com o divino, uma forma de agradecimento ou de pedir auxílio às divindades (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*, XXII, X).

¹¹⁹ “Qui inspectis fatalibus libris rettulerunt patribus, quod eius belli causa uotum Marti foret, id non rite factum de integro atque amplius faciundum esse, et Ioui ludos magnos et aedes Veneri Erycinae ac Menti uouendas esse, et supplicationem lectisterniumque habendum, et uer sacrum uouendum si bellatum prospere esset resque publica in eodem quo ante bellum fuisset statu permansisset. [...] Votis rite nuncupatis supplicatio edicta [...] Tum lectisternium per triduum habitum decemuiris sacrorum curantibus” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*, XXII, X).

¹²⁰ “nec caelestes modo caerimonias, sed iusta quoque funebria placandosque manes ut idem pontifex edoceret, quaeque prodigia fulminibus a Ioue quo visu missa susciperentur atque curarentur” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*, I, XX).

celebrado e [ritualizado] e cujo produto principal é a simbolização da unidade dos participantes na esfera de uma determinada identidade (GUARINELLO, 2001, p. 972-974).

Assim, em nosso entender, as manifestações ritualísticas referem-se não apenas aos sentimentos ou percepções individuais, mas, sobretudo, aos grupos sociais – à comunidade cívica, sendo um dos principais fatores que instituíam, consolidavam e mantinham a coesão e o ordenamento social, representando-os como uma ordem sagrada – pela manutenção da *concordia*. Logo, os ritos expiatórios (Cf. BELTRÃO, 2012) são singulares às nossas percepções, pois evidenciam as práticas ritualísticas como ações da vida quotidiana do romano. O discurso de Tito Lívio sobre o ritual expiatório na conjuntura da guerra contra os Veios (396 a.C.) torna-se assim como o rito do *lectisternium* (217 a.C.), relevante para nossas discussões, ao evidenciar a observância religiosa dada aos prodígios pelos romanos, a fim de obterem vitória na guerra contra os etruscos. Segundo Tito Lívio, nesta conjuntura de embate militar, em um lago da floresta de Alba, as águas se elevaram sem que estivesse chovendo ou outra coisa que pudesse retirar ao acontecido seu caráter miraculoso (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*, V, XV); por esta razão, a interpretação deste prodígio fazia-se necessária, sendo, portanto, enviados embaixadores a Delfos para consultar o oráculo. A este respeito Tito Lívio coloca em destaque a resposta do oráculo:

Romano, não deixes as águas de Alba represadas em seu lago. [...]. Poderás então escalar audaciosamente as muralhas dos inimigos, lembrando-te de que a vitória sobre essa cidade, sitiada por ti há tantos anos, te foi dada pelos destinos que foram revelados por mim. Terminada a guerra, vai como vencedor ao meu templo, levando uma rica oferenda. Restabelece todo o esplendor dos ritos religiosos [...], que atualmente se acham negligenciados (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*, V, XVI).¹²¹

A passagem acima sugere que a prática dos ritos estava intimamente ligada a todas as atividades de guerra e paz. Ademais, os interesses divinos se voltavam à promoção da estabilidade na *urbs* romana, tendo um papel ativo na cooperação com os homens (Cf. SCHEID, 2009; FEENEY, 1988). Dito de outro modo, a manutenção da *pax deorum* estava relacionada à conservação dos ritos religiosos, enquanto prática social, na qual os membros da

¹²¹ “Romane, aquam Albanam cave lacu contineri, cave in mare manare suo flumine sinas; emissam per agros rigabis dissipatamque rivis exstingues; tum tu insiste audax hostium muris, memor quam per tot annos obsides urbem ex ea tibi his quae nunc panduntur fatis victoriam datam. Bello perfecto donum amplum victor ad mea templa portato, sacraque patria, quorum omnia cura est, instaurata ut adsolet facito” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*, V, XVI).

sociedade buscavam desempenhar suas funções religiosas, de modo a manter sua ligação com os deuses. Entendemos, assim, que o discurso liviano ressaltava a importância de se ater à vontade divina, à medida que os deuses possuíam a capacidade de interferir na ordem natural, de modo a promover ou não a *concordia* na *urbs*. Logo, a garantia dessa *concordia* ultrapassava o nível da obrigatoriedade com as observâncias religiosas; antes de tudo, indicava a satisfação da comunidade romana em criar espaços de interação com seus deuses pela disposição dos ritos inseridos nas dimensões da memória e do poder.

Nesse sentido, as ações rituais incorporavam as *supplicationes* e a expiação (eliminação; expurgação) como um modo de obter auxílio dos deuses pela realização de orações ofertadas a alguma divindade. Ao suplicar e expiar, a comunidade cívica reconciliava-se com as divindades, a fim de garantir a permanência da comunicação entre humanos e deuses e, deste modo, promover a *pax* na *urbs*. Depreendemos que o ritual criava uma experiência afetiva entre a comunidade cívica e os deuses, pois tal como acentua Tito Lívio, “na conformidade dos ritos e com maior amplitude; impunha-se votar a Júpiter grandes jogos, [e] um templo a Vênus Ericina e à Inteligência.” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*, XXII, IX).¹²² A partir desta referência consideramos que os ritos expiatórios, realizados no advento da batalha do Trasimeno e da guerra contra os Veios, indicavam, de fato, o poder das divindades na *religio* romana, à medida que os elementos rituais – *supplicatio* – agiam sobre as sensibilidades; isto é, as orações dirigidas aos deuses funcionavam como mediação da presença divina, potencializando-se a experiência afetiva; dessa forma, proporcionavam a *concordia* entre homens, deuses e cidade. Tal como salienta Tito Lívio, a cidade era a morada dos deuses (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*.V. XXX), portanto, refletia o sagrado em sua espacialidade e em sua *ciuitas*, com a observância dos ritos religiosos que, em sua percepção, distinguiam Roma das demais cidades (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*.V. I).

Sendo assim, o discurso liviano incorpora as ações ritualísticas presentes nos dois episódios das práticas de *interpretatio* (dos auspícios, prodígios ou quaisquer fenômenos), de *supplicationes* (orações e preces que buscavam o auxílio dos deuses por meio de oferendas e outras formas de dedicação e observância religiosa) e de expiação – o modo como é efetuado a reconexão do indivíduo com o espaço do sagrado. Por estas três instâncias, entendemos os ritos expiatórios como um discurso institucional da cidade, “beneficiavam os cidadãos mesmo

¹²² “uod eius belli causa uotum Marti foret, id non rite factum de integro atque amplius faciundum esse, et Ioui ludos magnos et aedes Veneri Erycinae ac Menti uouendas esse, et supplicationem lectisterniumque habendum” (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*, XXII, IX).

que não estivessem fisicamente presentes na sua realização e organização” (BELTRÃO, 2012, p. 38). Desse modo, os cidadãos agiam religiosamente segundo seu nível de responsabilidade pública (Cf. SCHEID, 2009), ou seja, a realização dos ritos inseria-se nas atividades obrigatórias da política romana, pois, de fato, a prática ritual representava aquilo que regularmente expressava “às honras tradicionais oferecidas aos deuses pela [pátria]” (BEARD; NORTH; PRICE, 1998, p. 216).

Consideramos assim que os rituais religiosos devem ser interpretados “como complexos sistemas cognitivos, pois expressavam uma mescla de conhecimento religioso, conhecimento ritual e conhecimento simbólico” (BELTRÃO, 2013, p. 123). Tal como visualizamos nas narrativas acima, o ritual designa um modo de ação, uma forma de celebrar as práticas religiosas expressas na terminologia *sacra* ou *caerimoniae*, à medida que o ritual apresentava gestos e comportamentos da vida quotidiana, cuja significação traduzia-se em honra, respeito, *pietas* e *fides* (SCHEID, 2009, p. 41). Acrescenta a estas perspectivas a seguinte definição de Michel Foucault (1996, p. 41):

O ritual define (...) os gestos, os comportamentos, as circunstâncias e todo o conjunto de signos que deve acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta quanto às palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor repressivo.

Em nosso entender, os ritos de caráter expiatório com as *supplicationes* indicam, a partir do discurso de Tito Lívio, práticas integrantes da vida social, já que “um repertório de rituais integra aos modos e meios pelos quais um povo comunica suas experiências” (BELL, 2006 *apud* BELTRÃO, 2011, p. 142). O ato ritual configurou-se, dessa forma, como um sistema culturalmente construído, um instrumento de comunicação simbólica que garantiria a glória da comunidade cívica, pois, segundo Tito Lívio, Roma como nenhuma outra pátria era dada à observância dos ritos religiosos (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*, V, I). Queremos, com isso, enfatizar que o discurso de Tito Lívio ressalta as representações das práticas ritualísticas direcionadas ao espaço institucional da cidade, uma vez que o campo do religioso definia os comportamentos sociais que expressavam a *uirtus* de uma comunidade cívica; deste modo, mantinham suas relações com os deuses (Cf. BELTRÃO, 2008, 2011; BEARD, NORTH & PRICE, 1998). Devemos ressaltar que o espaço religioso não se constituía apenas em crenças, mas em práticas de celebração, precisas e devotas aos ritos. Portanto, compreendemos que os ritos expiatórios, representados em *Ab Vrbe Condita*, configuravam-se como um conjunto de ações ritualizadas, expressivas, detentoras de uma dimensão simbólica; uma vez que se

transformavam em dispositivos de poder, propiciando sentido e unidade à comunidade cívica que compartilhava tais práticas sociais. Trata-se, sobretudo, de identificar como a religiosidade conduzia a comunidade cívica, de modo a ordenar as relações sociais, pois não se podia separar em esferas distintas a *ciuitas*, a natureza, a divindade, o homem e o poder, já que todas as ações humanas refletiriam a presença divina (NOGUEIRA, 2004, p. 23).

Em nosso entender, a religião romana foi antes de tudo uma prática direcionada aos espaços do poder (Cf. SCHEID, 2009, 2007; CHAMPEAUX, 2002), “alimentava a vida pública romana” (BELTRÃO, 2013, p. 248). Logo, compreendemos que a religião romana estava intimamente relacionada à dimensão política, na medida em que “separar política e religião não [seria uma] boa maneira de abordar o mundo romano, pois que não existiam categorias distintas.” (BELTRÃO, 2008, p. 17). Em outras palavras, os ritos tornavam-se indispensáveis para gerir as ações tanto por parte dos homens quanto por parte dos deuses (SCHEID, 2008, p. 49). Posto isto, acreditamos que as manifestações e práticas da *religio*, celebradas no espaço cívico da Roma de Tito Lívio, expressavam discursos institucionais que, de fato, se vinculavam à promoção da ordem social na comunidade romana.

Partindo dessas premissas, acreditamos que os ritos religiosos em Lívio indicavam um modo de comunicação com os deuses e com a comunidade, à medida que o sagrado refletiu-se, de fato, nas construções, nas inscrições e nas produções textuais do século I a.C. Deste modo, consideramos que as práticas ritualizadas configuraram-se como ações comemorativas e comunicativas; enquanto instrumentos por excelência, tais atividades permitem a análise das relações que se estabeleciam entre poder, *religio* e memória (GONÇALVES, 2008, p. 28). Ora, toda comunidade precisa de algo para celebrar; assim, a ação/a prática ritualística, representada em *Ab Vrbe Condita*, divulgou mensagens, imagens e símbolos, os quais auxiliaram no controle social, na construção, na transmissão e na reiteração de memória e identidade social (Cf. GUARINELLO, 2001).

Sendo assim, compreendemos que a ritualização possuía uma “importância para as sociedades que as praticavam, compreendiam um elemento essencial da sua cultura” (BUSTAMANTE, 2011, p. 1-2). Deste modo, por intermédio das ações rituais, cada sociedade construía e transmitia representações sobre as divindades e a ordem das coisas. A este respeito, Scheid (2009, p. 29-35) propõe que em todo o lugar havia o exercício de poder e reciprocamente existia o lugar religioso para as práticas ritualísticas. Portanto, ritualizar implicava a expressão de símbolos, gestos, emoções e ações, ao mesmo tempo criava uma experiência afetiva entre comunidade cívica e espaço do sagrado.

Nesse sentido, a obra de Tito Lívio é um lugar de poder e, conseqüentemente, um espaço privilegiado de referências das condutas religiosas na Roma augustiana, visto que a religião foi um aspecto fundamental no governo de Augusto, uma vez que o *princeps* relacionou sua imagem à reestruturação e ressignificação das práticas religiosas, demonstrando, assim, a *pietas* em suas ações. Segundo Scheid (2007, p. 187), as iniciativas religiosas eram parte concomitante das perspectivas políticas de Augusto. Nesta conjuntura, produzir imagens de piedade significava reivindicar a tradição, as instituições e as construções; logo, respeitar os deuses e, com isso, promover a *pax deorum*.

A política de atenção religiosa, implementada por Augusto, indicou uma mescla entre tradição e inovação no que tange à observância religiosa (Cf. GALINSKY, 2007; SCHEID, 2007), posto que o *princeps* era visto como aquele que promoveria a manutenção dos ritos antigos e teria o cuidado necessário em celebrar e comemorar as honras e ritos devotados aos deuses, pois os interesses divinos se voltavam à promoção do sucesso da *urbs* (BELTRÃO, 2008, p. 16). Como afirma Scheid (2007, p. 177), a chamada reestruturação promovida por Augusto, em relação aos ritos religiosos, não se daria através de uma mudança radical, mas seria uma reação contra a negligência aos deveres rituais e à conservação dos templos, devido às agitações das guerras civis dos anos anteriores.

Seguindo esta linha de raciocínio, entendemos que o discurso referente à negligência e esquecimento das tradições religiosas, tornou-se, de fato, um dispositivo de poder ao permitir a associação de Augusto à imagem de restaurador das práticas religiosas. A partir da aceitação dessa imagem de mantenedor das relações sociais para com as divindades, Augusto empreendeu a reestruturação e construção de diversos templos, em especial o de Apolo (28 a.C.) e o de Marte (2 d.C.), tendo em vista que a observância religiosa era responsável pela manutenção da ordem civil na *Res Publica*. Dessa forma, a reconstrução de templos era vista como um retorno à estabilidade pela promoção da *concordia* na comunidade cívica romana (GALINSKY, 2007, p. 74).

Nesse sentido, consideramos que, assim como a ressignificação das virtudes cívicas e das relações matrimoniais, a religiosidade também se tornou um espaço de atuação do poder, pois conduzia as ações da vida coletiva na cidade e, portanto, promovia a *Res Publica*. Diante destas perspectivas, compreendemos que as medidas e condutas religiosas, realizadas por Augusto, criaram condições para que se divulgasse um discurso de *concordia*, o qual conduziria o bom funcionamento da *urbs* na paz e na guerra, pois a promoção da *uirtus*, da *concordia* (e.g. Tito Livio. *Ab Vrbe Condita*, V, XXVIII-LV) era também a promoção da comunidade cívica. É imprescindível mencionar que, além dos dispositivos

textuais, tal como a narrativa histórica de Lívio, a *domus* de Augusto promovia nos suportes arquitetônicos representações da *concordia*. Por exemplo, Lúvia mandou construir um *porticus* dedicado à *Concordia Augusta* em 7 a.C. em um bairro de Roma; o interessante é que, como propõe Eve D’Ambra (2012, p. 400-409), a *concordia* aparece também no mesmo período em províncias romanas, da mesma maneira que em Pompeia. Nesta cidade, temos uma mulher chamada Eumáquia, filha de *Lucius* e sacerdotisa pública, que, às suas expensas, mandou construir um edifício dedicando-o à *Concordia et Pietas* de Augusto. O que evidencia, não somente o importante papel da personagem como representante da elite local de Pompeia, mas, sobretudo, a promoção da *concordia* augustiana a partir da manutenção dos ritos religiosos, na correta relação entre *pietas* e *fides*.

Com estas discussões, partimos do pressuposto que a escrita liviana esteve associada às demandas de seu contexto histórico, pois ao indicar a relevância das cerimônias religiosas a partir da prática dos ritos de expiação expressou àqueles comportamentos que garantiriam a *pax deorum* ou àqueles que pela não ritualização e devoção aos deuses gerariam a *ira deorum* (LIEBESCHUETZ, 1967, p. 49-50). Há, assim, em *Ab Vrbe Condita*, comportamentos que poderiam produzir a *concordia* ou sua destruição na *urbs*. Em nosso entender, as representações ritualísticas no discurso de Lívio estavam associadas às relações de poder, já que seus rituais promoviam e garantiam a “sustentabilidade” – manutenção da cidade e do poder imperial (CHAMPEAUX, 2002, p. 11). Por este ponto de vista, consideramos que o espaço religioso romano é, sobretudo, um acontecimento da cultura, presente em todos os lugares na vida quotidiana, na arte, nas construções, na literatura e na mitologia (CHAMPEAUX, 2002, p. 117). Sendo assim, a religião era a expressão da *uirtus pietas* e *fides*, de modo que a comunidade, por isso, se ligava à esfera sagrada; os deuses, por sua vez, demonstravam sua *pietas*, benevolência e onipotência concedendo *pax* e auxílio aos homens em suas ações/práticas sociais (CHAMPEAUX, 2002, p. 15).

Como podemos notar, os ritos religiosos em Tito Lívio como produtos da realidade social exprimiam a conexão entre homens e deuses, por meio dos comportamentos sociais – em específico aqueles que promoviam a *concordia* na relação com a comunidade na política, na guerra e na vinculação com o espaço do sagrado. A este respeito Denis Feeney (1998, p. 120) pontua que a literatura tal como *Ab Vrbe Condita* refletiu bem as interações e representações religiosas do contexto augustiano, isto porque a *religio* foi um sistema de comunicação entre homens e deuses; logo, discutir os elementos da ritualidade é definir, sobretudo, os comportamentos, as virtudes e as práticas que deveriam compor a *laus* da

cidade de Roma. De acordo com Scheid (2007, p. 177), as reivindicações e ressignificações das práticas religiosas presentes na *Ab Vrbe Condita* se uniram a tantos outros instrumentos (e.g. templos, festividades, estátuas, calendário religioso) no intuito de veicular a relevância dos rituais à época de Augusto, como dispositivos de poder direcionados às reivindicações da *Res Publica*. Visto desse modo, buscamos compreender de que modo o discurso liviano sobre a religiosidade, diante da associação com sua comunidade política, consagrava-a como uma ordem coletiva, um espaço privilegiado para a atuação cívica, tendo em vista que a prática da *religio* era indispensável à manutenção do equilíbrio na *urbs*, pois, de fato, construía e transmitia as representações sobre as divindades, suas simbologias e suas relações de poder. Em razão disso, o exercício da *religio* expressava e, ao mesmo tempo, criava um sentido de coletividade à comunidade cívica a qual se integrava.

Dessa forma, compreendemos pelas nossas análises que *Ab Vrbe Condita* esteve em plena associação com as práticas religiosas, pois os rituais representados na escrita liviana se transformaram em assuntos profícuos aos estudos históricos que objetivam relacionar a *religio* aos espaços de poder, de modo a promover a *Res Publica*. Com isso, terminamos nossas reflexões com as palavras de Lívio:

Se existisse entre nós o costume como existe entre os poetas, iniciariamos de modo mais agradável, de preferência com bons presságios, com votos e invocações aos deuses e deusas, suplicando para que concedessem resultados propícios à obra que ora se inicia (Tito Lívio. prefácio. *Ab Vrbe Condita* I).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao construirmos uma pesquisa histórica nos defrontamos com os vestígios de um passado, com as vivências, recordações e inquietudes dos homens de outrora. O trabalho do historiador consiste em transformar esses vestígios por meio da pesquisa em fontes que dão testemunho da história: esse é, portanto, nosso trabalho, dotar o passado de inteligibilidade por meio de questionamentos e a partir daí elaborar hipóteses sobre os acontecimentos e sobre os homens dos tempos distintos dos nossos. É nesse sentido que ao construirmos essa dissertação, com base em análise sobre a documentação – *Ab Vrbe Condita* de Tito Lívio, nos deparamos com a possibilidade de repensar a temática sobre os usos do passado e, a começar por isso, realizar uma leitura sobre a representação do passado romano a partir da ótica liviana.

Tal como discutimos ao longo desse trabalho, o passado construído e representado retoricamente na escrita de Lívio foi articulado à luz das condições e circunstâncias contemporâneas ao contexto do historiador, pois é inevitável a conexão entre a escrita e o contexto histórico, social e político. A produção historiográfica de Tito Lívio relacionou-se, deste modo, ao seu presente; assim, os usos do passado, para além da perspectiva de transmissão de *exempla*, constituíram-se como aspecto essencial da produção literária na Roma antiga.

No percurso da confecção desta dissertação nos deparamos com as seguintes problematizações: qual o ensejo para a construção de uma obra histórica sobre as origens de Roma? Que valor documental teria a *Ab Vrbe Condita* livre I, com ênfase nas virtudes cívicas, para o estudo de um momento tão específico das reformas augustianas e instituição do Principado? Qual é o papel da construção das práticas e condutas cívicas na promoção da memória social de Roma? Estes foram os questionamentos que nos permitiram construir nossa *argumentatio* ante a temática sobre os usos do passado em Tito Lívio, de modo que o historiador paduano deu sentido à recriação e ressignificação dos valores romanos a partir da escrita da história. Como vimos, a narrativa de Tito Lívio foi lida com base em seu próprio presente histórico, pois, de fato, nosso autor encontrava-se inserido no âmbito das produções textuais do século I a.C., em um momento singular de ressignificação e reivindicação dos valores morais por Augusto. Buscamos associar a construção das virtudes cívicas de Lívio aos espaços de poder, com o objetivo de conectar passado ao presente pelo discurso de autopetuação dos ancestrais, já que transmitiam a memória do passado, como mecanismos

que garantiriam, em termos gerais, a ordem social. Assim sendo, estudar a obra liviana nos permitiu compreender os comportamentos sociais – na família, na política e no espaço religioso – que deveriam constituir a memória romana e, sobretudo, nos permitiu considerar a relação essencial entre o registro de práticas e condutas sociais, transformadas em discurso institucional, para que fosse possível legitimar a construção de uma latinidade romana à época augustiana.

Em razão disso, ao estudarmos as representações do passado em Lívio, refletimos sobre a construção de comportamentos sociais direcionados aos espaços de poder. Esses comportamentos constituíam e consolidavam o corpo cívico de Roma, bem como garantiam o engajamento dos indivíduos às condutas e práticas que promoveriam, sobretudo, a manutenção da *concordia* na *urbs*. Procuramos também avaliar o papel da escrita como uma das ferramentas para que a memória dos antepassados fosse recordada (HABINEK, 1998, p. 53-54). A este respeito Glen W. Bowersock (2000, p. 12) acrescenta que a reescritura do passado é uma reinvenção por parte do autor, à medida que permite a recriação de um presente pautado nos conceitos do *mos maiorum*. É neste sentido que os autores do século I a.C. concentraram os seus *topói*, objetivando o estabelecimento da relação intrínseca entre memória e escrita da História pela promoção da *Res Publica* (SILVA, 2014, p. 49).

Assim, as imagens transmitidas por Tito Lívio representavam um mecanismo de reprodução social, um veículo que se traduziria em uma produção discursiva controlada, selecionada, organizada e distribuída à sociedade (Cf. FOUCAULT, 1998). De acordo com esta perspectiva, a narrativa histórica cumpriu o papel de “criar um elo” entre o passado e o presente, neste caso, por meio da ressignificação das virtudes cívicas essenciais à consolidação e reafirmação de uma latinidade romana. Ressaltamos, sobretudo, que a escrita de Tito Lívio não reteve do passado senão o que ainda se encontrava vivo ou fosse capaz de viver na consciência do grupo, da comunidade cívica.

Diríamos, assim, que ao estudarmos *Ab Vrbe Condita* nos deparamos com os indícios e com as sensibilidades de um passado representado por Tito Lívio. Logo, sua obra histórica nos possibilitou compreender os “sintomas” de uma temporalidade que, por sua vez, fora repleta de dinâmicas e conflitos nos espaços de convivência e articulação do poder. Dessa forma, muito mais que o registro das transformações sociais, o testemunho literário depõe sobre o horizonte de expectativa, as experiências e os *exempla* do passado romano. Tal como sustenta Paul Zanker (1992, p. 230), foi necessário, a partir de vários instrumentos, entre eles a literatura, incorporar o passado ao mito e às expectativas dos novos tempos. Neste sentido, consideramos que Tito Lívio não pretendia relatar os tempos antigos de acordo com a

fidelidade de suas fontes de informação, mas sim explicá-los ante as demandas e questionamentos inscritos em seu próprio contexto histórico.

Em razão destes aspectos, tentamos explorar as peculiaridades e temas – *topoi* – que percorrem a narrativa liviana, no que diz respeito às referências para o estudo das práticas e comportamentos sociais na esfera religiosa, militar, civil e na do matrimônio. Logo, a partir destas leituras, buscamos refletir as relações entre *uirtus*, poder e memória, pois, em nosso entender, nossa documentação representou seu mundo social, o qual foi determinado pelos interesses, concepções e demandas sociais de sua comunidade cívica. Consideramos, por isso, que *Ab Vrbe Condita* torna-se um espaço privilegiado, já que se estabelece uma intriga – um diálogo entre o passado romano, àquele elaborado retoricamente por Tito Lívio e às reivindicações contemporâneas do historiador. Deste modo, nossas leituras e análises indicaram que a ressignificação das virtudes cívicas construídas por Lívio sinalizou, de fato, “a reprodução de uma visão de mundo, de um princípio de ordem, de modos de inteligibilidade da vida social, [que] supõe a existência da memória a [ser] transmitida” (CANDAU, 2011, p. 124).

Procuramos, com esse debate, enfatizar a escrita de Tito Lívio enquanto um *monumentum* dedicado à promoção dos valores romanos, os quais expressavam, com muita nitidez, construções identitárias em consonância com a reivindicação de uma memória romana. Visto dessa maneira, a escrita liviana, mais do que informar os acontecimentos históricos, recriava no presente imagens sobre o passado, um passado que legitimaria as ações do *princeps*, pois tal como vimos, as virtudes trabalhadas por Lívio estavam vinculadas ao espaço público, transformam-se em práticas sociais. Ao escrever sua narrativa história, Lívio não só construía modelos de comportamentos, mas expressava, de fato, os espaços institucionais de competição e disputas em torno de suas produções. Como demos a entender, o ato da escrita criava um sentido de pertencimento e de compartilhamento, uma vez que sua função social era divulgar, selecionar, remodelar, ressignificar e transmitir aos seus leitores uma memória responsável pela permanência social, com o objetivo de que as ações e condutas sociais, de maneira ativa, pudessem recordar, comunicar, resguardar e propagar os feitos dos grandes homens no tempo.

Portanto, nosso trabalho teve como meta a compreensão dos “usos do passado por Tito Lívio”, ou seja, o modo como o *monumentum* liviano extraiu o seu significado, em efetivo, por retratar os aspectos da experiência temporal (o passado de outrora), ao preservar e comunicar a memória dos antepassados. Nossa pesquisa, em razão disso, procurou se inserir nos debates e discussões sobre a construção das virtudes cívicas por Tito Lívio, ao mesmo

tempo em que elaborou perspectivas de leitura a partir da associação entre os comportamentos cívicos e o espaço institucional, cultural e simbólico. Com este trabalho, reconhecemos que as narrativas da *Ab Vrbe Condita* de Lívio nos trazem numerosas referências e possibilidades de reflexões críticas e atualizadas para o estudo das representações coletivas dos valores romanos a partir de um contexto específico – contexto da Roma augustiana. Assim, consideramos que trabalhar com a representação textual de Tito Lívio e suas temáticas é reconhecer seu valor como testemunho histórico, como importante registro das práticas, instituições e expectativas da sociedade romana. A partir do debate realizado nesta pesquisa, consideramos oportuno encerrar nossas discussões com as seguintes reflexões de Cipião Africano, personagem mencionado por Tito Lívio no livro XXVI, o qual representa o ideal de comportamento cívico pela prática das virtudes *iustitia* e a *pietas* para com os deuses e para com a comunidade cívica de Roma:

Por minha honra e pela honra do povo romano, impedirei que se viole aquilo que em toda parte é sagrado para nós. Mas já agora sou levado a zelar com maior atenção por vossa virtude e dignidade [...] (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. XXVI).¹²³

¹²³ "Meae populiue Romani disciplinae causae facerem" inquit, "ne quid quod sanctum usquam esset apud nos uiolaretur: nunc ut id curem impensius, uestra quoque uirtus dignitasque [...]" (Tito Lívio. *Ab Vrbe Condita*. I, XXVI).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOCUMENTAÇÃO TEXTUAL:

- **FONTES PRIMÁRIAS:**

LIVY. *The History of Rome I*. Books I-II. Tr. B. O. Foster. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press, 1919.

LIVY. *The History of Rome II*. Books III-IV. Tr. B. O. Foster. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press, 1939.

LIVY. *The History of Rome IV*. Books VIII-X. Tr. B. O. Foster. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press, S/a.

LIVY. *The History of Rome V*. Books XXI-XXII. Tr. B. O. Foster. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press, 1969.

LIVY. *The History of Rome VI*. Books XXIII-XXV. Tr. F. G. Moore. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press, S/a.

LIVY. *The History of Rome VII*. Books XXVI-XXVII. Tr. F. G. Moore. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press, S/a.

LIVY. *The History of Rome VIII*. Books XXVIII-XXX. Tr. F. G. Moore. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press, S/a.

LIVY. *The History of Rome XI*. Books XXXVIII-XXXIX. Tr. E. Sage. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press, S/a.

LIVY. *The History of Rome XIII*. Books XLIII-XLV. Tr. A. C. Schlesinger. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press, S/a.

LÍVIO, T. *História de Roma* livro I: a monarquia (*Ab Vrbe Condita*). Tr. Mônica Vitorino; introdução e notas Júlio Cesar Vitorino. Belo Horizonte: Crisálida, 2008.

- **FONTES SECUNDÁRIAS:**

SUETÔNIO; AUGUSTO. *A vida e os feitos do divino Augusto*/textos de Suetônio e Augusto; Tr. M. Trevizan et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, 139p.

CICERO, M. T. *Do orador (De Oratore) e textos vários*. Lisboa: Res Editora, 1992.

HERÓDOTO. *Histoires*, Livre 1-9. Tr. by Ph-E. Legrand. Paris Belles Letres, 1932-1954.

OVÍDIO. *Tristium*. Tr. A. Velloso. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1952.

QUINTILIANO. *Institutio Oratoria*. A retórica. Disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/quintilian/quintilian.institutio2.shtml>. Acessado em 16/07/2014

SALLUSTE, *Catilina, Jughurta*: Fragments des Histoires. Tr. par A. Ernout. Paris: Les Belles Lettres, 1971.

REFERÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS:

ALBERTO, P. F. O simbólico na construção da imagem e do programa ideológico de Augusto. *Ágora*. Estudos Clássicos em Debate, n. 6, p.27-50, 2004.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. *História*. A arte de inventar o passado. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

ALEXANDRE JUNIOR. M. Eficácia retórica: A palavra e a imagem. Centro de estudos clássicos, faculdade de letras da universidade de Lisboa. *Revista Rhêtorikê*. n.1, v.0, p.1-26, 2008.

ANTIQUÊIRA, M. *Moderatio tuendae libertatis*: moderação, exemplo e poder na história de Tito Lívio (livro III). 2008. 177 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, letras e ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

_____. O escudo da virtude e a ideologia do principado augustano. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, n.5, v.3, p. 1-12, 2008.

ARANTES JUNIOR. E. Héracles/Ôgmio: nas encruzilhadas do regime de memória romano. *Nuntius Antiquus*. Belo Horizonte, v. IX, n. 2., p.125-137, 2013.

ARENDT, H. O conceito de História: antigo e moderno. In: _____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003, p.69-126.

ARIÉS, P. *História da morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

ASSMANN, A. *Espaços da recordação*: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

ASSMANN, J. *Historia y mito em el mundo antiguo*. Los Orígenes culturales de Egipto, Israel e Grecia. Madrid: Editorial Gredos, 2011.

ASTIN, A. E. The emergence of the provincial system. In: OGILVIE, R. M. *et al.* (Ed.). *The Cambridge ancient history, volume VII: The Rise of Rome to 220 B.C.* Cambridge: Cambridge University Press, 1989, p. 570-573.

BALANDIER, G. *O Poder em Cena*. Brasília: Ed. UnB, 1982.

BARNABÉ, L. E. *Lívio e os reis romanos: a defesa de uma identidade romana*. 2006. (Mestrado em História). Faculdade de ciências e letras, Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho. Assis, 2006.

BAUMAN, R. A. Women In The Augustan Principate. In: _____. *Women And Politics In Ancient Rome*. London: Routledge, 1992. 294p.

BEARD, M.; NORTH, J.A.; PRICE, S.R.F. (Ed.) *Religions of Rome*. Vol. 1 - A History. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

_____. *Religions of Rome*. Vol. 2 - A Sourcebook. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

BELTRÃO, C. R. A religião na *urbs*. In: MENDES, N. M., da S., G. V. (org.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p.137-59.

_____. O *vir bonus* e a *prudentia civilis* em Marco Túlio Cícero. In: *Intelectuais, poder e política na Roma antiga*. ARAÚJO, S. R. R.; ROSA, C. B.; JOLY, F. D. (org.). RJ: Nau: FAPERJ, 2010, p. 21-61.

_____. Arte, Religião e poder na Roma antiga. In: CANDIDO, M. R. (org.). In: *Roma e as sociedades da Antiguidade: Política, Cultura e Economia*. RJ: NEA/UERJ, 2008, p 15-20.

_____. *Lectisternium*: banquete ritual e ordem sagrada na República romana. In: CANDIDO, M. R. (Org.). *Práticas Alimentares no Mediterrâneo Antigo*. Rio de Janeiro: NEA/UERJ, 2012, p. 27-44.

_____. O *lectisternium* e a *placatio Deorum*: um estudo de caso em Tito Lívio, *Ab Vrbe Condita*, 22, 9-10. In: LEITE, L. R. et al (Org.). *Rito e celebração na Antiguidade*. Vitória: Ed. PPGL, 2012, p. 28-44.

_____. *Fortuna muliebris*: um mito augustano (Tito Lívio. *Ab urbe condita* II, 39-40). *PHOÏNIX*, Rio de Janeiro, v.19 n.1, p. 108-126, 2013.

BEVENS, E. M.. *A sacred people: roman identity in the age of Augustus*. Atlanta: Georgia State University, 2010, 114p.

BLOCH, M. *Apologia da historia ou o oficio de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, 159p.

BLOM, H. V. D. *Cicero's Role Models The Political Strategy of a Newcomer*. Oxford: Oxford University Press, 2010, 373p.

BOWERSOCK, G. W. *La storia inventada: immaginazione e sogno de Nerone a Giuliano*. Milano: Jouvence, 2000. 159p.

_____. The pontificate of Augustus. In: RAAFLAUB, K. A.; TOHER, M. (Ed.). *Between Republic and Empire: interpretations on Augustus and His Principate*. Los Angeles: University of California Press, 1990, p.380-394.

- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BROWN, R. M.. *The art of suicide*. London: Reaktion Books LTD, 2001.
- BROWN, R. Livy's Sabine Women and the ideal of concordia. *Transactions of the American Philological Association*, v.125, 1995, p. 291-319.
- BURKE, P. *O mundo como teatro*. Estudos de Antropologia Histórica. Lisboa: DIFEL, 1992.
- BUSTAMANTE, R. M. da C. Práticas culturais no Império Romano: entre a unidade e a diversidade. In: MENDES, N. M.; SILVA, G. V. da. (Org.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro/Vitória: Mauad/EDUFES, 2006. p.109-136.
- _____. Festa das Lemúria: os mortos e a religiosidade na Roma Antiga. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, 2011, p.1-18.
- _____. Rômulo e Remo: ritos e escritos. *História Revista*. n.6, v.2, p. 87-116, 2001.
- CANDAU, J. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.
- CANELA, K. C.. *O estupro no direito Romano*. São Paulo: Cultura acadêmica, 2012. 195p.
- CANTARELLA, E. *Los Suplicios Capitales em Grecia y Roma*. Madrid: Akal, 1996.
- CARANDINI, A. *La fondazione di Roma raccontata da Andrea Crandini*. Napoli: Editori Laterza, 2011. 81p.
- CARVALHO, A. V. de; FUNARI, P. P. A. Memória e patrimônio: diversidade e identidades. *Revista Memória em Rede*, v. 2, p. 7-16, 2010.
- CARROL, M. *Roman funerary commemoration in western*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- _____. The mourning was very good. Liberation and liberality in Roman funerary commemoration. In: HOPE, V. M.; HUSKINSON, J. (Org.). *Memory and Mourning: Studies on Roman Death*. Oxford: Oxbow Books, 2011, p. 126-149.
- CAVALLO, G. Entre volumen e codex: a leitura no mundo romano. In: CAVALLO, G.; CHARTIER, R. (Org.). *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1998, p. 71-102.
- CENERINI, F. *La donna romana: modelli e realtà*. Bologna: Società Editrice il Mulino, 2002. 249 p.
- CHAMPEAUX, J. *La religione dei romani*. Bologna: Editora Il Mulino, 2002, p. 198.
- CHAPLIN, J. D. *Livy's exemplary history*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- CHAPLIN, J. D; KRAUS, C. S. *Oxford readings in classical studies Livy*. Oxford. 2009.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CLÍMACO, J. C.. Alexandria no Século I a.C.: Uma Ameaça a Roma no Mediterrâneo?. *Mare Nostrum*, n. 3, p.104-114, 2012.

CORDÃO, M. P.; LIMA, M. V. História e Historiografia antigas: A construção de um gênero discursivo. *Mnemosine Revista*. v.1, n.2, 2010, p.269-291.

COLLARES, M. A. *Representação do Senado romano na Ab Vrbe Condita libri de Tito Lívio: livros 21-30*. São Paulo. Cultura acadêmica, 2010, 181p.

CONNOLLY, J. Virtue and violence: the historians on politics. In: FELDHERR, A. *The roman historians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 181-194.

_____. The politics of rhetorical education. In: GUNDERSON, E. (Ed.) *The Cambridge Companion to ancient rhetoric*. Cambridge: Cambridge University press, 2009, p. 126-144.

CROOCK, J. A. Augustus: Power, authority, achievement. In: BOWMAN, A K., CHAMPLIN, E. LINTOTT, A. (Ed.). *The Cambridge Ancient History*. Vol. 10. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 113-146.

CUNHA, M. de C. B.. *A construção do fórum de Augusto e do templo de Mars Vultor e a obra de Vitruvius: repensando a aemulatio dos cânones arquitetônicos gregos no período augustano (séc. Ia.C./I d.C.)*. 2014. 185 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2014.

DAMON. C. Rhetoric and Historiography. In: DOMINIK, W. HALL, J. (Ed.) *A companion to Roman Rhetoric*. Oxford: Blackwell, 2007.

D'AMBRA, E. Women on the Bay of Naples. In: JAMES, S. L.; DILLON, S. (Ed.). *A companion to women in the Ancient World*. London: Blackwell Publishing, 2012, p. 400-413.

DAVIES, J. P. *Rome's Religious History: Livy, Tacitus and Ammianus on their Gods*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

DAVIES, D. J. *A Brief History of Death*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

DIXON, S. *The Roman Family*. Londres: The John Hopkins University Press, 1992.

DOSSE, F. *A História*. São Paulo: Editora UNESP, 2012, 323p.

DUPONT, F. Comment devenir à Rome un poète bucolique? Corydon, Tityre, Virgille et Pollion. In: CALAME, C.; CHARTIER, R. (Org.). *Identités d'auteur dans l'Antiquité et la tradition européenne*. Paris: Jérôme Millon, 2004. p.171-189.

_____. *L'invention de la littérature*. Paris: La Découverte & Syros, 1998.

_____. *L'acteur-roi: le theater dans la Rome antique*. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

ECK, W. *The Age of Augustus*. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.

ECKARDT, H.; WILLIAMS, H. Objects without a past? The use of Roman objects in early Anglo-Saxon graves. In: WILLIAMS, H. *Archaeologies of remembrance*. New York: KAP, 2003, p. 141-170.

EDER, W. Augustus and the Power of Tradition. In: GALINSKY, K. (Ed.) *The Cambridge Companion to the Age of Augustus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 13-32.

EDWARDS, C. Death in Ancient Rome. *The American Historical Review*, v. 113, Nº. 5. Oxford: Oxford University Press, 2008.

EHRHARDT, M. L. *O arquiteto do social: Sêneca e a construção de modelos para a sociedade romana nos tempos do principado a partir da História *magistra vitae**. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História. Curitiba. 2008.

EIRE, A. L. Mito y Ritual: una aproximación. *Humanitas*, n.56, 2004, p.329-364.

ELIADE, M. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 2007, 179p.

ELIAS, N. *A solidão dos moribundos*. Seguido de envelhecer e morrer. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELSNER, J; HUSKINSON (Ed.). *Life, death and representation*. Some new work on Roman sarcophagi. New York: Millennium Studies, 2011.

ERKER, D. S. Gender and roman funeral ritual. In: HOPE, V. M.; HUSKINSON, J. (Org.). *Memory and Mourning: Studies on Roman Death*. Oxford: Oxbow Books, 2011, p.40-60.

ESTEVES, A. A. M.. Cícero e a narrativa da historia. *Phoênix*, v.19 n.1, 2013, p.77-90.

EVERITT, Anthony. *Augusto: el primer emperador*. Barcelona: Editorial Ariel, 2008.

FARRELL, J. The Augustan Period: 40BC–AD14. In: HARRISON, S. (Ed.). *A companion to Latin literature*. Blackwell: Blackwell Publishing, 2005, p. 44-57.

FAVRO, D. *The Urban Image of Augustan Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

FEENEY, D. *Literature and Religion at Rome - cultures, contexts and beliefs*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

FELDHERR, A. *The roman historians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

_____. Livy's revolution: civic identity and the creation of the *res publica*. In: HABINEK, T., SCHIESARO, A. (Ed.). *The Roman Cultural Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p.136-170.

_____. *Spectacle and Society in Livy's History*. Los Angeles: University of California Press, 1998.

FINLEY, M. I. *Uso e abuso da História*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edusc, 1996.

_____. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1998.

_____. *O que é o autor?* São Paulo: Veja: 1992. s/p

FOX, M. Rhetoric and literature at Rome. In: DOMINIK, W. HALL, J (Ed.) *A companion to Roman Rhetoric*. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.

FUNARI, P, P, A; SILVA, G. J. *Teoria da Historia*. São Paulo: Brasiliense, 2010.

_____. Ensaio sobre a retórica, a argumentação e a historiografia antiga. *Revista Eletrônica Antiguidade Clássica*, v.7, n.1, p. 140-149, 2011.

_____; OMENA, L. M. de. Memória e Esquecimento: narrativa sobre o imperador romano e senado. *Historia (SP)* v.31, n.1, 2012, p.163-184.

_____. (Org.). *Ética e política no mundo antigo*. Campinas: Universidade de Campinas, 2001.

_____. *Antiguidade Clássica: a história a partir dos documentos*. São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

GABBA, E. 'True History and False History in Classical Antiquity', *JRS*, v.71, p.50-62, 1981.

GAGNEBIN, J, M. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006, 223 p.

_____. Verdade e memória do passado. *Projeto História – trabalhos da memória*. São Paulo, n. 17, p. 213-221, 1998.

_____. O início da história e as lágrimas de Tucídides. *Margem*, n.1, s/p, 1992.

GALINSKY, K. (Ed.) *The Cambridge Companion to the Age of Augustus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

_____. Introduction. In: GALINSKY, K (Ed.) *The Cambridge Companion to the Age of Augustus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 1-9.

_____. *Augustan Culture: an interpretive introduction*. Princeton: Princeton University Press, 1996. 469p.

GEORGE, M. Family Imagery and Family Values in Roman Italy. In: GEORGE, M.(Ed.). *The Roman Family in the Empire: Rome, Italy and beyond*. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 37-66.

GINSBURG, C. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GLENDINNING, E. R. *Guilt, Redemption and Reception: Representing Roman Female Suicide*. 2011. 346f. (Thesis). University of Nottingham. Nottingham, 2011.

GONÇALVES, A. T. M. Honra e poder: o discurso de Marco Antônio após o assassinato de Júlio César na obra de Dion Cássio. In: GONÇALVES, A. T. M. OMENA, L. M. (Org.). *Literatura, poder e imaginário no Mediterrâneo Antigo*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2010, p. 101-112.

_____. Entre gregos e romanos: história e literatura no Mundo Clássico. *Revista Tempo*, 2014, v.20, p.1-14.

_____. *A construção da imagem imperial: formas de propaganda nos governos de Sétímio Severo e Caracala*. 2002. (Tese de doutoramento). Pós-graduação em História econômica da FFLCH da USP. São Paulo, 2002.

_____. Construção e inserção de imagens na memória política romana: o caso dos Severos. *História Revista*, v.9, n.1, 2004, p.107-144.

_____. As festas romanas. *Revista de Estudos do Norte Goiano* v.1, n.1, ano 2008, p. 26-68.

GOODMAN, M. *The Roman World: 44 BC - AD 180*. London: Routledge, 1997.

GOWING, A. M. *Empire and memory: the representation of the Roman Republic in imperial culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

GRANDAZZI, A. *As origens de Roma*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010, 175p.

GRIMAL, P.. *O século de Augusto*. Lisboa: Edições 70, 1992.

GRUEN, E. S. Augustus and the Making of the Principate. In: GALINSKY, K. (Ed.) *The Cambridge Companion to the Age of Augustus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 33-54.

GUARINELLO, N. L. Memória coletiva e história científica. *Revista Brasileira de História*, v.7, n.13, p. 49-62, 1994.

_____. Archaeology and the meanings of material culture. In: FUNARI, P. P.; ZARANKIN, A; STOVEL, E. (Ed.). *Global archaeology theory: contextual voices and contemporary thoughts*. New York: Academic plenum publishers. 2005, p. 19-28.

_____. Festa, Trabalho e Cotidiano. In: JANCSÓ, I; KANTOR, I. (Org.). *Festa, Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 969-975.

_____. JOLY, F. Ética e ambiguidade no principado de Nero. In: BENOIT, H., FUNARI, P. P. (Org.). *Ética e política no mundo antigo*. São Paulo: Unicamp, 2001, p.133-52.

_____. Roma, o poder e a História. In: SILVA, G. V. da; NADER, M. B.; FRANCO, S. P. (Org.) *As identidades no tempo: Ensaio de gênero, etnia e religião*. Vitória, UFES, 2006, p. 281-293.

_____. Uma morfologia da história: as formas da História antiga, *Politéia*, Vitória da Conquista, n.1, v.3, p. 41-62, 2003.

GURVAL, R. A. *Actium and Augustus: The politics and emotions of civil war*. Michigan: The University of Michigan 1995, 337 p.

HABINEK, T. N. *The Politics of Latin Literature: Writing, Identity, and Empire in Ancient Rome*. Princeton: Princeton University Press, 1998, 248p.

HALES, S. The house and the construction of memory. In: _____. *The Roman house and social identity*. Cambridge: University Press Cambridge, 2009, p.40-60.

HALLETT J P. Women in Augustan Rome. In: JAMES S L; DILLON, S (Ed.). *A companion to women in the ancient world*. Oxford: Blackwell Publishing, 2012, p. 372-384.

HARRIS, M. S.. Foundation Stories in the Age of Augustus Reconciling Violence and Civil Leadership. In: _____. *Roman Identity in the Age of Augustus a critical look at the roles of Aeneas, Romulus, and Hercules in the founding of Rome*. The Department of Classical Studies University of Michigan, 2012, p.41-49.

HARTOG, F. O confronto com os antigos. In: *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: UNB, 2003, p. 115-154.

_____. *Memória de Ulisses*. Narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

_____. *Evidência da história, o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011, 286p.

_____. (Org.) *A história de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

HINGLEY, R. Diversidade e Unidade culturais: Império e Roma. In: _____. *O imperialismo romano: novas perspectivas a partir da Bretanha*. São Paulo: Annablume, 2010, p.67-93.

HOBBSBAWM, E; RANGER, T. (Org.). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOPE, V. M.. Remembering to mourn: personal mementos of the dead in Ancient Rome. In: HOPE, V. M.; HUSKINSON, J. (Ed.). *Memory and Mourning: Studies on Roman Death*. Oxford: Oxbow Books, 2011, p. 176-195.

_____. Status and identity in the Roman world. In: HUSKINSON, J. *Experiencing Rome*. Culture, identity and power in the Roman Empire. London/New York: Routledge, 2005, p.125- 152.

_____. *Roman Death: the Dying and the Dead in Ancient Rome*. New York:

Continuum, 2009.

_____. *Death in ancient Rome*. London/New York: Routledge, 2007.

_____. Remembering Rome. Memory, funerary monuments and the Roman soldier. In: WILLIAMS, H. *Archaeologies of remembrance*. New York: Ka/PP, 2003, p. 113-140.

_____. The city of Rome: capital and symbol. In: HUSKINSON, J. *Experiencing Rome: culture, Identity and Power in the Roman Empire*. New York: Routledge, 2005, p. 63-93.

_____. Introduction. In: HOPE, V. M.; HUSKINSON, J. (Org.). *Memory and Mourning: Studies on Roman Death*. Oxford: Oxbow Books, 2011, p. XI-XXIV.

HUSKINSON, J. Constructing childhood on roman funerary memorials. *Hesperia Supplements*, v. 41, Italy: Hesperia Supplements 2007, p. 323-338.

IRIARTE, A. Morir de parto en la Grecia Arcaica y Clásica. In: SIMÓN, F. M.; POLO, F. P.; RODRÍGUEZ, J. Remesal. *Formae mortis: el tránsito de la vida a la muerte en las sociedades antiguas*. Barcelona: Publicacions i Edicions, 2007, p. 13-24.

JAL, M. P. Historiographie annalistique et historiographie thématique dans l' antiquité classique: quelques remarques. *Revue des Études Latines*, v.75, p.27-37, 1997.

JAEGER, M. *Livy's Written Rome*. Ann arbor: University of Michigan Press, 2000.

JAMES, S. L.; DILLON, S. (Ed.) *A companion to women in the ancient world*. Oxford: Blackwell Publishing, 2012. 616p.

JERPHAGNON, L. Le suicide dans la Rome antique. *Revue belge de philologie et d'histoire*, v.63, n.1. p.149-151, 1985.

JOSÉ, N. F. *A construção da imagem do imperador Augusto nas obras de Veléio Patérculo, Plutarco e Suetônio*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2011.

JOSHEL, S. R. The Body female and the body politic: Livy's Lucretia and Verginia In: CHAPLIN, J D; KRAUS, C S. *Oxford readings in classical studies Livy*. Oxford. 2009.

JUNQUEIRA, N. M. Religião e controle social no mundo romano. A proibição das Bacanais em 186 a.C. *Conferência do I Colóquio Internacional e III Colóquio Nacional do LEIR da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus Franca*, p. 341-156, 2010.

KENNEDY, G. Tito Lívio. In: *The art of rhetoric in the Roman World - 300 B.C.-A.D. 300*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1972, p.420-427.

KRAUS, C. S. & WOODMAN, A. J. *Latin Historians, Greece & Rome: new surveys in the classics*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

LACEY, W. K. *Augustus and the Principate*. Leeds: Francis Cairns, 1996.

LAIRD, A. The rhetoric of Roman historiography. In: FELDHERR, A. *The roman historians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 197-213.

LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1990.

LEITE, L. R. *O universo do livro em Marcial*. 2008. 98f. (Tese de doutoramento). Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2008.

LE MOS, M. S. A elite senatorial, o mos maiorum e a fortuna do Império Romano nas crônicas do século IV d.C. *Anais Eletrônicos - VI Encontro Estadual de História - ANPUH/BA*, p. 1-10, 2013.

_____. O 'mos maiorum' e a fortuna do Império Romano no século IV d.C. *Dimensões*, v.25, p. 46-62, 2010.

LIEBESCHUETZ, W. The Religious Position of Livy's History. *The Journal of Roman Studies*, v.57, n.1/2, p. 45-55, 1967.

LIMA, M. V. de; CORDÃO, M. P. de S. História e Civismo na Roma Liviana. *HISTÓRIA*, São Paulo, n.28, v.2, p. 605-620, 2009.

LOBUR, J. A. *Consensus, concordia*, and the formation of Roman imperial ideology. New York. Routledge, 2008, 322p.

LORAUX, N. Elogio do Anacronismo. In: Novaes, A. (Org). *Tempo e Historia*. São Paulo: Companhia das letras, 2006, p.57-70.

_____. *Invenção de Atenas*. Rio de Janeiro: Trinta e Quatro, 1994.

LOWENTHAL, D. Conocer el Pasado. In: _____. *El pasado es um país extraño*. Madrid: Akal, 1998, p. 271-375.

LUCE, T. J. The Dating of livy's First Decade. *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, v. 96, p. 209-240, 1965.

_____. The dating of Liy's first decade. In: CHAPLIN, J. D; KRAUS, C. S. *Oxford readings in classical studies Livy*. Oxford. 2009.

_____. *Livy – The Composition of his History*. Princeton: Princeton University press, 1977.

MARINCOLA, J. *A companion to Greek and Roman historiography*. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.

_____. *Authority and Tradition in Ancient Historiography*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MARTINS, P. *Literatura Latina*. Paulo Martins. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009, 268p.

MARQUES, J. B. *Tradição e renovações da identidade romana em Tito Lívio e Tácito*. 2007. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MATTHES, M. M. Livy and the Repetition of Republican Foundations. In: _____. *The Rape of Lucretia and the Founding of Republics Readings in Livy, Machiavelli, and Rousseau*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1964. p. 23-50.

MATTINGLY, D. J.. *Imperialism, power and identity*. Experiencing the Roman Empire. New Jersey: Princeton University Press, 2011.

MC DONALD, A.H. The style of livy. In: *Oxford readings in classical studies*. CHAPLIN, J; KRAUS, C. S. (Ed.) Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 222-259.

MEIER, C. C. Caesar Divi filius and the formation of the alternative in Rome. RAAFLAUB, K. A.; TOHER, M. (Ed.). In: *Between Republic and Empire: interpretations on Augustus and His Principate*. Los Angeles: University of California Press, 1990, p.54-70.

MEHL, A. How the Romans Remembered, Recorded, Thought About, and Used Their Past. In: RAAFLAUB, K. A. *Thinking, Recording, and Writing History in the Ancient World*. Blackwell, 2014, p. 256-275.

MELLOR, R. *The Historians of Ancient Rome*. London/New York: Routledge, 1998.

_____. *Roman Historians*. London: Routledge, 1999.

MILES, G. *Livy: reconstructing early Rome*. Ithaca/Londres: Cornell University Press, 1995.

MILNOR, K. Women in Roman historiography. In: FELDHERR, A. *The roman historians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 276-287.

_____. *Gender, domesticity, and the Age of Augustus*. Inventing private life. Oxford: Oxford University Press, 2005.

_____. Augustus, history and landscape of the law. *Arethusa*, n.40, p.7-23, 2007.

MITRAUD, C. A. *História e Tradição no livro I de Tito Lívio*. 2007. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de letras da UFMG. Belo Horizonte. 2007.

MOLES, J.L. Livy's preface. In: CHAPLIN, J. D; KRAUS, C. S. (Ed.). *Oxford readings in classical studies Livy*. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 49- 87.

MOMIGLIANO, A. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: Edusc, 2004.

MORA, F. Storiografia greca e romana. *Dialogues d'histoire ancienne*. n.25, v.25, p. 7-33, 1999.

_____. *La noción romana de auctoritas y la responsabilidade por auctoritas*. Granada: Editorial Comares, 2000.

MOTA, T. E. A. Ritos de morte e celebração heróica na Roma de Virgílio: os funerais de Palante e a memória de Anquises. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, 2011, p. 1-16.

MUSTI, D. O Pensamento Histórico Romano. In: CAVALLO, G. et al (Ed.). *O Espaço Literário da Roma Antiga*. Belo Horizonte: Tessitura, 2010, p.187-254.

NOCK, A. D. The Roman Army and the Roman Religious Year. *The Harvard Theological Review*, v.45, n.4, p. 187-252, 1952.

NOGUEIRA, C. R. F. *Bruxaria e história: as práticas mágicas no ocidente cristão*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Galimard, 1992.

OGILVIE, R. M. *et al.* (Ed.). *The Cambridge ancient history, volume VII: The Rise of Rome to 220 B.C.* Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

_____. *A commentary on Livy: books 1-5*. Oxford: Oxford University Press, 1965. 775p.

_____. The sources of early Roman history. In: OGILVIE, R. M. *et al.* (Ed.). *The Cambridge ancient history, volume VII: The Rise of Rome to 220 B.C.* Cambridge: Cambridge University Press, 1989, p. 1-29.

OMENA, L. M de. Memória de viagem: a “*uirtus*” à luz da “Consolatória” de Sêneca. *Dimensões*, v. 26, 2011, p.256-272.

_____; SILVA, S. B. A retórica da morte na narrativa de Tito Lívio (Século I a.C.). *Revista História e Cultura*, v. 2, n. 3, p. 94-108, 2013.

_____; FUNARI, P. P. A. Memória e esquecimento: narrativa sobre imperador romano e senado. *História*, v.31, n.1, p. 163-184, 2012.

PARKER, H. N. Books and reading latin poetry. In: _____; WILLIAM, A. J. (Ed.). *Ancient literacies: the culture of reading in Greece and Rome*. Oxford: Oxford University Press, 2009, 430p.

PEREIRA, M. H. R. *Estudos de história da cultura clássica*. II Volume - Cultura Romana. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. 581p.

PITA, L. F. D. *Visões da identidade romana em Cícero e Sêneca*. 2010. (Tese de Doutorado). Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

PLASS, P. *The game of death in Ancient Rome*. Arena, sport and political suicide. London: The University of Wisconsin Press, 1995.

POTTER, D. S. *A Companion to the Roman Empire*. New York: Blackwell Publishing, 2006.

POEL, M. V. D. The Use of exempla in Roman Declamation. *Rhetorica: A Journal of the History of Rhetoric*, v. 27, n. 3, p. 332-353, 2009.

POLO, F. P.; RODRÍGUEZ, J. R. *Formae mortis: el tránsito de la vida a la muerte en las sociedades antiguas*. Barcelona: Publicacions i Edicions, 2007, p. 13-24.

PRICE, S. From Noble Funerals to Divine Cult: the Consacration of Roman Emperors. In: CANNADINE, D; PRICE, S (Ed.). *Rituals of Royalty: Power and Ceremonial in Traditional Societies*. New York: Cambridge University Press, 1992, 56-105 p.

RAAFLAUB, K A; SAMONS, L.J. Opposition to Augustus. In: RAAFLAUB, K A; TOHER, M. *Between Republic and Empire: interpretations on Augustus and His Principate*. Los Angeles: University of California Press, 1990, p. 417- 454 .

RAWSON, B. The Roman family. In: RAWSON, Beryl. *The family in ancient Rome*. New perspective. New York: Cornell University Press, 1992, p. 01 – 57.

REIS, J C. *História e Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV (Ed.), 2006.

REIS, J. J. *A morte é uma festa*. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RICH, J. Structuring Roman History: The consular year and the Roman Historical Tradition. In: CHAPLIN, J D; KRAUS, C S. *Oxford readings in classical studies Livy*. New York: Oxford, 2009, p. 118-144.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Unicamp, 2007, 507 p.

_____. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1994.

RIVES, J. Religion in the Roman world. In: HUSKINSON, J. *Experiencing Rome*. Culture, identity and power in the Roman Empire. New York: Routledge, 2005, p. 245-276.

ROLLER, M. The exemplary past in Roman historiography and culture. In: FELDHERR, A (Ed.). *The roman historians*. New York: Cambridge University Press, 2009, p. 181-194 .

_____. *Constructing autocracy: aristocrats and emperors in Julio-Claudian Rome*. New Jersey. Princeton University Press, 2001, 319 p.

_____. The Politics of Aristocratic Competition: Innovation in Livy and Augustan Rome. In: W. J. Dominik; J. Garthwaite; P. A. Roche (Ed.). *Writing Politics Imperial Rome*. Boston: Leiden, 2009, p. 153-172.

ROSENSTEIN, N. *Rome at war farms, families, and death in the Middle Republic*. Londres: The University of North Carolina Press, 2004.

_____. Aristocratic Values. In: ROSENSTEIN, N; MORSTEIN-MARX, R (Ed.). *A Companion to the Roman Republic*. Oxford: Blackwell Publishing 2006, p. 365-382.

ROWE, G. *Princes and political cultures: the new Tiberian senatorial decrees*. Michigan: the University Michigan Press, 2002.

_____. Reconsidering the *auctoritas* of Augustus. *JRS*, v. 103, p. 1 -15, 2013.

SALLER, R. P. "Familia, Domus", and the Roman Conception of the Family. *Phoenix*, V. 38, Nº. 4, p. 336-355, 1984.

SALLES, C. *Lire à Rome*. Paris: Petite Bibliothèque Payot. 2010, 321 p.

SEBASTTIANI, B. B. *Tito Lívio e Cipião Africano: a construção da personagem histórica*. 2002. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, letras e ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

_____. A política como objeto de estudo: Tito Lívio e o pensamento historiográfico do século I a.C.. In: JOLY, F. D. (Org.). *História e retórica: ensaios sobre historiografia antiga*. São Paulo: alameda, 2007, p. 77-96.

SCHEID, J. Augustus and Roman Religion: Continuity, Conservatism, and Innovation. In: GALINSKY, K. *The Age of Augustus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p.175-193.

_____. *Pouvoir et religion à Rome*. Paris: Pluriel, s/a, 218p.

_____. *Rito e religione dei Romani*. Bergamo: Sestante Edizioni, 2009. 209 p.

_____. “Sacrifices for gods and ancestors”. In: RUPKE, J. (Org.). *A companion to roman religion*. Oxford: Blackwell, 2007. p. 263-271.

_____. Augustus and Roman Religion: Continuity, Conservatism, and Innovation. In: GALINSKY, K. *The Age of Augustus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p.175-193.

SERRES, M. *Rome: the Book of Foundations*. California: Stanford University Press, 1991.

SEVERY, B. *Augustus and the Family at the Birth of the Roman Empire*. New York: Routledge, 2003.

SHOTTER, D. *Augustus Caesar*. New York: Routledge, 1991.

SIERRA, A.; LIVIO, T. *Historia de Roma desde su fundación*. Madrid: Editorial Gredos, 1990.

SILVA, E. C. M. *Conflito político-cultural na antiguidade tardia: o levante das estátuas em Antioquia de Orontes (387d.C.)*. 2012. 272 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Estadual Paulista. Franca, 2012.

SILVA, G. V. Da. Política, Ideologia e Arte Poética em Roma. *POLITEIA: História. e Sociologia. Vitória da Conquista*, v. 1, n. 1, p. 29-51 , 2001.

SILVA, R. F. Da. *História da Historiografia*. Bauru: EDUSC, 2001.

SILVA, C. F. P. *A construção da imagem de Otávio, Cleópatra e Marco Antônio entre moedas e poemas (44 a 27 a.C.)*. 2014. 189f. (Mestrado em História) - Faculdade de História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

SILVEIRA, L R. *O retrato de Catilina em Salústio*. 2003. 90 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

STARR, R. The circularion of literary texts in roman word. *The Classical Quarterly*, v. 37, n. 1, p. 213-223, 1987.

- _____. Lectores and roman reading. *The Classical Journal*, v. 26, n. 4, p. 337-343, 1991.
- STERN, K. B. *Inscribing Devotion and Death. Archaeological Evidence for Jewish Populations of North Africa*. Boston: Brill, 2008.
- STEM, R. *The Exemplary Lessons of Livy's Romulus*. California: University of California, 2007.
- STRVEVAR, N. S. Rhetoric: time, Memory, Memory, In: WALTER, J.; OLMSTED, W. (Ed.). *A companion to Rhetoric and Rhetorical Criticism*. Oxford: Blackwell publishing, 2004, 505p.
- SYME, R. *The Roman Revolution*. Oxford: Oxford University Press, 1939.
- _____. Livy and Augustus. *HSCP* n°. 64. Oxford: Oxford University Press, 1959.
- TAINE, H. *Essais sur Tite-Live*. Paris: Hachette, 1896.
- TALBERT, R. *The Senat of Imperial Rome*. Princeton: Princeton University Press, 1984.
- TEIXEIRA, F. C. Uma construção de fatos e palavras: Cícero e a concepção retórica da história. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 24, nº 40, p. 551-568, 2008.
- TRUMPER, M. Gender and Space, "Public" and "Private". In: JAMES, S L; DILLON (Ed.). *A companion to women in the ancient world*. Oxford: Blackwell, 2012, p. 288-304.
- TWONEND, G. Literatura and society. In: BOWMAN, A K. *et al. The cambridge ancient history - volume X. The Augustan empire, 43 B.C-A D 69*. Oxford: Cambridge University press, 2008.
- VASALY, A. *Representations images of the world in ciceronian oratory*. California: University of California press. 1993, 289 p.
- VASCONCELOS, B. A. Quatro princípios de educação oratória segundo Quintiliano. *Phaos* n.2, p. 205-225, 2002.
- VERNANT, J P. O indivíduo na cidade. In: Vernant, Jean-Pierre. *Indivíduo e poder*. Lisboa: Setenta, 1987, p. 25-44.
- VERNANT, Jean-Pierre. *El individuo, la muerte y el amor en la antigua Grecia*. México, Buenos Aires e Barcelona: Paidós, 2001.
- VITORINO, M. Lívio, Tito. *História de Roma- livro I: a monarquia (Ab Vrbe Condita, liber I)*. Belo Horizonte: Crisálida, 2008.
- WALLACE-HADRILL, A. Housing the Dead: The Tomb as House in Roman Italy. In: BRINK, L; GREEN, D (Ed.). *Commemorating the Dead: Texts and Artifacts in Context*. New York: Walter de Gruyter, 2008, p. 39-77.
- _____. *Rome's cultural revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, 502 p.

_____. Housing the Dead: The Tomb as House in Roman Italy. In: BRINK, L; GREEN, D (eds.). *Commemorating the Dead: Texts and Artifacts in Context*. New York: Walter de Gruyter, 2008, p. 39-77.

_____. The emperor and his virtues. *Historia*, v. 30, p. 298-322, 1991.

_____. *Mutatio morum*: the idea of a cultural revolution. In: HABINEK, T; SCHIESARO, A (Ed.). *The Roman Cultural Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 3-22.

_____. The Imperial Court. In: BOWMAN, A. K., CHAMPLIN, E. LINTOTT, A. *The Cambridge Ancient History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 283-308, v. 10.

WALSH, P.G. The literary techniques of Livy In: CHAPLIN, J. D; KRAUS C. S (Ed.). *Oxford readings in classical studies*. New York: Oxford University press. 2009, p. 201-221.

WINTERLING, A. State, Society and Political Integration; Friendship and PatronClient Relations e “Public” and “Private”. In: _____. *Politics and Society in Imperial Rome*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009, p. 09-76.

WOODMAN, A. J. *Rhetoric in Classical Historiography*. Portland: Areopagitica Press, 1988.

WOOLF, G. Inventing empire in ancient Rome. In: ALCOCK, S. E. *et al. Empires. Perspectives from Archaeology and History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 311-322.

YAVETZ, Z. The personality of Augustus: reflections on Syme’s Roman Revolution. In: RAAFLAUB, K. A.; TOHER, M. (Ed.). *Between Republic and Empire: interpretations on Augustus and His Principate*. Los Angeles: University of California Press, 1990, p. 21-41.

ZANKER, P. *Augusto y el poder de las imágenes*. Madri: Alianza, 1992, 429 p.